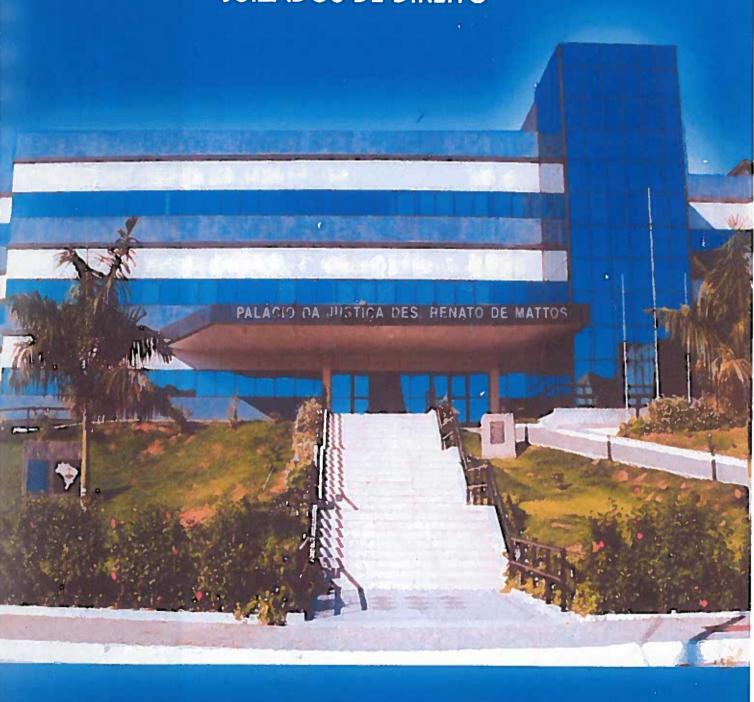
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO TRIBUNAL DE JUSTIÇA JUIZADOS DE DIREITO



ANTECEDENTES



passado fornece sempre ides lições aos que estão presente almejando um ro melhor" Agueda Passos Rodrigues

ins

unal de Justiça do Ceará)

fosse a inspiradora ideia então Desembargadores. ipides Queiróz do Vallle e astião Teixeira Sobreira, se dispuseram a reunir memorias e reminiscias do Poder Judiciário e Estado, nos idos de 5 e 1985, impossivel a sido o lancamento deste

a tanto, contamos com o alho incansavel do Juiz Waldir Vitral, sempre icado 'a cultura jurídica, itor, poeta e professor, ecedor de nosso tributo.

ória, novembro de 2001

i. Geraldo Corrêa da Silva Presidente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUIZADO DE DIREITO

A house de volo sints de Alie on mos anomas

> Des. Geraldo Corrêg da Silva Presidente Tribunal de Justiça . ES

ANTECEDENTES

VITÓRIA - 2001

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

BIÊNIO 2000/2001

Des. Geraldo Corrêa da Silva Presidente

> Dr. Waldir Vitral Coordenação

Colaboradores:

Fabio Buaiz de Lima – Diretor Judiciário de Edição e Publicação
Genivaldo Monteiro Alves – Arquivo do TJ
Geraldo Cesar Santos Costa – Recursos Humanos
Marcelo Farias de Oliveira – Diário da Justiça
Maria José Melo – Recursos Humanos
Terezinha Laghi Laranja – Subdiretora do Egrégio Tribunal de Justiça
Vera Lucia Pimenta Leal Reis – Corregedoria Geral da Justiça

Editoração e Pré-Impressão: Gráfica do Diário da Justiça

Vitória, 29 de maio de 2001.

Senhor Desembargador Presidente:

O saudoso Desembargador Euripedes Queiroz do Valle elaborou e publicou trabalho intitulado O TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Síntese História, a partir de 1534, trabalho esgotado. Posteriormente, na Presidência do eminente Desembargador Sebastião Teixeira Sobreira, este, por iniciativa e meios próprios publicou "HISTÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO", até 1985, publicação também esgotada. Preocupado com a perda destes trabalhos e, por via de conseqüência, da história neles registrados, permita-me sugerir à Vossa Excelência publicação englobando os dois trabalhos antes mencionados, atualizados até os dias atuais. Inicialmente todo material deverá ser digitado, corrigido para posterior editoração.

Caso Vossa Excelência acate a sugestão, estará homenageando a história do Poder Judiciário, não permitindo que permaneça no esquecimento.

Cordialmente,

WALDIR VITRAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ES

BIBLIOTECA

DES. HOMERO MAFRA

Justificativa

A fim de que não se percam os antecedentes históricos do Poder Judiciário, a Presidência resolveu englobar dois trabalhos já esgotados e com sinais de desaparecimento. O primeiro, elaborado pelo saudoso jurista e historiador Desembargador Eurípedes Queiroz do Vale, intitulado "O Tribunal de Justiça do Espírito Santo – Seus antecedentes históricos – Síntese cronológica – 1534-1955". Posteriormente em 1985, quando na presidência do Egrégio Tribunal o eminente Desembargador Sebastião Teixeira Sobreira, elaborou cuidadosa pesquisa e publicou "História do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo", trabalho igualmente esgotado. Levando em consideração as modificações ocorridas nos últimos anos no Poder Judiciário, com criação e transformações de comarcas, aumento do quadro de magistrados, além de outras, a atual presidência resolveu unificar os trabalhos acima citados, atualizando-os sem revisão dos textos, daí para frente com as modificações então ocorridas.

É uma contribuição à memória do Poder Judiciário de nosso Estado.

Vitória, ano 2001.

Des. Geraldo Corrêa da Silva Presidente

Índice

Des. Eurípedes Queiroz do Valle	17
Título II – História do Poder Judiciário do Espírito Santo Des. Sebastião Teixeira Sobreira	73
Título III – Atual prédio do Tribunal de Justiça	133
Título IV – Comarcas que compõe o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.	137
Título V – Dados Biográficos dos Desembargadores do Estado do Espírito Santo (1831/2001).	151
Título VI – Desembargadores componentes do Egrégio Tribunal de Justiça (2001)	197
Título VII – Corregedoria Geral da Justiça.	241
Título VIII – Apêndice	245
Ministério Público Ordem dos Advogados do Brasil Realizações – Biênio 2000/2001	

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ES
BIBLICITECA
DES. HOMERO MAFRA

EURÍPEDES QUEIROZ DO VALLE

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO

SEUS ANTECEDENTES HISTÓRICOS

SÍNTESE CRONOLÓGICA 1534 – 1955

"QUIEN SE EMBARAZA EN SENTIR LO PASSADO, PIERDE LO PRESENTE E AVENTURA LO PORVENIR".

QUEVEDO Y VILLEGOS.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL VITÓRIA – 1955

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ES

BIBLICITECA

DES. HOMERO MAFRA

OBRAS E FONTES CONSULTADAS

Dicionário His. Geog. e Estatístico do Província do Espírito Santo. Cesar Augusto Marques.

Dicionário Geog. e Hist. do Espírito Santo. Francisco Eugênio de Assis - 1941.

História do Brasil. Rocha Pombo. 1933.

História do Brasil. Veiga Cabral. 1944.

História da Província do Espírito Santo. Bazílio de Carvalho Daemon. 1879.

História do Espírito Santo. José Teixeira de Oliveira. 1951.

Homens e Cousas do Espírito Santo. Amancio Pereira. 1914.

A Capitania do Espírito Santo. Mário Freire. 1945.

Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Sacramento Black. 1883.

Constituições do Espírito Santo. Milton Caldeira. 1951.

Vida Constitucional Espírito Santense. E. Queiróz do Valle. 1951.

Vida Legislativa Espírito Santense. E. Queiróz do Valle. 1952.

Efemérides Judiciárias Espírito Santenses. E. Queiróz do Valle. 1954.

Organização Política e Administrativa do Brasil. Tavares da Lyra. 1941.

Livro de Atas do Tribunal de Justiça.

Livro de Assentamentos do Tribunal de Justiça.

Revista do Instituto Histórico.

Revista do Tribunal de Justiça.

Coleção de Diários Oficiais.

Catálogo da Biblioteca Pública.

Idem da Biblioteca do Instituto Histórico.

Idem da Biblioteca da Academia de Letras.

Idem da Biblioteca da Associação de Juristas.

NOTA INICIAL

Não temos, até o momento, nenhuma publicação especial sobre o nosso Tribunal de Justiça. Ainda não se fez a sua história. Não se disse ainda o que era a Justiça do Espírito Santo antes e depois de sua criação.

Resolvemos, por isso, reunir aqui algumas notas a respeito. Não será uma história. Mas apenas uma crônica. E crônica ligeira na qual registramos, em notas rápidas, algumas

de suas datas mais expressivas.

Demos-lhe forma cronológica para melhor assinalar as etapas naturais de sua evolução. Tomamos por ponto de partida a Carta de Doação outorgada, por D. João III, ao nosso primeiro donatário, em 1534.

Como se sabe, essas cartas de doação conferiam também aos Donatários poderes para organizar e administrar justiça em suas Capitanias, podendo criar e prover todos os cargos e funções que se fizessem necessários, segundo os preceitos gerais das velhas Ordenações em vigor no Reino.

Nesta parte, aquela Carta de Doação foi a primeira manifestação de uma justiça organizada em nossa terra e Vasco Fernandes Coutinho, – o primeiro donatário – a nossa primeira autoridade judiciária.

X

Acreditamos que essas notas não sejam, de todo, inúteis. O curioso do nosso passado judiciário verá, embora a traços rápidos, como estava organizada a justiça antes e depois da instalação do Tribunal.

Verá como a Coroa Portuguesa foi atendendo os reclamos de nosso desenvolvimento. Verá como as Constituições brasileiras e suas leis orgânicas estruturaram a Justiça nas Províncias

e depois nos Estados.

Verá como esta Justiça a princípio centralizada, foi, pouco, se descentralizando, para, em seguida, voltar a um movimento de unificação. Verá como se vem operando os nossos avanços e recuos em matéria judiciária. Verá como o Espírito Santo tem sido precursor de várias franquias e conquistas no campo do Direito Judiciário. Verá, por exemplo, que antes da Carta Federal de 1934 já a Carta Espírito Santense de 1891 admitia a participação de Advogados na formação do Tribunal de Justiça. Verá que o Espírito Santo foi o primeiro e talvez o único Estado da Federação a dar ao cânone constitucional da independência dos poderes, uma expressão de realidade. Verá que realmente o nosso Tribunal foi um dos poucos que teve atribuições para prover todos os cargos e funções da Justiça, desde a nomeação dos Juizes de Direito até a dos seus funcionários e serventuários. Verá que antes da unificação do Direito Adjetivo brasileiro, os Códigos do Processo do Estado já consignavam o que havia de mais adiantado e evoluído na doutrina e na jurisprudência. Verá afinal que numa nítida compreensão de dignidade da Justiça é o Espírito Santo, no momento, um dos Estados da união que melhor remuneram os seus Juizes. X

Está aberta a "picada" no terreno virgem da nossa História Judiciária. Outros, melhor aparelhados, poderão amplia-la, transformando esse modesto "caminho de roça" numa ampla e bela "estrada real".

Vitória, Espírito Santo, Setembro de 1955.

EURÍPEDES QUEIROZ DO VALLE

TÍTULO I

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO SEUS ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Síntese Cronológica 1534 – 1955

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ES

BIBLICITE CA

DES. HOMERO MAFRA

11 1 2 2 1

Sinten a tonologica

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO SEUS ANTECEDENTES HISTÓRICOS -

Síntese Cronológica 1534 – 1955

-1-

1-1-1534 — D. João III, Rei de Portugal, expede a favor do fidalgo português Vasco Fernandes Coutinho uma Carta de Doação. Fazia-lhe mercê de "50 léguas na costa do Brasil que deviam começar onde acabassem as 50 doadas a Pedro de Campos Tourinho" (Bahia) "correndo para as bandas do sul". Essas 50 léguas que seriam o futuro Espírito Santo deviam entrar na mesma largura, sertão a dentro, "tanto quanto pudesse entrar". No que tange à Justiça, que é parte que aqui nos interessa, dizia aquela Carta de Doação: — Dom João III, etc. A quantos esta minha Carta virem. Faço saber etc. Hei por bem e me apraz de lhe fazer, como de feito por esta presente Carta faço mercê e irrevogável doação, entre vivos valedoura deste dia para todo o sempre de juro e de herdade, para ele e todo os seus filhos netos, herdeiros e sucessores, que após ele vierem, assim descendentes como transversais e colaterais, segundo adeante irá declarado, de 50 léguas na costa do Brazil, as quais se começarão, etc.

"Outrossim lhe faço doação e mercê de juro e herdade para todo o sempre para ele e descendentes e sucessores no modo sobredito, da Jurisdição Civil e Crime da dita terra, da qual ele dito Vasco Fernandes, e seus herdeiros e sucessores usarão na forma e maneira seguinte. A saber: - poderá por si ou por seu Ouvidor estar à eleição dos Juizes e Oficiais, e alimpar e apurar as pautas, e passar cartas de confirmação aos ditos Juizes e Oficiais, os quais se chamarão pelo dito Capitão Governador, e ele para Ouvidor que poderá conhecer de ações novas a dez léguas d'onde estiver, e de apellações e de aggravos; e conhecerá em toda a dita Capitania e governança e os ditos Juizes darão apellação para o dito seu Ouvidor nas quantias que mandam minhas Ordenações; e de que o dito seu Ouvidor julgar, assim por ação nova, como por apellação e aggravo sendo em cíveis não haverá appellação nem aggravo até a quantia de 100\$000 e dahi para cima dará appellação à parte que quiser appellar e nos casos crimes hei por bem que o dito Capitão e Governador e seu Ouvidor tenham jurisdição e alçada de morte natural inclusive em escravos e gentios, e assim mesmo em fieis christãos e homens livres em todos os casos, assim como para absolver, como para condenar, sem haver appellação nem aggravo; e nas pessoas de maior qualidade terão alçada de 10 anos de degredo e até 100 cruzados de pena sem appellação nem aggravo; porem nestes quatro casos seguintes. A saber: - Heresia, quando 9 o herético lhe for entregue pelo eclesiástico, e traição, e sodomia, e moeda falsa, terão alçada em toda a pessoa de qualquer qualidade que seja para condenar os culpados à morte, e dar suas sentenças à execução sem appellação nem aggravo, e porem nos ditos quatro casos, para absolver de morte, posto que outra pena lhe queiram dar menos de morte, darão appellação e aggravo, e a tomarão por parte da Justica.

Fernandez Coutinho uma Carta de l'assa de l'as

aggravo, e a tomarán po, parie de la conpesson de qualquer qualidade que se a para para sentençan à execução sem aproflação e a salada de morte, posta que curta para for entregue pelo eclesiónico, e resigan affiliar of bareau weeker inverso cast of the control of the contr terão algada de 10 anos lo degreda que la compansa a compansa que que esta como para condenar, sem ha ver appellar la line appril en la line il la line il la line il la line al la line meaning our fight character a success the contract of the cont fembate jurisdição e signife de memo para a libral a contrata en consequencia a que a consequencia a contrata de c appeller e nos catos crimes heuparas a granda de la seconda de la companya del companya del companya de la comp aggravo até a quantia de 1005000 e en elegan la sara el sara el seguir que elegan elepor ação noval, como por apellação e mas e que vidente effermento de la como de la como por apellação e mas e que en effermente de la como por apellação e mas e que en effermente de la como por apellação e mas e que en entre ent ous quantities que mandam minitas Code per a la companya de la companya del companya de la companya de la companya della compa de ações novas a des léguas d'onde estitor de la partiriste de la companya de la e altrinpar e apurar as plantes e passas, and a de la appara de la apurar as plantes se chambrado pelo divo Capitilio Cave. seguinte. A saher: - pudera pur si outrar su un rea presentati majurit sul mana a companiente de la companiente del la companiente de la companiente del la companiente de la companiente del la compani da qual ele duo Vasco Ferranti est e sen ha est para qual ele duo Vasco Ferranti est e sen ha e descendentes e sucessores es medicisco de partir de la conficie de la conficiencia del conficiencia d

"Outrossim me apraz que o dito Capitão e Governador e todos os seus sucessores a que esta Capitania, vier, possam novamente crear e prover por suas cartas os Tabelliães do público e judicial que lhes parecer necessário nas villas e povoações da dita terra, assim agora como pelo tempo adeante: e lhe darão suas cartas assinadas por eles com o sello, e lhes tomarão juramento que sirvam seus officios bem e verdadeiramente, e os ditos Tabelliães servirão pelas ditas cartas, sem mais tomarem outras de minha Chancellaría, e quando os ditos officios vagarem por morte ou por renunciação, ou por erros de se assim é, os poderão isso mesmo dar, e lhe darão os regimentos por onde hão de servir conforme aos de minha Chancellaría, e Hei por bem que os ditos Tabelliães se possam chamar e chamem pelo dito Capitão e Governador e lhe pagarão suas pensões segundo forma de foral que ora para a dita terra mandei fazer, das quais pensões lhe assim mesmo faço doação e mercê de juro e herdade para sempre".

Estava assim Vasco Fernandes Coutinho com poderes para administrar Justiça podendo criar e prover os cargos e funções judiciais que se fizessem necessários. Aquela Carta de Doação foi, desse modo, a primeira Organização Judiciária que teve o Espírito Santo e Vasco Fernandes Coutinho o nosso primeiro Juiz.

-2-

23-5-1535 – Vasco Fernandes Coutinho chega a sua Capitania. Toma posse da mesma. Dá-lhe o nome de Espírito Santo em homenagem à festa do dia. E com as funções de Capitão e Governador assumia as de Magistrado.

-3-

1-11-1554 - Thomé de Souza instala o Governo Geral do Brasil. Estabelece a sua sede na Cidade do Salvador. A Administração geral da Justiça passa a ser exercida pelo Ouvidor Geral que trouxe do Reino o Desembargador Pedro Borges de Souza. A Justiça do Espírito Santo passa a ser superintendida por aquele Ouvidor.

-4-

10-12-1572 - O Brasil é dividido em dois Governos Gerais. O Espírito Santo passa a pertencer à jurisdição do Governo do Sul com sede no Rio de Janeiro.

-5-

12-4-1577 - Retorna o Brasil ao Govêrno uno. A Capitania do Espírito Santo volta a subordinar-se à jurisdição do Govêrno Central já agora com sede na Cidade do Salvador, Bahia.

ablico e jadrenia, vien puntante menar a para como pelo tempa adearca e masa a para como pelas diras anas arm matrona.

Cervido pelas diras anas arm matrona.

Circos officios respuera por remenar a regular a magnituda.

Chancellarta, e Hei puntan que os altra a capatra a capatra e circos diras e circos e circos diras a pagaras.

Ciaptrio e Ciovernado e ibe pagaras.

Lita terra mandet race, das quas persa.

Les dade pera sempro.

Estava asshri Vacci furnatium podendo criar e prover de larges. Se la Carta de Duação les desse ladou e religio e Vasco fiera ander Columbio.

23-5-1535 - Nasco i - merco filmono il massima. Dá-libre o nome de Brainto il re-Capitão es Covernacion il sumba e il re-

Late 1854 - Thomas de Novembre de Novembre de Cidade do Salvador A Conviden Cleral que crosse de Novembre de Novem

a percenter à jurisdiça des la vec

12-4-1577 - Recommodition in a subordinate at the subordinate at the subordinate set at tenth for discounting to the subordinate set at tenth for discounting tenth fo

19-4-1581 — Portugal passa para o domínio hespanhol. E com êle o Brasil. A administração da colônia e de sua Justiça não se alteram. Continuam em vigor as mesmas leis e a dirigir o Brasil as mesmas autridades portuguesas.

1600

-7-

7-3-1609 – É criado o primeiro Tribunal de Justiça do Brasil. Tem a sua sede em Salvador. A sua jurisdição se estende por tôdas as Capitanías. Compunha-se de 10 Desembargadores. Um deles era o Chanceler. 3 eram desembargadores de agravo. Um era o Ouvidor Geral. Um outro servia de Juiz de Feitos da Coroa, Fazenda e Fisco. Um terceiro desempenhava as funções de Provedor de Defuntos e Resíduos e os três restantes eram "desembargadores extravagantes".

-8-

18-6-1619 – Disseminam-se os órgãos da Justiça no Brasil. Criam-se mais duas Ouvidorias Gerais. A primeira com sede no Rio de Janeiro e a segunda com sede no Maranhão. O Espírito Santo juntamente com as Capitanías de São Vicente e Paraíba do Sul passam a pertencer à Jurisdição da Ouvidoria do Rio de Janeiro.

-9-

5-7-1619 – Por ato desta data é dado Regimento à Ouvidoria do Espírito Santo. Como o das demais êste regulava as atribuições e prerrogativas judiciárias do Ouvidor.

-10-

5-4-1626 – O Govêrno espanhol, a frente do qual se encontrava Felipe II, suprime o primeiro Tribunal de Justiça brasileiro, criado em 1609. Alegava serem "extraordinárias as despezas com a sua manutenção". Volta assim a Justiça da Colônia a ser ministrada pelos Juizes ordinários e Ouvidores.

-11-

1-12-1640 — Portugal reconquista a sua independência. Volta ao seu domínio a colônia brasileira. Continuam a vigorar as Cartas de Doação e as leis posteriores expedidas para as Capitanías.

12-9-1652 – Portugal, a frente de cujo governo se encontrava D. Jaão IV, restaura o primeiro Tribunal de Justiça. Atendia assim aos justos reclamos dos brasileiros "que não podiam continuar a atravessar o Atlântico para pedir Justiça aos Tribunais de Lisbôa".

1700

-13-

3-7-1722 – A Capitania do Espírito Santo, volta, por compra, ao domínio da Coroa Portuguesa. Custou 40.000 cruzados (16 contos ou 16 mil cruzeiros em moeda atual). É extinto nela o logar de Ouvidor. O serviço da Justiça passa a ser exercído por um Juiz Ordinário, sujeito à jurisdição da Ouvidoria Geral do Rio de Janeiro. Terminava para o Espírito Santo o govêrno dos Donatários. O último deles foi o Dr. Cosme Rolim de Moura.

-14-

15-1-1733 – O Govêrno Português torna independente a Capitania do Espírito Santo. Estabelece nela numa Ouvidoria Geral e estende a sua jurisdição às Villas de S. Salvador dis Campos de Goitacazes e São João da Barra, então pertencentes à Capitania de Paraíba do Sul. (Rio de Janeiro).

-15-

1-1-1735 – O Conselho Ultramarino incorpora a Capitania da Paraíba do Sul à jurisdição da Ouvidoría Geral do Espírito Santo, em virtude de ter a mesma passado, por compra, ao domínio da Coroa.

-16-

13-10-1741 – Cria o Governo Português a Comarca do Espírito-Santo que ficaría sob a jurisdição do Govêrno da Bahia. Instala-a o Ouvidor Geral Dr. Pascoal Ferreira de Veras. A sua demarcação se procedeu em 30-12-1743. Sob sua jurisdição continuaram as Vilas de São Salvador dos Campos de Goitacazes e São João da Barra.

-17-

13-10-1751 – É instalado o segundo Tribunal de Justiça do Brasil, criado por carta régia de 10-11-1734. Tem a sua sede na Cidade do Rio de Janeiro. A sua jurisdição se estende por tôdas as "Comarcas independentes" do sul do País, abrangendo assim as do

Espírito Santo até a de S. Pedro do Rio Grande do Sul e, pelo oéste , as de Cuiabá e Goiaz.

1800

-18-

10-5-1808 -- É elevada à categoria de Casa de Suplicação o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro. Como Orgão supremo da Justiça estende a sua jurisdição por todo o País. Era o primeiro passo para a nossa emancipação judiciária que havia de preceder e precipitar a própria emancipação política.

-19-

13-9-1810 – Desliga-se o Espírito Santo da jurisdição do Govêrno da Bahia. Passava assim a uma nova categoria, como Capitania autônoma. Coube a Francisco Alberto da Costa Rubim ser o primeiro Governador desta nova fase.

-20 -

16-12-1815 – O Brasil é elevado à categoria de reino Unido a Portugal e Algarves. Acontecimentos históricos de caráter político prenunciando a nossa emancipação determinaram nova mudança na forma de dirigir as Capitanias. Passa a governa-las uma Junta Provisória a ser provida por eleição popular. Procede-se assim a primeira eleição no Espírito Santo. E são eleitos: — Presidente Pe. José Nunes da Silva Pires, Vigário de Guarapari; Secretário Luiz Alves de Azambuja Suzano e vogais os Snrs. José Ribeiro Pinto, Sebastião Vieira Machado e José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim. A 2 de Março de 1822 instalava-se solenemente a Junta. Chegava assim ao seu fim o regimem colonial. E com esse primeiro govêrno eleito preparavamo-nos para receber o grande acontecimento nacional que seis meses após ahavia de nos trazer a nossa definitiva maioridade política. O Govêrno da Junta cessou em 20 de Outubro de 1823, quando foi criado o logar de Presidente da Província. O primeiro a exercer esse cargo no Espírito Santo foi o Dr. Ignácio Accioly de Vasconcellos, nomeado em 25 de Novembro de 1823. Tomou posse do cargo em 24 de Fevereiro do ano seguinte.

-21 -

7-9-1822 – Proclama-se a independência política do Brasil. Consolidava-se assim a independência judiciária esboçada em 1808. As velhas Capitanuas independentes passam à categoria de Províncias.

20-10-1823 – Vota a Constituinte Federal deste ano várias Resoluções legislativas. Entre elas estava a que declarava qual a legislação que continuava em vigor e a que dava nova forma de Govêrno às Províncias. Pela primeira devia continuar em vigor "as Ordenações, leis, regimentos, alvarás, decretos e resoluções promulgadas pelos Reis de Portugal e pelas quais o Brasil se governava até 25 de Abril de 1821" e tôdas as que foram promulgadas daquela data em diante pelo Imperador na parte em que não tivessem sido revogadas. No art. 2º desa Resolução eram especificadas, em tabela, tôdas elas. Na segunda dessas Resoluções eram abolidos as Juntas Provisórias criadas por decreto das Côrtes Portuguesas em 29 de Setembro de 1821, substituindo-as por Presidentes de nomeação do Imperador, assistidos por Conselhos eleitos. Com a dissolução da Constituinte essas Leis foram regovadas.

-23 -

25-3-1824 – Promulga-se a primeira Constituição Política do Império do Brasil. São Iançados os fundamentos da Justiça brasileira. Fixam-se as primeiras garantias dos Magistrados. Os Juizes são declarados perpétuos. Só o Imperador pode suspende-los, depois de ouvido o Conselho de Estado. (arts. 153 e 154)

-24-

27-8-1828 – Por carta de lei desta data sanciona o Imperador o decreto de Assembléia Geral estabelecendo definitivamente o Conselho Geral da Província do Espírito Santo.

- 25 -

18-9-1828 – É criado o Supremo Tribunal de Justiça. Instalou-se em 1829. Vinha substituir a Casa de Suplicação. Completava-se, desse modo, a aparelhagem da Justiça brasileira, dando-se realidade a sua autonomia.

-26-

22-9-1828 – Extinguem-se os Tribunais denominados Meza do Desembargo do Paço e o de Consciência e Ordens, regulando-se a expedição e modo de prover os negócios que lhes pertenciam. Era uma consequência natural da nova ordem de cousas que se estabelecia.

-27 -

16-12-1830 – É sancionado, pelo Govêrno, o primeiro Código Criminal do Brasil. Revogava-se assim o Livro V das Ordenações Filipinas que regulava, até então, a matéria.

Fuze elas estava a que declumva acua a la varia a la varia de Conversor da Provie da Corma de pelas quada o Brasil se generale de conversor da communicadas daquela data en diante de revogadas. No art. 2º des. Penduções da financia de conversor de

25-3-1624 – Promulgo -ce a principal de la función de la f

22.8-1838 - Pascaria de landeste a la conferencia la la conferencia la conferencia la conferencia de la conferencia la conferencia de la conferencia del conferencia de la conferencia del conferencia de la conferencia del conferencia d

e o de Consciencia e Choens, "egulera"

The pertendium Eranma sonworada.

Revogava-is assimpling a day

O Direito brasileiro começava a tomar côrpo e fisionomia própria. O novo Código dividiase em quatro partes com os seguintes títulos: — Dos Crimes e das Penas; Dos Crimes Públicos; Dos Crimes Particulares e dos Crimes Policiais. Depois da Constituição de 1824 foi a primeira grande lei brasileira sistematisada sôbre esse ramo de direito. Era obra que honrava a cultura jurídica do tempo.

-28-

31-8-1832 – São desanexadas da Ouvidoria do Espírito Santo as Vilas de São Salvador dos Campos de Goitacazes e São João da Barra. Voltavam assim, à jurisdição da Província do Rio de Janeiro.

- 29 -

29-11-1832 – É promulgado o primeiro Código do Processo Criminal do Império. Dividia-se em duas partes. A primeira tratava da Organização da Justiça e a segunda do Processo. O Império, para os efeitos da Justiça, era dividido em Distritos de Paz, Termos e Comarcas. Os Juizes de Direito eram nomeados pelo Imperador dentre os bachareis em direito com mais de 25 anos e com um ano, pelo menos, de prática forense. Nas Comarcas mais populosas podia haver até 3 Juizes de Direito com jurisdição cumulativa. Um deles seria o Chefe de Polícia. Extinguiam-se as Ouvidorias, os Juizes de Fóra e os Juizes ordinários. Começava-se assim a abandonar o velho direito português, até então vigorante. Esse Código registrava avanços consideráveis e tem sido, até hoje, fonte preciosa e insubstituível de todo o nosso direito adjectivo. Foi a primeira lei brasileira que veio dar realidade e vida ao Poder Judiciário que vinha sendo, até então, regulado por leis esparsas e incompletas.

-30 -

12-8-1834 – Decreta a Regência, em nome do Imperador, o Ato Adicional. Os Conselhos das Províncias são substituidos pelas Assembléias Legislativas. Esboça-se o movimento para a descentralisação da Justiça. As Províncias, por essas Assembléias já podiam legislar sôbre a sua "divisão civil e judiciária". (arts. 10, n. 1)

-31-

3-10-1834 – São fixadas, por uma lei que tomou o n. 40, as atribuições dos Presidentes de Província. Todos os serviços públicos lhes estavam subordinados. O seu principal auxiliar era o Chefe de Polícia, como êle, de livre nomeação e demissão do Imperador.

O Directo brauthecro começava à temes accessor a la massa a la massa de constituente partes con la seguintes a la massa de la factional de la brauteira ante-nationale de la brauteira ante-nationale de la massa della massa

31-8-1832 - São desanegradas da Caraga de Baraga de Baraga de Contractues e São João de la caraga de Pareiro.

Dividia-se era dues partes. A primera a status de la granda de la dividia de era dues partes. A primera a status de la granda de la dividia de

12-6-1834 — Decreta a Repéticia e a també de la para a la casa administrativa des Províncias são substanda describanda de la granda describanda de la granda de l

3-10-1834 - Strothyndas, por unua te una a transcenti del mandre agrecado abestro de de Provincia. Todos da serviços públicas de las casas mandres de la casa de la casa de Chefa de Polícia, como ele, de astronomenta de la casa de l

23-3-1835 – O Espírito Santo já no gozo de suas prerrogativas de poder legislar sôbre a sua "divisão civil e judiciária", cria, em seu território, pela lei provincial n. 15, três Comarcas que foram as de Vitória, São Mateus e Itapemirim. Essas três primeiras Comarcas iriam constituir os núcleos iniciais do futuro desenvolvimento judiciário da Província.

-33-

12-5-1840 – A Regência, por meio de uma lei interpretativa, esclarece vários artigos do Ato Adicional. Foi, por isso, denominada lei de interpretação. No artigo 4.º explicava o sentido da palavra "magistrado" para dizer que ela não compreendia "os membros das Relações e Tribunais Superiores". Esclarecia também que "na decretação da suspensão dos magistrados procediam as Assembléias Provinciais como Tribunal de Justiça". (Art. 5) Enumerava ainda o que devia conter o decreto de suspensão ou demissão.

-34-

3-12-1841 – É reformado pela lei n. 3 o Código do Processo Criminal. Os Chéfes de Polícia passavam a ser nomeados dentre os Desembargadores e Juizes de Direito. Estes dentre os Bachareis que tivessem servido, com distinção, os cargos de Juizes Municipais ou de Orfãos e Promotores Públicos ao menos por um quatriênio completo. Essa reforma consolidava, por assim diser, tudo o que até então existia sobre matéria judiciária. Ela foi no dizer de João Mendes, a lei de maior importância histórica do tempo, "pois resumia as aspirações do Paiz desde a Abdicação".

-35 -

9-6-1850 – A Lei n. 559 divide o Império em Comarcas de 1.ª, 2.ª e 3.ª entrancias. A investidura do Juiz só podia se dar para a de 1.ª. Só depois de três anos de exercício numa, podia ser promovido. A classificação dessas Comarcas era feita pelo Govêrno.

-36 -

25-6-1850 – É promulgado o Código Comercial Brasileiro o que é feito pela lei n. 4.556. Compunha-se de 3 grandes partes: – a) "Do Comércio em geral", b) "Do Comércio Marítimo" e c) "Das Quebras". Havia ainda um Título Único que tratava da "Administração da Justiça nos Negócios e causas Comerciais". Carvalho de Mendonça o considerava "um dos monumentos mais sólidos da nossa legislação". Os homens da República, continuava êle, na sua obra nefanda de esfacêlo da legislação recuaram, respeitosamente, ante essa peça admirável". Quarenta anos depois, pelo decreto n. 763 de

Contractas que foram acidi. Vitema colonida . The same "Matabase control and the a

1. 23-3-1835 - O Psychologophy in model a protect profession of principles of

Enumerava and a que de ma couter de la colo de la color de la colo hos magistrados procedente as Assemblance Relações e Tilbunais Supera tra Casalar a com a o recutique de palacea "mustiminado" por como ser a como condiciones de la como condicione de 12-5-1840 A Reginda, por ser a construction

asprenções do Parz de de o Abdu - no consolidava, por assim dirac rude conservau de Orfouj e Promotores Poblices as a servicio de la companya de Contra de la companya del companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya d demire ou Bachareus que invessean sera da demira ting en le contrat de la facilitat en que Policia passavam a sec memosador fermor del recurrisolo del contra 3.12.1841 - Fortamado pela las en la casa de la casa de

marten, piedin ser pronovne de Achtean A myestidura do Juiz sé pédia se de manara de la series de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya de 9-0-1850 A Lett. 550 Ivan - P. P. Sanda

respritorning ante essa reçulation de la companya del companya del companya de la Repoblica, continuava ele, me anatomos de abasembles de la continua de la continua de la continuava ele, me anatomos de la continua del la continua de la continua del la continua de la continua del continua del la c considerays "una dos manamentesse una el desta el caracter de la constitución de la const "Administração da Justiga des Nega a conseque de toras de conseque Maritimo" e c) "Day Quebras" 4,556, Compurcha-se de Larander par de la Thirt machine de la compunitation de la grander par de la gr

18 de Setembro de 1890 era êle mandado observar no processo das causas civeis em geral. E Campos Salles, Ministro da Justiça do Govêrno Provisório da República, mandava, pelo decreto n. 848 de 11 de Novembro de 1890, reproduzir as suas disposições na Organisação da Justiça Federal. Com o seu famoso Regulamento 737 de 25 de Novembro daquele ano, constitue, pela sistemática adotada, pela técnica e precisão de linguagem, obra modelar não excedida ainda por nenhuma outra.

-37 -

15-2-1855 – Contrata o Govêrno Federal com o Jurisconsulto Augusto Teixeira de Freitas a consolidação de todo o Direito Civil Brasileiro. O Direito Criminal e o Processual Criminal já estavam consolidados nos Códigos de 1830 e 1832 respectivamente. O Direito Comercial também no seu Código de 1850. Faltava realmente o Direito Civil. Era necessário libertar-nos, de vêz, das velhas Ordenações do Reino, também nesta parte. Urgia completar a nossa independência realisando a nossa emancipação jurídica. O que era o Direito Civil da época, diz-nos o nosso eminente Ferreira Coelho: – "uma verdadeira floresta de ordenações, leis, decretos, cujo emaranhado cipoal dificilmente era penetrado por amestrados juristas". Em princípios de 1858 Teixeira de Freitas concluia o seu trabalho dentro das bases estabelecidas pelo Govêrno. Constituia êle de 1.333 artigos todos anotados com indicações precisas sôbre a lei ou o costume em que se baseavam. Em 24 de Dezembro daquele mesmo ano de 1858 aprovava o Govêrno a Consolidação, obra por todos os títulos notável e que havia de ser, mais tarde, a fonte preciosa do nosso Código Civil.

-38 -

28-7-1860 – Inicia-se o movimento de expansão e desenvolvimento das três primeiras Comarcas do Espírito-Santo. Cria-se nesta data, pela lei provincial n. 21, a Comarca de Santa Cruz, desanexada da Comarca de Vitória. Veio a ser, assim, a quarta Comarca da Província. Prossegue a expansão. Ao ser proclamada a República contava já o Espírito Santo 8 Comarcas, 10 têrmos e 21 Distritos judiciários.

-39 -

20-9-1871 – O Código Criminal de 1832 sofre, pela lei n. 2033, uma nova alteração. Essa alteração consubstanciava também uma das grandes reformas judiciárias do Brasil pelos largos avanços que realizou. Entre as alterações introduzidas no aparelho da Justiça estava a que separava a Justiça da Polícia. Os magistrados não eram mais obrigados a aceitar funções policiais. Cassava a competência dos Juizes de Paz para julgar infrações de têrmos de segurança e bem-viver. A pronúncia passava para a competência exclusiva dos Juizes de Direito e Municipais. O juri, nas Comarcas que fossem séde de tribunal ou muito próximas dela, era presidido por um Desembargador. A prisão passou a ser cercada de

E Campos Salies, Ministro da Justigna.

decreto n. 348 de 11 de l'arremistro adorada postecedida ainda por tre ripana our mão excedida ainda por tre ripana our

Freina, a consolidação de rodo o Drava.

Cembrolá de sea vam conse relados acos as acomo dos acomos de voluciones. Adeso de sea a mossa tradependência relativado a acomo de sea despoca. Guanas o acos o amusea cordenações, lets. Centerios, culo sea a mestrados juristas. Ca princípio a mestrados juristas. Ca princípio a com inclicações precioas sobre a lei ou acomo inclicações precioas sobre a lei ou acomo inclicações precioas sobre a lei ou acomo diquete mesmo ano de 1858 aprovava.

Containes de Espletto-Samos Cria-se en la partir de la respectable de la partir de la contraine de Espletto-Samos Cria-se en la partir de la contraine de la c

Esta alterição consuladore vas tambas de la consulação de la consulação policiais. Casas ve a consulações policiais. Casas ve a consulações policiais de la consulações de Direito e Municipais. É ou consulações de la consulações de la consulações de la consulações de la consulações de Direito e Municipais. É ou consulações de la consul

tôdas as garantias desde a apresentação imediata do preso à autoridade competente até a entrega da nota de culpa em 24 horas, etc.

-40 -

15-11-1889 - Proclama-se a República. As velhas Províncias se transformam em Estado Federados. A descentralisação da Justiça se acentua. O decreto n. 1 do Chefe do Govêrno Provisório determinava que "cada um dos Estados, no exercício de sua legítima soberania, decretasse, oportunamente, a sua Constituição definitiva, elegendo os seus Corpos Legislativos e os seus govêrnos". Na proclamação que dirigiu aos brasileiros dizia o Chefe do Govêrno Provisório com referência à Justiça: - "As funções da Justiça ordinária, bem como as funções da administração civil, continuarão a ser exercidas pelos órgãos até aqui existentes com relação aos seus atos, na plenitude dos seus efeitos". A República encontrou o País com um Supremo Tribunal de Justiça no Rio de Janeiro; 11 Tribunais de Relação com sédes nas Cidades de Belem, São Luiz, Fortaleza, Refice, Bahia, Côrte (Rio de Janeiro) São Paulo, Porto Alegre, Ouro Preto, Goiaz e Cuiabá; 435 Comarcas com 461 Juizes de Direito e 68 Juizes Substitutos; 519 Termos com 521 Juizes Municipais e de Orfãos. O Espírito Santo contava com 8 Comarcas eram as de Conceição da Barra, Iriritiba, Itapemirim, Santa Cruz, São Mateus, Santa Leopoldina, Cachoeiro de Itapemirim. Os Termos eram os de Itapemirim, Santa Cruz, Nova Almeida, Barra de São Mateus, Serra, São Mateus, Guarapari e Benevente.

-41-

26-5-1890 – O Dr. Afonso Claudio de Freitas Roza, nomeado Governador do Espírito Santo baixa a Resolução n. 243 constituindo uma comissão de juristas para elaborar um projéto de Constituição para o Espírito Santo. Faziam parte delas os Drs. José Feliciano Horta de Araujo, Barcímio Pais Barreto, Manoel Augusto da Silveira, José de Mello Carvalho Muniz Freire e José Horácio Costa. Dos três projétos apresentados logrou aprovação o de Muniz Freire.

-42-

22-6-1890 – O Govêrno Provisório da República baixa o decreto n. 510 publicando o projéto de Constituição Federal declarando a mesma em vigor apenas quanto "a dualidade das Câmaras do Congresso, à sua composição, à sua eleição e à função a que fossem chamados a exercer de aprovar a Constituição e proceder, em seguida, na conformidade de suas disposições". Este projéto cogitava apenas da Justiça Federal. Quanto a dos Estados recomendava que êles se regessem pela Constituição e Leis que adotassem, observadas certas regras. Entre estas estava a do item 4.º segundo a qual os magistrados só seriam demitidos por sentença.

t**Acles, as garantinas** desde a systematical modern (d. 1771) de la companya de mitrega da nota de milpo em 2% frato.

Six Materia, Guarapari : Bensvento Bageminn, Sania Crist, 345 Marsins, 1975, 1982 1982 1982 1982 1982 1982 1982 Orrigon, O Expfrito, Santo contrava or some per menting of a section of the contraction o Jenzes de Direito e 63 Juixes Subrus-aqui existentes com relação aos semboros do monto o o o o o de como de contrator da contrator de bem como as funções da admunistração de tras de ataleira de antidade de ataleira de atalei Chefte do Cayllanu Froytis no cartania na a 6 3 infras Leguladiv is e os seos governos soberania, decretasse, other unaments Coverno Provisório detembinava que

11-10-1890 – Pelo decreto n. 847 promulga o Govêrno um novo Código Penal para o Brasil. Era o segundo corpo de leis sôbre a matéria que se promulgava no País. Vinha substituir o Código Criminal de 1830. Este Código, alterado por várias leis e decretos subsequentes, foi em 1932, substituido pela Consolidação das Leis Penais da autorida dos Des. Vicente Piragibe. Vigorou até o advento do atual Código Penal Brasileiro sancionado pelo Decreto-lei n. 2848 de 7 de Dezembro de 1940.

-44-

5-11-1890 – Baixa o Govêrno Provisório da República, pelo decreto n. 949, o Código Penal para a Armada, substituido, no ano seguinte, pelo que baixou com o decreto n. 18 de 7 de Março.

-45-

11-11-1890 – O Govêrno do Estado outorga aos espírito-santenses, a título provisório, a sua primeira Carta Constitucional. O art. 70 lançava a estrutura do futuro Tribunal de Justiça que teria a denominação de Côrte de Justiça. Compor-se-ia de cinco membros que se chamariam Ministros e que seriam "escolhidos na magistratura de primeira instância por acesso natural de antiguidade".

-46-

24-2-1891 — É promulgada a primeira Constituição da República. A Justiça era tratada na sua secção III sob o título "Do Poder Judiciário". (arts. 55 a 62) Adotava o princípio da dualidade da justiça. Cuidava apenas da Justiça Federal. Quanto à estadual se limitava a declarar que os Estados se regessem pelas leis que adotassem "respeitados os princípios constitucionais da União" (art. 63) Era a descentralisação. Os Estados passavam a ter plena autonomia na organisação de sua justiça dentro daqueles princípios.

-47-

11-5-1891 – O Governador Antonio Gomes Aguirre, pelo decreto n. 95, baixa a primeira Organização Judiciária do Estado. O Tribunal trazia a denominação de Tribunal de Justiça e os seus membros – Desembargadores. Deviam ser escolhidos entre Juizes e Advogados. Estes com seis anos de prática forense e aqueles com quatro de judicatura, na proporção de 3 Juizes por 2 advogados. Essa organisação judiciária vinha acompanhada dos Códigos do Processo e se dividia em quatro partes. A primeira compreendia a divisão e organisação judiciária propriamente dita. A Segunda se subdividia em 4 títulos. Tratavam êles do Processo Criminal, do Processo Civil e Comercial, do Processo no Juizo Voluntário

e do Casamento Civil, respectivamente. A terceira cuidava da Polícia e a Quarta dos Escrivães e Tabeliães. O décreto era um modêlo de síntese. Tôda essa matéria se comprimia em apenas 947 artigos. Os vencimentos dos Desembargadores estavam fixados em 700 mil reis. Os dos Juizes de Direito em 500; os dos Juizes Substitutos em 300 e os dos Promotores em 150. (art. 55) O art. 68 dava ao Governador a faculdade de fazer as primeiras nomeações para a magistratura livremente e "sem dependência das condições que estabelecia, a não ser a do título acadêmico". Valendo-se desa faculdade o Governador Aguirre nomeava naquele mesmo dia 11 de Maio de 1891, os primeiros desembargadores espírito-santenses. Foram êles: — os doutores José Feliciano Horta de Araujo, Manoel Armindo Cordeiro Guaraná, Carlos de Souza Fernandes e José Camilo Ferreira Rebello. Desses somente o Dr. Carlos de Souza Fernandes era Juiz de Direito. Os demais eram advogados.

-48-

20-6-1891 — O Congresso Constituinte do Estado promulga a sua primeira Constituição Política. Vinha substituir a que fôra outorgada, a título provisório, em 11 de Novembro de 1890. O Tribunal de Justiça se compunha de cinco juizes com a denominação de Desembargadores. (art. 55) Estabelecia que na composição do Tribunal entraríam "pelo menos três Juizes de Direito podendo os outros dois membros ser tirados da classe dos advogados". O legislador espírito-santense de 1891 se antecipava assim ao federal que só em 1934 acolheu o princípio da participação dos advogados na formação dos Tribunais. Para o acesso ao Tribunal os Juizes de Direito deviam ter quatro anos de judicatura e os advogados seis de efetiva prática forense.

-49-

4-7-1891 – Instala-se o primeiro Tribunal de Justiça do Estado. A solenidade se verificou num dos salões do Palácio do Govêrno. Aí funcionou até 1892 quando passou para a sua séde própria à Rua Pedro Palácios, no local em que está hoje a Biblioteca Pública Estadual. A ata de instalação estava assim redigida: – Acta da instalação do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Aos quatro dias do mez de Julho de mil oitocentos e noventa e um, à uma hora da tarde, numa das salas do Palácio do Governo do Estado, presentes os senhores Desembargadores José Feliciano Horta de Araujo, Presidente, Carlos Ferreira de Souza Fernandes e José Camillo Ferreira Rebello, foi por estes prestada a promessa de bem cumprirem seus deveres, e em seguida o mesmo senhor Presidente declarou installado o Tribunal de Justiça do Estado, do que mandou lavrar, e affixar e publicar o respectivo edital. Pelo Senhor Desembargador Manoel Armindo Cordeiro Guaraná, nomeado Procurador da Justiça, Soberanía e Fazenda do Estado, tomado posse desse cargo assumia o senhor Desembargador José Camillo Ferreira Rebello o exercício dessas funções. Pelo senhor Desembargador Souza Fernandes foi offerecido o projécto de

Fachiviere Ribellites. Outrateuerrania de la companya de la companya de la companya de la companya de Direito en 500; ca companya de Direito en 500; ca companya de Soutra de Direito en 500; ca companya de la companya

insuturção Política. Vinha substitue per communication de 1890. O Trimmal de justica se manufactura de 1890. O Trimmal de justica se manufactura de la justica de Descenda de justica de la justica de Direito podente advogados". O legislador espirito-san em 1934 acolheu o principio sa partir de la justica de la

verificou num dos saltes de Palaci y mana de una libra a sua séde propria à Ross fiera.

Pública Estadusi. A ata de instalaça de los Estados do Estados do Estados de Estados de Estados de Estados presentes de sou la sermanda.

Carlos Perceira de Sou la sermanda a promiento de bem comprimem seus de desan comprimem seus de permanda de permanda de permanda de permanda de permanda de la promienta de Sou la sermanda de permanda de permanda de promienta de Sou la sermanda de la promienta de Sou la sermanda de la promienta de Sou la sermanda de la sermanda de Sou la sermanda de la sermanda de s

Regulamento do Tribunal. O Senhor Desembargador Presidente, designou o dia 6 do corrente, ao meio dia, para a seguinte sessão, afim de ser discutido e approvado aquelle Regulamento. E por nada mais haver a tratar levantou-se a sessão. E eu Ovídio dos Santos, Secretário do Tribunal de Justiça, lavrei a presente acta, que por mim vai subscripta.

O Secretário (ass.) Ovídio dos Santos.

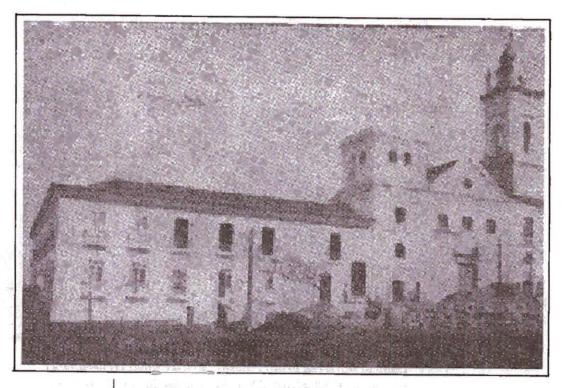
Aprovada em sessão de seis dos ditos mês e ano. Sala das sessões 6 de Julho de 1891. O Presidente: – (ass.) J. F. Horta de Araújo".

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ES
BIBLIOTECA

DES. HOMERO MAFRA

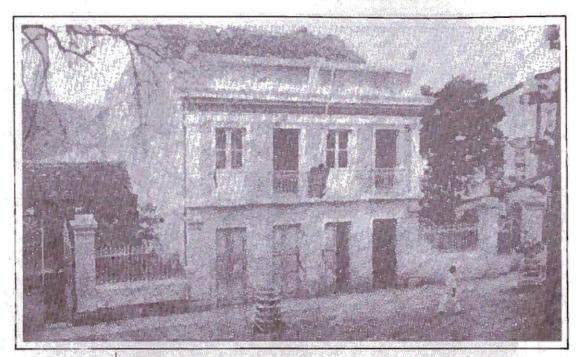
Segulamento do Tribunal, el Segue I meser productivamento de Tribunal, el Seguione I meser productivamento de meser din para a seguione.

Regulamento: E por mada mara haver a manda de meser a productivamento de Tribunal de lustiça, lavor a presente de meser a seguione de meser a meser a manda de meser a meser



Antigo Colégio dos Jesuítas transformado em residência dos Governadores e hoje em Palácio do Govêrno com a denominação de palácio Anchieta. Aí, na parte térrea, funcionou o Tribunal de justiça de 4 de Julho de 1891 a 16 de Junho de 1892. Foi a sua primeira séde.

Annge Colegio dos accessos de la companya de la com



Edifício sito à rua Pedro Palácios. Em seu lugar ergue-se hoje o edifício da Bibliotéca Pública. Foi a segunda séde do Tribunal de Justiça. Aí instalou-se em 16 de Junho de 1891 e nele funcionou até 19 de maio de 1912 quando se transferiu para a sua séde atual, à rua Muniz Freire.



Edificio sito à mai Ped - l'année l'un seu livere e le seu e la fine edificio da Biblioréeo e se a se l'année organistica e e la fin benen a l'antique. At husalous a seu fei de fine e est e l'année de l'année de l'année de remain de l'année de main de l'année de remain e la company de ran Misnig fin e a

19-11-1891 - Agita-se a política nacional. O Presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, dissolve o Congresso Federal. Vários Governadores que apoiaram aquela atitude foram depóstos. Entre êles estava o do Espírito Santo, o Dr. Antonio Gomes Aguirre. Uma Junta Governativa assume o Govêrno do Estado. Fazem parte dela o Coronel ignácio Gouveia, Comandante do 32.º B. C. e os Drs. Graciano dos Santos Néves e Galdino Loreto. Govêrno de reação o primeiro ato da Junta foi dissolver o Congresso Legislativo.

- 51 -

24-12-1891 - Continua o movimento reacionário. Chega a vez do Tribunal de Justiça. A Junta, por ato desta data, o dissolve também. Dizia o art. 1.º desse ato: - "Ficam de nenhum efeito as nomeações que durante o regime da última Organização Judiciária, foram feitas para a Magistratura vitalícia do estado". O decreto era precedido da seguinte consideranda: -

"A Junta Governativa do Estado do Espírito Santo, considerando que na última organisação Judiciária do Estado foram ofendidos graves interesses dígnos de maior consideração pública, como sejam a integridade dos cidadãos que encaneceram no serviço da distribuição da justiça, o valimento de seus talentos, a dedicação com que se houveram nessa melindrosa taréfa; Considerando que dessa organização decorreu ficarem em disponibilidade diversos magistrados com manifesto prejuizo para os cofres da União e contra o dispositivo do art. 6 das Disposições Transitórias da Constituição Federal; Considerando mais que o Governo que decretou e organisou a Justiça do Estado constituiu-se com menospreso da lei; Art. 1.º. Ficam de nenhum efeito, etc."

Naquele mesmo dia 24 de Dezembro de 1891 porém, a Junta Governativa, tendo em vista que era "urgente prover a Justiça de segunda instância" reorganisava o Tribunal, nomeando os novos desembargadores. Foram então escolhidos os Drs. Afonso Cláudio de Freitas Roza, Luiz Manoel Mendes Vellozo e Getúlio Augusto de Carvalho Serrano, os quais "deviam compôr o Tribunal até ulterior deliberação". Dezoito dias após, por decreto de 11 de Janeiro de 1892 se completava a reorganisação do Tribunal com as nomeações dos Drs. Estevem José de Siqueira e Manoel Jerônimo Gonçalves. E no mesmo ato era designado para presidi-lo o Des. Afonso Claudio e como Procurador da Justiça, Soberania e Fazenda o Des. Mendes Vellozo. Estava, assim, definitivamente organisado o Tribunal de Justiça do Espírito Santo que havia de chegar, sem mais incidentes ou interrupções, até nossos dias.

Loreto, Governo de mação e prim ignácio Gouveia. Comandante do F. T. Anna Sala de La Caldi Aguirre. Uma Junta Covernativa ass. and a series a fiste of the bracket a deep Decidoro da Forces a, dissolve o Constante de larga de la constante de la cons 19-14-1891 Agita-se a politic and make the second and the second second

consideranda: -Gram feitra para a Magnatratura vitalis de caso de como de com le nenhum efetto as nomeações que an entre retraparar espaisir lustice. A Junia, por at-destradats redus are a second 24-12-1891 - Corming of the company of the state of the s

1.4. Picani de nembiam eterro, erc." respond to the control of the control of the que decretaju e organisco a fundça de e 5 das Disposições Transitérase da Consure que Sura que la consure de la consultada de la co mugastrados com manifesto prejuise (1916) como sejam a lucegrida le dos cidadas.
justiça, o valimento de seus taletres a de la cidada del cidada de la cidada del cidada de la cidada del ci como sejam a integrida le dos cidada. "A Junta Governativa do Estado do Espara en recesar a ser en el como de misso, el

até nosacs dias. de Justiça do Espírito San elique han a litera de la lata de lata de la lata de la lata de lata delata de lata de lata delata de lata de lata delata delata de lata delata dela e Faxenda o Des. Mendes Vellozia Exercia con de la companya de la casa de la designado para presidi to o Desi Ana en la capacidade y como en escapacidade de la capacidade de la capacida den Dra. Estevem José de Siqueira e Leman, adames a la partir a la lata antide 11 de Janeiro de 1807 se comples de 134, ... freitas Rota, Luiz Mancel Mendrs morneando ou movos desembatigados de la contra a su alha con en la la en la contra de Política para o Espírito-Santo. Era a segunda a ser votada regularmente sendo cronologicamente a terceira a vigorar no Estado já que a primeira a de 11 de Maio de 1890 fôra outorgada a título provisório. A nova Carta Constitucional tomava por modelo a Constituição provisória de 1890. O Tribunal voltava a denominar-se Côrte de Justiça e os seus membros - Ministros. Para o ingresso na magistratura era exigido uma "tradição honroza", uma "honestidade pública e privada inatacáveis" (art. 77) O acésso dos Juizes se fazia sempre por antiguidade. (art. 78) Todo o pessoal do fôro era vitalício. (art. 81) Nas Disposições Transitórias eram aprovadas as nomeações feitas pela Junta Governativa (art. 5) e se autorisava o Presidente do Estado a criar novas Comarcas. (art. 10) Esta carta Constitucional, obra modelar, dava, como se vê, expressão real e objectiva ao princípio da independência dos Poderes, consignada na Constituição Federal. A Côrte de Justiça nomeava não só os Juízes de Direito como todos os demais funcionários e serventuários da Justiça do Estado.

- 53 -

23-6-1892 - Baixa o Govêrno do Estado o Decreto n. 12 dando à Secretaria da Côrte o seu primeiro Regulamento. Sería ela composta de um Secretário, um primeiro Oficial, dois segundos, um Porteiro, um Continuo e um Oficial de Justiça. Como Escrivão funcionava o do Fôro da Capital que fosse designado pelo Presidente. A Secretaria se dividia em suas secções - uma judiciária e outra administrativa.

- 54 -

28-6-1892 - É dada uma nova Organisação Judiciária ao Estado. O que foi feito pela lei n. 7. Era, cronologicamente, a segunda reforma orgânica da Justiça espíritosantense. Vinha substituir o Decreto n. 95 de 11 de Maio do ano anterior que lançára a primeira estrutura judiciária do Estado. Com esta nova lei se inicia, entre nós, o processo de diferenciação ou especialisação de nossas leis. Não trazía como a primeira, formando um só corpo, disposições sôbre processo nem qualquer outra matéria extranha. Dava à Côrte de Justiça atribuições para classificar Comarcas, instala-las e designar-lhes as sédes. (arts. 4 e 7) Esta lei vigorou durante quinze anos. Resistiu assim ao prurido reformista que iria caracterisar a República. Foi reformada em dezembro de 1907, pela lei n. 516. Esta longevidade se devia à perfeição de seus princípios e ao cuidado na sua elaboração.

- 55 -

3-8-1892 - É publicado o Decreto n. 15 que veio dar ao nôvo Código de Processo Civil, Criminal e Orfanológico ao Estado. Era o segundo. Vinha substituir o que baixou com o decreto n. 95 do ano anterior. Continha 854 artigos. Já consignava progressos consideráveis. Assim é que para tôdas as ações civis ou comerciais só haviam dois processos: o sumário e o executivo, qualquer que fosse o valor da causa. (art. 25) Os recursos se

1

Côrte o seu primetro Segulamento in ela chia misma in interiori di ser granda, una carrella del Oficial, dois segundos, um Porteiro in richimistra di ser al la carrella del segundos, um Porteiro in richimistra di ser al la carrella del segundos, um Porteiro in richimistra di segundos di segund

1

pela lei ri. J. Era, cronologicamento de la de Acada de la composicamento de la de Acada de la composición de la composición sobre para en la composición de la composición de

27.50

Civil, Caminal e Ortanológica e 1 a 2 de en esta de es

reduziam a três - embargo, apelação e protesto. O Juiz estava aparelhado contra a chicana e protelações por meio de sábios dispositivos controladores.

- 56 -

10-11-1893 - Aprova a Côrte de Justiça, pela Resolução n. 40, o seu primeiro Regimento Interno. Vigorou durante 42 anos. Foi substituido em 1935 pelo atual que já reclama senão uma reforma, ao menos uma consolidação das modificações que vem sofrendo.

1900

- 57 -

3-11-1904 - A Constituição Estadual de 1892 sofre as suas primeiras modificações. Dessas apenas duas disposições se referiam à Justiça. A primeira facultava ao Juiz receber uma quóta dos emolumentos pelos atos praticados e a segunda considerava as leis de organisação judiciária como complementares do sistema constitucional não podendo ser reformadas senão pela fórma porque o pudesse ser a Constituição. A reforma constava apenas de 13 artigos e mais 5 nas Disposições Transitórias.

- 58 -

21-12-1907 - A lei n. 516 desta data, dá nova Organisação Judiciária ao Estado. Era a terceira reforma porque passava a Justiça. Respeitava a estrutura geral da anterior. Criava um nôvo Tribunal que denominava Tribunal Especial. Compunha-se êste Tribunal de dois Ministros e Juizes de Direito. Destinava-se a julgar os Ministros e Juizes de Direito nos crimes funcionais e conexos. Elevava a seis o número de Ministros. O acésso à Côrte competia a um dos cinco Juizes mais antigos. Facultava ainda aos Ministros, Procurador Geral, Juizes de Direito e Promotores Públicos receberem 80% das custas que lhes competissem pelo Regimento.

- 59 -

26-8-1911 - Baixa o Govêrno do Estado, pelo decreto n. 931 um nôvo Código do Processo Criminal. Era, cronologicamente, o terceiro. Já agora ele aparecia independentemente do Código do Processo Civil e Comercial. Continha 324 artigos. Obedecia a estrutura geral do anterior. Não trazia alterações dignas de registros. Teve vida curta. Em Setembro de 1914 era substituido.

- 60 -

30-9-1911 - Promulga-se um novo Código do Processo Civil e Comercial. Veio com

reduziam a três - embargo, apela, aco en en en en en partienta a en en entre entre en entre entre entre entre en

reclaima seralo uma reforma, actericias em em esta del ação em esta que se que esta como esta como esta como en Regimento fraction Vigorore dor mas al commercial control of the file office of pages 10-11-1893 - Aprova a Little of the pola file to the decrease re-

reformadas sentio pela fórma porque de la las estados para en la compresa. organisação judiciaria como complemente de Successe de la complete uma quota dos emolulmentos pelos at como de los entegraciones de las de-Destas apenna duas disposições se referê ma impaga as promise para a partia, que a partia, que Jel 1-1904 A Constraint such a selection 1804 and a selection assessment and

Ceral, Juiter de Direito e Prostor en librara peralleago de la cologna que finacompetia a um dos cinqui juices mare la cilencia de la contide de la la Manterega, e la progranos crimes funcionaus e conexos. Eferente a ser o plante e de late para la conexos de la conde dois Ministros e Junes de Direito, i no en la pagante a pás sumo en una ele Entresto. Criave um novo Imbunal que denomir a l'imbulati que per per la faction de la faction d Provincercenta reforma porque pascar de la pagaza de la presidente de la pagaza de la pagaza de la pagaza de la 21-13-1902 - A let a. 346 dest. Cartera in a 17 de rece primata en activita-

vida curta. Em Serembre de 1914 - 1914 Obedecia a astrutuera geral de antino de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya de la independentemente de digo do l Processo Criminal Fee cross times and a service of a service as 50-8-1911 - Bande and with the second and the secon

compensacin pelo Regunento.

o decreto n. 948. Era o terceiro a vigorar no Estado. Com ele se esboça um movimento de recuo, digamos assim, nos avanços e ousadias dos nossos primeiros legisladores. Começam a desaparecer as conquistas que tanto destacavam as nossas primeiras leis. Cedia-se o passo a um certo espírito reacionário. Assim é que no que tange às ações abandonava-se o excelente critério adotado no Código anterior de dois únicos processos (sumário e executivo) para todas elas para voltar-se à velha classificação. (ordinário, sumário, especial e executivo) E aquela síntese admirável que caracterizava os Códigos de 1892 era substituida por uma prolixidade exuberante e por vezes desnecessária. Basta considerar que enquanto o Código do Processo Civil de 1892 (Dec. n. 15) se continha, em bom vernáculo, em apenas 333 artigos o que comentamos se derramava por 1273 deles.

- 61 -

19-5-1912 - O Tribunal de Justiça passa a ocupar a sua atual sede, à rua Muniz Freire. Deixava o velho edifício onde funcionava desde 1892, à rua Pedro Palácios. A transferência se fez solenemente e dela o Presidente Jerônimo Monteiro fez lavrar ata especial para registrá-la.

- 62 -

8-5-1913 - É alterado pelo dec. n. 1464 o Código do Processo Civil de 1911. A alteração se cingiu à matéria de recursos e continha apenas 36 artigos.

- 63 -

13-5-1913 - Promulga o Congresso Legislativo do Estado uma nova Constituição. Era a quarta a vigorar no Estado. Acentua-se, nesta reforma constitucional, aquele movimento de reação e restrição às franquias consignadas em as nossas primeiras leis. Retirava-se do Tribunal a faculdade de nomear Juizes e Funcionários de Justiça que tanta originalidade dava à nossa primeira Carta. Os Ministros voltavam a se denominar Desembargadores. A velha Corte de Justiça passava a chamar-se Tribunal Superior de Justiça. O acesso ao Tribunal continuava a ser feito dentre os cinco Juizes mais antigos. Mantinha o Tribunal Especial, já agora, porém, para julgamento dos crimes de responsabilidade não só dos Desembargadores, Juizes e Procurador Geral, como do Presidente do Estado. Passava a se constituir de três Desembargadores e de três Deputados eleitos trienalmente.

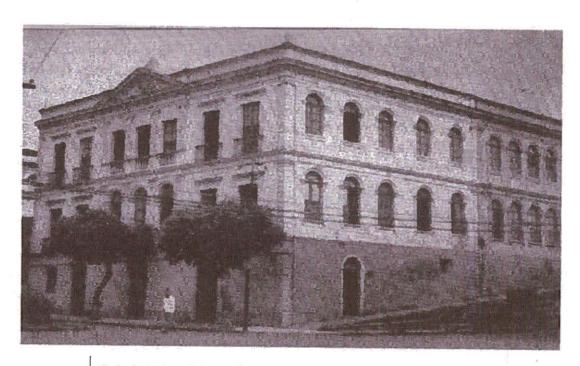
desapalace et as conquistante entiques en la desapalace et as conquistante entiques en la certo esplicito reaccionário.

o excelente critério edurado no Coca executivo) para un las elas para vinitario executivo). E eque la sinitase acam executivo. E eque la sinitase acam en la certo esplicito de frocesa.

que enquanto o Cócago de frocesa.

8-5 | 913 - É alterado pelo decisión de la companya del la companya de la company

Cro a quarta a vacciar destrora de la compara de la compar



Sede do Tribunal de Justiça, sito à rua Muniz Freire, onde funcionou desde 19 de Maio de 1912. o Tribunal ocupa a parte superior. Nas demais estão instalados o Fórum da Capital e cinco das seis Varas em que está dividida a Comarca de Vitória.

Sele do Interval de la companya desde los desde los de Maio de la companya demano estado mundrate de la companya del companya del companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya del companya de la companya del companya de

24-12-1913 – O Congresso Legislativo do Estado vota a lei n. 3 que veio dar uma nova Organisação Judiciária ao Espírito Santo. Era a quarta reforma porque passava a Justiça. Obedecia à nova estruturação dada ao Poder Judiciário pela Constituição Estadual desse ano. Elevava a sete o número de Desembargadores. Dava ao Presidente do Estado a faculdade de designar o Desembargador ou Juiz que devia fazer as correições nas Comarcas do Estado. Continha 298 artigos.

-65-

26-9-1914 – Com o decreto n. 1891 era promulgado um novo Código do Processo Penal. Foi o último a ser elaborado pelo Estado. Vinha substituir o Código do Processo Criminal de 1911. Foi uma das mais completas leis sobre a matéria que já tivemos. Vigorou, com pequenas alterações, verificadas em 1917 e 1927, durante vinte e sete anos. Unificando o Direito Processual Brasileiro foi substituído pelo Código Nacional de Processo Penal, baixado com o decreto-lei federal n. 3689 de 3 de Outubro de 1941.

-66-

23-12-1915 – Baixa o Governo do Estado o decreto n. 1055 dando um novo Código do Processo Civil e Comercial ao Espírito Santo. Era o quarto corpo de leis sobre a matéria. Sofreu uma alteração em 1917 e outra em 1927. registrava todos os avanços decorrentes da natural evolução do nosso direito. Vigorou até 1930 quando foi substituido pelo que trouxe a lei n. 1743 de 23 de Abril daquele ano.

-67-

24-3-1923 – Uma nova Constituição vem dirigir os destinos do Espírito Santo. Era cronologicamente a quinta Carta Política do Estado. Quanto ao Poder Judiciário se limitava a suprimir o Tribunal Especial para julgamento dos crimes de responsabilidade dos Governadores, Desembargadores e Procurador Geral e a extinguir o concurso para Juiz de Direito. O mais sôbre a Justiça era deixado à lei de Organisação Judiciária. Foi a mais sóbria das Constituições que teve o Espírito Santo. Ao Poder Judiciário dedicava apenas 9 artigos.

-68 -

14-8-1924 – Com a Constituição de 1923 veio uma nova reforma Judiciária, trasida pela lei n. 1465. Pouco inovou ao aparelho da Justiça. Estabelecia dois critérios para o acesso ao Tribunal: – o da antiguidade absoluta e o da antiguidade relativa entre os cinco

hova Organisação (udiciátia ao basis).

Ingesça Obedenia a tava estanturação (una faste de la mana de la mana

Perial. Fol o último a ser elaborado pelo de Crianinal de 1911. Foi uma das mais compaquents alterações, verificada. In 1992 de Crianinal de Direito Processual Brasileiro foi o ser a lo peio casa o decreto-lei federal a 1993 de Direito Processual Brasileiro foi o ser a lo peio casa de Direito Processual Brasileiro foi o ser a lo peio casa de Direito Processual Brasileiro foi o ser a lo peio casa de Direito de decreto-lei federal a 1993 de Direito de Direito de decreto-lei federal a 1993 de Direito de Dire

do Processo Civil e Comercia so Fagira de Learna de la comercia so Fagira de Learna de

cronologicamente a quinta Carta Policia.

a suprimir o Tribuoal Especial para i carta de la Covernadores, Desembargadores.

Diretta. O mais sobre a justiça era suca a solaria das Constituações que teva o la stragoa.

pela let n. 1465. Fouco movou se apara da lasta de la lasta del lasta de la lasta de la lasta della la

Juizes mais antigos. O ingresso na magistratura era feito por concurso de títulos. O tribunal tinha 20 dias para proceder a qualquer sindicância sobre a idoneidade dos candidatos. Essa organisação vigorou até 1929.

-69-

20-6-1928 — Promulga o Congresso Legislativo do Estado a sexta Constituição espírito-santense. Não trasia alterações de fundo ao Poder Judiciário. Modificava apenas o modo de acesso dos Juizes ao Tribunal. Esse acesso podia ser feito de três modos: — por antiguidade absoluta, por antiguidade relativa entre os cinco Juizes mais antigos e por merecimento, êste último apurado em concurso de provas orais e escritas perante o Tribunal e entre os Juizes que tivessem mais de quatro anos de investidura. Restabelecia o concurso para o ingresso na magistratura entre candidatos com mais de quatro anos de exercício no Ministério Público ou Advocacia efetiva. A promoção de entrância era feita pelo critério único da antiguidade. Voltava ao Tribunal a competência para nomear e demitir os funcionários de sua Secretaria.

-70-

5-2-1929 – Em consequência da reforma constitucional de 1928 votou o Congresso Legislativo a lei n. 1710 dando nova Org. Judiciária ao Estado. Como novidade criava um nôvo órgão – o Conselho Disciplinar. Destinava-se à inspeção da Magistratura e a corrigir abusos, omissões e faltas dos Juizes. Compunha-se do Presidente do Tribunal e de dois Desembargadores eleitos por um ano pelos seus pares. As Correições passaram a ser feitas por um Corregedor eleito por um biênio entre os Desembargadores. A escolha podia recair também em Desembargador em disponibilidade.

-71-

23-4-1930 – É dado, pela lei n. 1743, um nôvo Código de Processo Civil e Comercial ao Estado. Consubstanciava tôdas as conquistas de época. Era um dos mais completos do Brasil. Vigorou até 1939 quando do advento do Código do Processo Civil Brasileiro (dec. lei. fed. n. 1608) então promulgado em consequência da unificação constitucional do nosso Direito Processual.

-72 -

24-10-1930 – Em consequência da Revolução vitoriosa desse ano assume o Govêrno do País uma Junta Governativa composta dos Generais Augusto Fragoso, João de Deus Mena Barreto e Almirante José Izaias de Noronha. Na ata de posse era o Presidente Wasington Luiz destituido de suas funções e obrigado a afastar-se do País.

Curles made antigua. Pergression el magente en el terrale de la compaction de la 20 citata par el proceder a que deperte el compaction de la 20 citata de la 2

5-2-1929 - Em consequência de referencia de

23-4-1930 - É dacha pella le managana de la seconda de la consultante as tAdas es consultante asta 1939 quando de la consultante del consultante del consultante de la consult

24-10-1930 - En masquirre i an inchessor de l'aix uma Janua Covernation compour .
Mene Barreto e Alindrante just Isa su il .
Musuigton Lubi destituide de some fait :

11-11-1930 – Institui-se no País, pelo decreto n. 19.398, um Govêrno Provisório, em virtude da vitória do movimento revolucionário que irrompera em Outubro desse ano. Assumia a chefia do Govêrno o Dr. Getúlio Vargas, chefe ostensivo daquele movimento. Quanto à Justiça declarava aquele decreto: – "O Poder Judiciário Federal, dos Estados e dos Territórios continua a ser exercido na conformidade das leis em vigor, com as modificações que vierem a ser adotadas e com as restrições que destas decorerem. Suspendia as garantias constitucionais. Excluia de apreciação judicial os atos do Govêrno. Criava um Tribunal Especial para processo e julgamento de crimes políticos etc.

-74-

13-3-1931 – O Tribunal de Justiça, pela Resolução n. 5 nomea um novo Secretário. Recái a nomeação no Dr. José Maria Pacheco. O nomeado era o quarto a exercer essas funções desde a instalação do Tribunal em 1891. O primeiro foi o Cel. Ovídio dos Santos, o segundo o Snr. Emílio da Silva Coutinho e o terceiro o Dr. Arthur Lourenço de Araujo Primo.

- 75 -

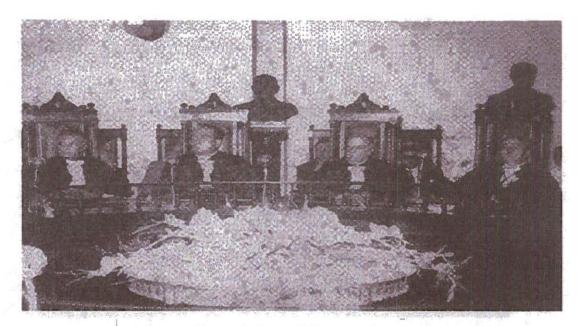
14-5-1932 – Baixa o Govêrno Provisório da República o decreto n. 21.402 fixando o dia 3 de Novembro do ano seguinte para realização das eleições à Assembléia Constituinte. Criava, em seguida, uma comissão para elaborar o ante-projéto de Constituição, presidia pelo Ministro da Justiça. Os trabalhos da Comissão foram regularmentados pelo decreto n. 22.040 de 1 de Novembro de 1932. Faziam parte da Comissão os Drs. Afonso de Mello Franco, Temistocles Cavalcanti, Francisco Antunes Maciel, Osvaldo Aranha, Goes Monteiro, Solano Cunha e Castro Nunes.

-76 -

16-1-1933 – É reorganizado, pelo decreto n. 3176 o Tribunal de Justiça. O número de desembargadores é elevado a oito. Subdividia-se em duas Câmaras – a Civil e Criminal. O Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor Geral passaram a ser eleitos por um biênio, proibida a reeleição.



A Segunda Turma do Tribunal. Da esquerda para a direita: – Des. Vicente Caetano, Cupertino de Castro, Gilson Mendonça e José Vicente.



A Primeira Turma do Tribunal. Da esquerda para a direita: — Des. Danton Bastos, Rômulo Finamore, João Manoel e Ernesto Guimarães.

A Pure, no Turma de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la co

6-11-1933 – A Comissão Especial nomeada pelo decreto n. 21.402 de 14 de Maio de 32 apresenta o ante-projéto de Constituição Federal. Por êsse projeto eram órgãos do Poder Judiciário: – o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal das Reclamações na Capital da República, os Tribunal das Relações nos Estados, os Juizes de Direito nas Comarcas e os Juizes de Termo nas sédes destes. A Justiça de Paz sería regida por uma lei orgânica votada pela Assembléia Nacional. Aos Estados cabia, entretanto, legislar sôbre sua divisão judiciária e nomeiação de Juizes. Regulava a investidura nos primeiros gráus por Concurso; o acesso era feito na proporção de dois terços por antiguidade e um por merecimento; a composição dos Tribunais da Relação na proporção de 2 terços de Juizes de Direito, sendo um por antiguidade e outro por merecimento e o terço restante por juristas de notável saber e reputação ilibada; fixação de vencimento mínimo, asseguradas as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade. O Congresso entretanto alterou profundamente êsse ante-projeto.

-78 -

16-7-1934 — O Congresso Federal promulga a terceira Carta Constitucional brasileira. Era a segunda da República. Grande alteração trouxe à Justiça. Ao contrário trouxe à Justiça dos Estados. Lançava a estrutura geral dessa Justiça. Elevava à categoria de princípios constitucionais velhas normas deixadas, até então, à competência dos Estados. Era a volta à centralisação, ou para melhor dizer, era uma reação à excessiva liberdade conferida aos Estados nessa matéria. Esses princípios tendentes a unificar normas e garantir melhor a magistratura dos Estados, diziam respeito à investidura nos primeiros gráus, ao acesso aos gráus superiores, à inalterabilidade quinquenal da Organisação judiciária, à fixação do número de Desembargadores só alterável por proposta do próprio Tribunal, à equiparação dos vencimentos dos Desembargadores aos dos Secretários de Estado e à admissão de advogados e membros do Ministério Público na composição dos Tribunais, à razão de um quinto, além de outras. O Supremo Tribunal passava a chamar-se Côrte Suprema e os Tribunais dos Estados Côrtes de Apelação. Vigorou esta Carta por apenas três anos. Em 1937, em virtude de um golpe de Estado, outorgava o Govêrno uma outra.

- 79 -

16-7-1934 – A Constituição Federal desta data regulou e uniformizou, em todo o País, o modo de acesso dos Juizes dos Estados aos Tribunais Superiores. De duas formas êsse acesso podia se dar: – por antiguidade de classe e por merecimento, alternadamente. (art. 104, letra – b) Passava assim à categoria de princípio constitucional o que até então era deixado à competência dos Estados na organização de suas Justiças. A regra foi conservada na Carta Federal de 10 de Novembro de 1937 (art. 103, letra – b) e mantida na atual. Antes dessa unificação os Estados adotavam sistemas vários de promoção. No

Espírito-Santo, por exemplo, desde a instalação de seu Tribunal de Justiça, já vigorou os seguintes: – a) – antiguidade (Constituição de 1890, art. 70); b) – livre nomeação entre Juizes de mais de quatro anos de judicatura e advogados com maus de seis de prática forense (Constituição de 1891, art. 55, § 1.º); c) – antiguidade (Constituição de 1892, art. 73); d) – antiguidade entre os cinco Juizes mais antigos (Constituição de 1913, art. 65); e) – antiguidade absoluta alternada com a antiguidade relativa dentre os cinco Juizes mais antigos (Org. Jud. Lei n. 1465, art. 14) e f) – antiguidade absoluta, antiguidade relativa entre os cinco juizes mais antigos e merecimento apurado em concurso de provas entre os de mais de quatro anos de curso de provas entre os de mais de quatro anos de judicatura. (Constituição de 1928, art. 42, § - único).

-80 -

11-8-1935 — Adaptando-se aos novos princípios constitucionais lançados pela Constituição Federal de 1934 o Congresso Estadual promulga uma nova Carta Política para o Espírito Santo. Era a sétima. Estando o arcabouço geral da Justiça dos Estados já estruturado pela Carta Federal, reduzida ficou a atividade do legislador estadual nesse sector. A nova Constituição elevava a nove o número de Desembargadores, número que só poderia ser alterado por dois terços, pelo manos, da totalidade de seus membros. Para o ingresso na magistratura além do título academico exigia idade maior de 25 anos e menor de 45, quatro anos de prática forense efetiva e residência no Estado por dois anos além de concurso de provas. No mais seguia a orientação federal.

-81-

4-10-1935 – Aprova o Tribunal de Justiça, pela Resolução n. 13, o seu nôvo Regimento Interno. Era o segundo desde a sua instalação. Veio substituir o de 10 de Novembro de 1893 baixado com a Resolução n. 40.

-82 -

10-11-1937 – Outorga o Chefe do Govêrno da República uma nova Constituição para o Brasil, estabelecendo um regimem a que se chamou de Estado Novo. Era a terceira Carta Política do Regimem Republicano. Caracterisava-se por uma centralisação quase absoluta de poderes nas mãos do Chefe do Govêrno. Assim é que dava ao Presidente da República a faculdade de renovar o próprio mandato e de intervir nos Estados para manter ou não o dos Governadores. Podia ainda indicar candidatos à Presidência da República, adiar, prorrogar e convocar o Parlamento, dissolver a Câmara. Vedava ao Judiciário o conhecimento de questões políticas. Mantinha, no mais, os princípios e garantias judiciárias consubstanciadas na Carta de 1934. Pouco valiam entretanto a manutenção de tais garantias porque o Chefe do Govêrno estava armado do art. 177 com o qual podia, "a seu juizo exclusivo" aposentar, demitir e destituir das funções quem quer que fosse. A reação operada

Construição Federal de 1934. Com esta asalama de para o Espírito Santo, Era a setama la sea a setama de se com a construição esta a setama de sea a sea

pare o Brasil estabelecend um reservable de Brasil estabelecend um reservablem Republica de Poderes nas meos de Chera República a faculdade de emovar produción de República a faculdade de emovar produción propogar e conversar o far confactamento le preside política confactamento le preside política de convariable de conversar o far convariamentales as a Carta de 191 de convariamentales as a Carta de 191 de conque o Chefe do Governo estas de confactar de minimistrales as a Carta de 191 de conque o Chefe do Governo estas de conque de conque o Chefe do Governo estas de conque de con

pelo espírito jurídico do País, justamente apreensivo, obrigou o Govêrno a recuar e a baixar, em 1938, o decreto-lei n. 1202 que registramos adiante. Quasi dez anos vigorou, assim modificada, esta Constituição. Foi substituída pela de Setembro de 1946 que ainda vigora, no momento em que escrevemos estas linhas. (Agosto de 1955).

-83 -

15-1-1938 — O decreto-lei n. 8959 dá nova composição ao Tribunal de Justiça. Passava êle a funcionar em suas Câmaras Civil e Criminal com quatro Juizes no máximo e três no mínimo. Para as Câmaras reunidas estabelecia cinco no mínimo e oito no máximo. Regulava ainda o funcionamento das Câmaras quando o número de Desembargadores fosse fixado em oito.

-84 -

8-4-1939 — Baixa o Govêrno Federal o Decreto-lei n. 1202 dispondo sôbre a administração dos Estados e Municípios. Enumerava as matérias que, nos Estados, dependeriam de aprovação do Presidente da República. Entre estas estavam as leis de Organização Judiciária. Este Decreto-lei pela natureza e extensão da matéria que regulava era quasi uma nova Constituição para os Estados. Basta acentuar que o seu artigo primeiro dizia: — "Os Estados até a outorga das respectivas Constituições, serão administrados de acôrdo com o disposto nesta lei". Este Decreto-lei impondo restrições ao próprio poder quasi absoluto do Chefe do Govêrno foi uma vitória do espírito jurídico do País, justamente apreensivo, como o dissemos, com a soma de poderes enfeixados nas mãos de um só homem.

-85 -

18-9-1939 – O Govêrno Federal decreta o Código do Processo Civil para o Brasil. (Dec. lei n. 1608) Era a unificação do processo estabelecida na Carta Federal de 1934 e mantida na de 1937. Findava assim para os Estados a faculdade de legislar sôbre matéria processual que lhes outorgava a primitiva Constituição republicana. E voltamos, deste modo, à unidade do processo dos velhos tempos da Monarquia. Durante esses anos de república teve o Espírito Santo cinco Códigos de Processo Civil. O primeiro em 1891 (Dec. n. 95 de 11 de Maio); o segundo em 1892 (Dec. n. 15 de 3 de Agosto); o terceiro em 1911 (Dec. n. 948 de 30 de Setembro); o quarto em 1915 (Lei n. 1055 de 23 de Dez.) e quinto em 1930 (Lei n. 1743 de 23 de Abril) sem contar as pequenas alterações verificadas em 1917 (lei n. 1118 de 17 de Janeiro) e em 1927 (lei n. 1658 de 1.º de Outubro).

peto espítrico jurídico do Pate, pestamento acrea a viva a constituidade de la constituidade de la constituidade Fermillo de Para a constituidade peto de Para a constituidade de Para a constituidade de la c

Fassaya ele a functionar em suas Câmaras reunnis estación en la companya de la functionar em suas Câmaras reunnis estación en la companya de la companya estación en companya estación en la companya en la companya estación en la companya en la companya estación en la companya en la companya estación en la companya est

41 -

18-9-1939 - O Governo Federal increas of only discrete we have as the formal to the first of the first of the control of the c

lo pelo Decreto-lei n. 11.666. Era a sétima e a primeira a ser aprovada pelo Presidente da República na forma do Dec.-lei n. 1202 de 8 de Abril de 1939. fixava em oito o número de Desembargadores. Criava o logar de Desembargador Substituto eleito bienalmente com o Presidente e o Vice-Presidente. Conservava a divisão do tribunal em Câmaras. Mantinha o Conselho Disciplinar a ser exercida pela Câmara Criminal em sua parte administrativa. Suprimia o concurso de provas e adotava o de título e documentos para o ingresso na magistratura. Extinguia os cargos de Juiz Substituto e criava quatro de Juizes Municipais. Extinguia também o logar de Corregedor. As correições, quando necessárias, eram feitas por um Desembargador eleito pelo Tribunal. O Presidente baixava, então, as instruções para cada caso. Esta Organisação vigorou durante seis anos. Foi substituida em 1946 pela que se encontra ainda em vigor nesta data (1955).

-87 -

3-10-1941 – Decreta o Govêrno da República o nôvo Código do Processo Penal para o Brasil. Voltavamos à unidade do Direito Processual do Império, restaurada pela Constituição de 1934 e mantida pela de 1937. Findava assim para os Estados a faculdade de legislar sôbre a matéria. Nesses anos de República teve o Espírito Santo quatro Códigos de Processo Penal. O de 1891 (Dec. n. 95 de 11 de Maio); o de 1892 (Dec. n. 15 de 3 de Agosto); o de 1911 (Dec. n. 931 de 26 de Agosto) e o de 1914 (Dec. n. 1891 de 26 de Setembro). Esses Códigos sofreram alterações em 1917 (Lei n. 1108 de 17 de Janeiro) e em 1927 (Lei n. 1658 de 10 de Outubro).

-88-

19-7-1943 – Instala-se no Rio de Janeiro a Primeira Conferência de Desembargadores brasileiros. Representaram o Tribunal do Espírito-Santo os Desembargadores Rômulo Finamore e Danton Bastos. Os trabalhos da Conferência foram publicados em Anais em 1944.

-89-

24-2-1945 – Inaugura-se solenemente no salão das sessões do Tribunal de Justiça do Estado, por iniciativa do Des. Danton Bastos, o busto, em bronze, do Conselheiro Rui Barbosa, discursando, na ocasião, vários oradores representando os Juizes de tôdas as entrâncias do Estado, Serventuários e Advogados.

-90-

27-10-1945 – Outorga o Govêrno uma nova Constituição ao Estado. Era cronologicamente a oitava Carta Política do Espírito Santo e a segunda a ser outorgada

diretamente pelo Chefe de Estado. A primeira, como vimos, foi em 1890, pelo Governador Comandante Constante Gomes Sodré. Esta 2.ª foi a Constituição de maus rápida duração que teve o Esp. Santo. Vigorou durante 48 horas apenas. O Govêrno Ditatorial da República, premido pelas forças políticas do País, baixou, em 10 de Outubro de 1945, o decreto-lei n. 8063 determinando que os Interventores Federais outorgassem dentro de 20 dias, as Cartas Constitucionais dos seus Estados. O do Espírito Santo nomeou logo uma Comissão para elaborar um ante-projeto. Da Comissão faziam parte os Drs. José Sette, então Secretário do Interior, Vicente Caetano, então Procurador Geral e Eurípedes Queiróz do Valle, então Juiz da 4.ª Vara da Comarca da Capital. Para base dos estudos tomou a Comissão o esbôço da autoria do Dr. Vicente Caetano. Preparado e aprovado o projéto foi êle outorgado naquele dia 27 de Outubro. Dois dias após era depôsto o Chefe do Govêrno da República e uma nova ordem de cousas se instalava no País. Assume o Governo o Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal. E pelo decreto n. 8155 de 1.º de Novembro daquele ano eram revogadas tôdas as Constituições assim outorgadas.

-91-

25-1-1946 – Uma nova Lei de Organisação Judiciária é decretada para o Espírito Santo. Vinha através o Dec. lei n. 16051. Era a oitava reforma da Justiça que se fazia. O Tribunal continuava com a denominação de Tribunal de Apelação. Nova composição era dada ao Conselho Diciplinar que passava a chamar-se Conselho de Justiça e a formar-se com o Presidente do Tribunal, o Vice-Presidente e o Corregedor Geral. Criava também o Conselho de Justiça Militar para julgamento dos crimes praticados por oficiais e praças da Força Policial do Estado. Devia presidi-lo, como Auditor, o Juiz da Vara Criminal da Capital. Quanto à investidura e promoções de magistrados, seus vencimentos e inalterabilidade quinquenal da organisação e divisão judiciária, mantinha os mesmos princípios consagrados pelas Constituições Federais de 34 e 37. Restabelecia os cargos de Juiz Substituto e extinguia os de Juiz Municipal. Criava ainda os cargos de Sub-Procurador Geral e os de Secretário do Ministério Público e da Corregedoria. Esta passava a ter organisação autônoma e a ser exercida por um Desembargador eleito juntamente com o Presidente e Vice-Presidente do Tribunal. É esta a Organisação ainda em vigor no momento em que escrevemos estas linhas. (Julho de 55) E com ela teve o Espírito Santo, desde a proclamação da República oito Organisações Judiciárias. A primeira surgiu com o decreto n. 95 de 11-5-1891; a segunda com a lei n. 7 de 28-6-1892; a terceira com a lei n. 516 de 21-12-1907; a quarta com a lei n. 3 de 24-12-1913; a quinta com a lei n. 1465 de 14-8-1924; a sexta com a lei n. 1710 de 5-2-1929; a sétima com o Decreto-lei n. 11.666 de 2-4-1940 e a oitava, a que ora registramos, com o decreto-lei n. 16051 dessa data. Não incluimos aqui as pequenas alterações e reformas parciais, de pouca monta, sofridas por essas leis.

The second of th

The Second Secon

A publicação toma o nome de "Revista do Tribunal de Justiça do Espírito Santo". A primeira publicação da jurisprudência espírito-santense se deve ao Presidente Ministro Estevam José de Siqueira. Surgiu em 1891. Denominava-se "Coleção das Decisões Judiciárias" e compreendia os julgados de 1891 a 1896. Interrompida nesse ano continuava, em 1904, sob a denominação de "Acórdãos", já então sob a direção do Presidente Ministro Luiz Manoel M. Vellozo. Interrompeu-se esta publicação, mais uma vez, em 1908. Em 1917 os advogados Drs. José Bernardino Alves Júnior, Arthur Lourenço de Araujo Primo e Américo Ribeiro Coelho iniciaram a publicação de uma revista a que deram o nome de "Rezenha Judiciária". Era uma publicação trimestral de Doutrina, Legislação e Jurisprudência. Os julgados do tribunal passaram a ser nela divulgados. Em 1920 resurgiam os "Acórdãos" como órgão oficial da Justiça sob a orientação do Presidente Desembargador Antonio Ferreira Coêlho. Reapareceu em 1929 a "Rezenha Judiciária" já então sob a direção do advogado Dr. Ivo Felisberto. Saíram apenas cinco números. Em 1934 o Des. Danton Bastos fundava o "Espírito Santo Judiciário" publicação bi-mensal de Doutrina Legislação e Jurisprudência. Em 1936 passava êle a direção da Revista aos advogados Drs. Orlando Bulção Viana, José Santos Néves e Eurico Saileles. Em 1942 reapareciam os "Acórdãos" como publicação oficial dos trabalhos do Tribunal. Era trimestral. Naquele ano foram publicados quatro fasciculos apenas. Em 1946 voltavam a circular os "Acórdãos" já agora com a denominação de "Revista do Tribunal de Justiça do Espírito Santo". Vem sendo publicado semestralmente até o presidente. É o órgão oficial do Tribunal. Conta já oito volumes.

-93 -

6-9-1946 – Cria o Presidente da República pelo Decreto-lei n. 9739, um emblêma e uma carteira de indentidade para os Juizes brasileiros. O emblema é representado por um "botão de ouro, de forma circular anverso com 16,0 mm de diametro, circulo em ouro, contornado por folhas de café cinzeladas, tendo no centro, o mapa do Brasil, em branco, sôbre campo azul, coberto pela balança da Justiça; verso com 13,0 de diametro tendo em relêvo as armas da República, encimada pela palavra "Magistrado". O seu uso é facultativo mas privado dos que exercerem funções judiciais mesmo quando em inatividade. Aos Presidentes dos Tribunais era deferida a faculdade de expedir as Carteiras de identidade.

-94-

18-9-1946 – É dada uma nova Carta Política aos brasileiros. Como as de 34 e 37 dedicava um título inteiro à Justiça dos Estados. Consignava tôdas as franquias e princípios já outorgados pelas anteriores no tocante à inalterabilidade quinquenal da divisão e organisação judiciária; à promoção; à equiparação dos vencimentos dos Desembargadores a dos Secretários de Estado; à alteração do número de membros do Tribunal só possível por propósta do próprio Tribunal, etc. Os Tribunais dos Estados voltaram à velha denominação de Tribunal de Justiça. Na esfera federal instituía o Tribunal Federal de Recursos. Restaurava os Juizes e Tribunais Militares e Eleitorais previstos pela Carta de 1934 e criava mais os

do Tribanal de Justiga do Esparación de mandel que sen a comprehensa de la deapenas Em 1946 voltavama circular e in este differente e in termination de mandata e Novembre grahabhos do Tribunal. Éra trumestra l'estra e assatte est a differen peut e la coulle Neves a Eurico Salleles. Em 1944, de por a men on Mendeles an anti es ha est, est del des pepaaya ele a direçan da Revista anno el mado. El el date el Melec el man. El Saint de Santo Judiciário" publicação bi-meta-a - C. a meta de meta a desta a 18 de 1977. Feliaberto, Salram apertas cinco númera e los de la la la fina en antendanda e "Taperta" Responence em 1929 a Hesenha linnar da ja rativa di cara de la advesa la Fie foroficial da Justiça sob a crientação do la materite (he sente en el materia ferran e Coefficia) embunal passarium a ser nela divolgo de la 1920 de con de la la conda se la conda se la conda de la conda se la conda de la conda del la conda de la c Eta uma publicação trimestral de Lorico a Legistia, a consequal con a consequencia de la consequencia della dell Coelho iniciaram o putem ação de temares sus caquestes a satura e el morable los estes el-Dra. José Bernardino Alves Jánico, Action - leade to a month of the median of the first state of the first s M. Velloro Intertratopeuse sate publicar in retainment per a 1877 and in 1977. a denominição de "Acordara", iz en acara adare transfer acara de acaracia de Adamento Maria comparendia os julgedos de 1891 a 180 A francisco de la la la la la productiva de la francisca de la forma de la comparendia os julgedos de 1891 a 180 A francisco de la franc José de Siqueira. Surgiu em 1891. Les rechavastes l'agressa l'activités Jude des des l'activités de l'activités A publicação tema o davine de "Revistora a propositira a porto a como a forma a como a

uma carrega de indentidade para in cara de la carrega de indentidade para in cara de la carrega de indentidade para in cara de la cara de cara circular de cara de car

dedicava um situlo inteiro à justica discreta discreta discreta di servicia di socione del controgrados pedes anteriores di servicio de l'activa de l'

Juizes e Tribunais do Trabalho. Instituia o concurso de provas para o ingresso na magistratura dos Estados, concurso que devia ser organisado com a colaboração do Conselho Secional da Ordem dos Advogados. Era a quinta Constituição Política do Brasil desde a Independência e a quarta da República. E é a que vigora no momento em que traçamos essas linhas (1955).

- 95 -

18-9-1946 – A Constituição Federal promulgada nesta data consubstanciava quanto à Justiça, como vimos, tôdas as conquistas e franquias já consagradas pelas Constituições de 34 e 37. Dava a denominação de Tribunais de Justiça aos Tribunais dos Estados. Voltava assim o Tribunal do Espírito Santo, depois de meio século, a ter a mesma denominação que lhe fôra dada em 1891 pela sua primeira Lei Judiciária. Durante êsse tempo teve o nosso mais alto Orgão judiciário as seguintes denominações: – Tribunal de Justiça (1891), Côrte de Justiça (1892), Tribunal Superior de Justiça (1913), Côrte de Aepalação (1934), Tribunal de Apelação (1937) e novamente Tribunal de Justiça em 1946.

-96-

26-7-1947 – A mesa da Assembléia Constituinte promulga mais uma Constituição Política para os espírito-santenses. Era a nona Carta Constitucional do Estado. Com o movimento de centralisação administrativa e institucional iniciado com a Constituição Federal de 1934, mantido na de 1937 e conservado na de 1946, notadamente no que tange à organisação da Justiça, muito pouco fora deixado ao legislador estadual. Sensivelmente reduzida ficou, em verdade, a área reservada aos Estados. Daí porque as Constituições dos Estados se limitaram a reproduzir o que estava estruturado no diploma federal. A última Carta espírito-santense, a que ora registramos, continha, tôda ela, 79 artigos. E todo o capítulo relativo ao Poder Judiciário era tratado em apenas oito. Nesses 66 anos de República já vigoraram no Espírito Santo nove Cartas Constitucionais. A primeira delas é de 1890 (11 de Nov.); a segunda, de 1891 (20 de Junho); a terceira de 1892 (2 de Maio); a quarta de 1913 (13 de Maio); a quinta de 1923 (24 de Março); a sexta de 1928 (20 de Junho); a sétima de 1935 (11 de Agosto); a oitava de 1945 (27 de Outubro) e a nona de 1947 (26 de Julho). Dessas apenas duas foram outorgadas – a de 1890, pelo Vice-Governador Almirante Constante Gomes Sodré e a de 1945 pelo Interventor Federal Dr. Jones dos Santos Neves. As demais foram votadas regularmente pelos Congressos Constituintes.

-97-

9-1-1954 – O Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Euripedes Queiróz do Valle, baixa a Resolução n. 2 desta data, criando o "Registro Bio-bibliográfico dos

255.45 imha! (1957), da Ordeni dos Advogazon, Ett. . . . dos Escusios, com unso que devia en

Independencia e a quarto da Republica de la sera a para luces e Imbanata de la denho distrat.

bribunal de Apelação (1937) e reveament. Tratamat de pasta y consequentes Côrte de Justiça (1892), Tribunal Suosa - k Justique, 1892, morso mais also Orgao audiciacio de apara la decare insegue e de la facto de para la facto de la facto que lhe lòra dada em 1891 pela mar con cea calega da la constanta de la consta ayum o Intignal de Espirus Santo Ingano, americando la actual con a su con ste 34 e 37. Paya a denominação de 1 do como separación do como o por a construción de à Justiga, como vanos, nobressador, e e de experience e en en en el como el como en el como 18-9-19-46 - A LA Constitute, St. Language of the constitution of

Constitutions. Jones dos Santos Meyer. As desens Qovernador Almirante Correr vice Corre nona de 1949 (26 de Julito). Liessos aparasas 66 antes de República ja vipi ratain villa de la companya de República ja vipi ratain villa de la companya de República ja vipi ratain villa de la companya de República ja vipi ratain villa de la companya de República ja vipi ratain villa de la companya de República ja vipi ratain villa de la companya de República ja vipi ratain villa de la companya de República ja vipi ratain villa de la companya de República de la companya de República de la companya is lieral. A til tima Carta sapirite sacres. Committuições dos Esta los se lamentamos en promitivo a promitivo de la promitivo de la companiona del compa Seraivelmente reduzida nena, en accasa de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya del companya del companya de la companya del companya de la companya del tange à organisação du justiça, en el composição do partido de la composição de la composiç Federal de 1914, mundo os de iv movemento de centralização administrativa de la companya de la contralização administrativa de la contralização de la contralização administrativa de la contralização de la contralização de l Tobrica para os espino-santonaes, for 26-7-1942 - A carva da Assemi en la carra da Assemi en la carra de altra de la carra de la

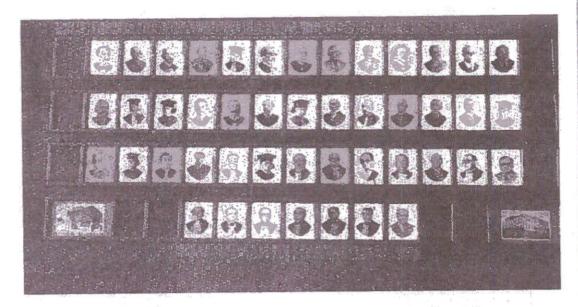
So Nalle, balza .. Richard at South and analy and an armed and 1 9-1-1954-Cilin-Mentala Information and a second and a second and

Juizes do Estado". A biografia dos Desembargadores atuais vem sendo publicada pela Revista do Tribunal. Os antigos membros do Tribunal tiveram as suas biografias publicadas em registros não oficiais. No seu precioso livro "Homens e Cousas do Espírito Santo", edição de 1914, o historiador Prof. Amâncio Pereira publicou muitas delas.

- 98 -

31-5-1954 — O Tribunal de Justiça participa das comemorações oficiais então levadas a efeito, em colonisação do sólo espírito-santense. O Des. Euripedes Queiróz do Valle, então na Presidência do Tribunal, aproveita a oportunidade e inaugura festivamente as Galerías dos Desembargadores. Uma geral, constituida de um único quadro, de grandes proporções, contendo os 46 desembargadores que até aquela data passaram pelo Tribunal, postos na ordem de suas investiduras e uma outra, especial, composta dos que exerceram a Presidência. Esta, constituida de quadros individuais, contendo os 26 desembargadores que exerceram aquêle pôsto até aquele ano. Damos aqui, a título de curiosidade, já que estamos tentando uma reconstituição histórica do Tribunal, a relação completa de todos os Desembargadores espírito-santenses desde a instalação desse órgão em 1891, assinalando a data da investidura e a do afastamento.

NOME	INVESTIDURA	
José Feliciano Horta de Araujo	INÍCIO	FIM
Carlos Ferreira de Souza Fernandes	11-5-1891	24-12-189
NOME Source Fernandes	11-5-1891	24-12-189
	INVESTIDURA	
Manoel Armindo Cordeiro Guaraná	INÍCIO	FIM
José Camilo Ferreira Rebelo	11-5-1891	24-12-189
Afonso Claudio de Freitas Roza	11-5-1891	24-12-189
Luiz Manoel Mendes Vellozo	23-12-1891	22-10-1920
Getúlio Augusto de Carvalho Serrano	24-12-1891	10-12-1907
Estevam José de Siqueira	24-12-1891	22-12-1910
Manoel Jerônimo Gonçalves	11-1-1892	4-7-1920
Gregório Magno Borges da Fonseca	11-1-1892	21-1-1895
José Cardoso da Cunha	8-7-1892	27-7-1925
Antonio Ferreira Coêlho	1-2-1895	7-12-1897
Daniel Germano de Aguiar Montaroyos	24-7-1896	31-3-1925
Barcímio Pais Barreto	14-12-1897	3-11-1901
João Madeira de Freitas	21-10-1898	28-3-1910
Manoel dos Santos Néves	17-12-1907	2-4-1913
Carlos Francisco Gonçalves	17-12-1907	15-12-1930
Francisco de Paula Mendes Wanderley	1-4-1910	22-9-1921
Anésio Augusto do Como II. C	24-12-1910	5-4-1921
Anésio Augusto de Carvalho Serrano NOME	5-1-1911	3-2-1917
	INVESTIDURA	
Lourenço de Morais Freitas Barbosa	INÍCIO	FIM
Levino Augusto de Holanda Chacon	9-4-1913	30-12-1924
José Espindula Batalha Ribeiro	11-11-1920	13-8-1917
Genuíno Aguido de Andrade	1-10-1921	1-4-1930
ozias Batista Martins Soares	14-6-1922	8-1-1926
osé Antonio Lopes Ribeiro	10-1-1925	5-4-1926
Henrique O'Reilly de Souza	7-4-1925	22-12-1925
Cristiano Oliveira de Andrade	29-7-1925	16-2-1929
Oscar Farias Santos	2-1-1926	16-1-1932
Carlos Xavier Pais Barreto	23-1-1926	3-3-1936
Cassiano Cardoso Castélo	6-4-1926	5-8-1938
Augusto Afonso Botelho	21-8-1926	24-1-1933
osé de Barros Wanderley	18-2-1929	26-1-1948
oão Manoel de Carvalho	19-4-1930	26-1-1948
osé Vicente de Sá	19-1-1931	26-6-1955
Waldemar Pereira	21-3-1931	
Danton Bastos	20-1-1933	24-7-1947
NOME	9-12-1933	
	INVESTIDURA	
Bilson Vieira de Mendonça	INÍCIO	FIM
Dtávio de Carvalho Lemgruber	18-6-1934	
aymundo José Guterres Valle	19-6-1934	19-11-1952
omulo Finamore	25-5-1936	22-10-1937
rnesto da Silva Guimarães	10-10-1938	
ourival de Almeida	20-6-1946	
uripedes Queiróz do Valle	3-2-1948	27-6-1950
sé Cupertino Castro Filho	3-7-1950	
icente Caetano	11-9-1952	
ineu J. de Farias	2-10-1952	
yrton Martins Lemos	29-11-1952	25-7-1955
sé Teixeira Firme	13-7-1955	
	25-7-1955	



GALERIA GERAL DOS DESEMBARGADORES — Da esquerda para a direita. 1.º fila — Des. Horta de Araujo, Carlos Fernandes, Armindo Guaraná, Ferreira Rebello, Gregório Magno, Afonso Cláudio, Mendes Vellozo, Estevam de Siqueira, Jeronimo Gonçalves, Getúlio Serrano, Cardoso da Cunha, Ferreira Coêlho, Daniel Montarroyos, 2.º fila — Barcimio Barreto, Madeira de Freitas, Santos Neves, Carlos Gonçalves, Mendes Wanderley, Anésio Serrano, Freitas Barbosa, Levino Chacon, Batalha Ribeiro, Genuino Andrade, Jozias Soares, Lopes Ribeiro e Henrique O'Relly. 3.º fila — Cristiano de Andrade, Farias Santos, Carlos Xavier, Cassiano Castélo, Augusto Botelho, Barros Wanderley, João Manoel, José Vicente, Waldemar Pereira, Dantos Bastos, Gilson Mendonça, Otávio Lemgruber, e Guterres Valle. 4.º fila — Romulo Finamore, Ernesto Guimarães, Lourival Almeida, Eurípedes Valle, José Cupertino, Vicente Caetano e Irineu Farias.

4

A STATE OF THE STA

Franks New York Y

Além dos motivos de afastamento do cargo – aposentadoria e morte, ocorreu, entre nos, mais um – a dissolução do Tribunal no início da República. Assim é que deixaram a função, por dissolução do Tribunal, os Des. Horta de Araújo, Carlos Fernandes, Ferreira Rebello e Armindo Guaraná. Interromperam a carreira por falecimento os Des. Daniel Montarroyos, Mendes Wanderley, Genuíno de Andrade, Cassiano Castélo, Waldemar Pereira, Otávio Lemgruber e Guterres Valle. Todos os demais se afastaram por aposentadoria regular. Formam no momento (Setembro de 1955) o Tribunal os Des. José Vicente, Danton Bastos, Gilson Mendonça, Romulo Finamore, Ernesto Guimarães, Euripedes Valle, Cupertino de Castro, Vicente Caetano, Ayrton Lemos e Teixeira Firme.

-99-

4-7-1954 – Comemora o Tribunal, festivamente, a passagem de 63.º aniversário de sua instalação. Estava na Presidência o Des. Eurípedes Queiróz do Valle que organisou o programa das festividades do qual constava a celebração de Missa solene por alma dos colegas falecidos, visita aos seus túmulos, sessão solene na séde do Tribunal, inauguração da Biblioteca Des. Lemgruber e Sala dos Advogados. Na sessão solene foram inaugurados os bustos, em bronze, dos quatro eminentes juristas brasileiros nascidos no Espírito Santo. Foram êles o Ministro Manoel Pinto Ribeiro Pereira de Sanpaio, publicista, orador, Juiz, Desembargador da Relação da Bahia e Ministro do Supremo Tribunal Federal cuja Presidência ocupou Freitas Roza, primeiro governador republicano do Estado. Presidente do Tribunal de Justiça, Professor de Direito, Sociólogo, Historiador e Poligráfo eminente, deixando uma vasta obra escrita; o do Dr. José de Mello Carvalho Muniz Freire, jurista, político, administrador de larga visão, Deputado Provincial e Geral, Senador, Presidente, duas vêzes, do Estado. Legou ao Espírito Santo uma notável obra Legislativa como estruturador da vida constitucional e jurídica do Estado no alvorecer da República e o Prof.º Dr. João Fortunato Ramos, jurista e poliglota notável, tradutor, Deputado eleito às Côrtes de Lisbôa e que pelos seus méritos invulgares foi o primeiro espírito-santense a ocupar uma das Cadeiras na velha Universidade de Coimbra.

-100 -

4-7-1954 — Ainda em comemoração à passagem do 63.º aniversário do Tribunal o seu Presidente baixa uma Resolução que tomou o n. 37, dando o nome de velhos magistrados falecidos, como Patrônos, a tôdas as sédes das Comarcas do Estado. A Resolução era de teôr seguinte: — "O Des. Euripedes Queiróz do Valle, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, no uso de atribuição legal, etc. Considerando que cumpre à atual geração de juristas e Magistrados espírito-santenses reverenciar a memória dos que dedicaram a vida ao culto do Direito, concorrendo com a sua ilustração e o seu saber para o prestígio da lei e para a vitória da Justiça, na obra do Bem e da Civilização; Considerando que nessa difícil e delicada tarefa muitos arrostaram uma existência de renúncias e sacrifícios

mais um - a dissolução de Induntil de la concisionada de Induntil de la concisionada do Futumal, ce la concisionada forestavaja de la concisionada forestavaja de la concisionada forestavaja de la concisionada forestavaja de la concisionada d

scursar uma das Cadeiras passes bas da casa como que su superior Conice de Labba e que pelos seros merutas, envenças e dia lega-Prof 9 Dr. João Fortunato Ramos, juristo e para la nocidada la para la la compania de la compania del compania del compania de la compania de la compania de la compania del c extruturador da vida constitucional e jura de la constitución de jura d deux vézes, do Estado. Legent se Espate de la contra la conrolltico, administrador de larga susto, Februario de la companione de la c de vendo uma vasta obra escerta, e de la lación de la lación el lación el lación de la lación de lación de la lación de la lación de la lación de la lación de l de Bebunal de Justiça, Profe un de Parent ; a la partir y la la Exceldencia ocupou freitas Rora, prima anas caras de la caras, a Foram fles o Ministro Manuel Pinto Files da Biblioteca Des. Lemgrubes e Sala une Agrania (1888) coleges falecidos, visita sus sous rilmolos programa das festividades do qual cienco. Service de persona de la ton instalação. Estava na President la cilina la capación Nesta de la la caración de la capación 4-7-1954 - Comemon a Une made a conserta de la desarta de la composición del composición de la composición del composición de la composición de la composición de la composición de la composición del composición de la composición del composición del composición del composición del composición del composición del compo

Tresidente babro uma Reschagato que us tales idos, como Parrónas, a rádas as se las seguintes — "O Des. Emipedes Que la tatado do Espírito Santo, na usa de para seração de juristas e Megistrados es per dedicar em a vida ao culto do IV esta, aos a procitido da lei e para a vitoria e a justiça.

Tre-tigio da lei e para a vitoria e a justiça.

Tre-tigio da lei e para a vitoria e a justiça.

Tre-tigio da lei e para a vitoria e a justiça.

Tre-tigio da lei e para a vitoria e a justiça.

Tre-tigio da lei e para a vitoria e a justiça.

e alguns pagaram com a vida o seu devotamento à causa pública: Considerando que desse modo se tornaram credores do respeito e admiração públicos dos que lhe sucederam; Considerando que êsse respeito e essa admiração devem assumir uma expressão duradoura, capaz de perpetuar-lhes os nomes, retirando-os das brumas do passado para o culto constante do presente; Resolve, em comemoração à passagem do 63.º aniversário de instalação do Tribunal de Justiça, dar às sédes dos Juizos nas Comarcas do Estado, o nome de Magistrados falecidos, de acôrdo com o quadro que se segue: —

Comarcas e denominações: -

Afonso Cláudio - "Forum Juiz Ataualpa Lessa" Alegre - "Forum Des. Levino Chacon" Anchieta - "Forum Des. Josino Soares" Alfredo Chaves - "Forum Des. Madeira de Freitas" Aracruz – "Forum Juiz Gonçalves de Medeiros" Baixo Guadú – "Forum Des. Otávio Lemgruber" Barra de São Francisco - "Forum Juiz Olival Pimentel" Cachoeiro de Itapem. - "Forum Des. Horta de Araujo" Calcado - "Forum Des. Cassiano Castéllo" Castélo – "Forum Juiz Alonso de Oliveira" Colatina – "Forum Juiz João Claudio" Conceição da Barra – "Forum Des. Ferreira Coêlho" Domingos Martins - "Forum Des. Guterres Valle" Guacui – "Forum Juiz José Tatagiba" Guarapari – "Forum Des. Gregório Magno" Ibirassú - "Forum Des. Farías Santos" Itapemirim - "Forum Des. Freitas Barbosa" Iúna - "Forum Des. Waldemar Pereira" Linhares - "Forum Des. Mendes Wanderley" Mimoso do Sul - "Forum Des. O'Reilly de Souza" Muniz Freire - "Forum Juiz Nilson Feydit" Santa Leopoldina - "Forum Juiz Graça Aranha" Santa Tereza – "Forum Juiz Thiers Vellozo" São Mateus - "Forum Des. Santos Néves".

Designo o próximo mês de Setembro, em dia escolhido pelos Drs. Juizes de Direito para a inauguração solene das plácas e retratos respectivos. As primeiras devem ser apóstas na entrada principal dos Juizos que funcionarem em prédio próprio ou na entrada principal das salas de audiência caso contrário. Os segundos em logar de honra do salão do Juri. Dada e passada nesta Cidade de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo aos 4 de Julho de 1954. Eu (a) Renato Miranda, fiz dactilografar e registrar.

(a) Desembargador Euripedes Queiróz do Valle Presidente

Nota: – As denominações dadas às Comarcas de Baixo-Guandú, Conceição da Barra e Santa Leopoldina já existiam e foram apenas confirmadas pela Resolução.

The Mark State of the Control of the THE STREET

participal participation is an exerci-

The results of the re Mary Control of the control get palagion is a by that of

Dignary Angle

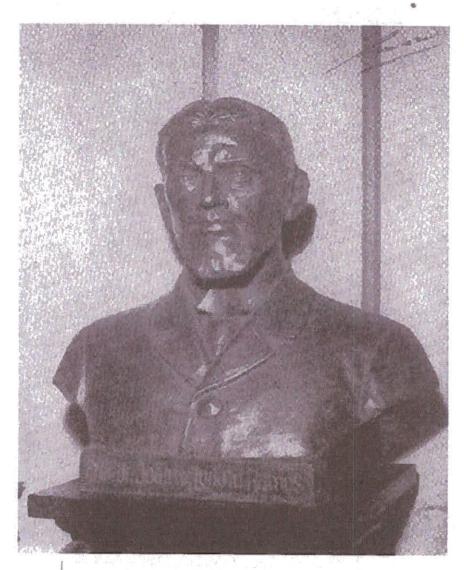
CAMPA LA FAMILIA

at Vertilare and the

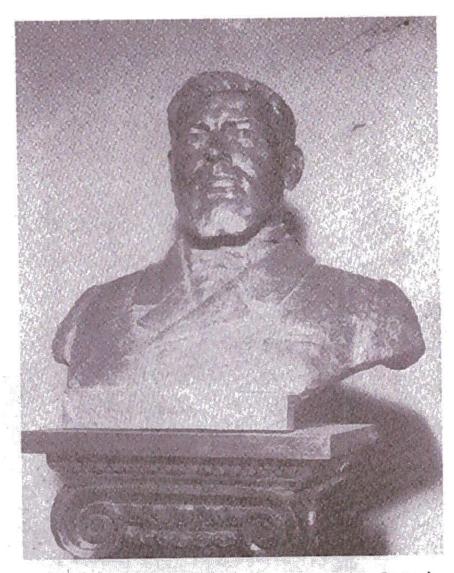
Lipping That go has a mark page is huggary mayor as not of a tipe go since a second TOTAL TO PUBLIC STORY TO THE STORY or a situately a sign of the contract I with a little of the same

1 [16 chapped for the second

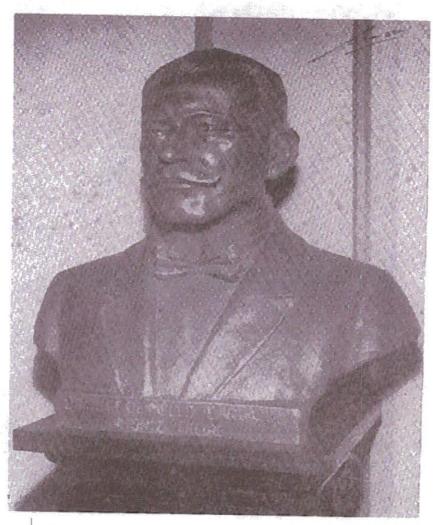
ATT - V VALL COM



Busto, em bronze, do Prof. Dr. João Fortunato Ramos, orador, poliglota e Professor da Universidade de Coimbra, inaugurado na sala das sessões por ocasião das comemorações do 63.º aniversário do Tribunal

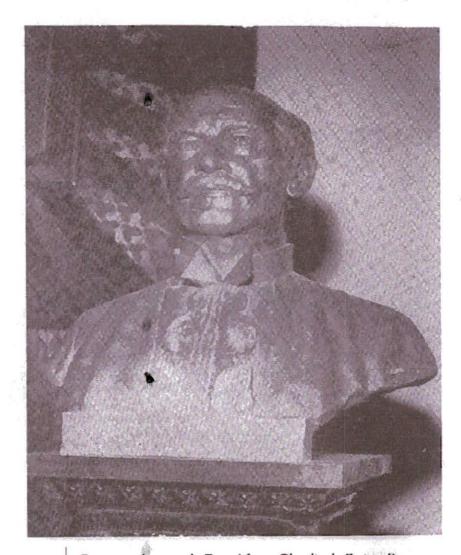


Busto, em bronze, do Ministro Manoel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio, jurista, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, inaugurado também, em 4-7-1954, no salão das sessões por ocasião das comemorações pela passagem do 63.º aniversário do Tribunal.



Busto, em bronze, do Dr. José de Melo Carvalho Moniz Freire, jurista, político, parlamentar, inaugurado na sala das sessões por ocasião das comemorações do 63.º aniversário do Tribunal.

es agin ei



Busto, em bronze, do Des. Afonso Claudio de Freitas Roza, jurista, escritor, Professor de Direito, inaugurado em 4-7-1954, na sala das sessões, em comemoração à passagem do 63.º aniversário do Tribunal.

(i) (ii)

6-12-1954 – Em lei desta data de n. 825, era publicado o Orçamento do Estado para o exercício de 1955. A despeza com a Magistratura estava estimada em Cr\$ 9.470,00 (Nove milhões, quatrocentos e setenta mil e cem cruzeiros). Não será destituida de interêsse, já que estamos procurando levantar uma pequena história do Tribunal, saber quanto vem dispendendo o Espírito-Santo com a manutenção de sua Justiça desde que passou a ser remunerada pelo Estado em 1891. Não vamos enumerar aqui essa despeza, ano por ano. Sería fastidioso. Teríamos que nos referir a nada menos de 64 Orçamentos. Para se ter porém uma idéia parorâmica bastará, ao nosso vêr, que a enumeração se faça por quetriênio. Assim é que em 1891, ano da instalação de sus Justiça autônoma, a despeza estava orçada em 26:200\$000 (Dec. n. 95 de 11-5-1181, art. 55)

Em 1895 - (Lei n. 108 de 22-12-1894) - 193:744\$000 Em 1899 – (Lei n. 308 de 10-12-1898) – 194:953\$000 Em 1903 – (Lei n. 399 de 9-12-1902) – 137:220\$000 Em 1907 – (Lei n. 454 de 17-10-1906) – 137:786\$156 Em 1911 - (Lei n. 719 de 5-12-1910) - 163:000\$000 Em 1915 - (Lei n. 991 de 24-12-1914) - 188:680\$000 Em 1919 - (Lei n. 1181 de 31-12-11918) - 190:479\$984 Em 1923 - (Lei n. 1354 de 21-12-1922) - 289:160\$000 Em 1927 – (Lei n. 1605 de 25-6-1927) – 470:300\$000 Em 1931 - (Lei n. 275 de 30-12-1930) - 750:380\$000 Em 1935 - (Lei n. 5595 de 9-1-1935) - 1.130:200\$000 Em 1939 - (Lei n. 10024 de 31-12-1938) - 1.242:220\$000 Em 1943 - (Lei n. 13956 de 30-11-1942) - 1.355:268\$000 Em 1947 - (Lei n. 16384 de 28-12-1946) - Cr\$ 3.207:476\$000 Em 1951 - (Lei n. 348 de 30-11-1950) - Cr\$ 5.412.200,00 Em 1955 – (Lei n. 825 de 6-12-1954) – Cr\$ 9.470.100,00

-102 -

7-1-1955 – A lei n. 888 eleva para vinte mil cruzeiros os vencimentos mensais dos Desembargadores. Esse provento, desde a instalação do Tribunal, vêm sendo gradativamente aumentado de acôrdo com o progresso e o natural desenvolvimento da vida. Da relação que se segue ver-se-á que de 1946 em deante, o rítimo ascencional se acelerou acompanhando aliás o rápido encarecimento de tôdas as utilidades. Em 1891 ano da instalação do Tribunal, os Desembargadores percebiam 700\$000 (lei n. 95 de 11 de Maio).

Em 1891, passaram a 760\$000 (Lei n. 71 de 19de Novembro) Em 1908, a 766\$000 (Lei n. 567 de 2 de Dezembro) TOWN TO BE STORY

party of the state of the state

in the contract of the

State of the state

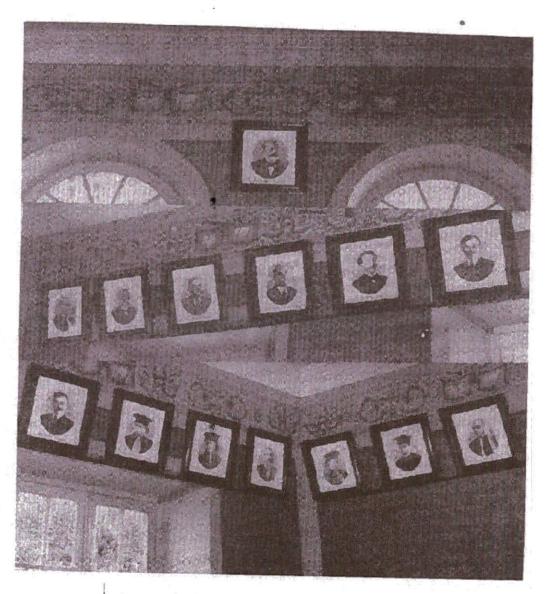
Partier's Alberta

Carlo regular grade to the territory

5.2 - S1.1 WO: " "

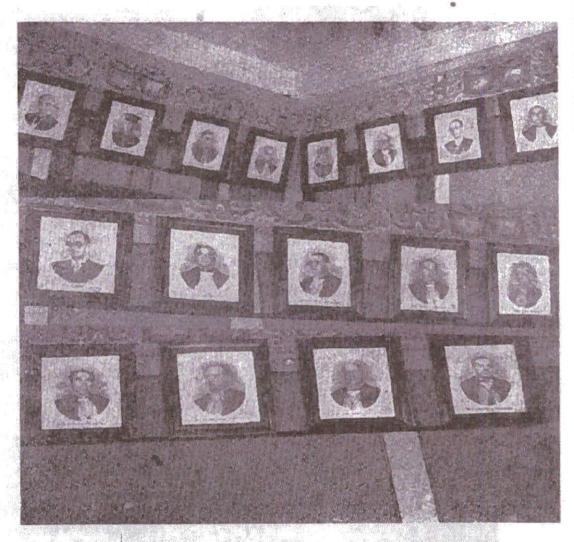
pet of

Em 1911, a 860\$000 (Lei n. 782 de 31 de Dezembro)
Em 1913, a 910\$000 (Lei n. 940 de 20 de Dezembro)
Em 1924, a 1:500\$000 (Lei n. 1469 de 18 de Agosto)
Em 1929, a 2:000\$000 (Lei n. 1707 de 16 de Janeiro)
Em 1934, a 3:000\$000 (Lei n. 5141 de 18 de Dezembro)
Em 1945, a Cr\$ 3.600,00 (Lei n. 15846 de 21 de Maio)
Em 1946, a Cr\$ 4.000,00 (Lei n. 15852 de 11 de Abril)
Em 1946, a Cr\$ 4.250,00 (Lei n. 16055 de 29 de Junho)
Em 1946, a Cr\$ 5.500,00 (Lei n. 16138 de 28 de Março)
Em 1948, a Cr\$ 7.500,00 (Lei n. 133 de 30 de Novembro)
Em 1950, a Cr\$ 10.000,00 (Lei n. 348 de 30 de Novembro)
Em 1954, a Cr\$ 13.000,00 (Lei n. 782 de 30 de Dezembro)
Em 1955, a Cr\$ 20.000,00 (Lei n. 888 de 13 de Janeiro).



Aspéctos da Galeria dos Presidentes, inaugurada no salão nobre do Tribunal em 31-5-1954.





Nóvos aspéctos da Galería dos Presidentes.

	8 g2	
5		
	11 E a	
	s ₁	
	v ×	
	The state of the s	
5.0	g " e cos	

26-7-1955 – É nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado o Dr. José Teixeira Firme, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca da Capital. Foi até o momento o último a se investir da função, sendo, assim o 48.º membro do Tribunal e o 12.º nascido no Espírito Santo. A contribuição dos Estados para a formação da magistratura espírito-santense tem sido grande e valiosa. Destacam-se os Estados do Norte. E entre êstes o de Pernambuco, o que se explica pelo fato de se ter fixado em Recife o primeiro centro de estudos jurídicos desta parte do Brasil. Assim é que são de Pernambuco os Drs. Carlos Ferreira de Souza Fernandes, Antonio Ferreira Coelho, Daniel Germano de Aguiar Montarroyos, Barcímio Pais Barreto, João Madeira de Freitas, Francisco de Paula Mendes Wanderley, Lourenço de Morais Freitas Barbosa, Levino Augusto de Holanda Chacon, Genuino A. de Andrade, Carlos Xavier Pais Barreto, Augusto Afonso Botelho e José de Barros Wanderley. São da Bahia os Drs. José Camillo Ferreira Rebello, Luiz Manoel Mendes Vellozo, Manoel Jerônimo Gonçalves, José Cardoso da Cunha, Carlos Francisco Gonçalves, José Antonio Lopes Ribeiro, Waldemar Pereira e Irineu José de Farías. Do Estado do Rio de Janeiro os Drs. Estevam José de Siqueira, Danton Bastos, Ernesto da Silva Guimarães e José Cupertino de Castro Filho. Da Paraíba são os Drs. Gregório Mágno Borges da Fonseca, Getúlio Augusto de Carvalho Serano e Anésio Augusto de Carvalho Serrano. Do Estado de Sergipe são os Drs. Manoel Armindo Cordeiro Guaraná, Josias Batista Martins Soares e José Vicente de Sá. De Minas Gerais são os Drs. Cristiano Vieira de Andrade e Gilson Vieira de Mendonça. Do Distrito Federal os Drs. João Manoel de Carvalho, Otávio de Carvalho Lemgruber e Ayrton Martins Lemos. Do Maranhão o Dr. Raymundo José Guterres Valle.

E do Espírito Santo, os Drs. José Feliciano Horta de Araujo, Afonso Cláudio de Freitas Roza, Manoel dos Santos Néves, José Espíndola Batalha Ribeiro, Henrique O'Reilly de Souza, Oscar Farías Santos, Cassiano Cardoso Castelo, Rômulo Finamore, Lourival de Almeida, Eurípedes Queiróz do Valle, Vicente Caetano e José Teixeira Firme.

- 104 -

11-8-1955 – O matutino "A Gazeta", desta Capital, em edição especial comemorativa de seu aniversário fez várias publicações interessantes sôbre os diversos órgãos do Poder Público do Estado. A propósito do Tribunal de Justiça, publicou entre outras, as notas que lhe fornecemos referentes à flutuação do número de nossos Desembargadores. Assim é que êsse número que era de 5 quando da instalação do Tribunal em 4-7-1891 passou a 6 em 21-12-1907, a 7 em 24-12-1913, a 8 em 16-1-1933, a 10 em 16-6-1934, a 9 em 11-8-1935 a 10 novamente em 10-6-1936, a 8 em 23-12-1937, a 9 em 15-6-1938 a 8 em 2-4-1940 e a 10, mais uma vez, em 26-8-1952, número êsse que mantem até o momento em que traçamos essas linhas (Outubro de 1955).

12-8-1955 – Afim de atender a uma solicitação do Dr. Diretor da Bibliotéca Pública do Estado, desejoso de organisar mais uma Exposição do Livro Capichaba, comemorativa da passagem do primeiro centenário daquele Estabelecimento, o Des. Eurípedes Queiróz do Valle na qualidade de Presidente do Instituto Histórico, da Academia de Letras e da Associação de Juristas do Estado fez levantar uma relação das obras e trabalhos publicados pelos Desembargadores do Tribunal de Justiça. Para isso, serviu-se do Catalago da própria Biblioteca Pública e dos das Bibliotecas daquelas instituições culturais. A relação é evidentemente, incompleta. Nem todos os trabalhos publicados são enviados ou oferecidos a essas Bibliotécas. Em todo caso a relação que aqui reproduzimos, servirá para dar uma idéia de como vem o Tribunal de Justiça contribuindo para a literatura geral e jurídica do País.

São do Des. José Feliciano Horta de Araujo. 1) – Pontos de Vista. (Direito) (Rio – 1890). 2) – Bases para a Organisação Judiciária. (Direito) – Vitória – 1891.

Do Des. Afonso Claudio de Freitas Roza: - 1) História da Literatura Espírito Santense. (História) Porto. Portugal. 1913. 2) - Biografia do Dr. João Clímaco. Rio. 1902. 3) - Direito Internacional Privado. (Dir.) Rio - 1916. 4) - Estudos de Direito Romano. 2 volumes. (Dir.) Rio - 1916. 5) Filosofia do Direito. (Dir.) Rio - 1901. 6) - Consultas e Pareceres. (Dir.) Vitória - 1918. 7) - Comentários à Lei do Estado Civil. (Dir.) Vitória -1917. 8) – Domingos Martins (Biografia) Vitória – 1917. 9) – Insurreição do Queimados. (Hist.) Petrópolis – 1927. 10) – Pe. Marcelino Pinto Ribeiro Duarte. (Biografia) Vitória – 1929. 11) - Lexpressione dell' Ideale nel Paganismo e nel Cristianeismo. (Literatura) Vitória - 1918. 12) - Tróvas e Cantares Capichabas. (Folc-lore) Rio - 1923. 13) - Ensaios de Sociologia, Etnografia e Crítica. Petrópolis – 1931. 14) – As três raças na sociedade colonial. (Sociologia) Rio 1931. 15) - A Pentachotonia dos Sentidos (Crítica) Rio - 1931. 16) -Sílvio Romero (Biografia) Rio – 1931. 17) – Bosquejo Biográfico-Clovis Bevilaqua – Rio – 1931. 18) - A República e o Adesismo. (Crítica social) Rio - 1930. 19) - A simbólica Cristã. (Estudo) Rio - 1930. 20) - Fatores da evolução dos Povos (Sociologia) Rio - 1930. 21) Oração de Paraninfo. (Discurso) Niterói – 1915. 22) – A lenda de Brás Cubas. (Crítica) Vitória - 1908. 23) - História da Propaganda Republicana. Vitória - 1894. 24) -Comentários à Organização Judiciária (Dir.) Vitória - 1922. 25) - O Conceito jurídico e médico-legal na libertas judiciie da libertas consilii. (Direito). Vitória - 1892. 26) - Da capacidade das Pessoas no Direito Internacional - (Direito) Vitória - 1916. 27) - Retenção do cadáver do devedor em garantia do direito creditório. (Direito) – 1916. 28) – Consultas e Pareceres. (Direito) Vitória - 1919. 29) - Dos efeitos da quitação. (Direito) Vitória -1919. 30) - Gênese da obrigação jurídica e seu suporte psicológico. (Direito) Vitória -1921. 31) - Etnografia e Crítica. Rio - 1827. 32) - Guia do Oficial do Registro Civil. (Direito) Vitória – 1917.

the Estado, desegoso de organistar media de la salada de la passagent do primiciro dentenána de la calcular de

São do Des. José Princiano fasses, de arterios de arterios de arterios de la composición del composición de la composición del composición de la composición

(Doelto) Midea - 1917 1919, 30) - Cênese da obrigação ambiar para de production de la constante de l e Pareceres. (Discrite) Virdina - 10 m. Da - 14 stermindo mang a para 12 Million and do cathiver do devador em garantia (1915) - 10 de la Casa (1915) - 1 capacidade das Pessoas no Caratro internal accome (Euretta) a de la 1906 de la 1907 de la 1907. médico-legal na libertas mélicite da hamena amaria. Cara do montre de la la la Compatintos à Organização Judiciara: En maistra en la maistra de la maistra de la maistra de la maistra de la compatintos de la compatinto del compatinto de la compatinto del compatinto de la compatinto de la compatinto del compatinto de la compatinto del compatinto de la compatinto del compatinto de la compatinto de la compatinto de la compatinto de la compatinto del compati Virória - 1908, 23) - Fissióna da de casada da de casada da de casada de cas 21) Oração de Parandofes (Discusso) "free 18 1991 por la deligión de la fallación de la contrata del contrata del contrata de la contrata del contrata del contrata de la contrata del contrata del contrata de la contrata del cont Cristil. (Estudo) Ruo - 1930, 201 et p. yes de gendant e les les en entre grand et d'ac-1931, 18) - A República e o Ades a la librar a rail fas Silvio Romero (Piografia, Nio-13) de la justineta a resulta de la legación de la financia del financia del financia de la financia del la financia de la financia del la financia della fi Sociologia, Etnografia e Ciftica. Penda a residentida de suesta de la compansión de - 1918, 12) - Trovas e Camares - a - des l'éve sur cet 121 de 1929, 11) - Lexpressione dels ideals and in account a public so operation of the equal Vision (Hat.) Perrópolis - 1927, 101 - Per Alice and Fort alleges from a finish and finish and 1917, 8) - Damingo Martins (Biograms, Same See 3) - bases yours Services. Parecetes, (Dit.) Vitoria - "Silb. 7" - Calan erg or line and has a military of a line of volumes. (Dit.) Rice - Park Still search of grant and the John of Arrest a Do Des. Afonso Chaudio de Sara a Resa, contrata de la transferior de la contrata del contrata de la contrata del contrata de la contrata del contrata de la contrata del contrata de la contrata de la contrata del contr

Do Des. Carlos Ferreira de Souza Fernandes: – Geografia e Leis sociais. (Ensaio) – Bahia – 1888.

Do Des. Manoel Armindo Cordeiro Guaraná: – 1) – Dicionário Bibliográfico Brasileiro. (4 volumes) Rio – 1882. 2) – Vocabulário geográfico e indígena de Sergipe. Aracajú – 1883. 3) – Ações de indenisação. (Direito) Rio – 1893. 4) – Dissolução e liquidação de firmas comerciais. (Direito) Rio – 1895.

Do Des. José Camilo Ferreira Rabelo. Noções de Psicologia e Literatura. (Vitória) 1890.

Do Desembargador Getúlio Augusto de Carvalho Serrano. Nos domínios da Justiça. (Relatório) Vitória – 1911.

Do **Des. José Cardoso da Cunha:** – 1) – Estudos de Direito Orfanológico. (Direito) Manaus – 1887. 2) – Manual do Escrivão (Direito) – Pará – 1887. 3) – Ajudante Jurídico (Dicionário de Jurisprudência) – Pará – 1889. 4) – Traços Jurídicos. (Ensaio) – Pará – 1889. 5) – Guia dos Juizes Territoriais. (Direito) Vitória – 1892. 6) – Formulário Criminal (Direito) Rio – 1893. 7) – Formulário Civil (Direito) Vitória – 1893. 8) – Guia Policial. (Direito) Vitória – 1894.

Do Des. Antonio Ferreira Coelho: – 1) – Código Civil Comentado. (26 volumes) Direito. Rio – 1920. 2) – Princípios de Direito Internacional. Rio – 1902. 3) – O Cometa de Halley. (Ensaio) Rio 1915.

Do **Des. Manoel dos Santos Neves:** – 1) – Estudos sobre as reformas da Constituição e das Leis de Organisação Judiciária e Municipal. (Direito) Vitória – 1922. 2) – O Código das Águas. (Projeto) Vitória – 1924.

Do Des. Carlos Francisco Gonçalves: – Administração da Justiça (Relatório) Vitória – 1909.

Do Des. Lourenço de Morais Freitas Barbosa: – 1) – Inspirações da Juventude. (Versos) Recife. 1889. 2) – Palestras. (Estudos) Recife. 1888.

Do Des. José Espíndula Batalha Ribeiro: – 1) – Pareceres. (Direito) Vitória – 1916. 2) – Relatório da Administração da Justiça. Vitória – 1912.

Do Des. Jozias Batista Martins Soares: – 1) – O Código Comercial e a sua vigência. (Direito) Vitória – 1932. 2) – Perfis Humorísticos. (Crônicas) Vitória – 1935. 3) – Razões e Pareceres – (Direito) Vitória – 1937.

Do Dés, Carlos Perreira de Sorra de Sor

Do Des, Maracel Armindo Control margines | Brasileiro, (4 volumes) Ray - 1882, 3. America and 1883, 3) - Appes de maleras no accomercia and a

Do Des. José Camillo Ferreira Raby or selected fiscal to a grant of the selection of the se

Do Desembargador Gentilio Acros a la acrosto acros e la servicio (Relabilito) Vitória - 1911.

Manaux – 1887, 2) – Manual de Escrivà (1) – Para (1) –

Po Des. Antonio Ferreira Corino. Caligo Cara i managamente de 1920. 2) - Principas de 1920. 2 de Palley. (Ensato) Rio 1915.

Co Des. Manoel dos Santos Neves das Leis de Organisação Judiciária e Muse, por 12 de Organisação Judiciária e Muse, por 12 de Organisação Museia - 1924.

Do Des. Carlos Francis o Gunques.

Lv. Des. Lourenço de Morals France, Recipe, 1889, L) - Palestras. (Es.

Do Des. Jorias Batista Martin. - 4...
(Direito) Widria - 1932. 2) - Perfis House

E Pareceres - (Direito) Vitan. - 1937

Do **Des. José Antonio Lopes Ribeiro:** – 1) – Sociedade brasileira e sua formação. (Ensaio) C. Itapemirim – 1923. 2) – Discursos (Orações oficiais) Vitória – 1927. 3) – Cartas à Bahia (Ensaio político) Rio – 1945.

Do **Des. Oscar Farias Santos:** – 1) – Idéias e Conceitos (Discursos) Vitória – 1926. 2) – O Tribunal do Júri de ontem e de hoje. (Direito) – Colatina. 3) – Crimes por paixão. (Direito) – Colatina – 1925.

Do Des. Carlos Xavier Pais Barreto: -1) - O Crime, o criminoso e a pena. (Direito) Vitória – 1936. 2) – Indeliquentes. (Direito) Rio – 1938. 3) – Vida Judiciária do Espírito Santo. (Relatório) Vitória – 1935. 4) – O Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. (Direito) Vitória – 1933. 5) – Estudos Brasileiros (Sociologia) Rio – 1941. 6) – Feriados no Brasil (História) 3 Volumes. Rio – 1926. 7) – Antiguidade Americana. (Sociologia) Vitória – 1922. 8) – A Bandeira do Brasil. (Sociologia) Vitória – 1926. 9) – Origens e formação da mentalidade republicana no Brasil. (Sociologia) Vitória - 1926. 10) A Constituição e o Estado Novo. (Direito) Rio - 1936. 11) Lê Juge e la Loi. (Tese) Vitória - 1936. 12) -Questão de Limites. Minas-Espírito-Santo. (Direito) Vitória - 1915. 13) - Questão de Limites. Espírito Santo-Bahia. (Direito) Vitória – 1918. 14) – Estudos de Antropologia Criminal – (Tése) – Vitória – 1932. 15) – Concurso em matéria penal. (Direito) Vitória – 1934. 16) - Apontamentos históricos do Espírito Santo. (História) Vitória - 1925. 17) -Estudos Brasileiros. (Sociologia) Rio - 1941. 18) - De Anchieta a Marcelino Duarte. (História literária) Rio – 1941. 19) – Ensino de Geografia. (Tese) Vitória – 1919. 20) – Lições de História. (História) Rio – 1922. 21) – Projeto de Organisação Administrativa. (Direito) Vitória – 1913. 22) – Projeto de Organisação Municipal. (Direito) Vitória – 1913. 23) – Discursos e Conferências. Vitória – 1918. 24) O Município de Rio Formoso. (História) Vitória – 1927. 25) – Centenário da Confederação do Equador. (História) Vitória – 1939. 26) – Processualística. (Direito) Vitória – 1936. 27) – Estatutos Penais. (Direito) Vitória – 1939. 28) – Crimes contra o patrimônio. (Direito) Rio – 1941. 29) – Ementas (Crônicas) Vitória – 1925. 30) – José Higino Duarte Pereira. (Biografia) Vitória – 1942. 31) - Orografia Espírito-Santense. (Geografia) Vitória - 1934. 32) - Etnografia Espírito-Santense. (Geografia) Vitória – 1935. 33) – Climatologia Espírito-Santense. (Geografia) Vitória – 1938.

Do Des. Cassiano Cardoso Castelo: – 1) – Vida Judiciária. (Relatório) Vitória – 1928. 2) – Livros dos Escrivães do Judicial (Provimento e Modelos) Vitória – 1937. 3) Estudos sobre a reforma da Constituição e leis de Organisação Judiciária e Administrativa. (Direito) Vitória – 1922. 4) – Na Prefeitura Municipal de Vitória. (Relatório) Vitória – 1911. 5) – Na Corregedoria. (Relatório) Vitória – 1928.

Do Des. Augusto Afonso Botêlho: – 1) – Liberdade profissional e seu conceito. (Direito) Vitória – 1931. 2) – Os Interventores e os poderes discricionários. (Direito) Vitória – 1932. 3) – Direito dos inativos. (Direito) Vitória – 1950. 4) – Discursos (Panegírico

10

THE RESIDENCE OF THE PARTY OF T Committee of the commit (ADDET) STATE TO A DESCRIPTION OF THE PERSON OF THE PERSON

A COMP HOLD VALUE OF THE TY I TYPENIE IN THE Production of the state of the The Property of the same of the same THE PROOF IS NOT THE The rest were property out or many with process or business THE THE PERSON DATE OF THE BURNEY PADELLAPS OF PARES

THE STATE OF THE STATE OF THE STATE OF LIST WELL BUILD NOT THE STREET problem in put the put of the same of 1. (a) (b) (b) (b) (c) (c) (d) (d) (d) INTERNATIONAL CONTRACTOR

AND RELIGIOUS DESCRIPTIONS the state of the s Little y British St. Mr.

dos Des. Farías Santos, Cristiano Andrade, Guterres Valle e Jozias Soares). Vitória – 1945. 5) – Clovis Bevilaqua (Biografia) Vitória – 1944. 6) – Oração de posse no Instituto Histórico. (Discurso) Vitória – 1928. 7) – Rui Barbosa. (Conferência) Vitória – 1954. 8) – Oração de despedida da vida judiciária. (Discurso) Vitória – 1948.

Do Des. José de Barros Wanderley. 1) – As Constituições estaduais num projéto. (Direito) Rio – 1928. 2) – A Carta Constitucional de 1824 e as idéias nela dominantes. (Direito) Vitória – 1924. 3) – Correição nos Distritos. (Direito) C. Itapemirim – 1928. 4) – Saudação a Dom Benedito. (Discurso) Vitória – 1918. 5) – Concurso para Juiz de Direito (Direito) Vitória – 1919.

Des. João Manoel de Carvalho: - Orações (Discursos) Vitória - 1942.

Do **Des. José Vicente de Sá:** – 1) – Narciso Araujo – o solitário de Itapemirim. (Biografia) Vitória – 1949. 2) – Cofres de Orfãos. (Direito) Vitória – 1929. 3) – Viana de outrora. (História) Vitória – 1927. 4) – O Rio Itapemirim na economia espírito-santense. (Ensaio) – C. Itapemirim – 1927. 5) – Tobias e Sylvio na Academia de Recife. (Estudo crítico) Vitória – 1925.

Do Des. Danton Bastos: - Comentários ao Código do Processo Civil e Comercial do Estado. (inédito) Foi o fundador e Diretor do "Espírito Santo Judiciário", revista de doutrina, legislação e Jurisprudência.

Do Des. Gilson Vieira de Mendonça: - Apelação Civel n. 1609. (Direito) Rio - 1930.

Do Des. Otávio de Carvalho Lemgruber: - 1) - Formulário (Direito) Vitória - 1928. 2) - Estudos sôbre Menores (Relatório) Vitória - 1929.

Do **Des. Rômulo Finamore:** – 1) – A Prescrição aquisitiva no direito moderno. (Direito) Vitória – 1948. 2) – O art. 15 do Código do Processo Penal. (Direito) Vitória – 1951. 3) – Leis nati-mórtas (Sociologia) Vitória – 1952. 4) – Traços de uma fisionomia (Orlando Bomfim) Biografia – Vitória – 1947. 5) – Os Recursos no Direito Brasileiro. (Direito) Vitória – 1945.

Do **Des. Ernesto da Silva Guimarães** – 1) – A Questão de Menores. (Direito) Vitória – 1936. 2) – Socialisação de Menores. (Direito) Vitória – 1940. 3) – Assistência a menores. (Direito) Vitória – 1944. 4) – A Justiça e o Escotismo. (Têse) Vitória – 1930. 5) – O Rádio como fator Educacional. (Tése) Vitória – 1930. 6) – A Imprensa e o meu Patrono. (Discurso acadêmico) Vitória – 1939. 7) – Jornada de Glórias. (Discurso de Paraninfo) Vitória – 1937. 8) – Pelo Cristo e pelo Brasil. (Oração de Paraninfo) Vitória – 1953. 9) Nossa Senhora de Fátima no Tribunal. (Discurso de Saudação) – Vitória – 1953. 10) – Na minha Curul Presidencial (Discurso de posse). Vitória – 1953. 11) – Violêtas de Zabulon. (Versos) Vitória – 1946. 12) – Sangue de meu coração. (Versos) Vitória – 1944. 13) – A Muquéca da Belmira (Teatro) Vitória – 1937. 14) – Chuva de rozas. (Teatro) Vitória – 1937. 15) – Cabecinha de

vento. (Teatro) Vitória – 1937. 16) – O Voluntário do 3.º B. C. (Teatro) Vitória – 1938. 17) – Os sonhos da Cotinha. (Teatro) Vitória – 1938. 18) – A medalha milagrosa. (Teatro) Vitória – 1939. 19) – O laço de fita verde. (Teatro) Vitória – 1939. 20). – A Pensão do Capichaba. (Teatro) Vitória – 1939. 21) – A Lição do Natal. (Teatro) Vitória – 1939. 22) – A Princesinha. (Teatro) Vitória – 1939. 23) – Eu quero ser filha de Maria. (Teatro) Vitória – 1939. 24) – O Mérito. (Teatro) – 1939. 25) – O vestido côr de rosa. (Teatro) Vitória – 1939. 26) – O Escapulário verde. (Teatro) Vitória – 1941.

Do Des. Lourival de Almeida. A Instância no Código do Processo Civil. (Direito) Vitória – 1924.

Do Des. Eurípedes Queiróz do Valle. 1) – Memória Histórica do Município de Santarem. (História) Bahia – 1920. 2) – Polícia Judiciária. (Direito) Vitória – 1934. 3) – O Espírito Santo e sua Capital. (Memória) Vitória – 1948. 4) – A Academia Espírito Santense de Letras. (História) Vitória – 1945. 5) – Ementário do Juri. (Direito) – Vitória – 1949. 6) – Estudos do Direito Judiciário. (Direito) Vitória - 1941. 7) - Aspectos do Espírito Santo. (Conferência) Vitória – 1942. 8) – Oração à Bandeira. (Discurso) Vitória – 1943. 9) – Vida Judiciária Espírito Santense. (História) Vitória – 1950. 10) – Vida Constitucional espíritosantense. (História) Vitória – 1951. 11) Vida Legislativa espírito-santense. (História) Vitória 1952. 12) – Provimento geral da Corregedoria. (Direito) Vitória – 1952. 13) – Campos Sales e sua obra legislativa. (Conferência) Vitória – 1941. 14) – Os Cursos Jurídicos no Brasil. (Palestra) Vitória – 1940. 15) – Anatomia e Fisionomia do Direito. (Aula inaugural do Curso de Direito) Vitória – 1936. 16) – A Casa do Espírito Santo – Instituto Histórico. (História) Vitória – 1944. 17) – Micrólogos. (Crônicas) Vitória – 1934. 18) – Epístolas (Crônicas) Vitória 1935. 19) – Croniquêtas. (Crônicas) Vitória – 1928. 20) – Uma sotaina ilustre – Monsenhor Pedrinha. (Biografia) Vitória – 1942. 23) – O Fenômeno jurídico e os seus aspéctos psicológicos. (Aula inaugural) Vitória – 1946. 24) – Na Presidência da Associação de Juristas. (Relatório) Vitória – 1945. 25) – Na Presidência da Academia de Letras. (Relatório) Vitória – 1943. 26) Na Presidência do Instituto Histórico. (Relatório) Vitória – 1943. 27) – Na Presidência do Tribunal de Justiça. (Relatório) Vitória – 1955. 28) – Aspéctos da Realidade brasileira. (Oração de Paraninfo aos bachareis em direito) Vitória – 1952. 29) – Roteiro para o futuro. (Oração de paraninfo) Vitória – 1951. 30) – A Poesia dos números. (Oração acadêmica) Vitória – 1954. 31) – A fórma na arte literária. (Oração acadêmica) Vitória – 1955. 32) – A Poesia da prosa. (Oração acadêmica) Vitória – 1949. 33) – Rui, poeta. (Conferência) – Vitória – 1950. 34) – Visões do passado (História) Vitória – 1951. 35) – Caxias – o magistrado – (Conferência) Vitória – 1953. 36) – Ética Profissional – (Palestra) 1953. 37) – Efemérides Judiciárias. (Direito) - 1954. Etc.

Do Des. Vicente Caetano. 1) – Santos Dumont. (Conferência) – C. Itapemirim – 1941. 2) – Elogio à Mulher (Conferência) – Alegre – 1938.



JUÍZES DE DIREITO. Na entrada principal do Tribunal de Justiça. No primeiro plano. Da esquerda para a direita: — Drs. Vitor Hugo de Castro, Mauro Braga, Ayrton Lemos, Cândido Marinho, Des. Eurípedes Queiróz do Valle — Presidente do Tribunal, Joel Wanderley, Teixeira Firme, Edson Queiróz do Valle e Carlos Aboudid. No segundo plano. No mesmo sentido: — Drs. Vitor Hugo Pimentel, Dermeval Lyrio, Renato Mendonça, Vicente Vasconcelos, Licínio Menezes, José Paulino, Nilton Thevenard, Halley Pinheiro, Ayres Xavier da Penha, Gumercindo Mendes e Epaminondas Amaral. No terceiro plano. No mesmo sentido: — Drs. João Amaral, Mário Nunes, José Vieira Coelho, Moacyr Cortes, José Morcerf Filho, Carlos Campos, Pais Barreto Filho, Edgar Queiróz do Valle, João Lordello e José Pinheiro.

A and a street of the street o

TÍTULO II TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO

HISTÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - ES 1985

III MANAGEM

TRIBUNAL DEJUSTICA DE LA PERSONA DE

HISTÓRIA DO PODER JUDA TARLO TENENTAR ESPÍRITA DANCEO

VITORIA - 4 1965

TÍTULO II

HISTÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ELABORADO PELO DESEMBARGADOR SEBASTIÃO TEIXEIRA SOBREIRA, NA PRESIDÊNCIA

BIÊNIO 1984 - 1985

THE RES

HISTÓRIA DO PODER IDROCA POR PARA LOS DO ESCURIOS SANCIO

BIENIO 102.

ÍNDICE

I. HISTÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO

I.1. Apresentação

II. A JUSTIÇA NO ESPÍRITO SANTO

- II.1. Chegada de Vasco Fernandes Coutinho
- II.2. Raízes da Organização Judiciária
- II.3. Chegada de Thomé de Souza
- II.4. Providências essenciais. Negócios da Justiça Ouvidoria Geral.
- II.5. O Espírito Santo é elevado à categoria de Capitania independente.
- II.6. Casa de Suplicação
- II.7. Independência
- II.8. A primeira Constituição Brasileira

III. CRIAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- III.1. Proclamação da República
- III.2. Primeira Constituição da República
- III.3. Primeira Constituição do Estado
- III.4. Dos Poderes
- III.5. Primeiros Desembargadores Instalação do Tribunal de Justiça
- III.6. A Junta Provisória dissolve o Tribunal de Justica
- III.7. Novos Desembargadores. Segunda Organização Judiciária
- III.8. Pela terceira vez é reorganizada a Justiça
- III.9. Nova Reforma da Justiça
- III.10. Lei n.º 3.071 de 1.º de janeiro de 1916
- III.11. Revolução de 30
- III.12. O Tribunal de Justiça é reorganizado
- III.13. Constituições de 1934 a 1937
- III.14. 63.º aniversário do Tribunal de Justiça
- III.15. 72.º aniversário do Tribunal de Justiça
- III.16. Mudança no Tribunal de Justiça Novo prédio
- III.17. Denominação dada à Sede do Poder Judiciário Moniz Freire
- III.18. Ainda sobre MONIZ FREIRE
- III.19. Denominação do tribunal de Justiça
- III.20. Número de Desembargadores
- III.21. Presidentes do Tribunal de Justiça
- III.22. Modificações importantes
- III.23. 21 de dezembro de 1984.

DALVE S

HISTORIA DO PODER JUDICIÁRAO (***) - FELLO (***) - ILO Apresientação

II A JUSTIÇA NO ESPÍRITO SANTO

- H.J. Chegada de Vasco Pernandes (.....
- II.2. Rafres da Organização Judicinar
- II J. Chegada de Thumé de Suuta
- III 4, Pravidencias essenciais, Negocas lu atentral se contralica de la contralica de la
- ILS. O Espirito Santo é cievado A case, August de la companiente de la case, August de la case de l
- 11.6. Cara de Suplicação
- 11.7, Independencia 11.8. A primera Constituição Bras I.

HI CRIAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTAÇÃ

- Hill Proclamação da República
- HLL Primeira Constituição da Feptili
- III.3. Primeira Constituição do Estado
- III.4. Dos Poderes
- 111.5. Primetos Describargadores
- Instalação do Terranul de Ju-
- IND. A Junta Provisoria dissolve o il dia las.
- III.7. Novos Desembantadores, Segreta Proportional
- III. 8. Pela terceum vez e reorganica.
- III.9. Nova Reforma de Justiça
- III.10, Lein,9 3.071 de 1,9 de Janeiro
- III II, Reyolução de 30
- IH.12. O Jellaunal de Justiça e recupa.
- III. 13. Constituições de 1934 a 1947
- III. 14, 63.9 graversáry do Tribunal en la rica
- III. 16: Mudança no Tribunal de Just.
- plova predic
- III.17. Delecentração dada à Sode et discos to la gara a
- III.18 Ahada sobre MONIZ I-REIRI
- III. 197 Denominação do tribunal de ...
- III. 20; Número de Desembargadoro.
- III.Z3 21 de dezembro de 1934

III.24. Código de Organização Judiciária Modificações introduzidas

III.25. Câmaras

Conselho da Magistratura

Tribunal Especial

III.26. Zonas Judiciárias

Comarcas

Classificação

IV. DADOS BIOGRÁFICOS DOS DESEMBARGADORES

V. PATRONATO DAS COMARCAS

VI. RELAÇÃO POR ORDEM ALFABÉTICA DE TODOS OS QUE EXERCERAM A JUDICATURA NO ESPÍRITO SANTO

VII. COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO

X.1. Resolução

X.2. Os agraciados

VIII. FATOS MARCANTES DA VIDA JUDICIÁRIA NO ESPÍRITO SANTO

APÊNDICE

H. H. France H.H. Practice H. D. Modeler

I. MINISTÉRIO PÚBLICO

I.1. Ministério Público do Espírito Santo

II. ORDEM DOS ADVOGADOS

II.1. Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Esp. Santo

FIL24. Codiço de Cagamingo. Modello a, 3. Intra-nerol III-25, Câmaras

Consilio is stagestan : Tribuna Especiel III 26 Zonas judiciarus

Cumarca:

TV DADOS BIOGRÁFICOS DOS DE LA CASE DEL CASE DE LA CASE DEL CASE DE LA CASE D

Chambicação

V RATRONATO DAS COMARCO.

VLRELAÇÃO POR ORDEM AGENESA DE MENA DE TENENE DE LA CARACTERIA DE DECARA A JUDICATURA NO ESPÍRITO SA POST

VII. COLAR DO MÉRITO JUDICESTA XII. Resolução

X.L. Os agrac. ad ".

VIII EATOS MARCANTES DA VIII. POR LAMO A TOUR A LICUARDA DE

L MINISTERIO PUBLICO

I. I. Marketo Fubbro de Section 11

(I ORDEM DOS ADVOGACOS

11 1. Qrdem dos Advogados 1 2007 1007

HISTÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PREFÁCIO

Dentre as inúmeras preocupações que nortearam nossas atividades à frente do Poder Judiciário do Espírito Santo, estava a de preservar a memória da Justiça Capixaba, procurando dar aos atuais magistrados uma visão precisa, embora sintética, de nossas raízes no passado, como base segura para uma auto-análise e defesa de nossas mais caras tradições.

É de 1963 o último trabalho publicado sobre nossa vida judiciária, e o devemos ao saudoso Desembargador Eurípedes Queiróz do Valle, um dos membros de nosso Tribunal de Justiça que mais se distinguiram pelo amor à história, à literatura, à cultura enfim. Entrementes, o não menos saudoso Desembargador Homero Mafra retomou, em 1980, o labor interrompido, porém seu trabalho de pesquisa sobre o Judiciário permaneceu inédito.

Convidamos, então, nosso ilustre e querido assessor, Desembargador Crystallino de Abreu Castro a que atualizasse tão importante estudo, o que foi feito, em prazo relativamente curto, dada a magnitude da tarefa, de maneira elegante, eficiente e correta.

Determinamos agora a publicação desta História do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo com múltiplos objetivos: manter viva a chama de um Judiciário culto e honrado; render homenagem a todos quantos, no passado, iluminaram, com seu trabalho, o Tribunal de Justiça; dar aos futuros magistrados uma visão, embora resumida, de sua história, neste ano de 1985.

Certamente, dentro de alguns anos este livro será atualizado, e talvez até refeito, de vez que cada geração reescreve o passado à sua própria ótica.

Acreditamos, assim, ao entregar esta obra a nossos pares e ao público em geral, termos realizado mais uma das aspirações de nossa Presidência.

Vitória, Dia da Justiça 1985

Desembargador Sebastião Teixeira Sobreira Presidente do Egrégio TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO

HISTORIA DO TATA JACON TO ESTADO DO ESPRENZA 4

NB . - 97 .2"

Judiciario do Espirito Santo, estava procurando dar aos atuais magatirad taleis no passado, cemo base segura principales.

seudoso Describargador Furtpedes Organista de Justiça que mais e distinguiram pel merementes, o não menos saudoso Um mais e distinguiram pel merementes, o não menos saudoso Um mais entranguida porém sen trabalão de Convidanos entro com trabalão de constinguiram entranguiram ent

Determinations agues a publicação de la configuração de Españo Santo com múltiplos objeto de versa de transdo, render homenagem a rodos cua de passad de lustiça; dar aca tuturos ma de lustica; dar aca tuturos ma de lustica que que que la la companio de la companio del companio del companio de la companio del companio del companio del companio del companio de la companio del c

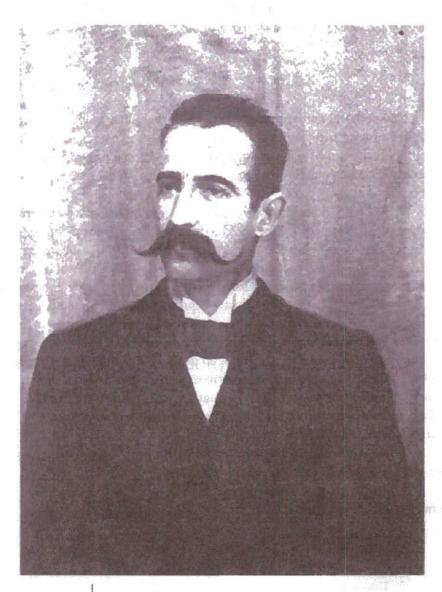
Vez tine cada geração reescreve o passad.

5. Acreditamos, assem, ao entrega.

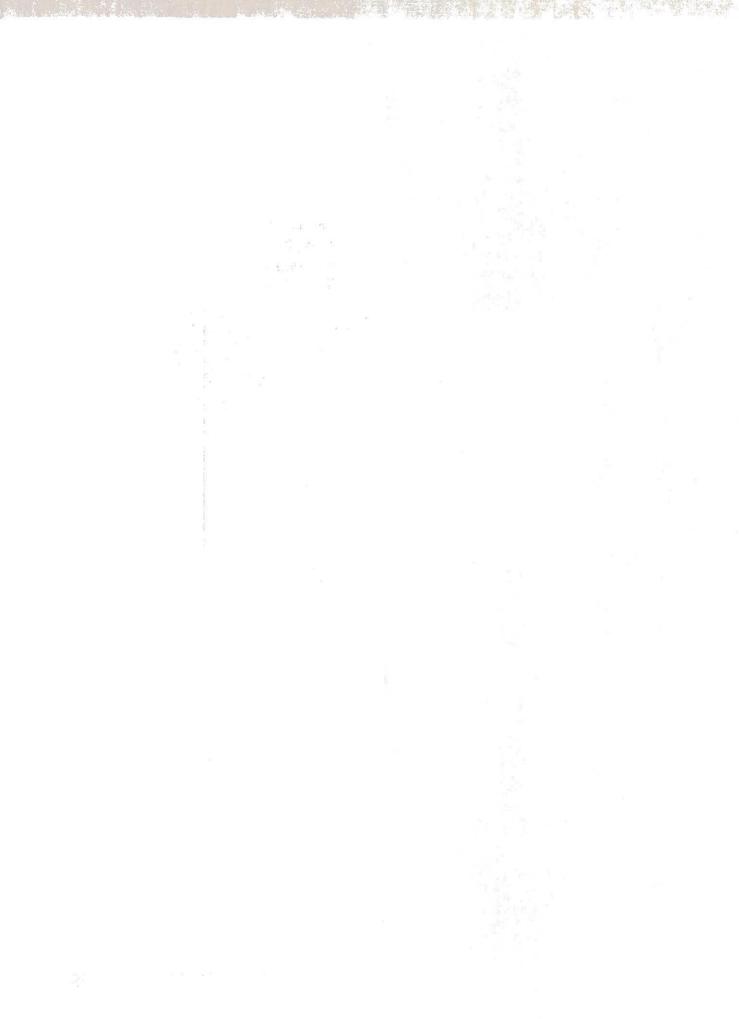
(er mos featrado mais mos das aspurça.

ARTHUR THE PROPERTY.

Desembargador Selection forwers and growing Presidence do Egrégia 173 formation de DO ESPAR in tradition pro-



Dr. JOSÉ DE MELLO CARVALHO MONIZ FREIRE, eleito patrono da séde do Poder Judiciário do Espírito Santo, num preito de admiração à obra legislativa do grande jurista espíritos-santense.



HISTÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

APRESENTAÇÃO

A presente publicação visa atualizar a História do Poder Judiciário no Estado do Espírito Santo, contendo seus antecedentes e ainda os dados biográficos daqueles que foram nomeados Desembargadores do Tribunal de Justiça e Juízes de suas comarcas, desde 1.º de Novembro de 1554.

É um trabalho de grande esforço, na obtenção de todos os dados essenciais, consultando obras e documentos esparços de grande valia para o que se pretende, cuja bibliografia poderá ser examinada ao final desta obra.

De início, não podemos deixar de registrar a colaboração valiosissima dos eminentes Desembargadores Eurípedes Queiroz do Valle e Homero Mafra, de cujos trabalhos históricos não poderíamos prescindir, recolhendo, na medida de nossa tenacidade, os estudos e apontamentos por eles feitos.

A matéria contida nesta publicação será dividida em 5 (cinco) partes. A primeira, conterá um resumo inicial da história do Poder Judiciário no Estado. A segunda, a sua história propriamente dita. A terceira, traços biográficos de todos os Desembargadores do Tribunal de Justiça até a presente data. Na quarta, enumeramos todas as comarcas do Estado, com as datas da criação, instalação, supressão, restauração e indicação de seus patronos. E por fim, a quinta, registramos, por ordem de antiguidade, todos os nomes dos cidadãos que exercem a judicatura no Espírito Santo.

Rocha Pombo, o mais insigne historiador brasileiro, ensina na sua "História do Brasil", no prefácio, que é "necessário criar entre nós, antes de tudo, o gosto pela nossa história – sem o que, não haverá esforço que levante o nosso espírito de povo".

Quer o Tribunal oficialmente, publicar a sua história, porque a história devolve os acontecimentos à sua exata dimensão. E a nossa História, como narração autêntica dos fatos, confirma a nossa confiança no Poder Judiciário do Espírito Santo, enquanto a razão e a serenidade, forem instrumentos de paz e justiça para a vida entre os homens.

É este o nosso pensamento. Por isso, ainda que resumindo a narração dos fatos no contexto histórico, procuramos esclarecer a nossa memória, a influir sentimentos, de modo a permitir aos que desejarem se aprofundar mais amplamente nos assuntos, que recorram a mais largas fontes.

Recebam esta nossa publicação, como um esforço fundamental.

HISTORIA DO PODER TIPITADA PARA LA ESTADO DO SERVA TIDA PARA LA

APPEARING

A presente publicação visa amaissa a districa di able malada per a ambigia de principal de productivos ambigias de productivos de productivos

E um trabalho de grande estim a su cultan por como us la como estre an estima consultando obras e documentos espanyos imperatir com presenta e a subserva a como bibliografia poderá sei examinada an unas successión.

Describergadores Euripedes Queirca des varia en la capacida de la capacida del capacida de la capacida del capacida de la capacida del capacida de la capacida del capacida de la capacida del capacida del capacida del capacida de la capacida del c

A matéria contris nesta publicações e santa da como esta publicações e santa da contreta um resumo iniciai da história da fasto hacera juriscipato e santa e s

Mocha Pembo, o meia insigne l'a calsan i basel en la casa con cas del casa de la casa de

Quero Tribunal oficialmente. Pais the mandares and per use plant granter as a second recimentor a small exacts demensaled in the second research and a second recimentor a nonsal conditional notation. See the second recipied and a second recipied recipied and a second recipied recip

E este o nosso peruamento. Por uso e suda sun entre de la sur unentre de se se granda contexto histórico, procurames eschareces e se a secon e mayor e que actualmente aprofemata e se a superior entre estado en un entre de sejareces e aprofemata e se a superior entre estado en un entre de sejareces estado en un actualmente en un actualmente de sejareces estados aprofematas e se a superior entre estado en un entre fara fontes.

Recebath esta heesa publicação, entre la color l

A JUSTIÇA NO ESPÍRITO SANTO

PRIMEIROS TEMPOS

Conta a história, que o governo português se sentia muito preocupado, com o ingente problema de colonizar o Brasil. Isto lá pelos meados do século XVI, quando o mundo era, então, pouco mais que a Europa.

Um país de vasto território, de dimensão continental, com muitos milhares de léguas de costa, reclamaria uma vigilância tremenda, de resolver o problema, criando um novo

sistema, que facilitasse administração pública.

Já na carta que D. João III escrevera a Martin Afonso, falara no propósito que estava de dividir o país em grandes "prazos", e entregar estes, como fundos, a vassalos de sua confiança, reservando-se à corôa o direito de soberania. E a medida tornou-se efetiva em 1534. Tanto que, em 1º de janeiro do mesmo ano, D. João III outorga a Vasco Fernandes Coutinho, a Carta de Doação da Capitania do Espírito Santo, cujo título era um contrato, concedendo ao donatário poderes para organizar a Justiça, "podendo eleger Ouvidores, Juízes e Oficiais, criar e prover o lugar de tabelião, absolver e condenar, dar apelação e agravo".

CHEGADA DE VASCO FERNANDES COUTINHO.

O donatário era um verdadeiro senhor feudal. Concentrava em suas mãos todos os cargos de administração. Julgava em última instância todos os delitos.

Mas, ao vir para o Brasil colonizar a sua Capitania, teve Vasco Fernandes Coutinho de fazer sacrifícios, assim "vendeu a quinta de Alenquer à Real Fazenda", contraiu alguns empréstimos, "renunciou à terça com que fora galardoado", como prêmio pelos assinalados serviços prestados por ele, ao Oriente.

Chegou Vasco Fernandes Coutinho à sua Capitania no dia 23 de maio de 1535, num Domingo – oitava de pentecostes. E aquele dia, por ser domingo do Espírito Santo, concorreu para que a Capitania fosse batizada por Vasco Fernandes Coutinho com o nome ESPÍRITO SANTO, "a fim de que o pensamento religioso estivesse sempre presente aos colonos".

E assim se iniciou a civilização européia na terra jovem e promissora, que custava a seu Donatário muitas dificuldades, não só no cultivo da terra mas, sobretudo, na conquista

do coração dos índios.

Vasco Fernandes Coutinho aportou no Continente, fundando em terra extremamente plana, o primeiro núcleo de civilização a que dera o nome de VILA DO ESPÍRITO SANTO. Em seguida outro núcleo foi criado em uma ilha de frente para o primeiro – Ilha de Santo Antônio – para o qual se mudou, onde a defesa contra os ataques dos índios e dos corsários era mais facilitada. Passou então a VILA DO ESPÍRITO SANTO a se chamar VILA-VELHA, nome que conserva até hoje. A Ilha de Vila Nova, até 8 de setembro de 1551 (dia consagrado a Nossa Senhora da Vitória) conservou aquele nome, passando, nesse dia, a ser

A LUSTICA NEW STATE OF THE

- K:W:

sergio bonce mup dac e e rentee Contra American such as avenue;

estema, que facilitéses administrativant e Um pols de susto tentrado a rientita se como como se de la las

知560 luice, e Officiale, colat e proven lugar to the transfer to congedendo ao degatário poderes por como livor de la como de considera del como de considera de la como de considera del como de considera de la como del como de la como del como de la como del como de la como del como de la como de la como del como del como del como de la como del Centurhu, a Carta de Lotayão da Cartillantes 1534 Tanto que, en: id de laneiro de ma: configures, reservands of ancide of these

CHEVAL DEVENT FAR CALL

tryes de admirtistração. Hg is a cur

serviçõe prestados par ole, ao caracaempressings, remote a research of de fazer sacrifiches, asemi vendeu que Mas, an viz pera o Breal coast on a

SANTO, "a fim de que o pe asamente te ... parague a Capitania Case beinacla process Lamingo - olfava de tre Lecours La con-Chegou Vasco Ferrindes Lanta L

do coração dos im hor. seu Donardrio mustas difficultades into E assim se imiriou a civilitação en a-

consugade a Nessa Senhora la Vittera VELHA, nome que conserva acé heir era maia facilitada. Passon e iraq n Nor-Antonio - parte o que o se toto acceso. Em seguida cantre motibe en estado es plana, a prime na núcle a la stadatoj le esta-Vasco Fernandes Coursola aprilia

> Trible is a second of the same with the O donatarir eta um ventivicir

batizada com o nome de Vila da Vitória, não só em homenagem à Padroeira, mas, ainda, em atenção ao valor e brilhantes feitos de seus povoadores.

O decreto de 18 de março de 1823, que criou a cidade, manteve o nome de VITÓRIA.

Em 1561 falecia, em Vila-Velha o notável Donatário que foi Vasco Ferru des Coutinho.

RAÍZES DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Nessa disposição primitiva, feita sob a égide das leis reinantes em Portugal, encontramos algumas raízes da atual Organização Judiciária. Certos institutos evoluíram, como no caso dos Juízes, Oficiais de Justiça (então denominados meirinhos), para os quais desde muito se exige o concurso público, ao passo que os cartórios só agora, a duras penas, estão sendo oficializados, constituindo-se segundo a opinião generalizad i, em verdadeiros feudos.

CHEGADA DE THOMÉ DE SOUZA

Vem o segundo sistema de governo do Brasil.

Em 1548, D. João III compra a Capitania da Bahia de seu donatário Manoel Pereira Coutinho, e instala ali, a sede do Governo Geral, nomeando seu primeiro Governador Geral, Thomé de Souza.

Chegou, por fim, Thomé de Souza, em março, à Bahia, trazendo consigo diversos funcionários, seis padres Jesuítas, soldados e muitas famílias que vinham estabelecer-se no País.

Depois de muito pelejar, arrostando uma série enorme de sacrifícios, Thomé de Souza conseguiu regular os serviços de sua administração, visitando, inclusive vários pontos de sua imensa colônia.

PROVIDÊNCIAS ESSENCIAIS, NEGÓCIOS DA JUSTIÇA, OUVIDORIA GERAL.

Dentre as providências que se faziam necessárias, encontravam-se os negócios da Justiça. Thomé de Souza os entregou a um Ouvidor Geral e o Espírito Santo passa à Jurisdição desse Ouvidor, em 1º de novembro de 1554.

Essa situação permanece até 1572, quando o Governo português resolveu dividir o Brasil em duas grandes províncias administrativas, tendo por sede, a do norte a cidade de Salvador e a do Sul a cidade do Rio de Janeiro, ficando ligado a esta Capitania do Espírito Santo. Mais tarde, em 15 de abril de 1619, são criadas duas Ouvidorias Gerais e

and atenção ao valor a brilhances fertos es a comparativa. frattrada com o nome de Vila da Vabria. Es em mais mente es es federadas, sera es es

ALIGHIA.

Em 1561 falene, em Vila-Weltan a man el fanta appearent ann ann again tas

RAIZES DA ORCANGRAÇÃO JUDICIDAD

rendadeinos feudos. penas, carão amdo oficialmados, constitue dos seguinos e en unito a casalema e enquais desde multo se exige o concurso palatina, so passiva para a securior a against accurate come no case dos Juízes. Oñemis de Justique trata en clarar en como como como case dos Juízes. encontramos algunias rafaes da stuai Orga. Nessa disposição primitiva, femando a egula de antidado de antidad

CHEGADA DE TRAME DE PARA A

Vem a segunda sistema de governo - o l'acu-

Ceral, Thome de Souza. Countribo, e instala altra sede do Coser al seal agrae at a practica de agrae a Em 1546, D. João III compra a Caprima racia dialecta.

Auth ion frins, seir padies Jesuitas, soldado e e mango familias, per estra en esta berener Chegon, por fine. Thesis of de Source and a crique à realité a contra la cope des accesses

de sua imensa polónia. Sours corregular regular os serviços de sua actural trançãos atravitamente to clause en presente Depois de maita polejas, a restando en e abre proceso en que en que en dave da alte-

ONADOMACKE PROVIDENCIAS ESSENCIA (PLOÓCE A LA CALLA DE LA CALLA DEL CALLA DE LA CALLA DE LA CALLA DEL CALLA DE LA CALLA DE L

Judisdição desag Odvidor, em 1º le novembro de 184 justiça. Thomá de Soura os entregou a car (... nos thera) , principara os casas a Dentre su providencias que se faclas, y a sestitua y se como conserva inque a se an

Scivador e a do Sul a cidade do Rio de maria a remainina de la companya de la cidade do Rio de maria de la cidade de Rio de la cidade de Rio de la cidade del cidade de la cidade del cidade de la cidade del cidade de la cidade del cidade de la cidade del cidade de la cidade de la cidade de la cidade del cidade de la cidade de la cidade de la cidade del cidade de la cidade de la cidade de la cidade Brasil entiduas grandes provincias administrativos en antista de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la co Esse situação permanece aré 1573, qui astinastieme nos en una responsa despidado. o Espírito Santo, por força da divisão operada anteriormente, em relação aos governos, fica subordinado à Ouvidoria Geral do Sul até 5 de julho de 1629, quando é criada a Ouvidoria do Espírito Santo, já com Regimento próprio.

No terceiro século do descobrimento do Brasil 1708 a 1789 – por questões políticas e de economia interna, volta o Espírito Santo ao domínio da Corôa portuguesa e em conseqüência, em 3 de julho de 1722, a justiça espiritossantense passa a ser dirigida por um Juiz Ordinário, subordinado à Ouvidoria do Rio de Janeiro.

O ESPÍRITO SANTO É ELEVADO A CATEGORIA DE CAPITANIA INDEPENDENTE

Em 15 de janeiro de 1733 o Espírito Santo é elevado à categoria de Capitania independente, restabelecendo-se a sua Ouvidoria. E em 13 de outubro de 1741 — oito dias depois, cria a Corôa Portuguesa a Comarca do Espírito Santo, constituída de todo o seu território, com jurisdição sobre as cidades de Campos e São João da Barra. Instala-se o Ouvidor Geral, Desembargador Pascoal Ferreira de Veras. Mais tarde, em 12 de novembro de 1751 entra em funcionamento o segundo Tribunal de Justiça do Brasil, com sede no Rio de Janeiro e a Comarca do Espírito Santo fica sob sua jurisdição.

CASA DE SUPLICAÇÃO

A 7 de março de 1808 D. João e sua Corte composta de cerca de 10.000 pessoas — chegavam ao Rio de Janeiro, tendo sido o Príncipe acolhido festivamente pelo povo, com gritos de "viva o Imperador do Brasil". O Príncipe teve de criar muitos serviços públicos. Além da nomeação de Ministros, impunha-se a criação ou transferência de Lisboa de outros serviços públicos, como a Mesa de Consciência e Ordens, o Comércio e a Intendência Geral da Polícia. Assim, a Relação do Rio de Janeiro foi elevada à categoria de Casa de Suplicação por um Alvará de 10 de maio de 1808, com as mesmas funções que a de Lisboa, ou seja, a de Tribunal Superior, julgando em última instância, anexando-se a esta Casa de Justiça, o Desembargador do Paço com a missão de administrar, legislar e interpretar leis. E em 22 de abril do mesmo ano instala-se o Tribunal Superior, com a denominação de "Mesa do Desembargador do Paço, de Consciência e Ordens".

O Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido aos de Portugal e Algarves, em 16 d dezembro de 1815, por uma carta-lei, graças a atuação junto ao Príncipe D. João, de Antônio de Araujo de Azevedo, o Conde da Barca. Derrotado Napoleão e terminada a guerra, D. João receava uma revolução separatista alimentada pelas ideias de liberdade que grassavam por toda parte, nascendo, daí, o ato que alterou o sistema de Administração do Brasil.

O Espírito Santo passa a ser dirigido por uma Junta Provisória, mas, a sua justiça não se altera, nessa fase.

O Rei D. João VI aclamado a 6 de fevereiro de 1818, realizou no Brasil o governo que, como regente, não pudera realizar em Portugal, prejudicado pela conturbada política européia.

o Experio Santo, por torça el divisão que a la contrato e la la contrato e la contrato en la contrato en al do Sur acontrato en la contrato en al do Sur acontrato en la contrato en la co

No terceiro servito do descobruner. Pasel districti de la come de la comonita interna, vorca o Espírito de la comonita interna, vorca o Espírito de la comequiencia, em 3 de julho de 1722, e a como de la come de la como d

OESPÉRITO SANTO PENTADO A CATEGORIA DE CAPITANIA PLOCUENCA CER

CVPVIDER FALSENDERS

Chegavâm ao Rio de Janeiro, tende sida e financia se inactivamente de la financia de vine o Imperador de Brasil. O Se a perencie de manera de la financia de manera de la financia del financia de la fin

describro de 1815, por uma carra-let, prode de Marujo de Arevedo, o Conde da Barujo de Incidente de Arevedo, o Conde da Barujo de Incidente de Incide

O Especia Santo passa e ser chegado dos controles de servicios e ocupados por encora saltera, nesta faso.

Comd registre, plo pudera realizar en fine and an el differencia de la companie d

INDEPENDÊNCIA

Quase três meses antes de ser coroado Imperador do Brasil, D.º Pedro I, a 7 de setembro de 1822, profere o grito de "Independência ou Morte" permanecendo contudo os laços que submetiam o Reino brasileiro a Portugal. O Movimento pela Independência, que se manifestava havia já algum tempo, acentuou-se com a partida de D. João VI para Lisboa.

O Espírito Santo, como as demais Capitanias, passa à categoria de Província.

E um fato que merece registro é o exemplo das medidas que visavam a recolonização do Brasil, ou seja o decreto das Cortes de 18 de abril de 1821, que declarava todos os governos provinciais independentes do governo geral, localizado no Rio de Janeiro.

A PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

A convocação de uma assembléia-geral constituinte composta de uma centena de deputados, representando as diversas províncias do Brasil, foi sem dúvida o passo mais importante dado pelos liberais no caminho da emancipação brasileira.

Discutiu-se o projeto da Constituição com tenacidade e participação direta do povo, formando-se dois partidos. Todos conheciam D. Pedro e sabiam que ele não faria nada forçado, ou seja, não publicaria as leis que não aprovasse.

E tanto que D. Pedro, frente as agitações que se iam fazendo no seio da Constituinte, não exitou em arcar com todas as responsabilidades, e, a 12 de novembro de 1823 decretava a dissolução da Constituinte e fazia prender e deportar os mais exaltados e prestigiosos dos chefes liberais. Nomeou em seguida um Conselho de Estado, composto de dez membros, dando-lhe a incumbência especial de redigir uma Constituição.

Em poucos dias estava formulado o projeto, que o Imperador ia outorgar. E a 25 de março de 1824 era essa Carta solenemente jurada na Capela Imperial do Rio de Janeiro e nas províncias. Era a primeira Constituição Brasileira.

Embora se atribua importante papel a Carneiro de Campos na elaboração da Magna Carta, o projeto apresentado a D. Pedro baseava-se no trabalho que Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva havia elaborado e que fora discutido no Apostolado.

Nela são lançadas as bases da Justiça autônoma, embora tenha sido o Poder Judiciário definido em suas linhas gerais, ficando sua organização para ser objeto de leis ordinárias posteriores. Ele era independente, composto de Juízes e Jurados, cabendo a estes o pronunciamento sobre os fatos e aos Juízes a aplicação da lei. Definiu-se ainda o Supremo Tribunal de Justiça, com sede na Capital do Império e com poderes "para conceder ou denegar revistas nas causas, conforme a lei; conhecer dos delitos e erros de ofício dos seus ministros, dos das Relações, dos empregados do corpo diplomático e dos Presidentes das Províncias".

Em 12 de agosto de 1834 publica-se o Ato Adicional à Constituição Política do Império. Coube à Câmara de 1834 realizar as reformas há tanto tempo debatidas. O Conselho de Estado foi abolido e se criou a Regência Una, eleita por um período de 4 anos. Os

Conselhos-Gerais das Províncias foram substituídos por Assembléias Legislativas. As Províncias passaram a organizar a sua Justiça através de suas Assembléias, que legislavam sobre a organização civil e judiciária (23 de março de 1835). Desembargador Eurípedes Queiróz do Valle registra: "O Espírito Santo já no gozo dessa prerrogativa, cria as suas três primeiras comarcas que foram as de Vitória, São Mateus e Itapemirim".

Assim, independente, cria-se uma visão abrangente de nossa existência como Poder, no Estado, como garantia da ordem e da paz social até que, em 28 de julho de 1860, expande-se a nossa Justiça criando-se a sua quarta Comarca: a de Santa Cruz, com sede na cidade do mesmo nome.

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Depois da guerra do Paraguai, cujo fim marcou uma nova era na nossa História, livre de aflições e sofrimento, um dos fenômenos mais característicos da situação do País é, sem dúvida, a grande força que passa a ter a opinião pública. O Brasil, daí para frente, passou a entender que não era possível prescindir-se do concurso do povo.

Convencido de que só com um programa francamente liberal se apaziguaria o espírito público, que desde 1880 havia tomado conta do país, com as suas tendências, entregou o Imperador D. Pedro II, o governo ao Visconde de Ouro Preto.

Os movimentos se expandem e tomam corpo na Câmara dos Deputados que almejava uma política reconstrutora, quando um movimento militar a que se haviam associado notáveis chefes republicanos, surpreende o Ministério e em 15 de novembro de 1889 proclama a República, com adesão imediata de todas as Províncias.

PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

Vitoriosa a revolução, o Marechal Deodoro da Fonseca, antes de tudo, cuidou de reconstruir o Governo Provisório e de firmar a nova ordem de coisas, só realmente tranquila, depois do embarque do Imperador. Decretou-se, então, a forma do novo governo, como República Federativa, passando as antigas Províncias a Estados Federados, 15 de novembro. Em 19 subsequente, criou-se a Bandeira Nacional – símbolo da Pátria. Outras reformas vieram, cada uma a seu tempo, e por Decreto d 21 de dezembro de 1889 foi convocado um Congresso Constituinte para o dia 15 de novembro de 1890. E no dia 24 de fevereiro de 1891 era promulgada a primeira Constituição da república. Dissolvido o Governo Provisório, procedeu o Congresso à eleição do Chefe Constitucional da Nação, sendo eleito o Marechal Deodoro da Fonseca.

Nesta época, o Poder Judiciário no Espírito Santo já era representado por 8 Comarcas, 10 Têrmos e 21 Distritos Judiciários.

PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

O Estado do Espírito Santo, como os demais, passa a ter, na pessoa do Comandante Constante Gomes Sodré, o seu primeiro Governador interino. Em 11 de novembro de 1890

Convelhos-Gerais das Provincias foram sul siculto político da la composito de la composito de

Assim, Independente, cria se uma mante a mante en la variación en la caración de la financia de criamido, como garantia da ordem e da para y altra en la caración de garantia da criamido-se la sua quarta Circumido de Santa de la caración de caraci

PROCLAMACAGE HARBYETT

Convensible de que sécula um programa é a maser a elle e como se sa ma publico, que desde USO havia tomado com e a publica carre as a como é a comença a imperador D. Pedro II, o provembra o Viscon se a como é a come.

Os movimentos se expanda m e toma consecue a consecue a

PRIMEIRA CONSTITUTA DE LOS RECUESAS

Vivorana a revolução, o Marechal de la facta de la fac

Nesta época, o Poder judiciáno tv. hay a vel, ana com a resistante e a como a servicio de la como a como de la como de la Districo. Judiciana.

PRIMERA CONSTITUTO VEDGE TO A

O Estado do Espírito Santo, como el riserse el recola al relación de la elementario el Constante Gomes Societ, o seu primeiral de medical de la colonia de l

outorga, a título provisório, o Governador, a sua primeira Constituição. Nela são lançadas as bases de organização da Justiça Estadual.

DOS PODERES

Em 24 de fevereiro de 1891 é promulgada a Constituição da República, que veio consolidar, dentro da doutrina constitucional do liberalismo, a independência, a autonomia e a harmonia dos Poderes. Com efeito, se fixou Magna Carta o princípio político que o "Espírito das Leis" de MONTESQUIEU, pretendia haver recolhido da prática inglesa. "Toda sociedade na qual a garantia dos direitos não se encontre assegurada, nem a separação dos poderes determinada, não possui Constituição". Não só nosso Estado, como os demais da Federação, passou, cada um deles, a se reger pela Constituição e Leis que adotasse. Assim, é que baixa o Governador Antônio Aguirre, em 11 de maio de 1891, o Decreto nº 95, outorgando a primeira Organização Judiciária espiritossantense e com ela os primeiros Códigos do Processo Civil, Comercial, Criminal e Orfanológico, constituindo todos um só corpo de leis.

PRIMEIROS DESEMBARGADORES, INSTALAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A seguir são nomeados os primeiros Desembargadores do Estado: Drs. José Feliciano Horta de Araújo, Manoel Armindo Cordeiro Guaraná, Carlos Ferreira de Souza Fernandes, Epaminondas de Souza Gouveia e José Camillo Ferreira Rebello. Instala-se solenemente, aos 4 de julho de 1891, o Tribunal de Justiça, sob a presidência do Des. José Feliciano Horta de Araújo.

Não se pode deixar de transcrever a ata de instalação

enterga, a eticlo provisores, o Csos organis as bases de organização da Justiça Esti-

DON THE WAY

Em 14 de invereiro de 1891 é para i danda alta actualmente de la consolides, dentro da doutran constituación de bienera que recipio de la constituación de bienera que recipio de la constituación de la constituación de la constituación de la constituación de la constitución de la constitución de la constitución de la garantia de la constitución de la con

PHIMEIROS DESEMBAROALE IR STRUTALAÇÃO DE V

Não se pode deixas de transcreves and entre depo-

Acta de installação do Fredenie! de que tira do Estado do Espirato hante

Ales quates has do mes de Julho de mel ortisento nevinta e man se mone hand for there, mayor das so; las do Calacio de Garaino do Estado, presentes or Vanhore Deumbargadores gore Februario Moria se Aranzo, prosentente, Carlos Firecion de Sancia Tionameko a fore Gamillo For rino Ribllo, for por estes vertadas a primera de from surgerismo seus den re, a sono regunta o memos Souther Presidente Sularan installed a tribunal in frution to betate, to gove mention lower, i appoint a publicer a respective exital. Tele Senhor Decembergo. Nor presidente for lets que mas tomés aindo s'és mhar desembargador allancel Alomento Cortain fore vana, momentes forewater is fuition, deborania e Launda to botalo termato poesed here engo, accumin a Venhar Quembagator for Camillo Ferrain Hebelle services here funciones. Tils Venter Brienhayator Have Fromandes for afferents a projects it begulas Surgean a dia 5 do somete, in mis dia, para a minte serias afin de ser countile e approvado a quelle objectaments. & par mada mais have on tra The branton on sisses. Em Brider des Santes, Le writers to Evidence de quetica, laveir à presente acto, que por rain vai inherepta. OSeastario.

Supromeda un service le sein Hor later mun a mines fala las services, 6 de flore de 1894

had decorate, I do, I want to

the halfman a grown to a second second

the state of the s

then the trade for their the second second

Complete the below to water the second of th

the familiar that the state of the state of

freely falls of great the state of the state

And for for first the second of the second o

South friend to them the

without marker also considered to the state of the second to the second

Mile do some of the same

wanted programmed by however the

and the me what where

supplier of bolomer of the

tioned probabilities in the second comment

O Secretário

a) Ouvidio dos Santos

Approvada em sessão de seis dos ditos mes e anno. Sala das sessões, 6 de julho de 1891.

O Presidente.

a) J. F. Horta de Araújo."

A JUNTA PROVISÓRIA DISSOLVE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O governo da República, sob a chefia do Marechal Deodoro, durante o regime provisório, criara muitos adversários e até inimigos rancorosos. Houve formal dissenção entre o governo e o Congresso, levando o Marechal Deodoro a decretar, no dia 3 de novembro de 1891, a sua dissolução.

A luta aberta e sem tréguas, fez com que na manhã de 23 de novembro, o Marechal Deodoro entregasse o Governo ao Vice-Presidente, Marechal Floriano Peixoto.

Começou o seu governo o Marechal Floriano depondo todos os Governadores que haviam apoiado o golpe de Estado e entre eles estava o Dr. Antônio Aguirre. Assume o governo do Estado, uma Junta Governativa presidida pelo Coronel Ignácio Henrique de Gouveia, então Comandante do 32º Batalhão de Infantaria.

Em 24 de dezembro de 1891, a Junta Governativa dissolve o Tribunal. E nessa mesma data organiza um outro com a nomeação de novos Desembargadores. Alegava-se não terem sido respeitados os direitos de antigos magistrados na organização do mesmo.

NOVOS DESEMBARGADORES. SEGUNDA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

São então nomeados os Drs. Afonso Cláudio de Freitas Roza, designado Presidente, Luiz Manoel Mendes Vellozo, Getúlio Augusto de Carvalho Serrano, Estevam José de Siqueira e Manoel Jerônimo Goncalves.

A segunda Organização Judiciária é apresentada ao Estado a 28 de junho de 1892, com a promulgação da Lei nº 7, distinguindo-se pelas ideias que consagrava. E logo a seguir baixa o Governo o Decreto nº 15 – 3 de agosto de 1892 – organizando um novo Código do Processo Civil, Criminal e Orfanológico, desligando-o da Organização Judiciária, que passava a ser um estatuto autônomo.

O Espírito Santo foi talvez um dos poucos Estados da Federação, ainda no alvorecer da República, a dar ao Poder Judiciário a mais completa independência e autonomia. Graças ao Governo de Moniz Freire, todos os Juízes, Autoridades e funcionários da Justiça eram nomeados, promovidos e removidos pelo Tribunal – artigo 75 da Constituição de 2.5.1892.

De 21 de dezembro de 1907 a 24 de dezembro de 1913, seguiram-se várias leis e decretos dando novas estruturas à Organização Judiciária do Estado e a legislação Civil, Criminal e Orfanológica.

(Secretagio

Neprovada em sessão de seu dos dio. Sela das sessões, ó de juito de 189:

O Presidente.

. - a) J. E. Horta de Aradjo."

AJUNTA PROVISÓRIA DES DEVE O TRADA

O governo da República, sor provisor daren provisorio, criara muntos adversános o variantes o governo e o Congresso, levano o Manerala II. a movembro de 1891, a ma dissolução.

Deodoro entregasse o Cioverno ao Sus estateme, la estateme de actualmente entre actualmente de la companya del companya del companya de la companya del companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya d

Corresçou o seu governo o Marece a Bluesano destra esta a la companya a la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya del comp

Em 24 de desembro de 1891, apara de antica de la consecución de la consecución de antica de antica de la consecución de antica de antica

NOVOS DESEMBARGADORES. STATE NOS CIRCLAS OF THE DICTAS OF

São então nomeados os Drs. rato antidade de de cara a cara de viga actal este a la late Marioel Mendes Vellozo, Geralia, sança actal de Contrata a visa a la late de Significa e Manoel Jerónimo Congalves.

O Esplítico Santo foi talvez una de pera la caraca da República, a clar ao Poder fudir la Chaças ao Governo de Montir Frein, toda aran númeados, prostoovidos e ren la 15.1892.

De 21 de desembro de 1902 a 2 a construir de la compansión de la compansió

PELA TERCEIRA VEZ É REORGANIZADA A JUSTIÇA

A Lei nº 516, de 21 de dezembro de 1907 reorganiza pela terceira vez, a Justiça do Espírito Santo. O Decreto nº 931 de 26 de agosto de 1911 baixa um novo Código de Processo Criminal autônomo e ainda, neste mesmo ano, 30 de setembro, pelo Decreto 948, o Governo edita um Código de Processo Civil independente do Criminal e Orfanológico. Em 24 de dezembro de 1913 independente do Criminal e Orfanológico, é promulgada a Lei nº 3 dando nova estrutura à Organização Judiciária do Estado.

NOVA REFORMA DA JUSTIÇA

Seguem-se novos decretos na intensa movimentação judiciária em que vive o Estado, reflexo da instituição da República, que busca consolidar-se. Edita-se novo Código de Processo Penal que, com alterações em 1917 e 1927, vigorou até 1934. Seguiram-se, pela Lei nº 1.055, um novo Código de Processo Civil e Comercial, em 1915, nova reforma da Justiça em 1924 (a quinta em toda a história do Judiciário do Estado) e finalmente, em 24 de abril de 1930, um novo Código de Processo Civil e Comercial, que vigorou até 1939, quando foram unificados os Códigos Processuais do País.

LEI № 3.071 DE 1º DE JANEIRO DE 1916.

Nessa história, assim movimentada na área do Direito e da Justiça, uma Lei muito especial, merece ser registrada: é a Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916, que instituiu o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Este Código vigora até a presente data – fevereiro de 1985 – e é, sem dúvida alguma, o maior monumento histórico de nossa legislação. Subscrita pelo Sr. Dr. Wenceslau Bras Pereira Gomes, Presidente da República e referenciada pelo Sr. Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, esta lei sofreu críticas e louvores, mas conforme leciona José de Alencar:

"Um Código Civil não é obra de ciência e do talento unicamente; é, sobretudo, a obra dos costumes das tradições, em uma palavra, da civilização, brilhante ou modesta, de um povo".

E o Código Civil Brasileiro é obra brilhante do povo.

REVOLUÇÃO DE TRINTA.

Feito este Registro, prossigamos, já agora com a Revolução de Trinta.

A 31 de outubro de 1930, em meio a grandes manifestações populares, Getúlio Vargas chega ao Rio de Janeiro. A revolução da qual o político gaúcho era um dos líderes, estava vitoriosa, menos de um mês após sua deflagração. Getúlio, candidato da Aliança Liberal, à sucessão do presidente Washington Luiz, fora derrotado nas urnas pelo situacionista Júlio Prestes, presidente de São paulo. Alguns chefes políticos e militares do

Rio Grande do Sul, alegando fraude nas eleições, iniciaram então um movimento que culminou a 3 de outubro de 1930, quando estourou a revolução. Iniciada em Porto Alegre e em Belo Horizonte, a revolta ganhou o país. A 24 de outubro, Washington Luiz era deposto pelo Exército e Marinha. A 3 de novembro Getúlio Vargas tomava posse no Catete.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA É REORGANIZADO

O Governo discricionário que se instalou no Estado do Espírito Santo, já o encontra com 12 comarcas, 19 juízes de Direito e 8 Desembargadores. Em 16 de janeiro de 1933 haixa o Governo o Decreto nº 3.176, reorganizando o Tribunal de Justiça do Estado.

Dentro desse clima revolucionário, o Congresso Nacional outorga ao País, em 16 de julho de 1934, uma nova Constituição Federal, e, nela, se reestrutura a Justiça brasileira. E nessa restruturação estabelece-se a unidade do Direito Processual – Civil e Criminal – que se realizou, plenamente, com os Códigos Penal e de Processo, a partir de 1940. Também se fixa o princípio da inalterabilidade quinquenal das Leis de Organização Judiciária.

Nova Carta Magna é promulgada no Brasil em 10 de novembro de 1937, – O Estado Novo – instalando-se um novo Governo, mas, a Justiça não se modifica, conservando a mesma estrutura que lhe dera a Constituição de 34. Em 26 de janeiro de 1946, pelo Decreto-Lei nº 1.605, é reformada, pela sétima vez, a Organização Judiciária do Estado, que vigorou até 1964.

Em 18 de setembro de 1946 foi promulgada outra Constituição Federal Brasileira que vigorou até 24 de janeiro de 1967.

Foi uma época acidentada na vida política do Brasil – 1934 a 1946 – toldada de dúvidas e apreensões – com reflexo doloroso nos Estados da Federação, sem possibilidade de restaurar a ordem legal, definitivamente. O Poder Judiciário não podia escapar aos entendimentos políticos, que culminavam com a cassação de mandatos, aposentadorias compulsórias, sob o pretexto da garantia e da Segurança Nacional. No Espírito Santo, o Judiciário foi também atingido.

CONSTITUIÇÕES DE 1934 E 1937

Depois de 1946, terminada a Segunda Guerra Mundial, volta a reinar no país, mais calma, mais respeito e mais ordem, permitindo que a Justiça nos Estados, conservasse as linhas ger: is traçadas pelas Constituições de 1934 e 1946.

63º ANIVERSÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

assim é que em 4 de julho de 1954 o Tribunal de Justiça comemora, festivamente, o seu 63º ai iversário constando das festividades – inauguração da Galeria Geral de todos os seus m :mbros, da Galeria Especial dos Presidentes e dos bustos dos quatro grandes jurisconsultos Brasileiros, nascidos no Espírito Santo, a saber: Moniz Freire, João Fortunato

O TRIBUNAL DESERVABLE DE LA CONTRACTA DE

Com 12 comarces, 19 juites de Dirette e l'accurate vers la grande de la comarce de Carette e l'accurate vers la grande de la comarce de Carette e l'accurate vers la grande de la comarce de la comarc

Dentro de se chus revolucion de la 1934, uma mova Conseituro de 1934, uma mova Conseituro de la 1934, uma mova Conseituro de la 1934, uma mova Conseituro de la 1934 de la 1934

Novo Catta Magna e promulga a Sanda a

The 18 de setembro de 1946 fer a gran de 1946 fer a

Sot upa época acidenteda es variables de la constante de restaura a ordem legal defina va contendamentos políticos, que culminario es a será de computadorida esto o preferero da garante e intendamento esta esta computadorida esta o preferero da garante e intendamento foi também atrugato.

CONSTITUTE SPETPS - 19.3

Depois de 1966, terminada a Serie de la Stematica de la Stemat

63º ANTWERSARING TRUSTICAL INC.

seu 63º au tvertife à constando das un constante de la constan

Ramos, Manoel P. R. Pereira de Sampaio e Afonso Cláudio de Freitas Rosa.

Até 1979, quando foi nomeado o jurista Clovis Ramalhete, Manoel P. R. Pereira Sampaio tinha sido o único capixaba a ascender ao Supremo Tribunal Federal, do qual chegou a ser Presidente.

Era então Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça o Desembargador Eurípedes Queiroz do Valle, jurista, jornalista, historiador e Presidente da Academia Espiritossantense de Letras.

Baixou, ainda, o Presidente Eurípedes, a Resolução nº 37, criando o Patronato das Comarcas, dando a cada uma um Patrono escolhido entre Juízes e Advogados de nota, já falecidos.

72º ANIVERSÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ao completar o Tribunal o seu 72º aniversário em 4 de julho de 1963, já o quadro geral da Justiça no Espírito Santo se apresentava constituído de 04 regiões, 33 Comarcas, 173 Distritos Judiciários, 08 Juízes Substitutos e 12 Desembargadores, estando em vigor a Constituição Federal de 18.09.46, a Estadual de 26.07.1947 e a Organização Judiciária de 26.01.1946.

Os dirigentes da Nova República, a partir de 1963 vêm procurando manter o princípio constitucional como fundamento das instituições, com repercussão nas estruturas dos Poderes. O Poder Judiciário, por exemplo, no Espírito Santo, vem se firmando, solidamente, em sua estrutura, inclusive procurando aparelhar-se de modo mais digno e de maneira a se projetar, como Poder independente, no cenário nacional.

MUDANÇA NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A mudança no Tribunal de Justiça e as diversas Varas da Capital para o Edifício das Repartições Públicas, na Avenida Jerônimo Monteiro, permitiu que se demolisse o velho prédio do Tribunal, e que outro fosse construído no seu lugar. A demolição se fez na Presidência do Desembargador Demerval Lyrio, em 1963.

The second of the page of the second of the

Stanks a grander.

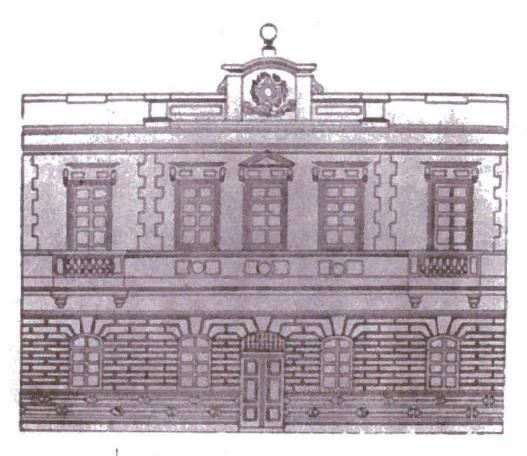


Colégio dos Jesuítas, séde do Governo do Estado, hoje, Palácio Anchieta, onde foi instalado, na sua parte térrea, em 4 de julho de 1891, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

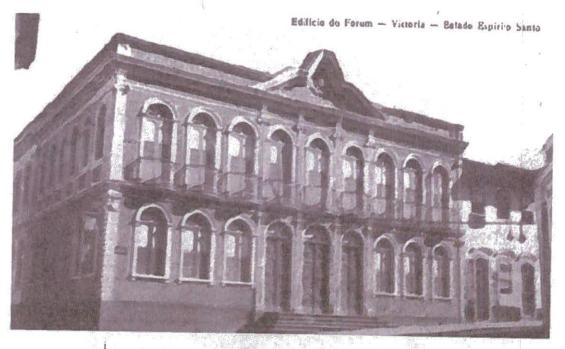
Colego des terutids.

Anchieta, code joi mo a conserva de 1891, o Egrégo To.

Sun.

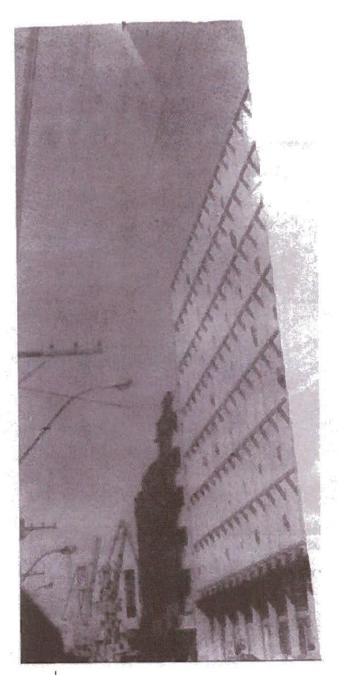


Prédio onde funcionou o Egrégio Tribunal de Justiça (JUN / 1892), hoje abrigando o Arquivo Público do Estado.

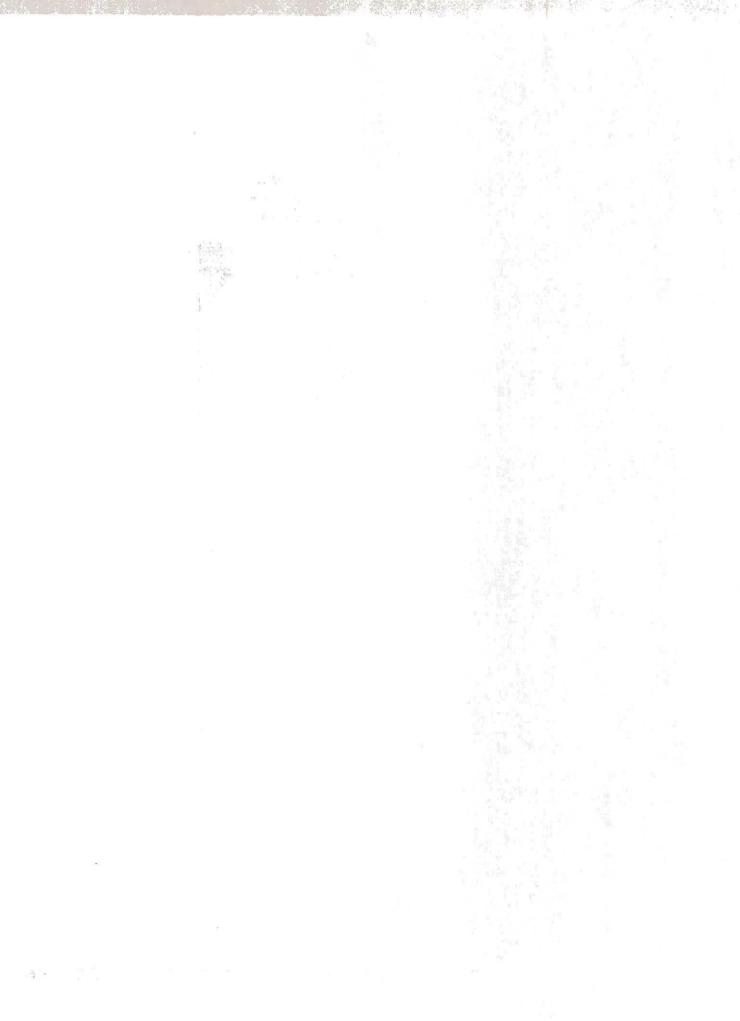


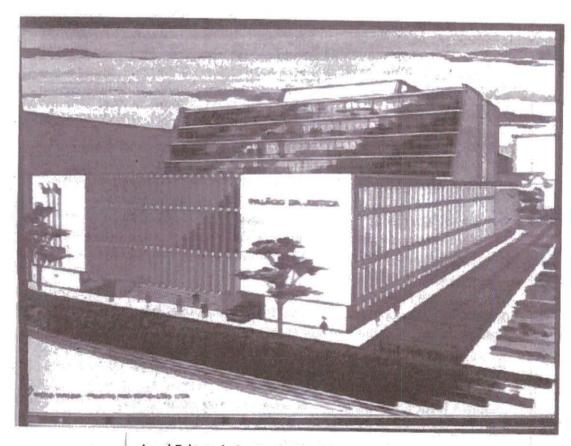
Prédio da Antiga Assembléia Legislativa, onde funcionou durante cinquenta anos (1912/1952), o Egrégio Tribunal de Justiça.

Predio da Amega Asa s conquenta anos (1917-1777) — ega Terran



Edifício das Repartições Públicas, onde funcionou provisoriamente, até 1971, o Egrégio Tribunal de Justiça.





Atual Palácio da Justiça, construído em 1971, onde abriga, também, o Forum Moniz Freire.

Athor fallstoo da bara, and a same attached and from Army France.

NOVO PRÉDIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Em 1967, no Governo do Exmº. Sr. Dr. Christiano Dias Lopes Filho foi iniciada a construção do novo prédio, sendo a pedra fundamental lançada na presidência do Desembargador Crystallino de Abreu Castro. O rítmo da obra foi acelerada e já na presidência do Desembargador Halley Pinheiro Monteiro, em 1971, com grande pompa foi inaugurado o prédio onde atualmente funcionam o Tribunal e as Varas de Vitória, Comarca da Capital.

Esta é a quinta sede do Tribunal de Justiça. A primeira, quando de sua instalação provisória em 1891, na parte térrea do atual Palácio Anchieta. A segunda, em julho de 1892, em prédio próprio à Rua Pedro Palácios onde está instalada a Biblioteca Pública, hoje Arquivo Público. A terceira, em maio de 1912 à Rua Moniz Freire, onde funcionava a antiga Assembléia Legislativa e ali permaneceu durante cinqüenta anos até que foi demolida. A quarta, em agosto de 1962, em sede provisória, na Av. Jerônimo Monteiro onde funciona o edifício das Repartições Públicas e, por fim, a quinta, no Palácio MONIZ FREIRE, sua sede definitiva até a presente data.

DENOMINAÇÃO DADA À SEDE DO PODER JUDICIÁRIO

Em sessão plenária do Egrégio Tribunal de Justiça de 10 de outubro de 1957, a sede do Poder Judiciário passa a ser denominada "Palácio Moniz Freire" num pleito da admiração à obra legislativa do grande jurista espiritossantense, por proposta do Desembargador Eurípedes Queiroz do Valle.

O Espírito Santo se orgulha de seus varões insignes e dentre outros mais, se orgulha do nome que lhe opulenta a galeria: MONIZ FREIRE. É assim que o Desembargador Danton Bastos ao evocar este vulto o festejava:

"Como ninguém no Estado compreendeu o papel da Justiça no regime. Já vai longe esta fala e eu não quero repetir, o que representa a atuação do grande Moniz, quanto à Justiça, na elaboração da célebre Constituição de 1892 - que defendia notável Lei nº 7, da Organização Judiciária, e no magnífico decreto nº 15, o nosso Primeiro Código de Processo, verdadeiros monumentos legislativos, todos eles dando à Justiça o máximo de

prestígio - tudo de acordo com o princípio constitucional expresso em que se proclamara a magistratura, quer dizer o Judiciário - "órgão proeminente da ação política do Estado".

Não sem razão os jornais do País registravam a vida e a obra deste grande jurista e político coerente e combativo.

O "Correio da Manhã" de 14.7.1961 destacava:

"Entre os positivistas independentes que, ao lado do Julio de Castilhos, Demétrio Ribeiro, Borges de Medeiros, João Pinheiros, Luiz Pereira Barreto, Lauro Sodré, Alberto Salles, Santos Werneck, Barbosa Lima, Martins Júnior, Anibal Falcão e tantos outros, adotaram os princípios de Augusto Comte, o Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire.

NOVO PRÉDIO DO TRU CO - L'INCINE DE LA COMPANSION DE LA C

ca Capical. anaugurado o prédio orde acualmente funcio sau como el contra de como esta de como presidencia do Desembargador Hisiley Profress and a resemblia de la companya del companya de la companya del companya de la companya del la companya de la c Desembargador Crystallino de Abreu Castas Christian de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya della companya de la companya de la companya della companya della companya della companya della companya della companya della c cunstrução do navá predia, sendo a pedia transista dos tras em estê em

FREIRE, sua sede definitiva até a presente dans onde functions o edificio des Repetrições Palaisar a paras acuar a de la companya del companya de la companya del companya de la companya de demohda. A quarta, em agosto de 1962, em seco provincirio no en como de mante a attega Amembleia Legislativa e ali permaner an primana condi con contra condicione and conhoje Anguivo Público. A totoeira, em maio de 1917 de a 17 de a 18 de a 1692, em prédio próprio à Rua Fedro Palásaya onda resistra at des a tel actual abite a provisória em 1891, na parte térres do acuai " ado o dos atrastes a 2 mentral das re-Esta é a quinta sede do Tribunal de Justaca. A partitura sedicir de la atrafe-

DENOMINAÇÃO DADA À SEDE DE PODEB PORTE DE LA CONTRA

Puripedes Queirox do Valle A - "wa legislativa do grande jurkto espititus; - puesto e en quato e des Poder Judichtrio passa a ser den sminada. Pal es alla constitución de la constitución de la constitución de Em sessão plenária do Egrégio Tribunetara em a, cas librar esta em as a final em em a casa de la ca

Danton Bastos so evocar ette vulto o festence. ac norm que lhe opulenta a galería: MO: 19 1 30 TO 1 30 TO 1 C) Espírito Santo se orgulha de seus va con ascenar e de como de la constante de la constante

magini ratura, quer diser o Judiciário - "órgão para cara e a cara, frances a cara, frances a cara de prestigio - tudo de acordo com o princípio casaso - para la prestigio de acordo com o princípio casaso. de Processo, verdadeinos monumentos tega-Lei nº 7, da Organização Judiciária, e no missoria o destruto a la como de entra fação de quanto à justica, na elabonação da célebre Cara If van longe esta fails e ru into quero repetin, and it is essenting a day, and a problem of "Como ninguém no Estado conspreendeu o pro-

server the server of the street of

polítrico coerente e combativo Não sem rarão pe jornais do País registra

O"Correio da Manha" de 19 7 1961 des vicini

adorgram os principios de Augusto Comire e Est. Les e Mcl. Salles, Santos Werneck, Barbosa Lima, Manare Parties and Gold or an Ribeiro, Borges de Medeiros, João Pinheiros. La Careira lina ma Entre os positivistas independente que a lida la para en la companya de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya de la

Nascido em Vitória, Capital do Espírito Santo, a 13 de julho de 1861, era um ano mais môço do que Silva Jardim, Júlio de Castilhos, João Pinheiro e Martins Júnior, dos quais emanado pelos mesmos ideais políticos e filosóficos se fez amigo em São Paulo e Recife.

Aos 16 anos ingressara, de fato, na Faculdade de Direito de Recife, que cursou até 1879, e, transferindo-se para São Paulo, em 1880, aí se formou no ano seguinte.

Passando a advogar em sua cidade natal, aí fundou Moniz Freire, em 1882, com

Cleto Nunes, o jornal "PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO".

O entusiasmo de Moniz Freire pelo positivismo não foi apenas um arrebatamento de môço. Referindo-se a ele, na "História da Literatura Espírito-Santense", Afonso Cláudio, que também era positivista, escreve: "As suas idéias filosóficas em começo obedeceram à doutrina do positivismo heterodóxo sob a direção de Littri; mais tarde é ortodoxia de Comte, quer na filosofia, quer na política".

Eleito à Assembléia Provincial do Espírito Santo d 1884 a 1889, neste mesmo ano passou a representar a Província, como Deputado Geral, sendo, no ano seguinte, eleito para a Constituinte Republicana. Nesta, apoiou todas as teses positivistas, acerca das

quais proferiu, em 12 de janeiro de 1891, notável discurso.

Depois de ocupar a Presidência do estado, durante o quatriênio de 1892 a 1896, foi novamente escolhido para exercê-la no período de 1900 a 1904. Ao deixar, pela segunda vez, a Presidência do Estado, foi eleito Senador, mandato que ocupou de 1904 a 1915. Faleceu, no Rio, em 03 de abril de 1918.

De sua autoria é o anteprojeto da Constituição do Espírito Santo, que passou a vigorar em 1891 e onde é evidente a influência positivista; da célebre Lei nº 7, da Organização Judiciária e do notável Decreto nº 15, o nosso primeiro Código de Processo.

Foi fundador e redator da "Aurora" (1875), "Liberal Acadêmico de São Paulo" (1880 - 1881), "Província do Espírito Santo" depois "Estado do Espírito Santo" (1882 - 1914) e colaborou, sob o pseudônimo de Kosciusko, no "Correio da Manhã", na "Época", no "Jornal do Comércio", e outros periódicos. São de sua lavra, entre outros, os seguintes livros. "Cartas ao Imperador", 1885, "A Constituição de 1892", "Pela Liberdade Política do Brasil", 1910, "Existência Política dos Estados", 1913.

Moniz Freire deixou, no Espírito Santo, e em todo o país, forte tradição: cultura, inteligência e moralidade.

Tão grande é o aprêço que lhe vota o espiritossantense que existem duas cidades, em sua homenagem: a de seu nome - Moniz Freire - e a de Colatina, nome de sua esposa. E mais ainda: é, talvez, o único estadista - notável jurista, político eminente e homem de bem - que teve o seu nome ligado à magistratura espiritossantense, como Patrono do Poder Judiciário.

AINDA SOBRE MONIZ FREIRE

O Espírito Santo tem sido o precursor de várias conquistas do Direito Brasileiro. Foi

Mascido em Vitório. Capital de Filologia de antidos de

O entusianno de Morar Frene pelo per a managa a managa a moço Referendo-se a ele na matório fa la que também era positivista, entreve "A destrins do positivismo heterodoxo sala a matório quer na filozofia, quer na positi

Eleno il Assembleia Provincial di Les di 1888, della 1888, della 1888 di Indiana di 1888, della 1888 di 1888, della 1888 di 18

Depois de ocupar a Presidência di l'arra de la manda d

Forfundacior e redacor-la "Aurera"

1861). "Provincia do Espárico Santo des.

1 laborou, sob o pseudónomo de ficie masa.

10 Comércio", es curren periódicos. São describa de limperador", 1885, "A Constitua, "Cartus ao Imperador", 1885, "A Constitua, "Existência Política dos Escuto."

Tão grande é o apréço que the a ...

em sua homenagens a de seu nome 160...

b mais amda: é, talves, a timo estado o
bem - que tave a seu nome 1 sado a mag.

Poder Judiciário.

AINDA SOBRI

ele, como se sabe, o primeiro a cogitar do voto secreto no País, através de projeto de lei de seu representante no Senado da República, Senador José de Mello Carvalho Moniz Freire, em junho de 1901.

DENOMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O Tribunal de Justiça teve as seguintes denominações até hoje: Tribunal de Justiça em 1891, quando se instalou; Côrte de Justiça em 1892; Tribunal Superior de Justiça em 1913; Côrte de Apelação em 1937 e novamente Tribunal de Justiça, denominação que permanece até esta data (1985).

NÚMERO DE DESEMBARGADORES

O número de Desembargadores do Tribunal de Justiça, segundo registra Eurípedes Queiroz do Valle, em seu livro "Datas e Dados da Vida Judiciária Espírito-Santense" vem oscilando desde a sua instalação em 1891. Começou com cinco. Passou a 6 em 1907, a 7 em 1913, a 8 em 1933, a 10 em 1934, voltou a 9 em 1935, subiu novamente a 10 em 1936, desceu a 8 em 1937, foi a 9 em 1938, baixou a 8 em 1940, voltou a 10 em 1952, subiu afinal a 12 em 1960, número que manteve até o momento (julho de 1963).

Hoje, para se adaptar, às exigências da Lei Orgânica da Magistratura - Lei nº 35, o nosso atual Código de Organização Judiciária fixou o número de Desembargadores em 15 - Lei nº 3.507, de 24 de dezembro de 1982, art. 12.

PRESIDENTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Exerceram a Presidência do Tribunal de Justiça, a partir de 1891, os seguintes Desembargadores:

01 - Des. José Feliciano Horta de Araújo	1	891
02 - Des. Afonso Cláudio de Freitas Roza	1	892
03 - Des. Luiz Manoel Mendes Velloso	1	898
04 - Des. Antônio Ferreira Coelho	1	907
05 - Des. Getúlio Augusto de Carvalho Serrano	1	909
06 - Des. Carlos Francisco Gonçalves	1	911
07 - Des. Gregório magno Borges da Fonseca		915
08 - Des. Manoel dos Santos Neves		916
09 - Des. Francisco de Paula Mendes Wanderley		917
10 - Des. Afonso Cláudio de Freitas Rosa		918
11 - Des. Lourenço de Moraes Freitas Barbosa	A 1 3 4 5 4 5 4 5 4 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5 5	919
12 - Des. Antônio Ferreira Coelho	1	1920

eie como se sabé, o primeiro a cagutar do vos ser menor a sus conservante no Senado da Republica, de mando da se la facilita de 1901.

DINOMINAÇÕES DO TRITO A A LIDERA SOUS

O Tribunal de Justica teve as seguintes d. — maçoses a é la la hamana se justica em 1891, quando se instalou; Corre de Justica — 1937 e porquiera e la ribanta a latitude, de la carega e la companion de la carega e la carega en 1937 e porquiera e la ribanta a latitude, de la carega e la companion de la carega e la carega en permanece pre esta data (1985).

NÚMERO DE DESEAURA DE LA TARRES

Outimero de Desembargadores do Tribacia a contiga despara a canaga de companyo de Valle, em seu hivro "Datas e Datas: la majorita de Cataga Logitas de cataga de cataga de cataga de major de cataga de m. 1933, a 10 cm. 1934, voltoura de cataga de m. 1937, foi a 9 cm. 1938, barrena. Se cataga de cataga de cataga de m. 1937, foi a 9 cm. 1938, barrena. Se cataga de cataga de

Hoje, para se adaptat, às exigências de l'antidate de l'an

PRESIDENTES DOTRE SALING STATE

- 01 Des. José Feliciano Horra de Arada
- 32 Des. Aformo Galudio de Freitas Iluna
- 01 Des. Lata Manoel Mendes Velloso
- 04 Des. Anthojo Perreira Coeilia
- 05 Det Gerulio Augusto de Carvalho Sen
- 06 Des. Carlos Francisco Gon, alves
- 07 Des. Chegório magno Borges da Forse. «
- 18 Des. Mangel dos Santos Neves
- 09 Des, Francisco de Paula Mendes Wanders
- 10 Des. Afonso Ciandio de Freires Rusa
- 11 Des, Lourenço de Moraes Frestas Barty ...
- 1.2 Oct. Antônio Ferreira Coelho

12 5		
13 - Des. Gregório Magno Borges da Fonseca		1921
14 - Des. Manoel dos Santos Neves		1922
The state of the s		1923
16 - Des. Lourenço de Moraes Freitas Barbosa		1924
17 - Des. Antônio Ferreira Coelho		1925
18 - Des. Gregório Magno Borges da Fonseca		1925
19 - Des. Manoel dos Santos Neves		1925
20 - Des. Henrique O'Reilly de Souza		1925
21 - Des. Manoel dos Santos Neves		1926
22 - Des. José Espíndula Batalha Ribeiro		1930
23 - Des. Manoel dos Santos Neves		1930
24 - Des. Cristiano Vieira Andrade		1931
25 - Des. Oscar Faria Santos		1932
26 - Des. Carlos Xavier Paes Barreto		1935
27 - Des. Augusto Afonso Botelho		1937
28 - Des. José de Barros Wanderley		1939
29 - Des. José Vicente de Sá		1941
30 - Des. Waldemar Pereira		1943
31 - Des. Dantos Bastos		1946
32 - Des. Octavio de Carvalho Lengruber		948
33 - Des. Rômulo Finamore		949
34 - Des. Gilson Vieira de Mendonça		950
35 - Des. João Manoel de Carvalho		952
36 - Des. Ernesto da Silva Guimarães		953
37 - Des. Eurípedes Queiroz do Valle		954
38 - Des. José Cupertino de Castro Filho		955
39 - Des. Danton Bastos		956
40 - Des. Ayrton Martins Lemos		957
41 - Des. Manoel Xavier Paes Barreto Filho		958
42 - Des. José Furtunato Ribeiro		959
43 - Des. Nilton Thevenard		960
44 - Des. Ewpaminondas Amaral		961
45 - Des. Demerval Lyrio		962
46 - Des. Alfredo Cabral		963
47 - Des. Carlos Soares Pinto Aboudib		964
48 - Des. Meroveu Pereira Cardoso Júnior		065
49 - Des. Ayres Xavier da Penha		66
50 - Des. Crystallino de Abreu Castro		67
51 - Des. Carlos Teixeira de Campos		68
52 - Des. José Morcerf Filho		69
53 - Des. Vicente Vasconcellos	19	
54 - Des. Halley Pinheiro Monteiro	19	

13 - Des Gregorio Magaio Borge de la con-

14 - Des. Mannel dos Santos Never

15 - Des. Anténio Ferreira Coelh.

16 - Des Lourenço de Moraes Fre . . .

17 - Dea Antônio Ferrain Coelle

18 - Des. Gregório Magne Borges de Caracia.

19 - Des. Matroel des Sancos Neves, 20 - Des. Metrique O'Relily de Sancos

1 - Des. Manoel dos Santos Neve-

22 - Den José Espiridura Batulha 197 ann

21 - Des. Manoel des Sanch Never

14 - Des Gristman Viene Andrea:

25 - Des. Oscar Farta Santos

26 Des Carlos Xavier Paes Barre

27 - Des. Augusto Alonso Borella. 28 - Des. José de Barres Wanderley

29 - Des. José Vicente de Sa

30 - Des. Waldemar Pereira

11 - Dan, Dantos Bastos

32 - Dea, Octavio de Carvalho Lenser Tr.

33 - Des, Romulo Finamore

34 - Desi Oliton Vierra de Mendonça

35 - Des Joilo Manoel de Carvalho

36 - Des. Ernesto da Silve Guirnara.

37 - Dear Eartpedes Querrox do Valle

18 - Des. Jusé Coperuno de Castro I

39 - Det. Dantem Baston.

40 - Des. Ayreon Marties Lerens

41 - Des. Mannel Xavier Paes Plattet. 154.1

42 - Det. José Fortur ale Ribeiro

13 - Oes. Nilson Theyenard

44 - Des. Ewparmmondas Amaral

45 - Des. Demerval Lyrio

46 - Det. Alfredo Cabrul

47 - Den Carlos Snares Pinto Aboud

48 - Des. Maroveu Pereira Cardoso I mi-

49 - Des Aybes Aevier du l'enha

50 - Des Crystallino de Abreu Casto.

51 - Des. Cathos Teixeira de Camp.

52 - Desi José Moncerí Filho 53 - Desi Vidente Vasconcellos

54 - Des, Halley Purheira Monteiro

55 - Des. José Vieira Coelho	1972
56 - Des. Moacyr de Figueiredo Côrtes	1973
57 - Des. Cícero Alves	1974
58 - Des. Mário da Silva Nunes	1975
59 - Des. Carlos Soares Pinto Aboudib 60 - Des. Crystallino de Abreu Castro	1976 1977
61 - Des. José Morcerf Filho	1978
62 - Des. Halley Pinheiro Monteiro	1979
63 - Des. Vitor Hugo Cupertino de Castro	1980
64 - Des. Geraldo Correia Lima	1982
65 - Des. Sebastião Teixeira Sobreira	1984

MODIFICAÇÕES IMPORTANTES

Registra HOMERO MAFRA, em seu trabalho "Justiça no Espírito Santo": "A partir de 1963, o Poder Judiciário do Espírito Santo passou por modificações importantes em sua estrutura.

Nesse período, iniciou-se um programa de construção de novos prédios de foruns do interior (comarcas), entre os quais o da Comarca de Linhares, que já apresentava singular crescimento de movimento forense, resultante do desenvolvimento do município do Estado.

Um marco importante na vida judiciária do Estado foi a edição da nova Lei de Organização Judiciária do Estado, em 1972, na presidência do Des. José Vieira Coelho, estabelecendo uma estrutura que vigora até o momento, com pequenas modificações ditadas pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional, a partir de novembro de 1979".

21 DE DEZEMBRO DE 1984

O Desembargador Homero Mafra acaba de falecer. Esta data será registrada na História do Poder Judiciário do Espírito Santo, com uma página de luto.

A morte passa por nós, golpeia-nos de espanto, imobilizando o rosto amigo de Homero, nosso colega, na magistratura e na cátedra.

Há uma semana, ainda lhe falamos sobre este livro, para o qual sua pena admirável vem contribuindo, amontoando pormenores que agora nos são extremamente úteis.

Hoje, luto. Silêncio. Mudança num dia queimante de verão. Homero Mafra morreu. É preciso apagar certas lembranças muito vivas, permitir que parta, de uma vez, para o seu reino longínquo, nos braços de Deus, o morto querido.

Homero Mafra era um colega admirável, um pouco reservado, mas fascinante na sua maneira de se exprimir. Na sua voz tudo se encontrava: discreção, suavidade, erudição, equilíbrio, bondade, amor, compreensão.

Homem exemplar, pai e esposo devotado, a delicadeza de consciência e a solidariedade humana salientavam, naquela inteligência brilhante dotada de notável saber jurídico.

65 - Des Sebusquo Leixeira Sobresto		
6.4 Des Geraldo Correm Lima		13
63 - Des. Visor Hugo Cuperrino de Castro		17
52 - Des. Halley Plubeiro Monteiro		
61 - Des. José Morcari Filho		
60 Des Crysoillano de Abreu Castro		- 1)
9 - Des, Carlus Sorres Pinto Abandib		1.2
58 - Des. Mário de Silva Nunes		r _e f
97 - Eves Ofceto Alves		- 4
16 - Des Moacyr de ligueurs in 1917		4
32 - Ues. José Vietra Coelho	*	1,3
	[8]	

MODILICY COLUMN TO THE TOTAL .

Registra (HOMERO MAFRA, em seu en seu pa pastica a agrica e seu al canada en el canada en en el canada en estrorara.

Messe periodo, imiciou se um programa de contra que de la reserva contra contra

Om marco importante na vida judica em estado en sala estado de a comenciação Judicidada do Estado, em 177, may em estado uma estrutura que vigenta a estado estado uma estrutura que vigenta a estado estado em forma estrutura de vigenta a estado en estado en forma estado

21 DE DEZEMBER DE LA LACO

O Desember jador Homero Midro seutro de talo en el como en el como de la como el como

rave to coluga, na radgiatistma e na catedra.

His uma semuna, attada the falantos

Hoge, luto, Silencia, Mudança num dis que en el describir de la contrata de montra en el contrata dembrança munico de la contrata de la contrata de la contrata de Dans, o montra para de la contrata de la contrata de Dans, o montra para de la contrata de Dans, o montra para de la contrata del contrata de la contrata del contrata de la contrata del contrata de la contrata de la contrata de la contrata de la contrata del contrata de la contrata del contrata del contrata de la contrata de la contrata de la contrata del contrata de la contrata de la contrata del co

Homem exemplar para especieles sais and service sais services and an analysis in managed an engigence of the services and services are services are services and services are services are services and services are services and services are services are services and services are services are

Copiando Clovis Ramalhete ao se referir a Sady Cardoso de Gusmão, nós nos referimos a esse amigo: a esse Homero Mafra "tributamos a prática ditada pelo grego. Em espírito, o coroamos de rosas. E o arredamos, o elevamos ao conceito dos puros".

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Entrou em vigor em 24 de dezembro de 1982, novo Código de Organização Judiciária, regulando a organização e divisão judiciárias do Estado e a composição e administração da sua Justiça, pelas Leis nºs 3.507 e 3.526.

Esse Código veio atender às exigências da vigente Lei Orgânica da Magistratura Nacional - Lei Complementar nº 35, de 4.3.1979, adaptando-a às necessidades da Justiça no Estado, reformulando-a com o aumento de novas Varas, tanto na Comarca da Capital quanto no Interior e criando novas Comarcas.

MODIFICAÇÕES INTRODUZIDAS PELO NOVO CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

O Novo Código de Organização Judiciária estabelece que o Tribunal de Justiça funciona como instância mais elevada da Justiça Estadual. Funciona em Tribunal Pleno, em Conselho da Magistratura e em Câmaras. Estas, com a composição e competência definidas nesta Lei (Lei nº 3.507/82) e no Regimento Interno.

CÂMARAS

As Câmaras são: Câmaras Cíveis Reunidas, compostas de 2 (duas) Câmaras Cíveis Isoladas e Câmaras Criminais Reunidas, compostas de 2 (duas) Câmaras Criminais Isoladas. Cada uma delas funciona com a presença, no mínimo, de 4 (quatro) Desembargadores.

CONSELHO DA MAGISTRATURA

O Conselho da Magistratura, com função disciplinar, é composto do Presidente, do Vice-Presidente e do Corregedor Geral da Justiça e mais 2 (dois) Desembargadores, eleitos bienalmente. O Regimento Interno estabelece a competência e funcionamento do Conselho.

CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS DO ESTADO

Atualmente o Poder Judiciário no Espírito Santo apresenta a seguinte classificação de suas Comarcas:

Copinidos for as Ramathete and the supplier of the supplier of

tegulando a diganização e di visão para de sua juntação, pelas tem nºs 3.507 e 3.57.

Bise Codigo e no atender as esta properties de la Complementar nº 35 de rep Estado, reformulancio a com e erre quanto no esterior e cuando novas (

MC DAPICAÇOES INTRO

C. Novo Código de Crganização de la sectora de la sectora

F CARRY

As Carbaras são Camaras Civer a servição, que a la latina de la latina de la latina de la camaras Carminale Retunidas de la camara del camara de la camara del la camara del la camara del la camara de la camara del la camara d

CONSELLED A TOTAL BY I

O Conselho da Magistratura.
Vice, Presidente e do Corregedor Caral.
Pieralimente. O Regimento Interno.
Conselho.

CLASSIFICAÇÃO DASSONA ARCAS (*

de suns Candadeas

COMARCAS DE TERCEIRA ENTRÂNCIA

- 1. Capital compreendia os juízos de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Viana e Serra.
- 2. Cachoeiro de Itapemirim
- Colatina
- 4. Linhares

COMARCAS DE 2ª. ENTRÂNCIA

- 1. Afonso Cláudio
- 2. Alegre
- Aracruz
- 4. Baixo Guandu
- 5. Barra de S. Francisco
- Castelo
- 7. Conceição da Barra
- 8. Ecoporanga
- 9. Guaçui
- Guarapari
- 11. Itapemirim
- 12. Iúna
- 13. Mimoso do Sul
- 14. Nova Venécia
- 15. São Gabriel da Palha
- 16. São Mateus

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

- Alfredo Chaves
- 2. Anchieta
- 3. Boa Esperança
- 4. Apiacá
- 5. Bom Jesus do Norte
- 6. Conceição do Castelo
- Domingos Martins
- 8. Dores do Rio Preto
- Ibiraçu
- 10. Iconha
- 11. Itaguaçu
- 12. Itarana
- 13. Jerônimo Monteiro
- 14. Mantenópolis

F 1 18 2 F 2 1

a process

of the state of th

The great state of the state of

in the Case of taken The Po

e e fee

i . a z air

Control 48 To 1

CATALANA SA DEPARTAN

ger valuetanista

tare appoint Css.

Sample Merel

Lones in Rio Pres.

0.03

1.75. 3.

PRODUCT WAS

Patricks.

- 15. Montanha
- Mucurici
- 17. Muqui
- 18. Moniz Freire
- 19. Pancas
- 20. Pinheiros
- 21. Presidente Kennedy
- 22. Rio Novo do Sul
- 23. Sta. Leopoldina
- 24. Sta. Teresa
- 25. São José de Calçado

DADOS BIOGRÁFICOS DOS DESEMBARGADORES ESPIRITOSSANTENSES

Deverão ser lidos no TÍTULO IV DESTE LIVRO, onde são encontrados ligeiros traços biográficos dos Desembargadores que exerceram suas atividades no Tribunal de Justiça são aqui registrados, agora, por ordem de antiguidade, no período de 1831 até 2001.

PATRONATO DAS COMARCAS

O Espírito Santo é o único Estado, cujas Comarcas têm Patronos. Para essa distinção são escolhidos nomes dos antigos juízes e advogados de nota, já falecidos. Este patronato foi criado em 1954, pela Resolução nº 23, do então Presidente do Tribunal de Justiça, Des. Eurípedes Queiroz do Valle. A Resolução salientava que a homenagem tinha por fim "trazer para o culto do presente essas venerandas figuras do nosso passado que tanto fizeram pelo prestígio e dignidade da Justiça do Estado, numa vida de modestia, trabalho e sacrifício".

Eis a relação, até esta data, de todas as Comarcas e seus respectivos Patronos.

COMARCAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E SEUS PATRONOS

3ª ENTRÂNCIA

Cariacica (Capital)

Vila Velha (Capital)

Vitória (Capital)

Serra (Capital)

Viana (Capital)

Cachoeiro de Itapemirim

Colatina

Linhares

Forum Dr. Américo Ribeiro Coelho

Forum Des. Afonso Cláudio

Forum Des. Moniz Freire

Forum Des. João Manoel de Carvalho

Forum Juiz Olival Pimentel

Forum Des. Horta Araújo Forum Juiz João Cláudio

Forum Des. Mendes Wanderley

- Mongunhi
- yuntatiq: JU
- Mikhi
- Mont Franc
- Pancas
- Finheiros
- Fresidente Kennedy
- Rio Novo do Sul
- Sta. Leopoldmi.
- Sta. Teresa 24.
- São Jusé de Calçado

DADOS BIOGRÁFICOS IXOS DESERAL ABICA DOBLARAS. POR LA PARA EN PARA EN

fustiça são aqui registradus, agora, por cedero de se tapada a ser traços biográficos dos Desembargadores en exercersos son por federa, la para a Develop ser tachs no TITULO IN FILER LEVRO L'UN ACCOUNT DE L'ACCOUNT D

PATRONA TO SOME COMPLEX AS

prestigio e dignidade da Justiça do Estado, e se ambas de confesso e abasista e cuer de c been o culto do presente com veneranda aguara de rece es sono esperante e en el receptor de la como dela como de la como Buttpedes Queirds do Valle. A Resolução salicação a que a caracteo para trada aproxima "que as to criado em 1954, pela Resolução nº 31 m m " trestama do Jos, e a su tres dos Cos. sée escolhidos momes dos antugos juines " ad " " no de "anta la hancia" e acta i a masa O Espirito Sento é o único Estado, aque en marca, en fin mon. Par en en abran, fa-

Eura relação, aré esta data, de traba es tornicitade e per ana propertion de

COMARCAS DO ESTADO DO ESPECTO SANTO E OPERANTA EN

Carriactes (Captual) HEALTHY ACTV

Linhares OWNE Cachoeiro de Jospann un Visina (Capital) Serm (Capital) Vitoria (Capital) Vila Valla (Capital)

. 大脑发音 2、2、2010年 1864年 1967年 1967年 Charles Or Americal School and a High

2ª ENTRÂNCIA

Afonso Cláudio

Alegre

Aracruz Baixo Guandu

Barra de São Francisco

Castelo

Conceição da Barra

Ecoporanga Guaçui Guarapari Itapemirim

Iúna

Mimoso do Sul Nova Venécia São Mateus

1ª ENTRÂNCIA

Alfredo Chaves

Anchieta

Apiacá

Boa Esperança

Bom Jesus do Norte

Conceição do Castelo

Domingos Martins

Dores do Rio Preto

Ibiraçu Iconha

Itanhaçu

Mantenópolis

Montanha

Mucurici

Muqui

Muniz Freire

Pancas

Pinheiro

Rio Novo do Sul

Santa Leopoldina

Santa Teresa

São Gabriel da Palha

São José do Calçado

Jerônimo Monteiro

Presidente Kennedy

Forum Juiz Ataualpa Lessa

Forum Des. Levino Chacon

Forum Gonçalves de Medeiros *

Forum Des. Otávio Lemgruber

Forum Des. Danton Bastos

Forum Juiz Alonso de Oliveira

Forum Des. Ferreira Coelho

Forum Ministro Pereira de Sampaio

Forum Juiz José Tatagiba

Forum Des. Gregório Magno

Forum Des. Freitas Barbosa

Forum Des. Waldemar Pereira

Forum Des. O'Reilly de Souza

Forum Dr. Ubaldo Ramalhete Maja

Forum Des. Santos Neves

Forum Des. Madeira de Freitas

Forum Des. Josias Soares

Forum Des. José Fortunato Ribeiro

Forum Des. Mário da Silva Nunes

Forum Des. Vicente Caetano

Forum Juiz Menezes Pimentel Junior

Forum Des. Gutteres Valle

Forum Des. Meroveu Pimentel Junior

Forum Des. Faria Santos

Forum Des. Augusto Affonso Botelho

Forum Des. Getulio Serrano

Forum Des. Christiano V. de Andrade

Forum Des. Ayres Xavier da Penha

Forum Dr. Joaquim Guimarães

Forum Dr. José Horácio Costa

Totali Di jose Horacio Ce

Forum Juiz Nilson Feydit

Forum Des. José C. de Castro Filho

Forum Des. Gilson V. de Mendonça

Forum Des. Nilton Thevernard

Forum Juiz Graça Aranha

Forum Juiz Thiers Vellozo

Forum Des. Ayrton Martins Lemos

Forum Des. Cassiano Castelo

Forum Des. Eurípedes Q. do Valles

Forum Des. Edison Queiroz do Valle

2" FINTRANCLA

Access Claudio

Locale
Bacto Guandu
Para de São Franciser
Castelo
Conceição da Barra
Copotenga
Copotenga
Coraçui
Repernido
Repernido
Nava Venecia

PENTRANCIA

Jestiman Montelro San losé do Calçado. Sign Calpriel da Palhu Sunta Teresa Smith Leopoldina Ric Nove do Sul LIUPE TO Puncha - -Munic Prese Minqui Michel J. UCALAIS Marrienopolis. let izhaçu 10.00 Financial Rio Preto LAND IN BOX MERCINE Tencer, ac do Casteln Hom Jesus do Norte Rea Esperança ATHACA Alfre in Chaves

Presidente Kennedy

RELAÇÃO ALFABÉTICA DE TODOS OS QUE EXERCERAM E EXERCEM A JUDICATURA NO ESPÍRITO SANTO, COM AS DATAS DE INÍCIO E TÉRMINO DA INVESTIDURA.

Nome	Ingresso	Aposentadoria	Falecimento	Exoneração
	-A-	TO SELECT		
Acrísio Pires Domingues	10.04.1930	03.01.1931		
Adalberto Elpidio de Albuquerque Figueiredo	24.07.1896	24.09.1897		
Adalton Santos		28.05.1958	01.05.1971	
Afonso Cláudio de Freitas Roza	24.12.1891	22.10.1920		
Alberto Antônio Pereira	04.03.1808	03.05.1810		
Alexandre José da Costa Valente	06.09.1871	04.08.1872		
Alfio Amaury dos Santos	26.06.1958	14.12.1959		
Alfredo Cabral	25.06.1959	04.12.1974		
Alfredo Cornélio da Silva Ramos	07.07.1891	06.10.1892		, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,
Alfredo Moreira Gomes	28.08.1890	12.06.1891		
Algernon Amorim Ramos	22.07.1931	08.08.1932		
Aloísio Adérito de Menezes	18.12.1923	05.11.1953		
Alonso Fernandes de Oliveira	07.02.1931	04.03.1949		
Álvaro Monteiro Furtado	28.04.1934	04.03.1937		
Anésio Augusto de Carvalho Serrano	19.12.1895	03.02.1917		
Antônio Augusto Pereira da Cunha	12.01.1895	23.04.1864]
Antônio Basílio	19.06.1939	03.01.1950		
Antônio Buarque dos Reis Lima	12.02.1892	15.12.1893	1	
Antônio Ferreira Coêlho	03.05.1892	31.03.1925	1	
Antônio Ferreira Mello Santiago	28.01.1896	17.02.1897		
Antônio Francisco Ribeiro	11.10.1876	08.06.1879	1500 2	
Antônio Francklin Freire Gameiro	10.05.1895	08.06.1898	1	
Antônio Gomes	04.06.1869	04.07.1960		
Antônio Gomes Villaça	02.04.1861	08.07.1863	1	
Antônio Joaquim Miranda Nogueira		00.07.1005		
Antônio José Miguel Feu Rosa	09.06.82		1	
Antônio José Rua	01.07.1949	22.10.1951	1	
Antônio Lopes Ferreira da Silva	26.04.1876	07.03.1878	. 1	
Antônio Lourenço de Araújo	12.01.1894	05.02.1906		
Antônio Luiz Ferreira Tnoco	13.02.1875	11.10.1876		
Antônio Rodrigues Fernandes Chaves	02.04.1897	08.07.1899		
Antônio Sampaio Péres	20.10.1960	02.08.1962	1	
António Tápias de Vasconcelos	17.05.1950	22.11.1978	-	
Antônio Thomaz de Godoy	20.03.1850	08.11.1853		
Arly de Morais Borges	31.12.1959	27.09.1979		
Arthur Lourenço de Araújo Primo	03.08.1905	05.02.1907	1	
Ataualpa Lessa	07.02.1931	01.02.1932	1	
Augusto Cesar Wanderley	02.05.1898	07.06.1900		

EXERCEM A JUDIC STURA NO SPERIT CASA TO THE STATE OF STAT

Augusto Crais Waterier		1		
Acuatalian	Not all	100		
Arthur Loughtips de Arting. 1940	JAN 1857	77 . 11 64.		
Ariy de Montain Borges	1	3-1477		
Antibrio, Digitim de Cextos	778 134	30.1 ,155		
Antonio Tilpino de Vancarrelia	12 25			
Animio Suispuio Reje.	1.7 15 16	重大产品		
Antibite Andrijues Festivander (1995)	167,417	Mpst 10		
VARIGRAD [TRIS FLASS [LECCO	A PLANTER .	L. St. h		
Antidono Labutago de Tranço	71 181			
Antibalo Lapa Ferreiro La LiA -	K. THE			
Acedesi José Nan	6111111			
Amprilo José Mignel Feu Ren	781.4.50			
Academ Josephin Mans de 14 7 7 2				
Amenio Comes Villaça				
Autho Comes	3.3 30			
Andres Function From Countries	The state			
Articus Principo Pareiro	1 11 0			
Antifolio Francho Medi. Sentrago	7 4 1948 4	1		
Anabao Farara (14/10	. Ox (CHAY)			
Antiquo Bumpie di « Nece 1 1775.	1, 11, 11, 11, 11, 11, 11, 11, 11, 11,			
Antikato Bipdio	of Friday	· 25		
Andria Augusta Peressa de Curasa	1 - 1 - 2 - 2 c	7- 3- F-1		
Antilio Augusto de Carvallas Seraino	1 155	- 6.		
Alvand Monte in Faring)	104 751			
Almao Fematicles (Evers	A Fargur 1' o			
Alatab Adjatto de Menera	La sperie			
Algenon Amoren Nation	1 116.4.1			
Alfodo Morego Lagra-s	A Sud War			
Affects Cornello da Silva Jum.	The Fig.			
AllegoCaboal	20/12			
Allio Amuery dos Sunt				
Alexandre, foré de Costa Valentes	2000			
Alberto Antórno Ferra		1 1 to 1 to 1		
Afortio Official de Presan Dec.				
Arbiton Sports		Fi		f
AdabatoEpubate A Francisco Figurias	24-7-76			
Articolate Developer	San India	9.7		
Control of the Contro		present the second		
OBS	tora succ	\$67#S	R PA	a south

			•	
Augusto Afonso Botelho	08.02.1913	26.01.1948		
Augusto José Calmon Nogueira da Gama	23.04.1957	24.05.1980	-	
Ayres Xavier da Penha	31.08.1932	29.06.1967		9
Ayrton Martins Lemos	21.01.1957	14.07.1966		
Agezandro da Costa Pereira	07.01.1964	19.09.1964	i	
Arione Vasconcellos Ribeiro	05.05.1964			
Antônio Pereira de Azevedo	27.06.1965	09.11.1974	_	
Antônio das Neves	16.10.1967	22.12.1975		
Altamir Rodrigues Xavier	04.03.1969	03.12.1982	107	
Antônio Robin de Lima	30.12.1970	17.03.1977		
Augusto Kohls Filho	16.11.1971			
Airton Barbosa Lima	23.01.1973			
Almyr Neves	07.02.1973			
Alemir Ferraz Moulin	13.04.1973			
Amin Abiguenem	13.06.1973			
Arnaldo Santos Souza	30.12.1974			
Ademir Paulo Pimentel	30.12.1974	İ		· ·
Annibal de Athayde Lima	20.05.1981			
Antônio Vital Ramos de Vasconcelos	21.06.1977	08.03.1982		
Abel de Araújo Padilha Neto	23.06.1977			
Alinaldo Faria de Souza	01.07.1977			
Antônio Carlos Antolini	06.07.1977		i	
Antônio Marinho Machado	26.08.1977			
Arthur Simões Monteiro	06.10.1977			
Air Bezerra Rêgo	09.12.1979			
Adalto Dias Tristão	13.12.1979			
Adelson Gomes Barbosa	23.12.1982			
Alberto Baptista Sobrinho	27.09.1983			2
Abgar Torres Paraíso	10.06.1987	ļ		
Abiraci Santos Pimentel	20.03.1995			
Adalgisa Baldotto Emery	15.03.1994		w	31.01.1996
Ademar João Bermond	07.05.1998		8	
Adriana Costa de Oliveira	07.05.1998			
Adriano Correa de Mello	14.09.2000			
Adrualdo Monte Alto Filho	13.08.1990	06.11.2000	Kirah Taranga Ta	
Agis Wilson Macêdo	26.06.1992	07.05.1998	en en de la companya	
Airton S. de Oliveira	30.06.2000	1 444	Statistical Sent.	
Alaimar Ribeiro de Souza Fiuza	13.08.1990		distance of	
Alcenir José Demo	07.05.1998			
Aldary Nunes Junior	27.01.1994	29		
Alexandre Martins de Castro Filho	30.03.1998			17
Alexandre Pacheco Carreira	13.03.1995			
Alfredo Ferreira Pereira	06.06.1990		4 44	Fr. 19

and the second s	The medical control of	i	
Affroito Formetra Plancka	00.06 (**)	-	
Alexandre Parheco Caracra	Fifth Law		
Alexandre Marrion de Casaro Filmo	1000		
Aldary Name Junton	77.01 04		
Alested Fred Dump	ONT LES		
Abitem Rhahnde Soun Pass	1100		
Amont de Christo	301/2 1		
openie ad the sale of the sal	26.06 (90.		Confidence of
Administration Albo Fillso	DOR Do		POLITICS
Admini Committe Mello	HOTEX:		
Admin Coup de Olivein	125 to 136		
Aderse yan Somesti	01.05 PAY		
A highe Birkogo Erskey	12 23 1.50		
Abind Sange Renseld	2003 km		
Acent Totals Mando	1910 Tax		
Abere Bridin Schools	3100 BF:		
Addon Comis Bighin	23,12.1 W		
Adulto Dies Bintho	1311		
As Bagen Majo	00 15 78.5		
· Volus Sandar Montes	92 to la		
A represidente lo Mesago	1900		
Arednio Carles Amolini	00°03 fa		
Almaddo Earta de Gourte	OFFISHER		
Abelde Andjo Pidillo Net:	[DECIAL	1	
Anabain Varid Ramon de Vacconcelus	11-18-15		194 1 19H1
Are dulik Albeyta Lima	MONTHS.		
Adenie Paulo Panipati	WITT I TO		
AmadaSanorSousa	101,111		
Answ.Abgurensi	11000		
Airmir Fettus Moulin	Driv in		
Abraychieves	1.70770		
Aurton Barbota Links	Miller		
Augusto Karla Filho	19 tt 18 1		
Aredno Robin de Lanta	20 If only		10.76
Aranar Reddigion Xanter	(NG) IN:		77 7 185
Anadrau das Meves	IP 15 for		17 15 le'
Anabalo Ferain de Augvedo	MIX PA		A Charles
Arters Vacantella Paleiro	0200		
Agreendrode Coupi Pareira	07.01		farde i wa
Ayrem Martine Leave	SI Glass		14.1.1.10
Avres Aprier da Perina	31.05.191		Ti 1/8
Augusto José Calinga Noguetra da Casta	MOTHER.		1.178
Auguste Akone Bottelle	0870		11.1700
			The second second

Carlos Ferreira da Silva	08.10.1827	04.06.1828		
Carlos Augusto Ferraz de Abreu	07.05.1864	11.10.1865		
Cândido Marinho da Silva	24.05.1932	05.04.1955	41	
Cândido Borges da Fonseca	15.01.1909	06.06.1918	100	
Carlos Henrique Rios do Amaral	22.06.77	1	p.:+.	
	·C.	- aprocentational	1 atcumento	Exoneração
Nome	Ingresso	Aposentadoria	Falorinanta	P
Brunela Faustini Baglioli	14.09.2000			
Brás Aristóteles dos Reis	14.09.2000			1
Benjamin de Azevedo Quaresma	27.01.1994	. 1103.2001		
Ben Hur Felippe da Silva	07.12.1988	14.03.2001		
Bento Manoel da Cos Pimentel	12.09.83			
Benício Ferrari	17.12.82			
Benlício da Costa Barbalho	19.12.74		0 ₀ 2	1
Bernardino José Falcão Gouveia	07.10.1749	02.09.1751		
Bento Luiz de Oliveira Lisbôa	30.06.1865	07.04.1868		
Benjamim Aristides Ferreira Bandeira	04.09.1880	04.10.1881		
	07.07.1891	03.05.1892		
Belarmino Vieira Machado Benildo Romero	22.05.1908	05.11.1921	1	
	24.07.1896	28.03.1910		
Barcímio Pais Barreto	-B-			the state of
None	Ingresso	Aposentadoria	Falecimento	Exoneração
Arthur José Neiva de Almeida Nome	07.12.1988			
Arthur José Naivo de Al-	07.06.1990	16.01.1996	1	1
Arnaldo de Aguiar Bastos	07.06.1990	06.09.1995		
Arlindo Sasso	30.03.1998	06.09.1995		
Arion Mergár	02.04.1990	08.05.1998		
Antônio Sampaio Peres	08.04.1994	17.05.1999	1	
Antônio Maria Soares Fernandes	17.06.1987			
Antônio Leopoldo Teixeira	05.06.1990	23.08.1995		1
Antônio Franklin Moreira da Cunha	04.04.1995	1	1	
Antônio de Oliveira Rosa Pepino	07.12.1998			
Antônio Carlos Fachetti	04.04.1995	1		
Antônio Carlos de Oliveira Dutra	14.09.2000			
Anselmo Laghi Laranja	29.09.1998			
Aníbal de Resende Lima (Des/OAB)	08.04.1994		04.11.1996	
Ângela Maria Cani Gama				-
Ângela Cristina Celestino de Oliveira	14.09.2000			
André Lamego Schuler	04.04.1995		1	29.01.19
André José Kozlowshi	21.10.1985			
Ana Cláudia Rodrigues de Faria	07.05.1998			
Ana Amélia Bezerra Rego de Araújo	07.05.1998			1
Amilcar Fernando de Oliveira Lellis	16.03.1994	1		1
Álvaro Manoel R. Bourguinon (Des/OAB	16.06.1997			

. P. J. J. Jan.

part de la company en france de la company d	
Callin Ferningh Silva	12
Calle Augustylicana is Abres.	Line In the
Chirchdolylarininoda Silv.	9150 9
Candida Borges da Forsec.	Te William
	1 9 8 3
Cataliquiqui Rosdo, Angagi	the second
Control of the Contro	
	47.1
Brite Axistóseles dos Reis	1 M 8 J
Belgestriko de Aervado Que erro	1 100
Ben Flar Felippe (in) wa	1.1
Brough Marting da Co. Promise	Filter I
	10
Perido Barrari	
Benifdicthe Costa flar after	1 F
Bernschneise Francis Ocean.	
- Berto Lytede Officer a Libbas	1 5
Berpublin Annies France Les, es, s	29 C
Buglis Rondro	V = 4
Delamatro-Autra Machary	A
DischmoPalifiere	
	ly.
Figure 1.	TA + X
Artiger knee Nerva to A 'no. In	
Armidode Aguio, diastre	3.5 130
Artirdo Samo	1 2
Anon Menga	
Antibuté Sagi para Perus	y Thinks
Assumest Mistia Someon Fermania	1 1 X 17 . 1 W
Amidnio Laputdo Teoreira	14/2/100
Authio Entidin Marytana Laba	mulfige E. st.
And the Olivera Resa Not a series	470 19
Archela de Olimera 2	
Aradisia Cultos ha hend	
Antigio Carlos de Olivera Darra	
AmelooLabilarana	1 - 1 - 1
Anhalde Newstell S. (I.M.O.A.B.)	
Angels Marie Cara Garage	, v3 × 15 *
Angelo Cracteta Celestratur : Alvertes	4 100
André Lunegu Scholer	1 1
Andriad Kedowin	1 T-1 :
Arta Claudia Rodnig ge re l'uri.	
Am Ancha Berein Rayor, Ampo	
Amilea Equando de Tivera Le La	y i wi
Aminos become the transfer of a contract of	
Alexandelmod & Dauge are (DesC)	A 12
his mandatum manager a till a comment	

			>	
Carlos Ferreira de Souza Fernandes	04.07.1891	24.12.1891		
Carlos Francisco Gonçalves	12.09.1893	22.09.1895		
Carlos José Pereira dos Santos	04.07.1874	15.08.1876		•
Carlos Soares Pinto Aboudib	04.02.1947	30.08.1979		
Carlos Teixeira de Campos	26.01.1949	11.05.1978		
Carlos Xavier Paes Barreto	11.12.1915	05.08.1938		
Cassiano Cardoso Castello	22.09.1911	24.01.1933		
Celso Calmon Nogueira da Gama	10.09.1932	31.07.1933		
Cesário José Chavantes	28.12.1868	09.10.1970		
Clóvis de Oliveira Araújo	03.03.1931	11.08.1932		ĺ
Cornélio Ferreira França	07.10.1829	03.12.1931		
Crystalino de Abreu Castro	26.03.1946	26.11.1983		
Cristiano Vieira de Andrade	03.06.1910	16.11.1932		
Carlos Roberto Mignone	31.12.74			
Catharina Maria de Novaes Barcelos	28.09.83			
Camilo José D'avila Couto	07.05.1998			ļ
Carlos Eduardo Moreira da Silva	29.10.1985			
Carlos Ernesto Campostrini Machado	30.03.1998			
Carlos Henrique Cruz de Araújo Pinto	07.05.1998			
Carlos Magno Moulin Lima	07.05.1998			
Carlos Magno Telles	15.08.1991			
Carlos Roberto Almeida Amorim	04.04.1995			
Carlos Simões Fonseca	11.09.1986			
Carmem Lúcia Corrêa	30.03.1998			
Celso Cândido de Rezende	28.11.1991			
Cesar Cariello	04.12.1991	03.01.1997		
Christina Almeida Costa	04.04.1995		9	
Claúdia Vieira de Oliveira	30.12.1994			
Cláudio Ferreira de Souza	07.05.1998			
Cláudio Ernesto de Souza Alves	27.11.1991			
Cleanto Guimarães Siqueira	27.11.1991		6 13/61	
Clésia Santos Barros	30.03.1998		e is an Armer	
Clodoaldo de Oliveira Queiroz	07.06.1990		THE AREA	3
Cristiane Baldacin Lobo	07.05.1998		and the second second	
Cristóvão de Souza Pimenta	27.11.1991	1	te indicate	
Cynthia Rocha Pena	14.09.2000		a vetta nel adorsos	¥
Nome	Ingresso	Aposentadoria	Falecimento	Exoneração
建筑 特别的现在分词,但是是	-D-			
Delano Santos Câmara	15.07.77	15.07.77	1 1 - 1	
Daniel Acioly de Azevedo	06.10.1862	30.09.1863		2
Daniel Germano de Aguiar Montarroyos	24.12.1891	03.11.1901		4
Danton Bastos	23.03.1922	31.12.1959		4
Delfino Augusto Ferreira de Paula	22.04.1893	26.09.1899		B 31
		THE STATE OF THE S		AZ TOTAL TOTAL

the communication of the contract of the contr	Approximate the second				
Delárió Augusto Ferrefra de Paula	22 24 139	Le de la Car			
Darrog Lyrins	3307 - 1	1 (5.55)			
Durtiel Germano de Aguer Moraner y	24.17.10-	" god ! 1 Let			
Okralel Acioly de Azevedo	CPT-152-	8.564			
Defano Sarage Olympa	14.00 12	1 1241			
Notae	Ingrita	W. Johnson	P- 17	F775 3	
Cynthia Rocha Phrai	1 MACTOR				
Chelivinde Sousi Piremes	14 16-5	W.			
Cristiane Buildicin Libbo	0.00				
Gradonido de Oliveira Que etra	Q. 041 148				
Olsan Santon Barrori	7007 4				
Circum Colombies Stquels	IN 188 A.				
Chudio Emmode Soum Alve	1537 to 1981				
(Budio Ferreiri de Soura	CASH Day				
Clasida Verra de Oliveira	90 D Fact		*		
Chainna Aineith Com	OH BY TANK				
CestCirclio	SATTLES.	14 14			
Celeo Cardido de Rasende	Skille Day				
Camen Lácia Conta	(a) (. c'. xx				
Carios Sandes Forseca	[Harles				
Carios Reberto Almeida Arnurso	District in				
Carlos Magno Talled	137% 100				
Caylor Magno Moulin Lima	017th-15x2				
Carlos Heraique Oracle Aracyo Park	05 D2 1000	9			
Carlos Emesto Camponinini Machael.	& CF for				
Carles Eduardo Mojeto da Silva	35 10 1 Page				
amilo josé Diván Cour-	107.05 PM				
Silzina Mala de Moves, Bar. st.	5x (9 ///				
Curles Ruberto Migrane	31 -27				
Crasaro Vigua de Anchade	G3100 III				
Crestalino de Almen Curto:	26.03 !	1.774			
C melo Ferreira Emaça	0.101				
CANAL de Olivean Asadjo	01/02/13	4 14 15			
Costrio José Christottes	78 II 17v.	4 16 S			
Celao Calmon Noguelra do Cama	10 Ga	200			
Cassana Cardono Cantella	55 0a (A)	Walter F			
Carlos Xavier Paes Barrato	111515	1. 120 P.M.W.			
Carlos Tehelmde Olmyca	58,04,14 m	- 62 mile			
Carlos Source Pinno Aboudib	ONG.	* () 1			
Carton José Human des Sacros	047/8/15/1	id all			
Carcos Francisco Cungalves	13 Do 151 8	5 JA 342			
Carlos Perneta de Souga Pernandos	044.14				

Delcliciano Augusto Cezar do Amaral	07.05.1830	14.10.1832	T	T
Deraldo de Almeida Maia	15.11.1899	25.09.1899		
Demerval Lyrio	19.04.1934	08.07.1985		
Dídimo Agapito da Veiga	18.05.1866	07.06.1868		1
Diniz do Vale	11.04.1913	07.06.1916		
Domingos Marcondes de Andrade	03.07.1891	12.03.1895		
Dumont dos Santos Reis	16.09.83		1	
Danielle Nunes Marinho	14.09.2000			
Débora Maria Ambos Corrêa da Silva	27.01.1994	1		1
Déia Adriana Dutra Bragança	14.09.2000	1	1	1
Délio José Rocha Sobrinho	15.03.1994		1	
Deoclécio Pereira Gonçalves	30.03.1998	İ		01.12.1998
Dilcylene P. Meireles Oaskes	14.09.2000		1	01.12.1998
Nome	Ingresso	Aposentadoria	Falecimento	Exoneração
The Control of the Co	-E-			LACIRCIAÇÃO
Edgar Queiroz do Vale	25.10.1948	17.07.1952		
Edilson Queiroz do Vale	17.04.1946	02.07.1972		
Eliseu Lôfego	01.03.1929	04.11.1929		
Eupídio Martins Carvalho de Andrade Emiliano Pires de Amorim	09.08.1892	05.12.1905		
	06.08.1881	07.10.1883		
Enéas José Nogueira Epaminondas Amaral	08.11.1887	07.10.1883		
Epaminondas Pimentel	09.02.1931	13.12.1973		
Enaminandas rimentel	19.12.1951	12.05.1958		34
Epaminondas de Souza Gouveia	24.03.1869	24.07.1891		
Epifânio Werres Domingos da Silva Ernesto Pinto Lobão Cedro	11.12.1878	12.06.1879		
Ernesto da Silva Guimarães	07.09.1883	17.09.1884		
Ernesto Vieira de Mello	10.11.1924	23.04.1957		
	22.06.1878	03.10.1880		
Estevam José de Siqueira Eurípedes Queiroz do Valle	15.08.1887	04.07.1902		
Futionio de Albuques Al	08.11.1924	21.06.1966		
Eutíquio de Albuquerque Altran Ewerly Gradi Ribeiro	27.09.1891	07.08.1892	1	
Eupídio José Duque	19.04.65		1	
Eduardo Carlos Barros de Carvalho	30.06.77		1	
Egi Luiz de Oliveira	13.05.81	05.07.81	4	
Edmilson Rosindo Filho	29.09.83		1	
Edmilson Souza Santos	08.04.1994			
Ednalva da Penha Binda	14.09.2000	-		
Eduardo Júdice de Mattos	04.04.1995			8
Eliana Junqueira Munhós Ferreira	14.09.2000	ĺ	1	h 1
Eliana Vieira Pereira	09.06.1987	1		1
Elizabeth Lordes	30.05.1994		1	
Elza Maria de Oliveira Ximenes	27.11.1987			
Thana de Onvena Almenes	27.11.1995		1	- 1

			•	
Elzimar Luiz Lucas	07.12.1988	16.10.1996		
Emanoel Antônio Santos Câmara	03.12.1991		16.02.1998	
Eraldo Gomes de Azeredo	07.06.1990			
Eraldo Treviziani	07.06.1990			
Ercio de Miranda Murta	31.10.1985	31.05.1995		Į.
Erivaldo Franklin de Medeiros	26.06.1990			
Erli dos Santos	07.12.1988	10.12.1996		İ
Eurico Delane Peruhype Portugal	22.10.1985	31.07.1996		
Evandro Coelho Lima	07.05.1998			
Ewerton Schwab Pinto Júnior	07.06.1990			
Ezequiel Turibio	04.04.1995			
Ezio Luiz Pereira	08.04.1994		740	2
Nome	Ingresso	Aposentadoria	Falecimento	Exoneração
	-F-			THE R. P. LEWIS
Fabiano de Bulhões	07.03.1644	19.11.1646	2	
Fernando Afonso de Mello	12.02.1877	06.08.1878		
Fernando Eugênio Martins Rebello	21.07.1877	12.07.1889		
Francisco José Pinto	29.02.1892	09.09.1900		
Francisco de Assis Torres Bandeira	12.02.1925	21.01.1936	-	
Francisco Batista da Cunha Madureira	11.10.1873	08.08.1875		
Francisco Ferreira Correia	06.09.1870	04.11.1872		
Francisco Gonçalves Martins	08.06.1864	07.06.1865	2 9	
Francisco Jorge Monteiro	07.12.1839	15.10.1842		
Francisco José Cardoso Guimarães	18.12.1872	29.11.1873		
Francisco Lins Ayque de Meira	30.10.1894	26.03.1900		
Francisco de Menezes Pimentel Júnior	20.10.1933	09.04.1952		
Francisco de Miranda Filho	17.08.1932	11.07.1956	,	
Francisco de Paula Lacerda de Almeida	25.05.1878	07.10.1878	12.	
Francisco de Paula Mendes Wanderley	04.04.1894	05.04.1921	-	
Francisco de Paula Nogueira Sayão Lobato	13.04.1839	07.03.1843		
Francisco Rodrigues Sette	21.11.1883	06.05.1885		
Francisco de Salles Ribeiro	07.07.1751	13.10.1753		
Francisco de Souza Cirne Lima	12.04.1869	16.05.1871		
Francisco Xavier Pinto Lima	10.101866	23.03.1870		
Frederico Augusto Codeceira	06.02.1931	25.05.1938		
Francisco José Bittencourt Pinheiro	09.01.68	01.10.83		
Frederico Guilherme Pimentel	25.01.73			
Fernando Pinald de Oliveira	16.12.82		to the second	W
Fábio Clem de Oliveira	14.09.83		a partici	
Fábio Brasil Nery	30.03.1998		- W	
Fabrícia Gonçalves Calhau Monteiro	04.04.1995		di notra	-
Fernanda Correa Martins	14.09.2000			
Fernando Antônio Lira Rangel	04.04.1995	91 21	The same Kadi	
t criminor mitorio marvinger	טווין טווי		the state of the s	

Ţ	Ferrunds Anthritis Brage!	(n 04 mail				
1	Fernanda Corres Martins	1460777				
1	Paintein Ocnophus Calhan Monteru	OFFIT				
-	Fibio British Mary	X163 'A		1		
į	Esbio Clem de Offreira	Larberta				
- 1	F.c. mando Planid de Oliveira	into		la constant		
	I m tenso Configurate Panerice!	250				
	Francisco Just Bittencoust Rinbon	0.07	18			
	Frederico Augusto Cochocas	1 00 07 1-7	1 377 1 2			
	Francisco Xavier Parto Liene	10 101 46	$I_{\alpha} : \mathcal{I} = I_{\alpha} I^{\alpha}$			
	rentaco de Sousa Cline Linu	FTD# Nems	20 44 14			
1	F weglecode Sallio Ribetro	057011334	1.19 [1.7			
1	F. auxilion Rodelpus Sette	THE STURE.	(32 T/2 T/32)			
	Francisco de Pada Najpaira Serão Lebato	1:0:19				
i	Franciscode Paols Margins Warsante.	Wild term	100			
1	Freekings de Phylo Lapenda (* 4) merk.	0.00 N	- 1.	9		
1	Francisco de Mitanda Pilac	11.00164	1-10			
1	randiop de Nationes Pinapie (1964)	10 10 141	4 6 7 14 14			
	Francisco Lita Apque de Meus	7017 an	7.10%			
ì	Francisco José Cardora Guimaraes	To the series	11542			
1	Francisco Exge Membero	0.15	4.5 %			
1	Francisco Conçalvas Martins	DRYK E.K.	1.15			
	Francuon Ferreira Corteia	108/09/18/0				
Į	rrancisco Bacardada Cumba Madurea	1116.18	S) P 3.5			
F	Transaction Ages Tortes Deckers	Frygrie :	15.60			
	Francisco José Pineo	30/05/	. Side light			
	Fernando Euglinio Martina Rebello	MCN	15. 15.			
	Ferrando Afotas de Mello	POTE :	V 97. 3			
į	Faces to Publica	(Bleeker	d frage as			
-	man maken i saketikan kategorian menjan mijangan terminan menjangan saketi saketi saketi saketi saketi saketi Ta	A companion of the state of		V		
	Man	pi6cia.	All all you	de pro-	- TA	195
-	Eres Law Appeara	000		da a		
Ì	castuid Turbio	Offic or				
	Evertox, Schwab Phrap júrac -	01/9/34				
ii ii	Evancio Coetro Lima	0112 in-				
	Euro Debute Paralyse Rengal	12.10	11. 40			
1	Entidus Sunton	ON File-4	11 y			
	Envaldo Franklin de Medet- »	26 ten 1 1 1				
1	errock Miraxii Mura	West wa	grant Pages			
i	THE CO. P. CALL. OF	THE THE PARTY				
3	reldo Cumas de Aserção	10701-104				
	Linux of Aratino Sartos Christie	0117157				
	Edition of Lucie	01777-5	gradient angle			
Ł	and the second s	. Farancia				

E 1A 1		>		
Fernando Augusto de Mendonça Rosa	30.03.1998		T	T
Fernando Estevam Bravim Ruy	27.01.1994			1
Fernando Fraguas Esteves	04.04.1995	1		
Flávio Jabour Moulin	14.09.2000	1	1	1
Francisco da Silva Goulart	25.11.1987		1	02.12.198
Francisco Vicente Finamore Simoni	16.03.1994	15.10.1999		02.12.190
Nome	Ingresso	Aposentadoria	Falecimento	Exoneração
Claire	-G-			Laurana
Gabriel Cúrcio da Fonseca	17.09.1958	17.10.1973		
Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto	26.09.1890	19.12.1891		
Genézio Telles Bandeira de Mello	19.05.1911	31.08.1912		
Genuíno Aguido de Andrade	09.09.1896	08.01.1926		
Geraldo Paiva Monteiro Nogueira da Gama	01.12.1944	04.08.1951		ĺ
Geraldo da Silva Batista	- não assumiu o cargo			
Getúlio Augusto de Carvalho Serrano	16.04.1886	22.12.1910		1
Gilberto Sobral Barcellos	24.05.1932	06.07.1932	1	
Gilson Leão Borges	15.09.1959	29.09.1978		
Gilson Vieira de Mendonça	04.09.1923	20.01.1957	1	
Gonçalo Marinho de Albuquerque	16.06.1898	02.04.1900		
Graciliano Augusto Cezar Wanderley	22.03.1898	30.12.1906		
Gregório Gonçalves Sutil	07.12.1710	04.08.1712	1	
Gregório Magno Borges da Fonseca	12.02.1892	27.07.1925		
Gumercindo de Souza Mendes	11.11.1924	17.15.1960		
Geraldo Corrêa da Silva	22.09.64	-111211700		
Gilberto Chaves de Azevedo	29.05.68			
Geraldo Plínio Rocha	31.01.78			1
Geraldo Correia Lima	15.03.75			1
Geraldo José Lemos Salcides	06.10.78	01.07.80		
George Luiz Silva Figueira	16.01.1992	02.01.00		
Getter Lopes de Farias Junior	07.05.1998			
Getúlio Marcos Pereira Neves	02.02.1994			
Gisele Souza de O. Nunes	14.09.2000			
Giselle Onigkeit	14.09.2000			
Gladys Pinheiro Dalla Bernardina	11.12.1995			
C : D : D	14.09.2000	1		
NT_	Ingresso	Aposentadoria	Falecimento	E
	-H-		A DECAMINATION	Exoneração
Halley Pinheiro Monteiro	02.06.1947	18.05.1980		
Hélio Ferraz Pereira	22.02.1958	04.08.1966		
Hélio Gualberto Vasconcelos	16.09.1958			
7 . OD 41 1 0		10.02 1020		
Henrique O'Reilly de Souza	28.02.1908	10.02.1979		
7.1	28.02.1908 07.10.1958	10.02.1929		

Plomero Mutra	Travers 1			
Fellor Silly	Carlo a s			
Hantque O'Redlyde Souge				
New Countries to Vinta riverior	19"61 179			
Land Section Sections		1-18 75		
Mary White North	0315.00			
	L'ALL	2007 19 172		
	Talker wie	A THE PROPERTY	e i cai	10
	Hitta of			
Cheyi Popani Balia Ber sega. Gradate Pasini Pasi	714 43			
Control Order	I de Carrier			
Osci, South de D. Murcs	G 3 P / 19 5 F	i.		
Certitio Manous Progra Never	911 4			
Letter Lopes de Farian Jurasir		1		
Chorge Luis Sibra Siguean	[[PF/]] hour			
Gereldo José Lapon Salcales	LKA A			
Ceraldo Conves Linu	115/1/2			
Cetaldo Pileso Fochs	317	1		
Citizato Chava de Azevedo.	20-21-14			
Cemido Contaça Sava	Fig. 2			
Cramerchado de Sousa Men. Les	The con	1 1 1		
Diegoto Magni Augo da Fonsica	TIME.	. 170 rd		
Gregoto Gonpalver Suru	213 707	n'		
Cracilians Auglist Cery Warderley	175	10, 3,		
Compale Maninhode Albo perspe	18.7	0514		
Cilson Vicin de Moratonya	(#15. · ·)	TYPE I		
Cason Ledo Borges	Haras Arm	TOo		
Culterro Sobra Bracelics	134 . 0 .	90"		
Gerido Augunto de Carvallas Antonias	16 - 1981	14 1 va		
Geraldo in Silvio Serves	29 ¹⁰ (6)	n _e		
Derado Pava Morachi i Aguara da Carra	s for Aug	No.		
Cetatino Aguido de Andra x	Marke (2	1 (1)		
Genério affes hardasade Mello	11E	J. 9. W		
Couleno Tetrede Lien de Barres Loreno	T X.	tate -		
Cabriel Officiol & Foresco	in the party	1.170.03		
Charlot I. F.		ORINE * CER		
AND CONTRACTOR OF THE PARTY OF	FX. 20	WALK SE	4 7 -41	
- Traceco Version Persurana Sura As	Tarin .	E H. Dy.		
Francisco da Signa Oct.	147.			
Filado Jabous Months	Maria 1			
Economic Program Exerve	150 m			
Ferrundo laterara Persun Ri				2
Franside Augusteds Mercanical		La company		

ye og

Haroldo Lannes Filho	19.07.77	21.16.82		
Helimar Pinto	07.06.1990			
Heloisa Cariello	27.01.1994			
Hermínia Maria Silveira Azaury	30.05.1994	_		
Nome	Ingresso	Aposentadoria	Falecimento	Exoneração
建设工作的 表现的以外,1955年第1	·I·		CANADA	STAN THE
Ignácio Aciolly Vasconcellos	02-09-1824	07-10-1826		
Irineu José de Farias	09-07-1926	25-07-1955		
Idelson Santos Rodrigues	08.04.1994			
Igor Queiroz	14.09.2000			13.11.2000
Ilacéia Nováes	06.06.1990			
Ilton Louvem	30.05.1994			
Inácia Nogueira de Palma	14.09.2000			
Inês Vello Corrêa	15.03.1994			
Isabella Rossi Naumann Chaves	08.04.1994			
Ivan Costa Freitas	22.06.1998			
Ivelize Edineth Chiabai Arpini	15.03.1994			
Ivone de Fátima Fontana Menezes	13.11.1995			ĺ
Izaías Eduardo da Silva	30.03.1998			
Nome	Ingresso	Aposentadoria	Falecimento	Exoneração
	-J-			
Jair José Bregunce de Oliveira	21.09.83		N	
Jacy Nunes de Miranda	- não assumiu	o cargo -		
Jairo de Matos Pereira	26.01.1955	03.05.1978		
Jaime Carlos Leal	25.01.1959	07 12 10/1		
	23.01.1737	07.12.1861		J.
Jesuíno José de Freitas	07.11.1959	12.05.1891		
Jesuíno José de Freitas João Batista Miranda do Amaral				
	07.11.1959	12.05.1891		
João Batista Miranda do Amaral	07.11.1959 23.08.1952	12.05.1891 16.05.1958		
João Batista Miranda do Amaral João Cândido da Silva	07.11.1959 23.08.1952 08.10.1873	12.05.1891 16.05.1958 07.11.1873		10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 1
João Batista Miranda do Amaral João Cândido da Silva João Cláudio Carneiro Campelo João da Costa Lima e Castro	07.11.1959 23.08.1952 08.10.1873 20.06.1914	12.05.1891 16.05.1958 07.11.1873 16.02.1929		
João Batista Miranda do Amaral João Cândido da Silva João Cláudio Carneiro Campelo João da Costa Lima e Castro João Francisco Lyra	07.11.1959 23.08.1952 08.10.1873 20.06.1914 06.03.1856	12.05.1891 16.05.1958 07.11.1873 16.02.1929 07.12.1858		
João Batista Miranda do Amaral João Cândido da Silva João Cláudio Carneiro Campelo João da Costa Lima e Castro João Francisco Lyra João Gonçalves de Medeiros	07.11.1959 23.08.1952 08.10.1873 20.06.1914 06.03.1856 03.12.1700	12.05.1891 16.05.1958 07.11.1873 16.02.1929 07.12.1858 04.08.1703		
João Batista Miranda do Amaral João Cândido da Silva João Cláudio Carneiro Campelo João da Costa Lima e Castro João Francisco Lyra João Gonçalves de Medeiros João Joaquim Ramos	07.11.1959 23.08.1952 08.10.1873 20.06.1914 06.03.1856 03.12.1700 29.07.1898	12.05.1891 16.05.1958 07.11.1873 16.02.1929 07.12.1858 04.08.1703 18.01.1912		
João Batista Miranda do Amaral João Cândido da Silva João Cláudio Carneiro Campelo João da Costa Lima e Castro João Francisco Lyra João Gonçalves de Medeiros João Joaquim Ramos João Gualberto Pereira Passos	07.11.1959 23.08.1952 08.10.1873 20.06.1914 06.03.1856 03.12.1700 29.07.1898 07.11.1890	12.05.1891 16.05.1958 07.11.1873 16.02.1929 07.12.1858 04.08.1703 18.01.1912 14.04.1891		
João Batista Miranda do Amaral João Cândido da Silva João Cláudio Carneiro Campelo João da Costa Lima e Castro João Francisco Lyra João Gonçalves de Medeiros João Joaquim Ramos	07.11.1959 23.08.1952 08.10.1873 20.06.1914 06.03.1856 03.12.1700 29.07.1898 07.11.1890 18.07.1885	12.05.1891 16.05.1958 07.11.1873 16.02.1929 07.12.1858 04.08.1703 18.01.1912 14.04.1891 07.12.1888		
João Batista Miranda do Amaral João Cândido da Silva João Cláudio Carneiro Campelo João da Costa Lima e Castro João Francisco Lyra João Gonçalves de Medeiros João Joaquim Ramos João Gualberto Pereira Passos João Lordelo dos Santos Souza Junior	07.11.1959 23.08.1952 08.10.1873 20.06.1914 06.03.1856 03.12.1700 29.07.1898 07.11.1890 18.07.1885 02.04.1928	12.05.1891 16.05.1958 07.11.1873 16.02.1929 07.12.1858 04.08.1703 18.01.1912 14.04.1891 07.12.1888 20.02.1957		
João Batista Miranda do Amaral João Cândido da Silva João Cláudio Cameiro Campelo João da Costa Lima e Castro João Francisco Lyra João Gonçalves de Medeiros João Joaquim Ramos João Gualberto Pereira Passos João Lordelo dos Santos Souza Junior João Madeira de Freitas	07.11.1959 23.08.1952 08.10.1873 20.06.1914 06.03.1856 03.12.1700 29.07.1898 07.11.1890 18.07.1885 02.04.1928 05.03.1897	12.05.1891 16.05.1958 07.11.1873 16.02.1929 07.12.1858 04.08.1703 18.01.1912 14.04.1891 07.12.1888 20.02.1957 02.04.1913		
João Batista Miranda do Amaral João Cândido da Silva João Cláudio Carneiro Campelo João da Costa Lima e Castro João Francisco Lyra João Gonçalves de Medeiros João Joaquim Ramos João Gualberto Pereira Passos João Lordelo dos Santos Souza Junior João Madeira de Freitas João Manoel de Carvalho João Paes Barreto Lins	07.11.1959 23.08.1952 08.10.1873 20.06.1914 06.03.1856 03.12.1700 29.07.1898 07.11.1890 18.07.1885 02.04.1928 05.03.1897 14.12.1916	12.05.1891 16.05.1958 07.11.1873 16.02.1929 07.12.1858 04.08.1703 18.01.1912 14.04.1891 07.12.1888 20.02.1957 02.04.1913 23.06.1955 26.01.1897		
João Batista Miranda do Amaral João Cândido da Silva João Cláudio Carneiro Campelo João da Costa Lima e Castro João Francisco Lyra João Gonçalves de Medeiros João Joaquim Ramos João Gualberto Pereira Passos João Lordelo dos Santos Souza Junior João Madeira de Freitas João Manoel de Carvalho João Paes Barreto Lins João Paulo Monteiro de Andrade	07.11.1959 23.08.1952 08.10.1873 20.06.1914 06.03.1856 03.12.1700 29.07.1898 07.11.1890 18.07.1885 02.04.1928 05.03.1897 14.12.1916 03.08.1894 06.12.1863	12.05.1891 16.05.1958 07.11.1873 16.02.1929 07.12.1858 04.08.1703 18.01.1912 14.04.1891 07.12.1888 20.02.1957 02.04.1913 23.06.1955 26.01.1897 12.01.1864		13.
João Batista Miranda do Amaral João Cândido da Silva João Cláudio Carneiro Campelo João da Costa Lima e Castro João Francisco Lyra João Gonçalves de Medeiros João Joaquim Ramos João Gualberto Pereira Passos João Lordelo dos Santos Souza Junior João Madeira de Freitas João Manoel de Carvalho João Paes Barreto Lins João Paulo Monteiro de Andrade João Pereira Neto	07.11.1959 23.08.1952 08.10.1873 20.06.1914 06.03.1856 03.12.1700 29.07.1898 07.11.1890 18.07.1885 02.04.1928 05.03.1897 14.12.1916 03.08.1894	12.05.1891 16.05.1958 07.11.1873 16.02.1929 07.12.1858 04.08.1703 18.01.1912 14.04.1891 07.12.1888 20.02.1957 02.04.1913 23.06.1955 26.01.1897 12.01.1864		15
João Batista Miranda do Amaral João Cândido da Silva João Cláudio Carneiro Campelo João da Costa Lima e Castro João Francisco Lyra João Gonçalves de Medeiros João Joaquim Ramos João Gualberto Pereira Passos João Lordelo dos Santos Souza Junior João Madeira de Freitas João Manoel de Carvalho João Paes Barreto Lins João Paulo Monteiro de Andrade	07.11.1959 23.08.1952 08.10.1873 20.06.1914 06.03.1856 03.12.1700 29.07.1898 07.11.1890 18.07.1885 02.04.1928 05.03.1897 14.12.1916 03.08.1894 06.12.1863 30.06.1932	12.05.1891 16.05.1958 07.11.1873 16.02.1929 07.12.1858 04.08.1703 18.01.1912 14.04.1891 07.12.1888 20.02.1957 02.04.1913 23.06.1955 26.01.1897 12.01.1864 14.12.1933		

	. 2			
	ce a den Andbritode Abreu Pastus	温度(三)。		
	Just Therst Abou Outputs:	C1'09 D - "		
ĵ	tako de Souna Maninho	0.13%	An Arthur	
	ušo Pereus Neto	KING .	6.	
į	Jobo Park Montain de Andruck	06 17 1561	10 g (S)	
100	GOOP and Electron Link	100	10° 40°	
-	So Marca de Carielão	1411 781-		
. 1	Jurido Maderea de Freitair	, 527-2 (Sec.		
	João Lardela dos Sagini Soura Juna ?	05'0V + 1		
	in Caniforn Perint Inco	1970/ . 3-1	The proof	
	yes Josephin Ranca	35.11 25%	1889	
1	e (angalende Modelen	1911		
	has principle plan	, 92 FF 1 = E	7 374 "	
	Josh de Custa Lierie e Cierco	16.7		
0.00	And Cambo Careho Campol.	77707	7-1- da	
- Selection	icae Candidodu Silva	! or hill.		
	Joe : Bergra Minada da Areas.	Mark.		
1	Jestima les de Franco	33 11 1	1.90	
ě	TOTAL STREET	New Fall		
	January Marca Pareda	Element :	3-11 425	
	Jacy I Autoca de Minnisha	I started		
	lair Just Bregunor de Oliveira	51-28 FL		
				5
	Morre	place	CONTRACTOR OF THE	the Address
	baias Eduzado da Julya	N/01 196		
4	twen de Estera Foreaga Menerale	WIN -		
	Ivelies Edinyth Charles Arpus	1207		
1	(ANG) / YOREN ENGINE	I Show the		
	CHELL FAMILY CHEVE	731879 V v=		
	IND SUD THE	17077-05		
ï	Instantion Nogeral at Palma	14 De You		
	fact Loveria	17/07/14 U		
	United Names	1600 Les		
	tion rystias	1400 72		
	perior parties populares	(\$7) -jam		
	travers Josef de Frantise	06/04/4/2015	3.4	
	REASON ASSES AMERICAN	05 56 1750	W 2	
		Andrew Control of the Control	and a subsection of	
1	Mars.	i prise a	in any parts	2 101 1
+	Permins Maria Silvers Agen.	Thursday	a to the second of	
+	Cleiona Carlello	120 00		
	Holmar Page 99	10.10x		
	Manur Pero	Partix	는 것 # 발명 	

		>		
Joaquim Bandeira de Gouveia	04.03.1861	10.12.1893		
Joaquím Bernardo Falcão Filho	20.01.1911	25.09.1916		1
Joaquim Francisco de Borja Pereira	07.03.1826	08.10.1828		
Joaquim Gomes Alcoforado	09.09.1875	05.03.1876	1	I
Joaquim Ignácio Silveira Mata	13.06.1886	08.10.1888	1	1
Joaquim Jacinto de Mendonça	10.04.1860	07.12.1863		
Joaquim do Amaral Villela	22.07.1833	01.08.1834		
Joaquim José Coutinho Mascarenhas	.11.06.1787	03.12.1789		9
Joaquim Manoel de Araújo	24.01.1874	07.11.1876		
Joaquim Martins da Costa Ribeiro	28.01.1918	30.08.1919		
Joaquim Pires de Amorim	11.10.1890	06.08.1901		5 0
Joaquim Ramos	19.10.1952	01.06.1974		
Joaquim de Tôledo Pizza e Almeida	10.06.1880	14.10.1881		
Joaquim Vilela de Oliveira Marcondes	07.07.1891	04.09.1893		
Joaquim Vitorino Ferreira Alves	03.08.1881	07.10.1893		
Job Pimentel	07.02.1959			
Joel Rogério Wanderley	30.12.1925	31.03.1967		
Jorge Duarte de Azevedo	15.12.1955	26.06.1961	8	1 1
José Antônio de Alvarenga Freire	04.07.1781	07.10.1783		1 1
José Antônio Lopes Ribeiro	24.01.1908	16.02.1929		
José Antônio Ruy Côrtes	29.09.1955	26.06.1965		
José de Azevedo Cabral	03.08.1914	15.10.1915		1 1
José de Barros Wanderley	15.03.1919	26.01.1948	1	1 1
José Camillo Ferreira Rebello	07.04.1891	24.12.1891		
José Cardoso da Cunha	13.01.1892	07.12.1897		1 1
José Carlos Maurink Pires Nabuco	02.08.1895	08.10.1895		10.00
José Cupertino de Castro Filho	10.10.1929	26.10.1957	*	1
José Espíndula Batalha Ribeiro	14.02.1896	01.04.1930		
José Feliciano Horta de Araújo	04.07.1891	24.12.1891		
José Francisco de Arruda Câmara	27.05.1842	08.06.1844		
José Francisco Lelles Horta	23.11.1955	11.11.1969		
José Freire Gameiro	04.07.1810	13.09.1811		
José Horácio Costa	11.07.1887	12.08.1899		
José Ignácio Acioly Vasconcellos	04.08.1845	15.12.1847		
José Joaquim do Amaral	22.07.1833	07.05.1837		ĺ
José Libânio de Souza	28.05.1824	03.08.1825	E -	
José Lopes de Rezende	31.12.1959	24.01.1972		
José Lourenço de Morais e Silva	14.04.1888	29.0.1890	u	
José Maria do Valle Junior	08.06.1867	22.06.1970		
José de Medeiros Correia Junior	11.11.1955	17.03.1977		
José Morcerf Filho	05.02.1948	27.02.1981	ā	
José Norberto dos Santos	03.12.1852	18.06.1854	-	
José Paulino Alves Junior	12.04.1944	22.08.1958		

			•	
José Pedro Marcondes Cezar	04.09.1870	06.06.1872		
José Pereira de Graça Aranha	10.08.1890	27.11.1890		
José Pinheiro Nogueira	14.07.1953	19.06.1973		0
José Pinto Ribeiro	07.07.1791	03.08.1793		
José Ribeiro Guimarães Athayde	25.06.1776	04.10.1777		
José Ricardo Gomes de Carvalho	15.12.1871	20.05.1872		
José Teixeira Firme	13.08.1929	08.02.1958		
José Vicente de Sá	20.12.1916	26.04.1956	,	
José Vieira Coelho	23.06.1949	30.08.1982		
Josias Batista Marins Soares	24.09.1897	05.04.1926		
Julião Rangel de Souza	29.04.1912	08.10.1914		
Julio Acioly de Brito	22.07.1870	15.12.1871	,	
Julio Cezar Berenguer Bitencourt	13.04.1853	30.07.1855		
Justiniano Martins Azambuja Meireles	31.05.1892	22.11.1909		
José Mathias de Almeida Neto	07.01.64		-	
José de Oliveira Roza	22.04.65			
José Eduardo Gradi Ribeiro	19.01.65			
Jonas Cambela dos Santos	23.12.66	17.06.1971		
Jedais Victalino Teixeira Gueiros	18.10.66			
José Batista Herkenhoff	21.12.66	22.10.84		
José Carlos Fernandes Cupertino de Castro	20.12.66			
José Carlos Cola	20.07.67	01.03.84		
Judson Gonçalves de Aguiar	08.06.67	25.10.1985		
José Geraldo Bermudes	13.02.68			
Jersy da Silva	23.01.69			
João Baptista Calestino	10.12.69	30.08.1982		
José Amarante da Silva Filho	19.01.71	29.08.75		¥
José de Lima e Silva	07.12.71	03.05.85		
João Batista Fraga	19.03.73			
José Rômulo de Faria	31.12.74	01.10.76		
Jairo Anthero dos Santos	25.10.76			
Jorge Goes Coutinho	06.07.77			
José de Aquino Perpétuo	06.10.78		1 10	
Joseph Haddad Sobrinho	16.10.78		- a -	
Josenider Varejão Tavares	22.07.81			
José Antônio Castellos L. Ribeiro	15.12.82			
Jocyr de Oliveira Celestino	23.09.83		P 1 1	
José Nilson Pereira Campos	26.01.83		1 1 1 1	
Jaime Ferreira Abreu	25.11.1991	:: 0	å, tod -kod e	
Jaime Lievore	30.03.1998		English Militar	
Janete Pantalão Alves	04.04.1995		A CHARLES	
Janete Vargas Simões	07.06.1990	13		
Jefferson Antônio R. Bernardo	14.09.2000	= 4.304	enistrations in	

	property of the party of the party	
Jedenon Andhio R. Burnanic .	H0950	
Jamete Vargas Strader	CARD I AND	
Janear Paradio Abres	CH ON 7-3-2	
I MINE THANK	7070711306	
June Ferries Abreu	25.11 199.	
Just Milion Parados Caragos	26.01.85	
locyrde Ollingin Californo	23,00,83	
José Amedoio Quitellos L. Répeiro	Detail to	
Kennicht Vergin Tonne	22.07.81	
Joseph Haddad Sobraho	RIGA	
Jour de Aujustro Perpiliare	10g 10 78	
Jurge Gots Cautinho	08/08/2	
leno Anthero dos Serios	25.10.7	
leaf Römulode Fana	BUTTER OF TOTAL	
João Batian Fraga	19.00	
jenet de Limite Silvin	ON 12.21 ON 3.35	
José Amarague da Silva Paliso	18701 1872.11	
julio Beptime Columbia	10.13%	
Jersy da Silva	23.01 40	
josé Cieraldo Bestrudes	13.02.46	.14
Judion Conçaives de Aguiar	CROP41 22.10.2984	
José Carlos Cola	2007.	
José Carlos Pernandos Capretana de Casaro	20.76	
jusef Bortosa Frienkershoff	21.12.4- 52.15.54	
Je-lats Mczalino Tabrera Guetras	18104	
for Carabala don Samus	23 (2.50)	
Jest Eduardo Gradi Ribrairo	19.0.65	
Inverte Obveto New	22.04.65	
José Mathias de Abrocka Neso	07.01.54	
Justiniano Mandia Anandaga Metreles	3/102/895 TV IC 1954	
Juin Cesar Paranguer Birerapuert	1704 1911 10 01 189-	
Julio Acioly de Brito	2207 H	
Juditio Familiel de Soura	\$6'04 1-1 (B'10 lalt	
Scales Bardeja Mapiero Scales	24.09 lest 1 % 24 19 34	
E-4 Visita Coellio	TYOF Lares 1 MODELLY	
ow Vicetite de Sil	2011 Par. 1 2004 P.M.	
Lr. Tenine Fine	1709 to .: 47, 1027	
j. st. Norado Golises de Carvalho	15/12/19/1	
José Ribeiro Colimania Advarde	MAGIN DELETT	
Jose Pinto Ribeiro	07.02 (5) (5) (4)	
Jos. Pinheiro Noguera	NOTE: SERVE	
hase Peropo de Oniço Arandas	1008 law 31, 12%	
José Pagio Manoardos Occar	OF ON THE STREET	

	11.11.1724	27.06.1950		
Lourival de Almeida	11.11.1924	02.02.1972		
	30.09.1955	30.12.1924	i e	
Lourenço de Morais Freitas Barbosa	11.12.1896	06.02.1857		
Lourenço Caetano Pinto	09.01.1854	21.11.1899	7	
Lindolfo Ernesto Álvares	31.05.1892	04.12.1970		
Licínio Ferreira de Menezes	19.02.1907 21.06.1949	13.08.1926		7
Levino Augusto de Holanda Chacon	08.03.1907	25.05.1908		7 - 7 - 1,02
Leopoldo Cabral de Mello	07.03.1870	10.08.1872		
Leônidas Marcondes de Tolêdo Lessa	13.01.1911	14.09.1914		
Lafayette Rodrigues de Assis Valle	-L-	1400 000		ETERAL MARIE
A COLOR	Ingresso	Aposentadoria	Falecimento	Exoneração
Katia Toribio Nome	14.09.2000			
Varie Tests	-K-			Latericiação
Nome	Ingresso	Aposentadoria	Falecimento	Exoneração
Julio Cesar Costa de Oliveira	04.12.1991			
Julio Cesar Babilon	14.09.2000			
José Rodrigues Pinheiro	13.03.1995	1		
José Renato Silva Martins	07.12.1988			
José Nunes de Mendonça	02.12.1991	27.11.1997		
José Maria Izoton	26.06.1990	16.07.1996		
José Machado de Souza	04.11.1985		No.	
José Luiz da Costa Altafim	15.03.1994		1	
José Leão Ferreira Souto	14.09.2000			
José Henrique Hinquel	07.12.1988			2.44
José Henrique Decottignies	07.06.1990	17.03.1998		
	04.04.1995		1	
José Francisco Milagres Rabelo José Geraldo Fantin	15.03.1994			
losé Francisco Milana D. L. L.	23.10.1985	23.12.1997		
José Cupertino L. de Almeida (Des./OAB) José das Graças Pereira	09.06.1988	05.08.1996		
José Cupartino I de Al 11 (2)	08.03.1994		1	
José Augusto Farias de Souza	13.01.1992	1	4	
José Alvanir Rozendo do Nascimento	04.04.1995			
Jorge Henrique Valle dos Santos Jorge Luiz Ramos	15.03.1994			
Jorge Henrique Valle 1 - C	29.09.1986			
Jorge do Nascimento Viana	25.06.1992	1		19.02.199
Jonas Alberto Ost	03.10.1986		12.	
Jocy Antônio Zanotelli	14.09.2000		1	1 .
Joaquim Ricardo Camatta Moreira	28.12.1994			1 2 2
João Patrício Barroso Neto	27.11.1991	100		
João Miguel Filho	26.11.1987	09.04.1996		
João de Deus Alóchio	08.06.1990			
João Batista Chaia Ramos	07.05.1998	1		100

Louingo Canara Pion: Unable Entered Alvans Listato Femilio de Mereses Levino Auguno de Placa La Ciracon Leopsido Cabral de Melle Lebands Mananda de Treiro Lesa Latinpeate Rochigues de Associable Mone Kada Turbip PRINT, Julio Casar Count.de Oliveira on to the f who Cesar Publica Joé Rockepte Pinhon Joe' Perent Shisa Marraya Keel Nurse in Meridan Jené Jensia Bran. Just Machado de Sorra José Lab de Casta Alrakay. José Lobo Flerreit : South: José i lensique i firaque l Just Herrague Decembra JOHN CHERTO PARIET Just Francisco Milagre P. Med. José das Catagas Percus Just Cupertano L. de Absonta (Dra. C. A.P.) 10 DW E Kod Augusta Ferras 14 Natas José Abaria Ragerata As Nascuricità Kryge Late Regards Profite Paris auptorial arms cege do Narcinento Visto. Jornat Albignio C.s. kocy Amediaio Zersopella Journal Azardo Canada Maran. Insortaction derrises Nem JOSO MIRLO FILLS John de Deux Alfa har JOSED BANKEL CAERLY REPORK 100 Jednine phonomy.

Lotalizatio José Viena Lutativo de Alexenia

Louwingode Monis Frees Berbusz

11 1 2

Ludgero Gonçalves da Silva	16.06.1863	20.04.1864		
Luiz Adolfo Thiers Velozo	19.12.1895	29.01.1907		
Luiz Duarte Pereira	04.07.1889	08.12.1901		
Luiz Ferreira Tinôco	13.02.1875	03.10.1876		
Luiz Manoel Mendes Velozo	24.12.1891	10.12.1907		
Luiz de Sá Rego Vieira	07.02.1955	04.07.1983		
Luiz Siqueira da Silva Lima	12.01.1892	27.09.1895		
Lucas Barbosa dos Santos	14.12.79			
Luiz G. Grandi Ribeiro	13.12.79			
Lúcio Vasconcelos de Oliveira	12.11.80			
Lúcia de Barros	13.09.83			
Luiz Edmundo de Moraes Costa	29.10.84			
Lailton dos Santos	07.05.1998			
Laudio Klipel	27.11.1995	i i		
Leandro Cunha Bernardes da Silveira	30.03.1998			
Leonardo Alvarenga da Fonseca	14.09.2000			
Letícia Maia Saúde	07.05.1998			
Letícia Nunes Barreto	07.05.1998		3	
Lígia Sarto Müller	14.09.2000			
Lindemberg José Nunes	07.05.1998			
Lisandro Ambos Corrêa da Silva	14.09.2000		-	
Lucia Souza Nascimento	14.09.2000			
Lúcia Helena Lorencini	02.12.1987			
Lucianne Keijok Spitz	14.09.2000			
Luis Eduardo Fachetti de Oliveira	14.09.2000			
Dun Dunning , tressering on , on ,				1
Luiz Fernando Garcia Marques	27.01.1994			1
Luiz Fernando Garcia Marques Luiz Guilherme Risso	27.01.1994 07.06.1990			
Luiz Guilherme Risso	07.06.1990			
	07.06.1990 02.12.1991	Aposentadoria	Falecimento	Exoneraçã
Luiz Guilherme Risso Lyrio Régis de Souza Lyrio	07.06.1990	Aposentadoria	Falecimento	Exoneraçã
Luiz Guilherme Risso Lyrio Régis de Souza Lyrio	07.06.1990 02.12.1991 Ingresso	Aposentadoria	Falecimento	Exoneração
Luiz Guilherme Risso Lyrio Régis de Souza Lyrio Nome	07.06.1990 02.12.1991 Ingresso	Aposentadoria	Falecimento	Exoneraçã
Luiz Guilherme Risso Lyrio Régis de Souza Lyrio Nome Moacyr Rodrigues	07.06.1990 02.12.1991 Ingresso -M- 19.01.83	Aposentadoria	Falecimento	Exoneração
Luiz Guilherme Risso Lyrio Régis de Souza Lyrio Nome Moacyr Rodrigues Miltro José Dalcomin	07.06.1990 02.12.1991 Ingresso - M - 19.01.83 18.12.82	Aposentadoria 24.12.1891	Falecimento	Exoneração
Luiz Guilherme Risso Lyrio Régis de Souza Lyrio Nome Moacyr Rodrigues Miltro José Dalcomin Maurício Moreira de Castro	07.06.1990 02.12.1991 Ingresso -M- 19.01.83 18.12.82 26.09.83		Falecimento	Exoneração
Luiz Guilherme Risso Lyrio Régis de Souza Lyrio Nome Moacyr Rodrigues Miltro José Dalcomin Maurício Moreira de Castro Manoel Armindo Cordeiro Guaraná	07.06.1990 02.12.1991 Ingresso -M- 19.01.83 18.12.82 26.09.83 04.07.1891	24.12.1891	Falecimento	Exoneração
Luiz Guilherme Risso Lyrio Régis de Souza Lyrio Nome Moacyr Rodrigues Miltro José Dalcomin Maurício Moreira de Castro Manoel Armindo Cordeiro Guaraná Manoel Batista Filgueiras	07.06.1990 02.12.1991 Ingresso -M- 19.01.83 18.12.82 26.09.83 04.07.1891 08.09.1792	24.12.1891 08.10.1794	Falecimento	Exoneração
Luiz Guilherme Risso Lyrio Régis de Souza Lyrio Nome Moacyr Rodrigues Miltro José Dalcomin Maurício Moreira de Castro Manoel Armindo Cordeiro Guaraná Manoel Batista Filgueiras Manoel Bernardo Vieira de Amorim	07.06.1990 02.12.1991 Ingresso -M- 19.01.83 18.12.82 26.09.83 04.07.1891 08.09.1792 09.03.1878	24.12.1891 08.10.1794 07.02.1880	Falecimento	Exoneração
Luiz Guilherme Risso Lyrio Régis de Souza Lyrio Nome Moacyr Rodrigues Miltro José Dalcomin Maurício Moreira de Castro Manoel Armindo Cordeiro Guaraná Manoel Batista Filgueiras Manoel Bernardo Vieira de Amorim Manoel Carlos da Silva Guamão Manoel Godofredo de Alencastro Autran	07.06.1990 02.12.1991 Ingresso -M- 19.01.83 18.12.82 26.09.83 04.07.1891 08.09.1792 09.03.1878 10.10.1774	24.12.1891 08.10.1794 07.02.1880 08.09.1775 10.09.1892	Falecimento	Exoneração
Luiz Guilherme Risso Lyrio Régis de Souza Lyrio Nome Moacyr Rodrigues Miltro José Dalcomin Maurício Moreira de Castro Manoel Armindo Cordeiro Guaraná Manoel Batista Filgueiras Manoel Bernardo Vieira de Amorim Manoel Carlos da Silva Guamão Manoel Godofredo de Alencastro Autran Manoel Henrique Wanderley	07.06.1990 02.12.1991 Ingresso -M- 19.01.83 18.12.82 26.09.83 04.07.1891 08.09.1792 09.03.1878 10.10.1774 19.04.1890	24.12.1891 08.10.1794 07.02.1880 08.09.1775 10.09.1892	Falecimento	Exoneração
Luiz Guilherme Risso Lyrio Régis de Souza Lyrio Nome Moacyr Rodrigues Miltro José Dalcomin Maurício Moreira de Castro Manoel Armindo Cordeiro Guaraná Manoel Batista Filgueiras Manoel Bernardo Vieira de Amorim Manoel Carlos da Silva Guamão Manoel Godofredo de Alencastro Autran Manoel Henrique Wanderley Manoel Jerônimo Gonçalves	07.06.1990 02.12.1991 Ingresso -M- 19.01.83 18.12.82 26.09.83 04.07.1891 08.09.1792 09.03.1878 10.10.1774 19.04.1890 - Não assumiu o carg	24.12.1891 08.10.1794 07.02.1880 08.09.1775 10.09.1892	Falecimento	Exoneração
Luiz Guilherme Risso Lyrio Régis de Souza Lyrio Nome Moacyr Rodrigues Miltro José Dalcomin Maurício Moreira de Castro Manoel Armindo Cordeiro Guaraná Manoel Batista Filgueiras Manoel Bernardo Vieira de Amorim Manoel Carlos da Silva Guamão Manoel Godofredo de Alencastro Autran Manoel Henrique Wanderley	07.06.1990 02.12.1991 Ingresso -M- 19.01.83 18.12.82 26.09.83 04.07.1891 08.09.1792 09.03.1878 10.10.1774 19.04.1890 -Não assumiu o carg 03.07.1881	24.12.1891 08.10.1794 07.02.1880 08.09.1775 10.09.1892	Falecimento	Exoneração

A company of the second	The state of the s		et jis	E 501
Manoel Redno Alves Morens Vilstvon	HIII IZ	N 1941		
Mancel José Plano de Mucancellas	1000001983	17 8199		
Manoel Janquim de St Matos		1. 117		
Marrod Jerdnimo Gançidves	The Partie of the Control of the Con	19 10.4		
Mand Herrique Wardeling	- y-\$6 14274 (-1-1-)			
Mancel Geoinkedode Alencaette Aunzu	10/04 1 860	0.8		
Marsoel Carlos da Silva Guanian		a Gutt		
Manod Bernardo Mendela Amorro	1 00/19 1/24		0	
Manoci Buthta Filgueinii		2011		
Manoel Amindo Cardine Concará		1111.41		
Mauricus Munchards Capaso	1 NOW S			
Mater José Dakeggian	18.12.82			
Musical Backgrose	1901 93			
Andrew and a contract spine of the contract	- 141 -			1.3.
None	K. WALK:	y rest	7 1 - 121 - 1	1,000
Lyco Rage in South Lytin	DE: 717.3	trick need to		9 19 80
Leas Cultherme Risso	GITA LOX			
Luc Fernando Canar Marque.	12731 1994			
Luis Edunido Factmende Obsei: «	Hamarion.			
Lucianne Karjok Spite	HTMTUS			
Uses Helena Lensacini	19717 tox1			
Lucia Soura Marciniento	Morno:		1	
Luandin Ambat Comişide Silva	1400500			
Lawlenderg Jord Names	02.05 1995			
Ligar Serto Midiler	14 09 70 1			
Letita Numa Barsato	03.05 190			
Leticia Maia Sarkie	OUTS LANG			
existando Alvaréngo de Nomero	HC9200			
eardro Cunha Bernardia de Savera	20 G1 lbg			
Laudio Klipd	27 11 1995			
Latings dus Sautos	CHOPlate			
Lasta Schmunde de Niñornes Corre	Ta 10161			
Lucinide Dauma	13.00.61			
Lifes Valconceleade Olivers	12,11.80			
Later G. Grandi Rababo	(187a.2)			
Lucia biarbona des Santoj.	14 38			
Lust Sequeira da Salva Lima	ITO: IRCA	S Contract		
Luaz de Sá Rego Motra	02.02 195	WILL FRE		
Late Manual Manuals Velon	24.12 [5.	A11 Bry		
Jana Feareira Tendoo	1707 25	7 1, 15-2		
Lite Duarre Perena.	015) Jean	9:17:80		
Las Adolfo Thiers Wildep	1912 1890	i (Per		
Ludgero Conçalvasda Silva	PACKARA	J. J. 198-		

			75	
Manoel Pio Pereira da Costa	11.02.1896	18.07.1896		
Manoel Rodrigues Jardim	29.04.1871	21.02.1872	1	1
Manoel dos Santos Neves	21.05.1892	15.12.1930		
Manoel Xavier Paes Barreto	16.11.1907	23.11.1919	1	
Mário da Silva Nunes	22.04.1947	19.04.1976		
Martiniano Lintz	20.11.1958	11.05.1979	1	
Matheus Nunes José Macedo	17.03.1744	08.10.1745		
Mauro de Araújo Braga	21.06.1949	25.05.1940		
Meroveu Pereira Cardoso Junior	25.05.1940	14.07.1966		1
Miguel Bernardo Vieira de Amorim	19.03.1878	08.03.1880		1
Miguel José Tavares	18.01.1877	02.12.1878		1
Mirabeau da Rocha Pimentel	30.10.1934	07.11.1947	1	
Misael Ferreira Penna	25.03.1876	05.05.1878		
Moacyr Figueiredo Côrtes	06.05.1939	05.12.1978		1
Marco Antônio de Souza Basílio	18.05.65			
Marcus Tulius Alves	25.01.73	02.02.1974	İ	
Maurílio Almeida de Abreu	25.01.73		1	
Manoel Alves Rabelo	01.09.80		1	
Mauro Soares de Freitas	22.09.1983	30.04.1985	1	
Maria Ignez Bermudes Rodrigues	30.03.1998	1	1	
Maria Jovita Ferreira Reisen Ciscotto	14.09.2000	-	1	
Marianne Judice de Mattos Farina	27.01.1994	1		
Marília Pereira de Abreu Bastos	14.09.2000	1		
Marília Vilela de Medeiros Mignoni	16.01.1992		1	
Marlilson Machado S. de Carvalho	07.06.1990			1 1
Marta Maria Sá Teixeira de Siqueira	04.04.1995	1	1	1 1
Maurício Camata Rangel	07.06.1990	1	- 3-	1 1
Maxon Vander Monteiro	14.09.2000		1	1 1
Mª. Nazareth C. de F. Côrtes	02.02.1994		1	1 1
Menandro Taufner Gomes	14.09.2000	1		1
Moacyr C. de Figueiredo Cortes	30.12.1994		1	1 1
Magda Regina Lugon e Serpa	06.06.1990	> 1		1 1
Maiza Silva Santos	30.03.1998			1 1
Manoel Cruz Doval	14.09.2000			1 1
Marcelo Faria Fernandes	13.03.1995			
Marcelo Menezes Loureiro	07.05.1998	1		
Marcelo Pimentel	18.09.1995	1		1
Marcelo Soares Cunha	30.03.1998			
Marcia Pereira Rangel	14.09.2000			
Márcio Nunes da Rosa	03.12.1991			
Marco Aurélio de Araújo Ramos	13.01.1992	04.06.1998		
Marcos Alcino de Azevedo Torres	16.10.1985			14.12.1987
Marcos Antônio B. de Souza	15.03.1994			
<u> </u>				

Marços Ambrio B. de Souza		
Marcos Alcinode Agevedo Tarra	10	
Misseo Auditio de Aradio Ramas	0/.	A Flat
Márcio Numes de Rom	031 14	1
Maria Heria Kargel	15 17	
Married Source Charles	5.75%	
	Barre	į.
Murcelo Miragan, Louiseve	FCALL and	
Navelo Fulla Fermanics	41.40	
Manoel Cala Doled	l id	
Main Silva Saratoa	H.Ca.	
Magia Augun Lagen e Seasc	1964 34	
Mostyr C. de Papariesto Corto	IVII v	
Acrondip Joulnier Comes		
	· Lig kd	
Adumin Mander Montein	No.	
Alaustico Carract Rangel	113	
Mana Maria So Terverra de Sinnero	lizz 3x x	
Mirdina Machido S. de Carvalas	N A	
Martia Visia de Modero Magric u	Tel ar	
Mustics Pergon do Abres Rostos	140-74	
Martierne Judice de Marties Latras	535.	
Wana Jovia Ferreira Resent Jacob	ATA SY.	
Atom leves there was Andreas	Ci shus	Y
Mauro Sours de Preis-s	310	22.0
Manoel Aivos Raincio	010	
Maudin Anneka de Abres	7425	
Mercus Talma Alves	100	
Marco Anionio de Sura Sestion	16-16-2	
Moscy: Figurinelia CATE		s <u>a </u>
Mund Certains Parks		100 11
Mashau da Rocha Functuri		4 37 3
Mari out Bruss	Asserted to all	41. 1.
Miguel Bornardo Vieu : le / Juon .	18-32 14	P
Merovey Resear Card xo J. 710;	QUATE.	
Mauro de Amelo Braga	BEN'TA	1 1,641-4
Mathem Numes 1006 h La.r. 1.	11-01-14	Trail to
Maraniano Lina	170	
Printed de Salva Pluges	So bet	
Mistori Asvier Pass Prints	Page 1 and 1	, 11 1
Manueldos Sardos Nie.	Ti Ti des	
Manoel Rodeigues Jan an	track h	100
Marod Polerers di Com		
The state of the s		an

N A (1 VI B	15.02.1004		-	
Marcos Assef do Vale Depes	15.03.1994			
Marcos Horácio Miranda	14.09.2000			
Marcos Valls Feu Rosa	30.12.1994			9
Margareth Zago Rabelo	20.02.1995			
Maria Aparecida Lopes Gomes	15.03.1994			
Maria Cristina C. Ferreira Ribeiro	15.03.1994			
Maria Cristina da Silva Ferreira	26.11.1991			
Maria do Céu Pitanga de Andrade	27.11.1991			
Nome	Ingresso	Aposentadoria	Falecimento	Exoneração
1780年,文章的发生,以及安全的生	-N-			
Nilson Feidyt	07.02.1931	07.04.1944		
Nilton Thevernard	28.12.1938	23.10.1978		-
Nelson Darby de Assis	25.09.1983			
Nivaldo Xavier Valinho	25.10.1976			
Ney Batista Coutinho	22.12.1982			
Nilton Persice Moreira	20.02.1967	23.10.1982		
Norton de Souza Pimenta	21.02.1969			
Nelly Labrunie Martinelli	30.12.1994			1
Nilda Márcia de Almeida Araújo	07.05.1998			
Nome	Ingresso	Aposentadoria	Falecimento	Exoneraçã
建设设施设置的设施设施 设施。	-0-	ACTION OF THE PARTY OF		COLUMN TO THE
Olavo Pillar Gonçalves	04.02.1947	16.04.1959		
Olímpio Sinfronio dos Santos Falcão	21.11.1899	02.04.1959	= =	
Olival Brígido Vieira Pimentel	21.01.1937	25.10.1952		
Oscar Farias Santos	03.02.1933	03.03.1936		
Osiris Rocha	26.06.1958	15.12.1959		
Osly da Silva Ferreira	21.10.1969		7	
Otavio de Carvalho Lemgruber	23.03.1922	19.11.1952		
Otton Gomes de Souza	20.11.1962	10.03.1981		
Otto José Rodrigues	21.12.1982			
Olinda Barbosa Bastos Puppim	14.09.2000		у.	
Oly Eduardo de Olíveira	27 12 1000	02.02.1996		
Oly Education Convent	27.12.1989	02.02.1990		
Onofre de Faria Martins	08.06.1987	02.02.1990	1.7.3	16.10.1987
		Aposentadoria	Falecimento	
Onofre de Faria Martins	08.06.1987		Falecimento	
Onofre de Faria Martins	08.06.1987 Ingresso		Falecimento	
Onofre de Faria Martins Nome	08.06.1987 Ingresso	Aposentadoria	Falecimento	
Onofre de Faria Martins Nome Pascoal Ferreira de Veras	08.06.1987 Ingresso - P - 13.10.1741	Aposentadoria 04.07.1742	presa - c	
Onofre de Faria Martins Nome Pascoal Ferreira de Veras Paulo Ataide de Freitas Paulo Martinsd e Almeida	08.06.1987 Ingresso - P - 13.10.1741 17.10.1929	Aposentadoria 04.07.1742 08.10.1946	рэзэ. К	
Onofre de Faria Martins Nome Pascoal Ferreira de Veras Paulo Ataide de Freitas Paulo Martinsd e Almeida Paulo Pereira Lago	08.06.1987 Ingresso - P - 13.10.1741 17.10.1929 04.11.1872	Aposentadoria 04.07.1742 08.10.1946 18.06.1873	рэзэ. К	
Onofre de Faria Martins Nome Pascoal Ferreira de Veras Paulo Ataide de Freitas Paulo Martinsd e Almeida Paulo Pereira Lago Pedro Borges de Rezende	08.06.1987 Ingresso - P - 13.10.1741 17.10.1929 04.11.1872 07.11.1629	Aposentadoria 04.07.1742 08.10.1946 18.06.1873 04.09.1631	рэзэ. К	
Onofre de Faria Martins Nome Pascoal Ferreira de Veras Paulo Ataide de Freitas Paulo Martinsd e Almeida Paulo Pereira Lago	08.06.1987 Ingresso - P - 13.10.1741 17.10.1929 04.11.1872 07.11.1629 17.04.1958	Aposentadoria 04.07.1742 08.10.1946 18.06.1873 04.09.1631 03.01.1980	postaly of the post of the pos	16.10.1987 Exoneraçã

A STATE OF THE PROPERTY OF THE			
Pulso O'Rully de Soura	1,5452,775	0.121-9	
Personantial Commission	0.011	1 047-0-	
Photo Cavalonna de Albuquerque	16 1 18	7.18(3)	
Petro Bonga de Agentos	1174	Jan Irre.	
Paric Bakes Lago	ALL AT A	No. 18 Way	
Pa-to Marting & Almesta	041118.1	179 14 1	
Parte Affrica de Freisa	14 16	16100	
Ne cal foreiro de Vera	19/10/13:5	FY3. 5.45	
	= 1		
Louis	photo.	Elizabeth of the	Section 19 to the second
Caute de Furia Martis	TOUGHT IN		
Oly bevissio de Cilveira	12/11/2	N S News	
Olinda Barboni Anlaja Pappen	1470 500		
Onn lose kontigues	311 165		
CATA Course South	1011 61	1.100 1941	
Carvode Carmiho Latagraiser	18073814		
Osly da Silva Fernana	1 1915-6		
Out Blocks	TOP IN S		
Ouca Faran Sunina	6 TT LAS	01.149	
Other Brigdo Meta Patrick	15101134	1 1 1 / May 1	
Oktarpan Surfacenio dos Sanicos Enfecto	311 12m	The same	
Olaw The Congalect	Lorg E	2 m ble	
			t
1,05) yestamen	t team and the	atta I Hayana
Alde Macia de Almoida Aragio	Vos de rem		
Neily Lateuris Martirells	1015 35		
Norton de Sotas Pimepas	31 65 1 8-		
Vilian Piraice Moreun	DOTS AL		
Nev Sabita Coudobo	1577116		
West to Kares Valedo	\$2.10.124		
Narra Datycle Asia	52706 1890		
Man Threemed	4111.0		
Nison Feder	DUGSTA	e third Viga	
	- 14		1. 1
Nozae	1.44.40	plessingspect to	or a transfer of
Manido Chi Phangi de Antrade	Militer	a management of the party of	
Maria Chigrada San Ferrera	10 Than		
Man Castero C. Farreita Rileno	125015		
Mata Assestia Layer Octors	1000		
Margareth Zago Fabelo	1 1000 1 - 4		
Warcon Valla Frei Rossi.	William		
A ferrus Manaco Minimis	1 1490 , 1		
Numer Asset do Vale Deper	- Paterine		
Marian Control State Control S		THE RESE IN	

Pedro Soares Guimarães	26.07.1932	21.02.1957		T
Porfirio de Souza Freire	31.05.1892	30.06.1894		1
Paulo Cesar Xavier Aguiar	14.12.1982	30.00.1094		
Paulo Mendes Alvares	25.01.1985	14.02.1005		
Paulo Otávio Baptista Pereira	18.12.79	14.03.1985		
Pedro Cordeiro do Nascimento Sobrinho	13.12.1979	05.09.84		
Paulo Nicola Copollilo	04.03.1969			2
Patrícia Faroni	14.09.2000		1	
Patrícia Leal de Oliveira	30.03.1998			
Patrícia Pereira Neves	07.06.1990	1		1
Paula Cheim Jorge		1		
Paulino José Lourenço	07.05.1998		1	
Paulo Abiguenem Abib	30.03.1998			
Paulo César de Carvalho	04.04.1995	1	-	
Paulo Mendes Álvares	30.03.1998			
Paulo Roberto Luppi	25.01.1985		1	14.03.1985
Paulo Sérgio Bellucio	11.06.1987		1	
Pedro Benedito Alves Sant'Ana	30.03.1998			
Pedro Valls Feu Rosa (Des)	07.05.1998	1		
Pindaro Borges Eccard	07.06.1990			
Nome	24.11.1987			
Total	Ingresso	Aposentadoria	Falecimento	Exoneração
Raymundo Furtado de Almeida Cavalcanti	-R-	T 20.04 10.40	A PARTY NAMED IN	
Raymundo losé Guterres Volle		08.06.1867		
Raymundo José Guterres Valle	06.09.1921	22.10.1939		16
Raymundo José Guterres Valle Raymundo Tomé Bezerra	06.09.1921 23.02.1928	22.10.1939 04.03.1936		1.0
Raymundo José Guterres Valle Raymundo Tomé Bezerra Renato Dutra Mendonça	06.09.1921 23.02.1928 23.09.1936	22.10.1939 04.03.1936 13.08.1977		
Raymundo José Guterres Valle Raymundo Tomé Bezerra Renato Dutra Mendonça Renato José Costa Pacheco	06.09.1921 23.02.1928 23.09.1936 23.08.1957	22.10.1939 04.03.1936 13.08.1977 31.10.1972		
Raymundo José Guterres Valle Raymundo Tomé Bezerra Renato Dutra Mendonça Renato José Costa Pacheco Ricardo Pereira de Faria	06.09.1921 23.02.1928 23.09.1936 23.08.1957 07.04.1891	22.10.1939 04.03.1936 13.08.1977 31.10.1972 05.11.1892		
Raymundo José Guterres Valle Raymundo Tomé Bezerra Renato Dutra Mendonça Renato José Costa Pacheco Ricardo Pereira de Faria Ricardo Pinheiro de Vasconcellos	06.09.1921 23.02.1928 23.09.1936 23.08.1957 07.04.1891 27.07.1861	22.10.1939 04.03.1936 13.08.1977 31.10.1972 05.11.1892 18.11.1892		
Raymundo José Guterres Valle Raymundo Tomé Bezerra Renato Dutra Mendonça Renato José Costa Pacheco Ricardo Pereira de Faria Ricardo Pinheiro de Vasconcellos Rodrigu Arêas de Sá Moura	06.09.1921 23.02.1928 23.09.1936 23.08.1957 07.04.1891 27.07.1861 01.07.1675	22.10.1939 04.03.1936 13.08.1977 31.10.1972 05.11.1892 18.11.1892 04.09.1676		
Raymundo José Guterres Valle Raymundo Tomé Bezerra Renato Dutra Mendonça Renato José Costa Pacheco Ricardo Pereira de Faria Ricardo Pinheiro de Vasconcellos Rodrigu Arêas de Sá Moura Romário Rangel	06.09.1921 23.02.1928 23.09.1936 23.08.1957 07.04.1891 27.07.1861 01.07.1675 13.04.1956	22.10.1939 04.03.1936 13.08.1977 31.10.1972 05.11.1892 18.11.1892 04.09.1676 04.05.1967		
Raymundo José Guterres Valle Raymundo Tomé Bezerra Renato Dutra Mendonça Renato José Costa Pacheco Ricardo Pereira de Faria Ricardo Pinheiro de Vasconcellos Rodrigu Arêas de Sá Moura Romário Rangel Rômulo Finamore	06.09.1921 23.02.1928 23.09.1936 23.08.1957 07.04.1891 27.07.1861 01.07.1675 13.04.1956 17.05.1926	22.10.1939 04.03.1936 13.08.1977 31.10.1972 05.11.1892 18.11.1892 04.09.1676		
Raymundo José Guterres Valle Raymundo Tomé Bezerra Renato Dutra Mendonça Renato José Costa Pacheco Ricardo Pereira de Faria Ricardo Pinheiro de Vasconcellos Rodrigu Arêas de Sá Moura Romário Rangel Rômulo Finamore Rômulo Salles de Sá	06.09.1921 23.02.1928 23.09.1936 23.08.1957 07.04.1891 27.07.1861 01.07.1675 13.04.1956 17.05.1926 20.08.1956	22.10.1939 04.03.1936 13.08.1977 31.10.1972 05.11.1892 18.11.1892 04.09.1676 04.05.1967		
Raymundo José Guterres Valle Raymundo Tomé Bezerra Renato Dutra Mendonça Renato José Costa Pacheco Ricardo Pereira de Faria Ricardo Pinheiro de Vasconcellos Rodrigu Arêas de Sá Moura Romário Rangel Rômulo Finamore Rômulo Salles de Sá Rubens Nogueira Duarte	06.09.1921 23.02.1928 23.09.1936 23.08.1957 07.04.1891 27.07.1861 01.07.1675 13.04.1956 17.05.1926 20.08.1956 14.01.1964	22.10.1939 04.03.1936 13.08.1977 31.10.1972 05.11.1892 18.11.1892 04.09.1676 04.05.1967		
Raymundo José Guterres Valle Raymundo Tomé Bezerra Renato Dutra Mendonça Renato José Costa Pacheco Ricardo Pereira de Faria Ricardo Pinheiro de Vasconcellos Rodrigu Arêas de Sá Moura Romário Rangel Rômulo Finamore Rômulo Salles de Sá Rubens Nogueira Duarte Renato de Mattos	06.09.1921 23.02.1928 23.09.1936 23.08.1957 07.04.1891 27.07.1861 01.07.1675 13.04.1956 17.05.1926 20.08.1956 14.01.1964 27.04.65	22.10.1939 04.03.1936 13.08.1977 31.10.1972 05.11.1892 18.11.1892 04.09.1676 04.05.1967 04.04.1957		
Raymundo José Guterres Valle Raymundo Tomé Bezerra Renato Dutra Mendonça Renato José Costa Pacheco Ricardo Pereira de Faria Ricardo Pinheiro de Vasconcellos Rodrigu Arêas de Sá Moura Romário Rangel Rômulo Finamore Rômulo Salles de Sá Rubens Nogueira Duarte Renato de Mattos Rudi Loewenkron	06.09.1921 23.02.1928 23.09.1936 23.08.1957 07.04.1891 27.07.1861 01.07.1675 13.04.1956 17.05.1926 20.08.1956 14.01.1964 27.04.65 18.03.71	22.10.1939 04.03.1936 13.08.1977 31.10.1972 05.11.1892 18.11.1892 04.09.1676 04.05.1967 04.04.1957	5	
Raymundo José Guterres Valle Raymundo Tomé Bezerra Renato Dutra Mendonça Renato José Costa Pacheco Ricardo Pereira de Faria Ricardo Pinheiro de Vasconcellos Rodrigu Arêas de Sá Moura Romário Rangel Rômulo Finamore Rômulo Salles de Sá Rubens Nogueira Duarte Renato de Mattos Rudi Loewenkron Robinson Furtado Gama Sobreira	06.09.1921 23.02.1928 23.09.1936 23.08.1957 07.04.1891 27.07.1861 01.07.1675 13.04.1956 17.05.1926 20.08.1956 14.01.1964 27.04.65 18.03.71 20.11.80	22.10.1939 04.03.1936 13.08.1977 31.10.1972 05.11.1892 18.11.1892 04.09.1676 04.05.1967 04.04.1957 30.12.1982		
Raymundo José Guterres Valle Raymundo Tomé Bezerra Renato Dutra Mendonça Renato José Costa Pacheco Ricardo Pereira de Faria Ricardo Pinheiro de Vasconcellos Rodrigu Arêas de Sá Moura Romário Rangel Rômulo Finamore Rômulo Salles de Sá Rubens Nogueira Duarte Renato de Mattos Rudi Loewenkron Robinson Furtado Gama Sobreira Ronaldo Gonçalves de Souza	06.09.1921 23.02.1928 23.09.1936 23.08.1957 07.04.1891 27.07.1861 01.07.1675 13.04.1956 17.05.1926 20.08.1956 14.01.1964 27.04.65 18.03.71	22.10.1939 04.03.1936 13.08.1977 31.10.1972 05.11.1892 18.11.1892 04.09.1676 04.05.1967 04.04.1957 30.12.1982		
Raymundo José Guterres Valle Raymundo Tomé Bezerra Renato Dutra Mendonça Renato José Costa Pacheco Ricardo Pereira de Faria Ricardo Pinheiro de Vasconcellos Rodrigu Arêas de Sá Moura Romário Rangel Rômulo Finamore Rômulo Salles de Sá Rubens Nogueira Duarte Renato de Mattos Rudi Loewenkron Robinson Furtado Gama Sobreira Ronaldo Gonçalves de Souza Roberto da Fonseca Araújo	06.09.1921 23.02.1928 23.09.1936 23.08.1957 07.04.1891 27.07.1861 01.07.1675 13.04.1956 17.05.1926 20.08.1956 14.01.1964 27.04.65 18.03.71 20.11.80	22.10.1939 04.03.1936 13.08.1977 31.10.1972 05.11.1892 18.11.1892 04.09.1676 04.05.1967 04.04.1957 30.12.1982		
Raymundo José Guterres Valle Raymundo Tomé Bezerra Renato Dutra Mendonça Renato José Costa Pacheco Ricardo Pereira de Faria Ricardo Pinheiro de Vasconcellos Rodrigu Arêas de Sá Moura Romário Rangel Rômulo Finamore Rômulo Salles de Sá Rubens Nogueira Duarte Renato de Mattos Rudi Loewenkron Robinson Furtado Gama Sobreira Ronaldo Gonçalves de Souza Roberto da Fonseca Araújo Romulo Taddei	06.09.1921 23.02.1928 23.09.1936 23.08.1957 07.04.1891 27.07.1861 01.07.1675 13.04.1956 17.05.1926 20.08.1956 14.01.1964 27.04.65 18.03.71 20.11.80 16.12.80	22.10.1939 04.03.1936 13.08.1977 31.10.1972 05.11.1892 18.11.1892 04.09.1676 04.05.1967 04.04.1957 30.12.1982		
Raymundo José Guterres Valle Raymundo Tomé Bezerra Renato Dutra Mendonça Renato José Costa Pacheco Ricardo Pereira de Faria Ricardo Pinheiro de Vasconcellos Rodrigu Arêas de Sá Moura Romário Rangel Rômulo Finamore Rômulo Salles de Sá Rubens Nogueira Duarte Renato de Mattos Rudi Loewenkron Robinson Furtado Gama Sobreira Ronaldo Gonçalves de Souza Roberto da Fonseca Araújo Romulo Taddei Renato de Mattos	06.09.1921 23.02.1928 23.09.1936 23.08.1957 07.04.1891 27.07.1861 01.07.1675 13.04.1956 17.05.1926 20.08.1956 14.01.1964 27.04.65 18.03.71 20.11.80 16.12.80 30.06.81 05.09.77	22.10.1939 04.03.1936 13.08.1977 31.10.1972 05.11.1892 18.11.1892 04.09.1676 04.05.1967 04.04.1957 30.12.1982		
Raymundo José Guterres Valle Raymundo Tomé Bezerra Renato Dutra Mendonça Renato José Costa Pacheco Ricardo Pereira de Faria Ricardo Pinheiro de Vasconcellos Rodrigu Arêas de Sá Moura Romário Rangel Rômulo Finamore Rômulo Salles de Sá Rubens Nogueira Duarte Renato de Mattos Rudi Loewenkron Robinson Furtado Gama Sobreira Ronaldo Gonçalves de Souza Roberto da Fonseca Araújo Romulo Taddei Renato de Mattos Rômulo Barros Silveira	06.09.1921 23.02.1928 23.09.1936 23.08.1957 07.04.1891 27.07.1861 01.07.1675 13.04.1956 17.05.1926 20.08.1956 14.01.1964 27.04.65 18.03.71 20.11.80 16.12.80 30.06.81 05.09.77 24.04.65	22.10.1939 04.03.1936 13.08.1977 31.10.1972 05.11.1892 18.11.1892 04.09.1676 04.05.1967 04.04.1957 30.12.1982		
Raymundo José Guterres Valle Raymundo Tomé Bezerra Renato Dutra Mendonça Renato José Costa Pacheco Ricardo Pereira de Faria Ricardo Pinheiro de Vasconcellos Rodrigu Arêas de Sá Moura Romário Rangel Rômulo Finamore Rômulo Salles de Sá Rubens Nogueira Duarte Renato de Mattos Rudi Loewenkron Robinson Furtado Gama Sobreira Ronaldo Gonçalves de Souza Roberto da Fonseca Araújo Romulo Taddei Renato de Mattos	06.09.1921 23.02.1928 23.09.1936 23.08.1957 07.04.1891 27.07.1861 01.07.1675 13.04.1956 17.05.1926 20.08.1956 14.01.1964 27.04.65 18.03.71 20.11.80 16.12.80 30.06.81 05.09.77	22.10.1939 04.03.1936 13.08.1977 31.10.1972 05.11.1892 18.11.1892 04.09.1676 04.05.1967 04.04.1957 30.12.1982		

A Decide Control of the Control of t	IST. Lw.	
Rogue Calain Rodulers		406 71
Randio Awa	Till,	
Formio Burna Salgas	\$1 : 1.	
Antiger Antiger	Swh -	
Roughly Table	0837.1	
Kristen (is Figured Arelia)	30-4	
ives patro religibility allege porter	[€ !	
Recit centainon Rebrus Pataballinta Sekrista	W: 13"	
Trace (*CSMGNROOM)	150	7 W. W.
Results de Marcia	114	
ingent (1999) PRIS	1100	
	No No.	
Romalo Salle 1975		
Manual Symposis		et de
Rothfac Rangel	LI KIPA	Harri
R. drigut Arthotoc Sé Moure		
Stands Probestode Vacura	is to a	11.131.10
Records Persons de Para	111.00	2 11 18
Renaudité Cons Padazo	Dr. R.	Mixal
Barobunkançı	1, 1	No. 13
Reymondo Jones Berens	180	
Raymendojoni Chateros \aik	DO SEE	4 22/0
Engrando Furticido Almedas a signad	OUT NO	tay T
The second secon		
The second secon	nds.	Per uge pud
No.	BOS NA	
Principal (Inc.)		
Podro Bastellio Akea Cara Ann Retao Wals (ras Rosa (1) es) Partie Bastellio (1) es	10 C	
Paulo Segin Balunio Pedro Bandillo Alves (2017/2) Pedro Vala Per Bom (Des) Profesibles (1926)		
Panko Robansi lanpa Panko Segut Ballanto Podro Bestellio Abes Sent/Ann Perio Walates Bran (Fee) Eficien Bran Fees		
Panko Robansi lanpa Panko Segut Ballanto Podro Bestellio Abes Sent/Ann Perio Walates Bran (Fee) Eficien Bran Fees		
Paulo Mencin Alexe. Paulo Rebano lappa Paulo Septe Salucio Pode Benedito Alvar. Petro Valacios from (198) Paulo Septe Septe Residente. Alvan.		
Pacific Caprole Carrents. Pacific Mentine Arrace. Pacific Reborno Lappe. Pacific Scapin Ballanto. Fedes Beautino Alves. Seat Arra. Fedes Valistes Bone (Cas.) Train Bran. Them.		
Pariso Abguerem Abe Pariso Camede Carenta Pariso Reburni Luppa Pariso Segucidal unpa Penino Segucidal unto Potro Beatralito Aber Seut Apra Perino Malates Una (1) es)		
Paulo Abqueren Abe Paulo Cam de Carante. Paulo Aradia Alexae. Paulo Robario Luppa Paulo Robario Luppa Penio Segricializato Petro Partello Abec Segricia. Perro Valistas Una (1985)		
Paulo Abgrenna Abe Paulo Abgrenna Abe Paulo Mendia Arace Paulo Mendia Arace Paulo Mendia Lapa Paulo Mendia balunto Pedia Bandillo Abec Sent Ann Pedia Manates Bona (Des) Princiale Regis Estal		
Paulico folicitus reves Paulico folicitus resp. Paulico folicitus resp. Paulico folicitus resp. Paulico Mercina Alexae. Paulico Mercina Alexae. Paulico Mercina Alexae. Paulico Mercina Alexae. Paulico Mercina Lugga. Paulico Ecoprobellucito Petro Particito Alexa Sera Acon Petro Mala Fera Brand (1983) Printe Brand.		
Factories (News) Factories (News) Paris (Inter) one Paris (Inter) one Paris (Inter) one Paris (Inter) Par		
Factor Faces Factor Les de Laver Factor Laver Parico Abquerran Apr Parico Laver Arrae Parico Laver Arrae Parico Carde Carae Parico Carde Carae Parico Carde Carae Parico Carde Carae Parico Republication Parico Segundantero Pouro Segund		
Partice Leaded Styles Factor Leaded Styles Factor Leaded Styles Paulica Josepharene Paulica Josepharene Paulica Josepharene Paulica Josepharene Paulica Josepharene Paulica Josepharene Paulica Marene	200 200	
Paulo Nicola Capolilo Paulo Nicola Capolilo Parica Farra Parica Les de Capera Latatas Farra Neves Paulo Nicola Jour. Paulo Nicola Jour. Paulo Nicola Justina. Paulo Nicola Justina. Paulo Nicola Justina. Paulo Nicola Justina. Paulo Nicola Justina. Paulo Nicola Justina. Paulo Nicola Justina. Paulo Nicola Justina. Paulo Nicola Justina. Paulo Nicola Justina. Paulo Nicola Justina. Paulo Paulo Justina. Paulo Nicola Justina. Paulo Paulo Paulo Justina. Paulo Paulo Paulo Justina. Paulo Pa		
Paulo Nicola Capolilo Paulo Nicola Capolilo Parica Farra Parica Les de Capera Latatas Farra Neves Paulo Nicola Jour. Paulo Nicola Jour. Paulo Nicola Justina. Paulo Nicola Justina. Paulo Nicola Justina. Paulo Nicola Justina. Paulo Nicola Justina. Paulo Nicola Justina. Paulo Nicola Justina. Paulo Nicola Justina. Paulo Nicola Justina. Paulo Nicola Justina. Paulo Nicola Justina. Paulo Paulo Justina. Paulo Nicola Justina. Paulo Paulo Paulo Justina. Paulo Paulo Paulo Justina. Paulo Pa		
Fairle Market Alvance Fairle Cathologometre Schmiss Paule Nicola Capolico Fairle Facra Fairle Facra Fairle Facra Fairle Facra Fairle Facra Fairle Cathologometre Paule Schmiss Jone Fairle Cathologometre Paule Schmiss Jone Fairle Market Janue Fairle Market Janue Fairle Market Janue Fairle Market Janue Fairle Schmiss Janu		
Fairle Market Alvance Fairle Cathologometre Schmiss Paule Nicola Capolico Fairle Facra Fairle Facra Fairle Facra Fairle Facra Fairle Facra Fairle Cathologometre Paule Schmiss Jone Fairle Cathologometre Paule Schmiss Jone Fairle Market Janue Fairle Market Janue Fairle Market Janue Fairle Market Janue Fairle Schmiss Janu		
Paris Marie Avera Aguas Fauto Carvo Depues Peruna Pauto Carvo Depues Peruna Pauto Carvo Depues Peruna Pauto Carvo Carolico Parica Facra Parica Les de Lavera Pauto Les de Lavera Pauto Carta Lerra Pauto Carta Lerra Pauto Carta Lerra Pauto Marien Abe Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Pauto Pauto Pauto Pauto Lore Pauto Paut		
Positive de Sonia Presidente Paulo Marie Anna Paulo Marie Anterna Paulo Calvio Republica de La companio Carlos Car		
Paris Marie Avera Aguas Fauto Carvo Depues Peruna Pauto Carvo Depues Peruna Pauto Carvo Depues Peruna Pauto Carvo Carolico Parica Facra Parica Les de Lavera Pauto Les de Lavera Pauto Carta Lerra Pauto Carta Lerra Pauto Carta Lerra Pauto Marien Abe Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Area Pauto Marien Pauto Pauto Pauto Pauto Lore Pauto Paut		

Tito da Silva Machado Tasso de Castro Lugon	07.03.1859 29.11.1991	16.10.1861		
Tito Livio de Souza	06.08.1958	15.10.1960		
Tito Celso Correia Cezar	20.10.1887	06.05.1888		
Theodoro Machado Freire Pereira	30.04.1886	12.09.1866		
Thaurion da Rocha Pimentel	06.05.39	06.02.46		
Tacito Carneiro da Cunha	18.08.52	04.11.67		
	·T.	Reference and a stolet		Marie Marie
Nome	Ingresso	Aposentadoria	Falecimento	Exoneração
Sonia Maria Cola	04.04.1995		T1 .	
Simone Tedoldi Spalenza	07.05.1998			
Silvio Falcão Sperandio	19.09.1986	29.11.1996		
Silvio de Oliveira	07.05.1998			
Silvana Maria Ferraz de Souza	04.04.1995			
Sérgio Ricardo de Souza	30.12.1994		-	
Sérgio Luiz Teixeira Gama (Des. MP)	03.08.2000			
Sergio Luiz da Silva	24.04.1992			*
Sereno José Gardin Rubert	07.05.1998			
Sebastião Mattos Mozine	04.04.1995			
Sayonara Couto Bittencourt Barbosa	14.09.2000			
Samuel Meira Brasil Junior	27.01.1994			
Silvano da Silva	21.10.76	30.1.1.701		
Sidney Mehy Monteiro Peres	14.12.79	20.11.1981		
Solimar Soares da Silva	14.12.79	02.10.07		
Sebastião Homero Barbosa de Araújo	31.12.74	02.10.84		
Sérgio Bizzotto Pessoa de Mendonça	30.12.74			
Sebastião Vieira Rangel	26.09.83			
Sylvio Péllico de Oliveira Neves	02.08.62			1
Samuel Osvaldo Chaves dos Santos Sebastião Teixeira Sobreira	20.01.55	07.10.48		
Samuel Osvaldo Chaves dos Santos	22.09.25	07.10.49		10000
Nome	Ingresso S.	Aposentadoria	ralecimento	Exoneração
Rogério Rodrigues de Almeida	20.02.1995		71.	r
Rodrigo Ferreira Miranda	30.03.1998			
Robson Luiz Albanez	10.10.1986			
Roberto Ribeiro de Castro	04.04.1995			
Roberto Luiz Ferreira Santos	17.05.1998			
Ricardo Garschagen Assad	07.05.1998			
Regina Maria Corrêa Martins	16.03.1994			
Raquel Durão Correia Lima	28.11.1991			
Raimundo Siqueira Ribeiro	06.06.1990			
Ruy Lengruber Goulart	24.10.1985			
Rubens José da Cruz	14.09.2000			
Rozenêa Martins Oliveira	29.11.1991			
Rosa Elena Silverol	14.09.2000	i		

		reduced by the second of		
	Tisses de Castro Lugició	29,11,1991		
j	Tiroda Salva Madado	(A) (0) (B) (A)	", + t" , \$17).	
	Tiso Livio de Souar	(A 08 14.9	1,42	
	Two Cales Congress Coage	1010184		
			W 1 146	
	Throdom Machatal Natural	30.04,1886	Figure 746	
	Thaunton da Rocha Phrinzpl	06.05.39	A. S. C.	
	Tacho Cattatroda Curtina	18.08.52	State 1	
9		1 11		
	West Control of the C	Ingrana	THE REPORT OF SERVICE	1 2 2 12
	Sona Nimia Coln	101011002		
	Structur Tedolog Spaletina	01.05.199k		
	Savic Fall &o Sycamolin	19.03.19%	e the bank to	
	Stato de Odacaa	01.05 1994		
	Salvarus Maria Ferrag de Soque	04.04.1995		
	Sergio Exando de Sojana	30.12.1994	à à	
1	Scripo Luis Tebeira Caras (Das MP)	CB.08.20.0		
	Sergio Luni da Silva	34 04 Taes		
	Serviso José Cerdan Refuert	01.02 lask		
	Selvantaha Manton Montone	040419-5		
į	Sayomam Couso Binesicons Bartis an	14:09:3000		
	Surauel Meira Braill Juniux	1701,1954		
N	Selection distribution	111076		
	Sichaey Michy Managan Peres	14.12.79		
- 13	Solitania Sames de Seña	141279	2.00	
1				
ı	Sobratio Human Bulgande Arado	31,12,74		
	Sessio Bizagao Fesson de Mendoraça	70.11.74		
	Schwedo Veira Rangel	26.09.83		
	Sylvi, Pellicoris Oliveira Neves	102.05.62		
	Secretário Tetrolm Solmán	2/0.55		
1	Sorruet Orwaldo Chamas des Sarves	22,09,35		
1		. 2 .	THE RELEASE OF THE RESERVE OF THE RE	914.17
	Notice	Inga-sac	I will not be the sent of	1-1-1-1-1
	Rogeric Archieres de Abjullan	130 C 3 1905		,
	Codrago Ferreira Miraeda	300071639		
	Robert Long Alberted	10/10/1095		
	Ruberto Montrode Chabo	00'0011303		
	Poleno Lue Fereira Santa	17.05.1 **		
	Planto-Conchipe Amed	03/02 1666		
1	Regent Maria Correll Marries	IP OF LAW		
	Sayurt Duz io Conteis Line	12111991		
	Farmus Aqueta Hanto			
		00019090		
	Ruy Lengruber Contage	24,10,1965		
	Subcan José da Crua	18.09.27		
	Source Marine Oliveira	PALLE.		
	Kasa Dena Stormal	1400 500G	allies - Look	
	2.01			
	760			

Zaluar Dias Filho	·Z.	HAVE LEED TO	N. W. Carlon	
Nome	Ingresso	Aposentadoria	Falecimento	Exoneração
Willian Silva	07.12.1988			*
Wesley Sandro Campana dos Santos	14.09.2000			V =
Welington da Costa Citty (Des./MP)	03.03.1994			
Walter Gustavo Naumann Júnior	16.06.1987	15.10.1998		
Walace Pandolpho Kiffer	07.12.1988			
Waldir Vitral	26.06.1960	25.07.1979		
Willian Couto Gonçalves	19.09.83	19.03.1993		
Walter Gustavo Naumann	26.10.64	1		
All Control of the second second	-W-	a special material	T describerity	Lacineraça
Nome	Ingresso	Aposentadoria	Falecimento	Exoneraçã
Vladson Couto Bittencourt	15.03.1994			
Victor Ribeiro Pimenta	14.09.2000			
Victor Queiroz Schneider	10.06.1992			
Victor Emanuel Alcuri Júnior	04.04.1995		(6)	
Vasti Maria de Jesus	07.12.1988			
Vânia Massad Campos Buaiz	27.01.1994			30.04.200
Vânia Fernandes Soalheiro	14.09.2000 14.09.2000			2001-55
Vanderlei Ramalho Marques	07.12.70			
Vicente de Paula Barcellos Duarte				
Victoria Consuelo Carreira de Lima	31.08.67 03.10.83			
Victor Emanuel Alcuri	12.12.1951	14.07.1964		ĺ
Vitor Hugo Pimentel		14071064	1	
Victor Hugo Cupertino de Castro	27.06.1888 14.01.1953	26.08.1890		
Vicente Vasconceilos Vicente Saraiva de Carvalho Neiva	22.10.1951	17.06.1975		1
Vicente Vasconcellos	02.10.1952	05.05.1959		
Vicente Caetano	05.09.1880	06.10.1882		
Ventura José de Freitas	21.02.1920	24.07.1947		
Valdemar Pereira	-V-			
None	Ingresso	Aposentadoria	Falecimento	Exoneraç
Umberto Fittipaldi Nome	23.06.1992	13.07.1994		
Ubiratan Vieira de Medeiros	07.12.1988	10.03.1997		
20100	27.01.1994		1	
Ubirajara Paixão Pinheiro Ubiratan Almeida Azevedo	14.09.2000			
Uriel Gomes de Sá	06.09.1892	14.11.1907		
Will be to be a second of the	-U-	NEW STREET	CA IN COLUMN	
Nome	Ingresso	Aposentadoria	Falecimento	Exonerac
Thales Barbosa	20.08.1990			
Tereza Augusta Woelffel Fraga	15.03.1994			6
Telmelita Guimarães Martins	08.04.1994			
Telêmaco Antunes de Abreu Filho	07.12.1988		29 1	

DESEMBARGADORES QUE EXERCERAM A PRESIDÊNCIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

01 -	Des. José Feliciano Horta de Araújo	1891
02 -	Des. Afonso Cláudio de Freitas Roza	1892
03 -	Des. Luiz Manoel Mendes Vellozo	1898
04 -	Des. Antônio Ferreira Coelho	1907
05 -	Des. Getúlio Augusto de Carvalho Serrano	1909
06 -	Des. Carlos Francisco Gonçalves	1911
07 -	Des. Gregório Magno Borges da Fonseca	1915
08 -	Des. Manoel dos Santos Neves	1916
09 -	Des. Francisco de Paula Mendes Wanderley	1917
10 -	Des. Afonso Cláudio de Freitas Roza	1918
11 -	Des. Lourenço de Moraes Freitas Borbosa	1919
12 -	Des. Antônio Ferreira Coelho	1920
13 -	Des. Gregório Magno Borges da Fonseca	1921
14 -	Des. Manoel dos Santos Neves	1922
15 -	Des. Antônio Ferreira Coelho	1923
16 -	Des. Gregório Magno Borges da Fonseca	1924
17 -	Des. Antônio Ferreira Coelho	1925
18 -	Des. Gregório Magno Borges da Fonseca	1925
19 -	Des. Manoel dos Santos Neves	1925
20 -	Des. Henrique O'Reilly de Souza	1925
21 -	Des. Manoel dos Santos Neves	1926
22 -	Des. José Espíndula Batalha Ribeiro	1930
23 -	Des. Manoel dos Santos Neves	1930
24 -	Des.Cristiano Vieira Andrade	1931
25 -	Des. Oscar Farias Santos	1932
26 -	Des. Carlos Xavier Paes Barreto	1935
27 -	Des. Augusto Afonso Botelho	1937
28 -	Des. José de Barros Wanderley	1939
29 -	Des. José Vicente de Sá	1941
30 -	Des. Waldemar Pereira	1943
31 -	Des. Danton Bastos	1946
32 -	Des. Octávio de Carvalho Lengruber	1948
33 -	Des. Rômulo Finamore	1949
34 -	Des. Gilson Vieira de Mendonça	1950
35 -	Des. João Manoel de Carvalho	1952
36 -	Des. Ernesto da Silva Guimarães	1953
37 -	Des. Eurípedes Queiroz do Valle	1954
38 -	Des. José Cupertino de Castro Filho	1955

DESEMBARGADORES QUE LA PROMITA A PROMITA DE LA PROMITA DEL P

15	Des José Capertino de Lasmo Ell.	
11-	Des, Eurspedes Quarrot die Valle	
30-	Des Emerte da Survi Cauro arác-	
15 -	Des. Joso Maurel de Corvaino	
	Des. Olson Vietra de Mercionia	
33 -	Des. Rômislo Figamere	
	Des. Octávio de Carvalho Lengra ve	
	Del. Danton Bestos	
	Des. Waldemar Fereira	
	Des. José Meeste de Sé	
	Des. José de Barros Wanderley	
	Des. Augusto Alondo Botolho	
	Det. Carlot Xavier Pacs Barreto.	
	Des. Oscar Farius Santos	
	Des Cristingo Vieira Andrade	
	Exes. Manoel dos Santos Neves	
	Des José Espindula Batalia - Ribar -	
21		
Num		
	Des. Mangel dos Santos Neves	
	Des, Gregóno Magne Barges da Fr	10
	Des. Antúruo Ferreira Coclho	
· Q	Des. Gregorio Magno Sorges da F.s. 1	
12-	Des. Antônio Ferreira Coeiho	
14	Des. Manoel dos Sautos Neves	
11	Des. Gregório Magas Borges do	
	Des. Antônio Ferreira Coellao	
11-	Des Lourenço de Morrass Frestas (1997)	
000	Des. Atonso Ciándio de Frentse P.	
Ca -	Dest Françisco de Faula Mendes Vor 18 19	
0.3	Des. Manoei des Santos Neves	
0.5	Des. Gregótio Magno Borges du for-	
00	Des, Carlqu Francisco Gençalves	
	Des. Getúlio Augusto de Carvalha .	
SN -	Det. Autônto Ferreira Coetho	
<u>.</u>	Des. Luis Manuel Menner Vellon:	
05	Des. Atoneo Claudio de Freitas Er.	
01.	Des José Feliciano Horre de Araf.	

	■ 1 × 1 × 1 × 1 × 1 × 1 × 1 × 1 × 1 × 1	
39 -	Des. Danton Bastos	1956
40 -	Des. Ayrton Martins Lemos	1957
41 -	Des. Manoel Xavier Paes Barreto Filho	1958 •
42 -	Des. José Furtunato Ribeiro	1959
43 -	Des. Nilton Thevernard	1960
44 -	Des. Epaminondas Amaral	1961
45 -	Des. Demerval Lyrio	1962
46 -	Des. Alfredo Cabral	1963
47 -	Des. Carlos Soares Pinto Aboudib	1964
48 -	Des. Meroveu Pereira Cardoso Júnior	1965
49 -	Des. Ayres Xavier da Penha	1966
50 -	Des. Crystallino de Abreu Castro	1967
51 -	Des. Carlos Teixeira de Campos	1968
52 -	Des. José Morcerf Filho	1969
53 -	Des. Vicente Vasconcellos	1970
54 -	Des. Halley Pinheiro Monteiro	1971
55 -	Des. José Vieira Coelho	1972
56 -	Des. Moacyr de Figueiredo Côrtes	1973
57 -	Des. Cícero Alves	1974
58 -	Des. Mário da Silva Nunes	1975
59 -	Des. Carlos Soares Pinto Aboudib	1976
60 -	Des. Crystallino de Abreu Castro	1977
61 -	Des. José Morcerf Filho	1978
62 -	Des. Halley Pinheiro Monteiro	1979
63 -	Des. Victor Hugo Cuopertino de Castro	1980
64 -	Des. Geraldo Correia Lima	1982
65 -	Des. Sebastião Teixeira Sobreira	1984
66 -	Des. Hélio Gualberto Vasconcellos	19.12.1985
67 -	Des. Rômulo Salles de Sá	01.02.1988
68 -	Des. Osly da Silva Ferreira	01.02.1990
69 -	Des. José Eduardo Grandi Ribeiro	03.02.1992
70 -	Des. Antônio José Miguel Feu Rosa	01.02.1994
71 -	Des. Ewerly Grandi Ribeiro	28.12.1995
72 -	Des. Renato de Mattos	29.12.1997
73 -	Des. Welington da Costa Citty	07.05.1998
74 -	Des. Geraldo Corrêa da Silva	31.12.1999

72.	Det. Marato de Martos
	Des. Everiy Grandi Ruletro
	Des. Apromo Jose Miguel Feu R
59	Des. José Eduardo Grandi Ribour
	Dest. Oily die Silva Ferreira
tg -	
67.	Des Romulo Salles de Sá
66-	Des. Hallo Gualberto Vascencela
	Des. Sebastião Tetxeira Sebiero
134 "	Des. Octabio Correta Lar. a
6) -	Des. Victor Huge Compertino
65-	Des. Halley Purhent Marretto
QT*	Des. Jose Morgers - The
00-	Des. Crystallino de Abreu Cast -
	Des. Carlos Soures l'inter Abordia
98	Des. Murio da Silva Hunes
115	Des. Cicetti Alve:
56 -	Des. Moneys de Figuesie de Cére
55 -	Dep. José Vicara Cochio
34 -	Des. Halley Pinheira Monteira
53.	Des. Vicente Vascomerlios
23-	Des. José Morcert Fuls)
	Des Carlos Teixerra de Campas
	Des. Caystallino de Abreu Casa.
	Des. Ayres Xavier da Penha
49.	Det. Meroveu Percita Cardes.
48 -	
47 :	Des. Cartos Source Printo Abor 1-
46.	Dea. Affredo Cabra
49	Dep. Demerval Lyun
चंची "	Des. Epaminondas Amara
43.	Det. Nilton Thevernit:
43.	Des. José Farrance a Riberta
11	Des Manoel Xuvier Pacs Starre
10 -	Des. Agreen Martina Lemos
19 -	Des. Denton Bastos
4.35	

74 - Des. Octaldo Curres da Silva

Des. Wellington da Casta Carr

RELAÇÃO DOS DESEMBARGADORES QUE EXERCERAM O CARGO DE PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

Des. Carlos Xavier Paes Barreto

Des. Augusto Affonso Botelho

Des. Octavio de Carvalho Lengruber

Des. Rômulo Finamore

Des. José Vicente de Sá

Des. Gilson Vieira de Mendonça

Des. Danton Bastos

Des. João Manoel de Carvalho

Des. José Cupertino de Castro Filho

Des. Ayrton Martins Lemos

Des. Eurípedes Queiroz do Valle

Des. Manoel Xavier Paes Barreto Filho

Des. José Fortunato Ribeiro

Des. Nilton Thevenard

Des. Epaminondas Amaral

Des. Alfredo Cabral

Des. Carlos Soares Pinto Aboudib

Des. Crystallino de Abreu Castro

Des. Halley Pinheiro Monteiro

Des. José Vieira Coelho

Des. Cícero Alves

Des. Geraldo Correia Lima

Des. Homero Mafra

Des. Rômulo Salles de Sá

Des. Hélio Gualberto Vasconcellos

Des. Osly da Silva Ferreira

COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO

O Egrégio Tribunal de Justiça, em Sessão ordinária, realizada em 17 de maio de 1984, houve por bem, por decisão unânime do Pleno, criar o COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO, objetivando homenagear as pessoas que hajam prestado relevantes serviços à cultura jurídica ou ao Poder Judiciário.

A Resolução tomou o número de 06/84 e foi publicada em 25 de maio de 1984 e tem a seguinte redação:

RESOLUÇÃO Nº 06/84

O EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO, EM SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM

17.5.84, E TENDO EM VISTA DECISÃO UNÂNIME, RESOLVE CRIAR O COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO.

- Art. 1º Fica criado o COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO, com o objetivo de homenagear as pessoas que hajam prestado relevantes serviços à cultura jurídica ou ao Poder Judiciário.
- Art. 2º Para a outorga desta comenda fica constituída a COMISSÃO ESPECIAL DE HONRARIA E MÉRITO, composta do Presidente do Tribunal de Justiça e dos três Desembargadores mais antigos, em exercício na oportunidade da reunião.
- $\S 1^{\circ}$ A Comissão reunir-se-á sempre que convocada pelo Presidente e fará as indicações por maioria de votos.
- § 2º As sessões da Comissão serão secretariadas pelo Dirietor-Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça.
- Art. 3º A comenda de que trata o Art. 1º assim descreve: uma cruz esmaltada em azul, branco e rosa, tendo ao centro uma medalha em metal dourado com as armas da Justiça, circuncidadas pelos dizeres TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO MÉRITO JUDICIÁRIO, e, no reverso, o brasão de armas do Estado do Espírito Santo.
- § único A medalha será usada ao pescoço, pendente a uma fita com as cores azul, branco e rosa.
 - Art. 4º A comenda será acompanhada de roseta e diploma.
 - § 1º A roseta será azul, branco e rosa.
- § 2º O diploma será assinado pelo Presidente do Tribunal de Justiça e terá as características e dizeres próprios.
- $\S 3^{\circ}$ Os diplomas serão registrados em livro competente e, no seu verso, transcritas as anotações do respectivo registro, devidamente autenticadas pelo Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça.
- § 4º A entrega das comendas aos agraciados, ou a seus representantes, será feita na sessão solene de abertura do Ano Judiciário, ou, excepcionalmente, em outra data, previamente marcada.
- Art. 6º As outorgas do COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO, exceto as conferidas aos Desembargadores, no ato de sua posse, o que independe do processo referido no Art. 2º,

TAM, E TEMPO EM VISTA DECISA DO MENTO JUDICIÁRIO.

Art. 1º Fica criudo e COLAR financia de la companya

Art. 28 Para al putorga dusta comend.

HONGARIA E MERITO, composta d.

Desembangadores mais antigra em exen.

FP Assesides de Crentsaño secéo a spesas la para la como la companida de Jugidea.

Art 3º A comenda de que tima o Art. Il de la comenda de que tima o Art. Il de la comenda de que tima o Art. Il de la comenda de comenda de comenda de comenda de comenda de comenda de comenda de comenda de la come

Art. 4º A comenda se a acompania.

\$ 18 - A poseta será anal, branco e roc

§ 2º · Q diploma sera assinado pel casaciente de la casac

\$ 3% Of diplomas ser lo registrado les company y many properties and appropriet de l'appetitivo registra, devidonte la montagne de l'appetitivo registra, devidonte la montagne de l'appetitivo de l'appetitit

§ 40 - A entrega das umendas aos as sessão solene de aberrura do Ano Jasa previamente murcada

Cosembatgadores, no ato de sua posse, in the second

desta Resolução, não excederão de duas (2) por ano.

Art. 7º A comenda de que trata esta Resolução será outorgada a todos os Desembargadores da ativa e aos já aposentados.

Art. 8º Perderá o direito ao uso do COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO, devendo restituí-lo ao Tribunal de Justiça, juntamente com seus complementos, o agraciado que praticar ato atentatório à dignidade e espírito da honraria.

§ único – A perda do direito a que se refere esse artigo, aprovada pela Comissão, que poderá ser para tal fim convocada, deverá ser retificada pelo Tribunal Pleno.

Art. 9º Esta Resolução somente poderá ser alterada por proposta assinada por um terço dos Desembargadores e mediante aprovação da maioria dos membros dos Tribunal.

Art. 10º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões do Tribunal de Justiça, em Vitória, capital do Espírito Santo, aos dezessete de maio de mil novecentos e oitenta e quatro.

PUBLIQUE-SE

Vitória, 24 de maio de 1984.

Ass. Des. SEBASTIÃO TEIXEIRA SOBREIRA PRESIDENTE

Até a presente data foram agraciados, em Sessão Solene, o Ministro JOSÉ CARLOS MOREIRA ALVES, Presidente do Supremo Tribunal Federal, os desembargadores aposentados e os da ativa, cuja relação se segue:

Des. Manoel Xavier Paes Barreto Filho

Des. Epaminondas Amaral

Des. Carlos Soares Pinto Aboudib

Des. Crystallino de Abreu Castro

Des. José Morcerf Filho

Des. Carlos Teixeira de Campos

Des. Vicente Vasconcellos

Des. Halley Pinheiro Monteiro

Des. José Vieira Coelho

Des. Cícero Alves

Des. Antônio Tapias de Vasconcellos

Des. Homero Mafra ("pos mortem")

Des. Antônio José Rua

Des. Waldemar Mendes de Andrade

DESEMBARGADORES DA ATIVA NA ÉPOCA

Des. Sebastião Teixeira Sobreira

Des. Victor Hugo Cupertino de Castro

Des. Geraldo Correia Lima

Des. Hélio Gualberto Vasconcellos

Des. Rômulo Salles de Sá

Des. Osly da Silva Ferreira

Des. Job Pimentel

Des. José Eduardo Grandi Ribeiro

Des. Arione Vasconcelos Ribeiro

Des. Annibal de Athayde Lima

Des. Antônio José Miguel Feu Rosa

Des. Ewerly Grabdi Ribeiro

Des. Hilton Sily

Des. Renato de Mattos

Des. Sylvio Péllico de Oliveira Neves.

FATOS MARCANTES DA VIDA JUDICIÁRIA NO ESPÍRITO SANTO

- 1 Protesto veemente. Coube ao Des. José Feliciano Horta de Araujo presidir à instalação do novo Tribunal que iniciou as suas atividades numa das salas do Palácio do Governo. Os movimentos políticos que agitaram os primeiros dias da República, com o golpe de Estado do Marechal Deodoro da Fonseca, atingiram os estados sendo depostos vários Governadores, e entre estes estava o do Espírito Santo. Uma Junta Governativa, então presidida pelo Cel. Ignácio Gouveia, Comandante do 32º B. C. sediado nesta Capital de Vitória, assumiu o governo, iniciando um movimento de reação contra o governo deposto cujos atos foram revogados e anulados. Em 24 de dezembro daquele mesmo ano de 1891, era também dissolvido o Tribunal de Justiça que, naquele mesmo dia, era reorganizado com a nomeação de novos Desembargadores. Não aceitando o ato de violência, o Tribunal ainda se reuniu, por duas vezes, quando foi o edifício interditado e cercado pela força policial. Resolveram então os Desembargadores demitidos se reunir em casa de residência do Des. José Feliciano, deixando na ata dessa última sessão um protesto veemente, subscrito por todos os seus colegas. Coube ao Des. Manoel Armindo Guaraná redigir esse protesto, que foi lançado em termos candentes, deixando a Junta Governativa em situação delicada.
- 2 Advogados no Tribunal. Partiu da Constituição do Estado de 1892 a prerrogativa dada hoje aos advogados de participarem da composição dos Tribunais no País. No seu artigo 55 diz ela: "O Tribunal de Justiça do Estado se comporá de cinco Juízes com a denominação de Desembargadores". E mo § 2º: "Na composição do Tribunal entrarão, pelo menos, três Juízes de Direito, podendo, os outros dois membros, ser tirados da classe

DESEMBARGADORES DA ATTVA NA PARA A

Des. Sebastião Telxeira Sobraine.

Des. Victor Hugo Cupertana de Casa ca

Des. Gesaldo Carrera Linea.

Des. Helio Qualberto Vascourcellos

Desi Rômulo Salle, de Sa

Des. Only da Silvii Ferreis-

L'es. Job Pimentel

Des José Eduardo Grandi & Series

Des Arione Vascoric, la Ribeiro

Des. Antibal de Atha, de Lima Des. Antérno José Misuri Feu Rosa

Des. Antérno José Migar.) Feu Ross

Des. Ewerly Grabdi Riberro

Des. Renato de Mattue

Des. Sylvio Péllico de Oliveira Naves

FATOS MARCANTES DA VIDA JUITA DE LA SUPERPORTA PARA

The Protesto veem nin. Coube and the passent and the passent of the installação do novo Tribunal que interes and the secondarios of the more políticos que a secondarios de Estado do Marcellal Dendora a secondarios Conservadores, e entre estes estados anteres anteres de comprehendida pelo Cel. Ignácia Gouvera, an antigora de la compania de presidente protecta promita o governo, inclare la compania de secondarios de moros frescablementes de compania de presidente de moros frescablementes de compania de protecta de moros frescablementes de compania de compania de compania de compania de moros frescablementes de compania de co

2 - Advogados no Tribunal, Partiu de la congressa de la consequencia della consequencia della consequencia della consequencia della consequencia della consequencia della consequencia della consequencia della consequencia della consequencia della consequencia della consequencia della consequencia della consequencia della consequencia della consequencia della consequencia della consequencia della consequencia della consequencia d

dos Advogados". Essa prerrogativa só veio a vigorar na Legislação Federal 42 anos depois com o advento da Carta Constitucional de 16 de julho de 1934 que, no seu art. 104, § 6º regulava o assunto. Realmente, dos cinco primeiros Desembargadores do nosso Tribunal de Justiça, dois eram advogados: Drs: José Feliciano Horta de Araujo, seu primeiro presidente e Manoel Armindo Cordeiro Guaraná.

- 3 Independência da Justiça. Organizado a Magistratura Estadual já de acordo com os princípios e a orientação da Constituição Federal Republicana de 1891, o legislador constituinte espiritossantese procurou estruturar a Justiça do Estado, dando-lhe a necessária independência, para melhor preencher a sua finalidade dentro da Federação que se instalava. Assim é que na sua primeira Constituição promulgada em 20 de junho de 1891, já afirmava: "É garantida à Magistratura do Estado a sua completa independência". Efetivamente, pela primeira Organização Judiciária espiritossantense (Decreto № 95 de 1891) competia ao Tribunal de Justiça não só a seleção com nomeação, remoção e promoção dos Juizes de Direito e todos os demais funcionários e auxiliares da Justiça. Desse modo todo funcionamento da máquina Judiciária era superintendido pelo Tribunal de Justiça, sem qualquer interferência de outro poder. Comentando esta Organização dizia o Jurista Brasileiro Dr. José Tavares Bastos: "É a primeira vez que em nosso País, um Estado Federado organiza a sua Justiça com inteira autonomia funcional", alcançando assim o ideal sempre acalentando dos mestres brasileiros" (comentários às Organizações Judiciárias dos Estados, Rio, 1901).
- 4 Oficialização de Cartórios. Numa antevisão do que seria, na República, a negociata dos cartórios, tornando a função dos Tabeliães e Oficiais dos Registros Públicos uma das mais cobiçadas e rendosas do Brasil, o legislador espiritossantense ao lançar a estrutura Judiciária do Estado para o novo regime que nascia, não vacilou em prevenir o abuso. Logo na sua primeira Constituição promulgada em 11 de novembro de 1890 oficializou a função. E fez mais. Impediu a acumulação de serventias. No seu artigo 80 dizia ele: "O Tabelionato constituirá função privativa e inacumulável. Em razão da maior respeitabilidade do cargo de Tabelião será estipendiado, diretamente pelo Estado". O que em nossos dias ainda pretendem fazer alguns governos para moralizar esta função pública, já o Espírito Santo realizava, corajosamente, em 1890.
- 5 Organização Judiciária e Códigos de Processos. O Espírito Santo foi o primeiro Estado da Federação Brasileira a se utilizar da prerrogativa constitucional que lhe conferia a primeira Carta Política da República para organizar e promulgar a sua Constituição e leis. Promulgada a Carta Federal em 24 de fevereiro de 1891, já em 11 de maio desse ano o Governador espiritossantense Antônio Gomes Aguirre, em menos de três meses promulgava pelo Decreto Nº 95, a nossa organização judiciária e, com ela, o mesmo corpo de leis, o Processo Criminal (Título I). Processo Civil e Comercial (Título II), Orfanológico (Título III) regulando ainda, no Título IV, o Processo de Casamento Civil e a organização dos livros dos Tabeliães e Escrivães dos Juizos. O Decreto era "um modelo de Síntese" no dizer no Ministro da Justiça Dr. Eurico de Aguiar Salles. Toda a matéria estava contida em apenas 947 artigos que obedeciam a "uma técnica que causaria admiração aos mais adestrados juristas e legisladores de nossos dias".

con se decepto da Carta Constructava de de el carta de esta constructava de de el carta Constructava de de el carta Constructava de de el carta de esta constructa de de el carta de carta de el carta de

- J. Independencia do Justiça Omanizado.

 principios e a orientação da Construição Pedenal formas assantes e procursou estrutria ara alternição per enches a sua final-dade dentre as a selegia preenches a sua final-dade dentre as a propera constitução promaçada em 30.

 Aria, increatura do Estado a sua conspleta un actual de tara de la selegia procesa a tras (Decidente espiricos a a selegia de com nome a destruição professor a sua distribución de asia distribución de asia distribución de la forma funcional de asia Organização de asia procesa a procesa de construição de asia distribución de asia Organização de asia procesa de asia d
- cobitadas e tendosas do Brasil, o legislador risgo dos Sabeliños do Estado para o nor o regime que tostador risgo dos Sabeliños do Estado para o nor o regime que mascra, no estado para o nor o regime que mascra, no estado para o nor o regime que mascra, no estado para o nor o regime que mascra, no estado para o nor o regime que mascra, no estado de servicio de ser
- Las Federação Brasileira a se utilizar da prentação

 Larta Política da República para orgunizar e para increasamente. Antônio Gorne s Agráries est.

 Nº 99, a noisa organização judiciária es com sia.

 (Titulo I). Processo Civil e Conventa (Titulo I)

 10 Titulo IV o Processo de Casamento Civil y a

 10 Litulo IV O Processo de Casamento Civil y a

 10 Litulo II (O Decreto en "um moste side Sintes:

 Agriar Salles: Toda a materna este a contrata re

 10 Titulo IV o Brasiles administração se su as securada re

 10 Agriar Salles: Toda a materna este a contrata re

 10 Titulo IV o Brasiles administração resembles - 6 Intransigência de Princípios. Os Juizes do Espírito Santo guardavam sempre uma linha de inflexível intransigência nos seus princípios de honra e independência. A primeira manifestação pública dessa intransigência ocorreu no longinquo 15 de fevereiro de 1886. O Imperador D. Pedro II, por Decreto dessa data, nomeará o ministro espiritossantense Manoel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio, Presidente do Superior Tribunal de Justiça. O Ministro recusou a honraria. Entendia que o Presidente de uma Côrte de Justiça devia ser eleito por seus pares e não nomeados por um poder estranho. E só veio a aceitar aquela alta investidura quando, reformado o Regimento Interno da Casa, os seus colegas o elegeram para o posto. ("Velhas Figuras Brasileiras" do Prof. Ewaldo Pinto Salvador, Bahia).
- 7 Atividades Pioneiras. O Espírito Santo tem sido o precursor de várias conquistas do Direito Brasileiro. Foi ele, como se sabe, o primeiro a cogitar da adoção do voto secreto no País através do projeto de Lei de seu representante no Senado da República Senador José de Mello Carvalho Moniz Freire, em Junho de 1909. Além das iniciativas já apontadas em tópicos anteriores, coube ao Espírito Santo, ao estruturar o arcabouço da sua vida republicana, no alvorecer do novo regime, antecipar muitas das chamadas conquistas do moderno Direito Social Brasileiro. Assim é que ao redigir a sua 1ª "LEI DE TERRAS E COLONIZAÇÃO", em junho de 1891, nela incluiu dispositivos que bem podiam servir de modelo para a moderna Reforma Agrária que tanto agita o País no momento. Na 1ª Lei de Ensino, também de Junho de 1891, destinada a regular a Instrução Pública do Estado, antecipou, igualmente, muito das franquias encontradas na atual Lei de Base e Diretrizes da Educação Nacional. Uma leitura, feita hije, desses velhos exemplares das nossas primeiras Leis deixa o leitor verdadeiramente surpreendido com a clarividência, a técnica e o perfeito conhecimento do assunto que o legislador espiritossantense revelava naqueles primeiros dias da república.
- 8 Des. SEBASTIÃO TEIXEIRA SOBREIRA assume o Governo do Estado. O Desembargador Sebastião Teixeira Sobreira, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, assumiu no dia 25 de julho de 1985 o Palácio Anchieta, em substituição ao Governador Gérson Camata, que viajou a Brasília para contatos com os Ministros da Fazenda, Francisco Dorneles e do Urbanismo e Meio Ambiente, Flávio Peixoto, além de estar em sua agenda uma audiência com o Presidente da república José Sarney. O Desembargador Sobreira ocupou o cargo, porque o substituto natural do Governador, o Vice-Governador José Moraes, foi nomeado Prefeito da Capital e o segundo na secessão, o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Hugo Borges, foi ao Rio de Janeiro.

O Presidente Desembargador Sebastião Teixeira Sobreira, durante o seu período no Governo do Estado, despachou com os Secretários de Segurança e da Casa Civil Zelio Guimarães e Mário Moreira e recebeu em audiência o Comandante Bersauge, da I Região Militar e o Deputado Paulo Hartung. Assinou doze (12) atos durante o dia.

Assumindo o Palácio Anchieta o Des. Sebastião Teixeira Sobreira é o segundo Presidente de Tribunal de Justiça a exercer o cargo de Governador, na História do Poder Judiciário do Espírito Santo: o primeiro, foi o Desembargador Octávio de Carvalho Lemgruber, há quarenta anos atrás.

(Vellus Figuras Brauleiras de Prot Eu . . . Les Savados de quando, teformado o Regimento Inter seus parce e não normados per um podence a como a ser a mais a ser a ser a ser a ser a ser a ser a ser a ser a recusou a hontaria. Emenuta er e a l'adable le la la lattica de lattica de la lattica Panto Ribento Perena de Sarabato, Prestas de la pareca de la casa de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya del companya del companya de la companya de la companya de la companya del

and the second s

castador espan escartores evelava naqueres mecas ligares empreendido com a clarica coca, a résin a vergo, esta en esta feita luje, desves velhos e veligiano das per la principa significante en la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del la companya de la company nanquius encontradas na atuai Lei de li accidenta de la accide de 1891, dest**ituda a reg**ulas a instrução la ser a la se Reforma Agrana que carso agras a faitir consecuen y en 1962 y consecuencia de la consecuencia della consecuencia della consecuencia della consecuencia della consecuencia della consecuencia della consecuencia della consecuencia della consecuencia della consecuencia della consecuencia della consecuencia della consecuencia della consecuencia della consecuencia della consecuencia della consecue jurino de 1891, tada un lato d'apratrives que les estados de 1891, tada un lato de servicio de 1891, tada un lato de apratrivos que les estados de 1891, tada un lato de apratrivos que les estados de 1891, tada un lato de apratrivos que les estados de la companya de la company Curvalho Moniz Freze, or Limbo de 1909. The anavés do prosto de l'ende seu represe i una 18 y Careno Brantairo Pol ele, come se sabi co per ne come que asserva. 7 - Abrudades Proneiras O Capital S. A salas salas

8 - Des, SEBASTIAO TEIXEIRA S DEPORTE . . .

Borges, foi ao Rip de Jameiro Capital e a segundo na scorsido, o Presona de la segundo de segundo na scorsido o Presona de la segundo de segundo na segundo na segundo de seg of other children o inhistricino natural do Circue mados, o Vici. como Bresidenos da republica Jose Sarres Urbanismo e Melo Ambiente, Elavio II Programme Control que vision a Brasilia para comatos con en en en el Fara a to the 25 de juihode 1985 of a selectivitation of a site in 1875 Te sambargador Sebastido Telacia Sobreira de Salacide de Ligia y

Deputado Paulo Hartung. A suscar done ... Le and to an ana Martio Martina e recebeu em suchemas a la como de la co io Estado, despiehou cum " Secretário and agua a a a a a a O Presidente Desembarga, or Sebastido maria de para de sua

Espirito Saruo: Oprimeiro, 'ol o Desembarg' de Tribunal de Juriga a exercer o cango de Cinonia e a companya e planta a companya de Cinonia e a companya de Assumindo o Palácio Anchiera a Des pel sera " a ser ses.

TÍTULO III

ATUAL PRÉDIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, INAUGURAÇÃO

1995

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ES

BIBLIOTECA

DES. HOMERO MAFRA

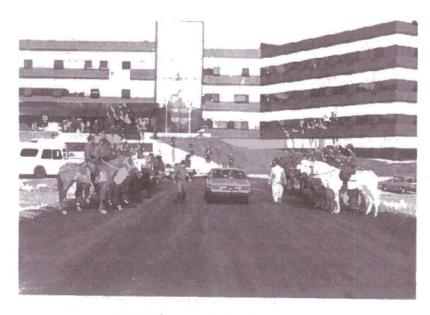
III THE

ATUAL PARTED DG

TRIBUNAL AR ACTICA,

INAUGUS ACAS.

8 4 6 5





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SEDE: PATRONO - DES. RENATO DE MATTOS

RUA DESEMBARGADOR HOMERO MAFRA ENSEADA DO SUÁ - VITÓRIA - ES

SESSÃO SOLENE DE INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESEMBARGADOR ANTÔNIO JOSÉ MIGUEL FEU ROSA - 19.10.95 -

Em 19 de outubro de 1995, em sessão solene, declarou-se oficialmente inaugurada a nova sede do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, com a presença das mais insignes autoridades locais, autoridades dos Tribunais Superiores e Tribunais de Justiça dos demais Estados da Federação, Juízes de Direito, Membros do Ministério Público, Advogados, Serventuários da Justiça e convidados especiais.

Inicialmente, Sua Excelência, o Excelentíssimo Senhor Presidente Desembargador Antônio José Miguel Feu Rosa, faz registro da visão do Governador Eurico Vieira de Resende, afirmando que essa fizera reservar, há quinze anos, o terreno onde se edificara a nova sede, intentando fosse destinado a bens públicos.

Como síntese da obra, afirma o Excelentíssimo Senhor Presidente, em seu respeitável discurso, que a obra é testemunho de afirmação do Poder Judiciário, que permitiu não fossem os recursos necessários a sua consecução dependentes de súplicas ou lamentos aos demais Poderes, sobretudo, esforço comum dos membros do Poder Judiciário deste Estado para o alcance da dotação orçamentária necessária - depósitos judiciais pendentes de litígios - permitindo o prédio, naquela data, confrontarse pronto e totalmente pago.

Registra, em paralelo, a construção de Fórum da Serra, obra que recebera magnífica aprovação popular quando da sua instalação, com recurso também proveniente da liberação dos supramencionados depósitos judiciais.

Ao ensejo, enfatiza as críticas recebidas como questionamentos da origem dos recursos para a construção da nova sede, as reiteradas fiscalizações dos órgãos públicos, as intermináveis especulações e indagações; e, concomitantemente, agradece as manifestações de apoio e solidariedade, especialmente, ao Senhor Ministro Antônio Pádua Ribeiro, do Excelso Superior Tribunal de Justiça, e do Desembargador José Fernandes Filho, Presidente do Colégio Permanente dos Tribunais de Justiça, autoridades presentes ao evento.

Presta homenagem aos funcionários do Tribunal de Justiça, que manifestaram irrestrito apoio à construção, nomeando aqueles que, em esforço inolvidável, contribuíram, sem qualquer ganho extraordinário, para que a obra se realizasse dentro dos melhores parâmetros da construção civil.

Finaliza, manifestando seu imenso orgulho por entregar a obra acabada, livre de todo e qualquer embaraço, em prazo exíguo para a construção de porte, fazendo ressaltá-la com afirmação do Poder Judiciário, da sua moral, da sua dignidade, da sua força e da sua respeitabilidade; frisando que esta nova sede poderá abrigar mais e melhor os que necessitarem do Tribunal de Justiça do Estado, servindo assim, sobremaneira, ao interesse público.

Encerrada a cerimônia de inauguração, declara oficialmente aberto o Encontro do Colégio Permanente dos residentes de Tribunais de Justiça do Brasil. The second secon

ia karangan karangan karangan karangan karangan karangan karangan karangan karangan karangan karangan karangan Karangan karangan karangan karangan karangan karangan karangan karangan karangan karangan karangan karangan ka

John C. March C.

TÍTULO IV

COMARCAS QUE COMPÕEM O PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ES
BIBLIOTECA
DES. HOMERO MAFRA

1111101

COMARCAS OFFE COMPONENT

COMARCAS QUE COMPÕEM O PODER JUDICIÁRIO ENTRÂNCIA ESPECIAL

FÓRUM CÍVEL: FÓRUM MONIZ FREIRE RUA MUNIZ FREIRE, S/N – CENTRO – VITÓRIA – ES – CEP: 29015-140

<u>FÓRUM CÍVEL:</u> FÓRUM DES. JOSÉ MATHIAS DE ALMEIDA NETTO RUA PEDRO PALÁCIOS, 105 – CENTRO – VITÓRIA – ES – CEP29015-160

3ª ENTRÂNCIA

1) COMARCA DE CARIACICA – FÓRUM AMÉRICO RIBEIRO COELHO AV. EXPEDITO GARCIA, 188 – CAMPO GRANDE – CARIACICA – ES – CEP. 29146-200

2) COMARCA DA SERRA – FÓRUM DES. JOÃO MANOEL DE CARVALHO AV. PRES. VARGAS, 250 – CENTRO – SERRA – ES – CEP: 29176-090

3) COMARCA DE VIANA – FÓRUM OLIVAL PIMENTEL RUA MAJOR DOMINGOS VICENTE, 70 – CENTRO – VIANA – ES – CEP: 29135-000

4) COMARCA DE VILA VELHA – FÓRUM AFONSO CLÁUDIO AV. BEIRA MAR, 193 – PRAIANHA – VILA VELHA – ES – CEP. 29100-180 VARAS CÍVEIS CRIMINAIS

COMARCAS DO INTERIOR DO ESTADO

1) COMARCA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM FÓRUM DES. HORTA ARAÚJO RUA MONTE CASTELO, S/№ - INDEPENDÊNCIA – CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – ES – CEP: 29306-5000

COMARCAS QUE COMPOTA LA PRIME E PART.

FNTRÂNCE PAPACIEL

LORBIM **CÍVEL:** FÓRUM MONIZ HET. RUA MUNIZ FREID.

FORUM CIVEL FORUM DES JOSÉ MA COMO DE LA PEDRO PALACA DE LA VALUE DE LA PEDRO PALACA DE LA VALUE DE LA

3" FNTI " A 1A

- 1) COMARCA DE CARIACICA. FÓRUM AMÉRICO RIBEIRO COELL. AN EXPEDITO OARCIA, 188 CANTOR NO SERVICIO.
- 2) COMARCA DA SERRA FÓRLAN DES JOÁO MANOEI DE ACTIO
 AV. PRES. VARGIAS, 250 CENTRA FINA A MARCINAS, 250 CENTRA FINA A MAR
- RUA MAJOR DOMINGOS VICANE ANTRO EN 19135.000

 4) COMARCA DE VILA VELHA

 COMARCA DE VIANA -FORUMOLIVAL PIMENTEL

4) COMARCA DE VILA VELHA FÓRUM APONSO CLAUDIO AV BEÍRA MAR, 193 - PRAIAN II. VARAS CÍVEIS CRIMINAIS

THE COMARCAS DO INTERIOR DATEM AND A TO

1) COMARCA DE CACHOEIRO DE LE PENERTA DE FÓRUM DES. HORTA ARAÚJO RUA MÓNTE CASTELO, SANS ESPASA MESMANA CALLA DE LA PEMÍRIM - ES - CES 29303 - 1.

2) COMARCA DE COLATINA

FÓRUM JUIZ JOÃO CLÁUDIO RUA MELVIN JONES, №. 90, ESPLANADA – COLATINA – ES CEP: 29702-902

3) COMARCA DE GUARAPARI

AL. FRANCISCO VIEIRA SIMÕES – CENTRO DE CONVENÇÕES – GUARAPARI – ES – CEP: 29200-000 VARAS CÍVEIS E CRIMINAIS

4) COMARCA DE LINHARES

FÓRUM DES. MENDES WANDERLEY
PRAÇA 22 DE AGOSTO, S/Nº - CENTRO – LINHARES – ES
CEP: 29900-280
VARAS CÍVEIS E CRIMINAIS

5) COMARCA DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

FÓRUM DES. DANTON BASTOS RUA DES. DANTON BASTOS, № 95 – CENTRO – BARRA DE SÃO FRANCISCO – ES – CEP: 29800-000

6) COMARCA DE SÃO MATEUS

FÓRUM DES. SANTOS NEVES – Varas Criminais, Cartório Eleitoral e Diretoria AV. JONES DOS SANTOS NEVES, № 14, CENTRO – SÃO MATEUS – ES – CEP. 29930-000

Varas Cíveis e Juizado Especial Cível

RUA DOM JOSÉ DALVII IN SANTO ANTÔNIO – SÃO MATEUS – ES – CEP: 29930-000

7) COMARCA DE NOVA VENÉCIA

FÓRUM DR. UBALDO RAMALHETE MAIA PRAÇA SÃO MARCOS, S;№ - CENTRO – NOVA VENÉCIA – ES – CEP: 29830-000 VARAS CÍVEIS E CRIMINAIS

8) COMARCA DE MARATAÍZES

FÓRUM JUIZ JOSÉ PINI IEIRO MONTEIRO AV. RUBENS RANGEL, S/Nº - CIDADE NOVA – MARATAÍZES – ES CEP: 29334-000 VARAS CÍVEIS E CRIMINAIS

2) COMARCA DE COLATINA FÓRUM JUIZ JOÁO CLÁUDIO RUA MELVIN JONES Nº 90, ESPLANA (**** COSALLA LA CASALLA LA CAS

S. COMARCA DE GUARAPARI
AL ERANCISCO VIEIRA SIMÓES DE LA PARABERTA Nºº 1 - 1º 1

VIARAPARIL ES LICER 29200-000

VARAS CIVEIS E CRIMINAIS

4) COMARCA DE LINHARES FORUM DES MENDES WANDERLE PRAÇA 22 DE AGOSTO, SANA-CENTA DE SANA CENTA DE SAGOSTO, SANA-CENTA DE SANA CENTA ORUM DESISANTOS NEVES - Van ALIANA DE CARA DE SANTOS NEVES - Van ALIANA DE CARA DE SANTOS NEVES - Van ALIANA DE CARA

D'ODMARGA DE NOVA VENECIA FÓRUM DR. DBALDO KAMALHE PRAÇA SÁO MARCOS. S. Nº - CENTA (1980) 29830-000 VARASCÍVEIS ECRIMINAIS

8) COMARCIA DE MARATAIZES
FÓRUM JUIZ JOSÉ PINLIEIRO MONTEUR
AN RUBENSRANGEL, SANC CIDACETTO POR PARA PARA SCIVITS E CRIMINAIS

9) COMARCA DE ITAPEMIRIM

FÓRUM DES. FREITAS BARBOSA PRAÇA DOMINGOS JOSÉ MARTINS, № 167, CENTRO – ITAPEMIRIM – ES – CEP: 29330-000 VARAS CÍVEIS E CRIMINAIS

2ª ENTRÂNCIA

1) COMARCA DE ALEGRE FÓRUM LEVINO CHACON RUA ROMUALDO NOGUEIRA DA GAMA, S/№ CENTRO – ALEGRE – ES CEP: 29950-000

2) COMARCA DE AFONSO CLÁUDIO FÓRUM JUIZ ATAUHALPA LESSA RUA JOSÉ GARCIA, № 32 – CENTRO – AFONSO CLÁUDIO – ES CEP: 29600-000

3) COMARCA DE CASTELO FÓRUM ALONSO FERNANDES DE OLIVEIRA AV. NOSSA SENHORA DA PENHA, № 120 – CENTRO – CASTELO – ES – CEP: 29360-000

4) COMARCA DE CONCEIÇÃO DA BARRA FÓRUM DES. FERREIRA COELHO RUA GRACIANO DAS NEVES, № 292 – CENTRO CONCEIÇÃO DA BARRA – ES – CEP:29660-000

5) COMARCA DE DOMINGOS MARTINS FÓRUM GUTERRES VALE AV. PRESIDENTE VARGAS, № 589 – CENTRO – DOMINGOS MARTINS – ES – CEP: 29660-000

6) COMARCA DE GUAÇUI FÓRUM JUIZ JOSÉ TATAGIBA AV. AGENOR LUIZ THOMÉ, S/№ - CENTRO – GUAÇUÍ – ES CEP: 29560-000

7) COMARCA DE MIMOSO DO SUL FÓRUM DES. O'REILLY DE SOUZA PRAÇA CEL. PAIVA GONÇALVES, № 184 – CENTRO MIMOSO DO SUL – ES – CEP: 29400-000 8) COMARCA DE BAIXO GUANDÚ FÓRUM DES. OTÁVIO LEMGRUBER AV. CARLOS MEDEIROS, S/№ - CENTRO – BAIXO GUANDÚ – ES CEP: 29730-000

9) COMARCA DE ARACRUZ RUA PADRE LUIZ PARENZE, № 710 – CENTRO – ARACRUZ – ES CEP: 29190-000

10) COMARCA DE ECOPORANGA FÓRUM MINISTRO PEREIRA DE SAMPAIO RUA NOÊMIA MARTINS, № 137 – ECOPORANGA – ES – CEP: 29850-000

11) COMARCA DE IÚNA FÓRUM DES. WALDEMAR PEREIRA RUA EPAMINONDAS DO AMARAL, № 70 – CENTRO – IÚNA – ES CEP: 29390-000

12) COMARCA DE IBIRAÇU RUA JOÃO ALVES DA MOTTA JÚNIOR, № 109 – CENTRO – IBIRAÇU – ES – CEP: 29670-000

13) COMARCA DE PANCAS FÓRUM DES. JOSÉ CUPERTINO DE CASTRO FILHO AV. 13 DE MAIO, № 324 – CENTRO – PANCAS – ES CEP: 29750-000

14) COMARCA DE SÃO GABRIEL DA PALHA FÓRUM DES. AYRTON MARTINS LEMOS RUA 14 DE MAIO, № 131 – CENTRO – SÃO GABRIEL DA PALHA – ES CEP: 29780-000

1ª ENTRÂNCIA

1) COMARCA DE ANCHIETA
FÓRUM DES. JOSIAS SOARES
AV. GOVERNADOR CARLOS LINDENBERG, № 159 – CENTRO – ANCHIETA –
ES – CEP: 29230-000

2) COMARCA DE ALFREDO CHAVES PRAÇA COLOMBO GUARDIA, № 24 – CENTRO – ALFREDO CHAVES – ES – CEP: 29240-000

FWS:

S) ÇOMARÇA DE HAIXO GUANDÚ PÓRUM DES OTÁXIO LEMOPUBER AN CARLOS MEDEÍROS, SINV. CENTRO CEP. 297 JOQUE

9) COMARCA DE ARACRUZ RUA PADRE LUIZ PARENZE, Nº 740 - C CPP 2990 000

10) COMARC A DE ECOPORANGA FÓRUM MINISTRO PEREIRA DE SAMPAIC RUA NOÉMIA MARTINS, Nº 137 ECOPORA A

FORUM DES. WALDEMAR TEREIKA RUA FRAMINONDAS DO AMAKALANGA CEN 19390-00

PUA JOÁ**O ALVES DA M**OTTA HÍNIOR A CEPASSA COM

FORUM DES JOSÉ CUPERTINO DE CASTILIA DE LA 13 DE MAIO, Nº 324 - CENTRO - PARA DE MAIO, Nº 324

14) CONARCA DE SAO GABRIEL DA PATATOR FÓRUM DES AYKTON MARTENS LENICE RUA 14 DE MAIO, Nº 131 - CENTRO SA

I'EN RAN

1) COMMICA DE ANCHIETA FOILUM DES IGBIASSOARES AU GOVERNALDOS CARLOS LINDENBERG ES - CEP-JASTIGODO

25 COMARON DE ALFREDO CHAVES BRAÇA COL DIMBO OLIARDIA 18×24 CT (CEP-19240.00) 3) COMARCA DE ÁGUIA BRANCA FÓRUM DES. ANTÔNIO JOSÉ RUA RUA SÃO GABRIEL, S/№ – CENTRO – ÁGUIA BRANCA – ES CEP: 29795-000

4) COMARCA DE ÁGUA DOCE DO NORTE FÓRUM DES. MOACIR FIGUEIREDO CÔRTES RUA DOMINGOS MARCOLINO, № 07 – CENTRO – ÁGUA DOCE DO NORTE – ES – CEP: 29820-000

5) COMARCA DE ALTO RIO NOVO FÓRUM DES. LOURIVAL ALMEIDA RUA JOSÉ MARQUES, S/Nº – CENTRO – ALTO RIO NOVO – ES CEP 29760-000

6) COMARCA DE APIACÁ FÓRUM DES. JOSÉ FORTUNATO RIBEIRO ALAMEDA MOACYR TARDIN DE FIGUEIREDO, S/№ - CENTRO – APIACÁ – ES – CEP: 29450-000

7) COMARCA DE ATÍLIO VIVACQUA FÓRUM DES. MANOEL XAVIER PAES BARRETO FILHO RUA CAROLINA FRAGA, №67/69 – CENTRO – ATÍLIO VIVACQUA – ES – CEP: 29490-000

8) COMARCA DE BOA ESPERANÇA FÓRUM DES. MÁRIO DA SILVA NUNES AV. SENADOR EURICO REZENDE, № 782 – CENTRO – BOA ESPERANÇA ES – CEP: 29845-000

9) COMARCA DE BOM JESUS DO NORTE FÓRUM DES. VICENTE CAETANO PRAÇA ASTOLFO LOBO, № 23 – CENTRO – BOM JESUS DO NORTE – ES- CEP: 29460-000

10) COMARCA DE CONCEIÇÃO DE CASTELO FÓRUM JUIZ FRANCISCO DE MENEZES PIMENTEL AV. JOSÉ GRILLO, № 166 – CENTRO – CONCEIÇÃO DE CASTELO – ES – CEP: 29370-000 TO THE TOTAL STATE OF THE STATE

FROM NOTE OF STREET

FOR MARCINE THE ACTION OF THE

11) COMARCA DE DORES DO RIO PRETO

FÓRUM DES. MEROVEU PEREIRA CARDOSO JÚNIOR AV. FIRMINO DIAS, № 428, CENTRO – DORES DO RIO PRETO – ES – CEP: 29580-000

12) COMARCA DE FUNDÃO

FÓRUM DES. CÍCERO ALVES RUA SÃO JOSÉ, № 145 – CENTRO – FUNDÃO – ES – CEP: 29185-000

13) COMARCA DE IBATIBA

FÓRUM DES. EPAMINONDAS AMARAL RUA ORLY BARROS, № 94 – BAIRRO NOVO HORIZONTE – IBATIBA – ES – CEP:29395-000

14) COMARCA DE IBITIRANA

FÓRUM DES. VICTOR EMANUEL ALCURI PRAÇA JOÃO AGIONI SOBRINHO, S/Nº - CENTRO - CEP: 29540-000

15) COMARCA DE ICONHA

FÓRUM DES. AUGUSTA AFFONSO BOTELHO RUA MUNIZ FREIRE, S/№ - CENTRO - ICONHA - ES - CEP: 29280-000

16) COMARCA DE ITAGUAÇU

RUA VICENTE PEIXOTO DE MELLO, № 32 – CENTRO – ITAGUAÇU – ES – CEP: 29690-000

17) COMARCA DE ITARANA

FÓRUM DES. JOSÉ VICENTE DE SÁ RUA SANTOS VENTURINI, S/№ - CENTRO – ITARANA – ES CEP: 29620-000

18) COMARCA DE JAGUARÉ

FÓRUM DES. RÔMULO FINAMORI RUA NOEL SILVA, № 1002 – CENTRO – JAGUARÉ – ES – CEP: 29950-000

19) COMARCA DE JERÔNIMO MONTEIRO

FÓRUM EURÍPEDES QUEIRÓZ DO VALLE AV. DR. JOSÉ FARAH, № 383 – CENTRO – JERÔNIMO MONTEIRO – ES – CEP: 29550-000

20) COMARCA DE JOÃO NEIVA

FÓRUM DES. WALTER GUSTAVO NAUMANN AV. PRESIDENTE VARGAS, № 279 – JOÃO NEIVA – ES – CEP: 29680-000

FORDM DES. MEROVEU PEREIRA CARDA "CORTRO PARA AV PIRMENO DIAS, Nº 428, CENTRO DIORES OF MORPHO CEP. 19580-000

13) COMARCA DE IBATIBA FÓRUM DES EFAMINONDAS AMARA RÚA ORLY BARROS, Nº 94 - BAIRE DA PARA DE LA PARA DEL PARA

14) COMARCA DE IBITIRANA FÓRUM DES. VICTOR EMANUEL ALCURI PRAÇA JOÃO AGIONI SOBRINHO, SAMA CIANTRA ACELANTAL

15) COMARCA DE ICONHA FORUM DES AUGUSTA AFFONSO BETTELLA BUA MUNIZ FREIRE, SAMP CENTRO DE LA PARAGRA DE CARGO DE LA PARAGRA DE L

16) COMARCA DE FRACUAÇU
RETA VICENTE PEIXOTO DEMETEO NA COMPANDA DE SENTENCIO DE METEO NA COMPANDA DE SENTENCIO DE METEO DE 29690.000

18) COMARCA DE JAGUARÉ FÓRUM BES, RÓMULO FINAMORI RUA NOEL SIDVA, Nº 1002 – CENTRA PARA NA SARANINA MANAGEMENTA DE LA SARANINA DEL SARANINA DE LA SARANINA DEL SA

19) COMARCA DE JERONIMO MONTRIROS FÓRUM BURÍFEDES QUEIRÓZ DO VALLE AV DR. JOSÉ BÁRAH, Nº 383 - CENTRO PROPERTO POR TRANSPORTOR DE LA RESPONSACIONES.

20) COMARÇA DE JOÃO NEIVA FÓRUM DES WALTER GUSTAVO NACIONAL META A SECONDA DESECUNDA DE SECONDA DE SECONDA DE SECONDA DE SECONDA DESECUNDA DE SECONDA DE S 21) COMARCA DE LARANJA DA TERRA FÓRUM DES. ANTÔNIO TAPIAS DE VASCONCELLOS AV. LUIZ ADERMULLER FILHO, № 85 – CENTRO – LARANJA DA TERRA ES – CEP: 29615-000

22) COMARCA DE MANTENÓPOLIS FÓRUM DES. CHRISTIANO VIEIRA DE ANDRADE PRAÇA DOM LUIZ, № 12 – CENTRO – MANTENÓPOLIS – ES CEP: 29770-000

23) COMARCA DE MARECHAL FLORIANO ED. DO FÓRUM, S/Nº, CENTRO – MARECHAL FLORIANO – ES CEP: 29266-000

24) COMARCA DE MARILÂNDIA FÓRUM DES. ALFREDO CABRAL AV. DOM BOSCO, № 241 – CENTRO – MARILÂNDIA – ES – CEP: 29725-000

25) COMARCA DE MONTANHA FÓRUM DES. AYRES XAVIER DA PENHA PRAÇA OSWALDO LOPES, S/№ - CENTRO – MONTANHA CEP: 29890-000

26) COMARCA DE MUCURICI FÓRUM DES. GUMERCINO DE SOUZA MENDES RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, S/Nº - CENTRO - MUCURICI - ES CEP: 29880-000

27) COMARCA DE MUNIZ FREIRE FÓRUM JUIZ NILSON FEYDIT RUA PEDRO DEPS, № 54 – CENTRO – MUNIZ FREIRE – ES CEP: 29380-000

28) COMARCA DE MUQUI FÓRUM DR. JOSÉ HORÁCIO COSTA RUA CEL. MARCONDES, № 100 – CENTRO – MUQUI – ES CEP: 29480-000

29) COMARCA DE PEDRO CANÁRIO FÓRUM DES. VICENTE VASCONCELOS RUA DA MALENZA, S/Nº, CENTRO – PEDRO CANÁRIO – ES CEP: 29970-000

21) COMARCA DE LARAN TERA FORMA DES ANTÔNIO TANA ANTONIO
22) COMARCA DE MANTE - INDITE

FÓRUM DES. CHRISTIANO - SIPINATA - ANDREA -

23) COMARCA DE MARECELVE E OPTANO. ED. DO FORUM, SANY, CENTRO, SANCHALLA CENTRO.

24) COMARCA DE MARII ANGEL, FÓRUM DES ALFREDO CABRAIL AN DOM BOSCO, Nº 241 - CRAJEC CARAGO CA

25) COMARCA DE MONTA HILL
FÓRUM DES. AYKES XAV THE FORMALDO LOPE?
PRAÇA OSWALDO LOPE?
CEP- 29890-000

26) COMARCA DE MUCULLOS ANTENT

27) COMARCA DE MUMIPA A QUI FÓRUM JUIZ NILSON PEYON RUA PEDRO DEPS, Nº 57

28) COMARCA DE MUQUI FÓRUM DE JOSÉ HORACIE RUA CEL MARCONDES, NA COMPANSA DE PROPERTIES DE PROPERTIE

FORUM DES VICENTE VASC.
RUA DA MALENZA, SANOCEA
CEP. 19970-00

30) COMARCA DE PINHEIROS

FÓRUM DES. GILSON VIEIRA DE MENDONÇA RUA AGENOR LUIZ HERINGER, № 888 – CENTRO – PINHEIROS – ES CEP: 29980-000

31) COMARCA DE PIÚMA

PRACA OENES TAYLOR, S/Nº - CENTRO - PIÚMA - ES - CEP: 29285-000

32) COMARCA DE PRESIDENTE KENNEDY

FÓRUM DES. EDSON QUEIRÓZ DO VALLE RUA OLEGÁRIO FRICKS, № 20 – CENTRO – PRESIDENTE KENNEDY – ES CEP: 29350-000

33) COMARCA DE RIO BANANAL

FÓRUM HALLEY PINHEIRO MONTEIRO RUA JOÃO CIPRIANO, S/№ - RIO BANANAL - ES - CEP: 29920-000

34) COMARCA DE RIO NOVO DO SUL

FÓRUM NILTON THEVENARD RUA MUNIZ FREIRE, № 16 – CENTRO – RIO NOVO DO SUL – ES CEP: 29290-000

35) COMARCA DE SANTA LEOPOLDINA

FÓRUM GRAÇA ARANHA AV. PRESIDENTE VARGAS, № 1559 – CENTRO – SANTA LEOPOLDINA – ES CEP: 29640-000

36) COMARCA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ

AV. FREDERICO GRULKE, № 1214 – CENTRO – SANTA MARIA DE JETIBÁ – ES CEP: 29645-000

37) COMARCA DE SANTA TERESA

FÓRUM JUIZ THIERS VELLOZO RUA JERÔNIMO VERVLOET, № 54 – CENTRO – SANTA TERESA – ES CEP: 29650-000

38) COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO NORTE

FÓRUM DES. JOSÉ DE BARROS WANDERLEY PRAÇA DA MATRIZ, S/Nº - CENTRO – SÃO DOMINGOS DO NORTE – ES – CEP: 29724-000

30) COMARCA DE PENHEUROS FORUM DES GUSON VIEIRA DE MENDON DA

RUA AGENCIR LUIZ HERINGER, Nº 888 . IN TANNO THE PARTY OF

CFL 10080-000

31) COMARCA DEPTÚMA

PRINCH GENESTAYLOR, SINP. CENTRO TO A STATE OF THE STAYLOR OF THE

32) COMARCA DE PRESIDENTE KENNAMA

FORUM DES EDSON QUEIROS DO VALLI RUA OLEGÁNIO FINCKS, Nº 20 - CENTRE

AUA OLEGARIO FRICKS, Nº 10 - CENTRO DEN LA DENTA PARA PARA

CBP: 29350-000

33) COMARCA DE RIO BANANAL

* LÓRUM HALLEY PINHEIRO MONTEIR

PUM JUAO CIPRIMNO, SANT RIO BANANATA DE LA LA CALLA

34) COMARCA DERIO NOVO DO SUL

FOR MAINON THEVENARI

BUA MUNIZERBIRE, Nº 16 - CENTRO - 2 - 1 - 1/2 12 - 12

TEP-1939C-000

35) COMARCA DE SANTA LEOPOLDINA

FORUM GRAÇA ARANHA

AV PRESIDENTE VARGAS, Nº 1559 - CENTIL SE TANTA TO TO

CL 13840-20

Sol COMARCA DESANTA MARIA DE JE TA A

CEL 70042 000

37) COMÁRCA DE SANTA TERESA

FOR UM JUIZ THERIS VELLOZO

RUA JERÓNIMO VERVI.OLT. Nº 54 - CENT. ATANG ATANG

CEP 34650,000

38) COMARCA DE SÃO DOMINGOS DE SE ESTANDE MANDE LA SECULIA DES LOS POR DE RABB DE MANDE EL TRABADA DE MANDE EN TRABADA DE MANDE EL TRABADA DE MANDE EL TRABADA DE MANDE EL TRABADA DE MANDE EL TRABADA DE MANDE EL TRABADA DE MANDE ENTRA DE MANDE EN TRABADA DE MANDE EN TRABADA DE MANDE EN TRABADA DE MANDE EN TRABADA DE MANDE EN TRABADA DE MANDE EN

FÓRUM **DES JOSÉ DE BA**RROS WANDERGES.

FRAÇA DA MATRIZ, SANº CENTRO - SANO CENTRO - SA

CBF 20724-000

39) COMARCA DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO RUA CEL. JOSÉ DUTRA NINÁCIO, № 130 – CENTRO – SÃO JOSÉ DO CALÇADO – ES – CEP: 29470-000

40) COMARCA DE VARGEM ALTA FÓRUM DES. CARLOS SOARES PINTO ABOUDIB RUA PEDRO ISRAEL DAVID, S/№ - CENTRO – VARGEM ALTA – ES – CEP: 29245-000

41) COMARCA DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE FÓRUM DES. JOSÉ VIEIRA COELHO AV. DOMINGOS PERIM, № 332 – CENTRO – VENDA NOVA DO IMIGRANTE – ES – CEP: 29375-000



PRI COMARCA DE SÃO JOSÉ DE CALICADA DE SÃO JOSÉ DE CALICADO - ES - CEP. 2947/4/05/

FORUM DES CARLOS SOARES PER L'ABACTERO RUA PEDRO ISRAEL DAVID, SAN L'ENTRE L'ABACTER L

41) COMARCA DE VENDA NOVA DO MAGRANTA FORUM DES TOSÉ VIETRA COETHO AV DOMINGOS PERIM, Nº 335 PATROS VIETRA IMIGRANTE - ES - CEP 193754

LEIS / DECRETOS DE CRIAÇÃO DE COMARCAS DE 1ª ENTRÂNCIA

ÁGUA DOCE DO NORTE

ÁGUIA BRANCA

ALFREDO CHAVES

ALTO RIO NOVO

ANCHIETA

APIACÁ

ATÍLIO VIVACQUA

BOA ESPERANÇA

BOM JESUS DO NORTE

CONCEIÇÃO DO CASTELO

DORES DO RIO PRETO

FUNDÃO

IBATIBA

IBITIRAMA

ICONHA

ITAGUAÇU

ITARANA

JAGUARÉ

IERÔNIMO MONTEIRO

IOÃO NEIVA

LARANIA DA TERRA

MANTENÓPOLIS

MARECHAL FLORIANO

MARILÂNDIA

MONTANHA

MUCURICI

MUNIZ FREIRE

MUQUI

PEDRO CANÁRIO

PINHEIROS

PIÚMA

PRESIDENTE KENNEDY

RIO BANANAL

RIO NOVO DO SUL

SANTA LEOPOLDINA

SANTA MARIA DE JETIBA

SANTA TERESA

SÃO DOMINGOS DO NORTE

SÃO JOSÉ DO CALCADO

VARGEM ALTA

VENDA NOVA DO IMIGRANTE

Lei Complementar 61/1.995, de 30/05/1.995

Lei Complementar 22/1.892

Lei 1.417, de 21/05/1.942

Lei 39, de 28/12/1.993

Lei 2.294, de 13/07/1.967

Lei 3.507/1.982

Lei Complementar 22/1.892

Lei 3.507/1.982

Lei 3.507/1.982

Lei 3.507/1.982

Lei 3.507/1.982

Lei Complementar 22/1.892

Lei Complementar 22/1.892

Lei Complementar 22/1.892

Lei 1.841, de 12/03/1963

Lei 2.454, de 04/11/1.969

Lei 3.507/1.982

Lei 4.528, de 13/05/1.991

Lei 3.507/1.982

Lei 5.068, de 12/07/1.985

Lei Complementar 22/1.892

Lei 926, de 16/07/1.995

Lei Complementar 39/1.993

Lei 4.528, de 13/08/1.991

Lei 2.369, de 20/12/1.968

Lei 9.33/1.955

Lei 2.454, de 04/11/1.969

Lei 925/1.955

Lei 4.528, de 15/05/1.991

Lei 2.814/1.973

Lei Complementar 22/1.892

Lei 3.507/1.982

Lei Complementar 22/1.892

Lei 3.507/1.982

Criada em 13/05/1.884

Lei Complementar 22/1.892

Lei 2.147/1.985

Lei Complementar 39/1.993

Lei 2.454, de 04/11/1.969

Lei Complementar 22/1.892

Lei 4.341, de 17/01/1.990

TERMOPERADO DE CRIVÊYO DE CERTA DE LA TRANSPORTA

VENDA NOVA DO LAIGRANTE " VARCIEM ALTA HAO LOSE DO GALÇATO SAO DOMINOOS DOMORITE S WITA TERESA SANTAMARIAIDE ETIBA SANTALEOPOLDINA HO HOAD DOWN! RIO BANANAL ... PRESIDENTEKENNEDY DICTIVE V FINHEIROS -PELLOGANAMO MINORE MUNIZEKEIRE MUCURICI WINTY MARITANDIA MARECHAL FLORIANCE MANTENOPOUS LANANIA DIA TERPA JOYOUTELAN JERORIMO MONTERO IVOCALE TARAMA ITAGUAÇU ICO ARY IFILIAVIV. TRATIBA ... FINDAO DOPES DO RIO PRETO CONCEIGNO DO CASTELO BOW JESUS DO NORTH BOATSPERANGA ATILIO YIVAGQUA YEIVCW. JYCHIELY . ALTOHIO NOVO PLEREDO CHAYES AGGIA BRANCA AGITA DO NOKIE

PEDAL SERVICE a se proses in the resemble of the second The second D. 1 (4) H. (C) 1 T. PART OF PROPERTY I'm well office I

LEIS / DECRETOS DE CRIAÇÃO DE COMARCAS DE 2ª ENTRÂNCIA

AFONSO CLÁUDIO

ALEGRE

ARACRUZ

BAIXO GUANDU

CASTELO

CONCEIÇÃO DA BARRA

DOMINGOS MARTINS

ECOPORANGA

GUAÇUÍ

IBIRACU

IÚNA

MIMOSO DO SUL

PANCAS

SÃO GABRIEL DA PALHA

Criada em 31/05/1.892

Lei 8, de 30/06/1.892

Criada em 28/07/1.860

Decreto 1.577, de 31/12/1.943

Criada em 26/10/1.938

Lei 463, de 30/01/1.951

Criada em 27/12/1.918

Lei 1.158, de 01/12/1.956

Criada em 08/08/1.931

Criada em 12/11/1.890

Decreto 54, de 12/11/1.890

Criada em 12/11/1.890

Lei 2.369, de 20/12/1.968

Lei 2.369, de 20/12/1.968

LEIS / DECRETOS DE CRIAÇÃO DE COMARCAS DE 3ª ENTRÂNCIA

BARRA DE SÃO FRANCISCO CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM Criada em 16/11/1.876

CARIACICA

COLATINA

GUARAPARI

ITAPEMIRIM LINHARES

MARATAÍZES

NOVA VENÉCIA

SÃO MATEUS

SERRA

VIANA

VILA VELHA

Criada em 31/12/1.943

Lei 2.147/1.985

Criada em 27/11/1.895

Lei 183, de 28/12/1.948

Criada em 23/05/1.835

Lei 183, de 28/12/1.948

Lei 5.437/1.997

Lei 93/1.955

Criada em 23/05/1.835

Criada em 24/05/1.752

Lei 3.201, de 13/03/1.978

Lei 932/1.955

LEIS / DECRETOS DE CRIAÇÃO DE COMARCAS DE E NTRÂNCIA ESPECIAL

VITÓRIA

Criada em 13/10/1.741

LEIS/DECKETOS DE CRIAÇÃO DE COMAR POR LA COMAR DE COMAR D

SAOGABRIELDA PALTIA		
PANCAS	1130/	
MIMOSO DO SUL	1 208	
IDMA	GARANT I	
THIRAÇU	A 4 100 - 1	
CINCUI	grand Lagran	
ECOPORANGA	PSE 1	
DOM: NOOS MARTINS	MANUEL CO.	
CONCEIÇÃO DA BANRA	Della della	3
CASTELO	CHEST OF THE	
BADXO GUANTE		
ARACRUZ	1	11
ALEGKE,	The Late of the	
AFONSO CLÁUDIO	1190.00	6
The specific distribution of the property of the specific and the second of		

LEIS/ DECRETOS DE CRIAÇÃO DE CONTRACA DE ENTRA DECRETOR DE CRIACA DE CRIACA DE CRIACA DE CRIACA DE LA CONTRACA DE LA CONTRACA DE CRIACA
BARRA DE SÃO PRANCISCO
CACHOEIRO DE ITA PEMIRIM
CARIACICA
COLATINA
CUARAPARI
ITAPEMIRIM
LINHARES
NOVA VENECIA
SÃO MATEUS
SERRA
SERRA

LEIS / DECRETOS DE C. I. V. AO DE COMA ICATA PER NTRÂMICIA A PECLAL

VITÓRIA

VILAVELHA

TÍTULO V

DADOS BIOGRÁFICOS DOS DESEMBARGADORES
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
1831 - 2001

III TO A

DADOS BIOGRÁFICOS DO A SELENSA ANA A SELENSA DA BOLO DO ASSERVA O SANA LO SELENSA DE SEL

DADOS BIOGRÁFICOS DOS DESEMBARGADORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO 1831 - 2001

A ordem e os dados, foram recolhidos pelo eminente, inesquecível historiador, jurista, cronista, professor e magistrado Desembargador Eurípedes Queiroz do Valle, em seu livro "DATAS E DADOS DA VIDA JUDICIÁRIA ESPÍRITO-SANTENSE" até o Desembargador Crystallino de Abreu Castro. Daí para frente foi seguida a atualização.

1. Des. JOSÉ FELICIANO HORTA DE ARAÚJO

Nasceu na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo, em Junho de 1831. Formou-se em Direito em Dezembro de 1855, pela Faculdade de S. Paulo. Iniciou a vida pública como advogado dedicando-se também à Política. Presidiu, como deputado, à Assembléia Legislativa do Estado. Fez parte da primeira turma de Desembargadores. Coubelhe presidir à instalação do Tribunal em 4.7.1891. deixou, a função em virtude de ato de fôrça da Junta Governativa que em dezembro daquele ano assumira o poder, dissolvendo o Tribunal. Faleceu nesta Capital em Outubro de 1896 aos 65 anos.

2. Des. CARLOS FERREIRA DE SOUZA FERNANDES

Nasceu no Estado da Bahia. Diplomou-se em Direito pela Faculdade de Recife. Iniciou a vida pública como advogado. Passou rapidamente pelo Ministério Público em seu Estado natal. Em 1889 transferiu-se para o Espírito Santo. Exercia a advocacia quando foi convidado a compor o primeiro Tribunal de Justiça do Estado. Investiu-se da função de Desembargador em 4 de julho de 1891. Deixou a mesma em virtude de dissolução do Tribunal pela Junta Governativa que passou a dirigir o Estado. Em 1892, retornou ao seu Estado natal onde faleceu em outubro de 1897.

3. Des. MANOEL ARMINDO CORDEIRO GUARANÁ

Nasceu no Estado de Sergipe, cidade de S. Cristovam, em 4.8.1848. formou-se pela Faculdade de Direito de Recife. Iniciou a vida pública como Promotor de Justiça em seu Estado natal. Exerceu depois os cargos de Procurador Fiscal do tesouro Provincial, Juiz de Direito, Chefe de Polícia e Secretário de Governo nas Províncias do Piauí e Ceará. Foi um dos integrantes do primeiro Tribunal de Justiça do Estado instalado em julho de 1891, na qualidade de procurador da Justiça, Soberania e Fazenda. Perdeu o cargo em virtude de dissolução do tribunal em 24 de dezembro daquele ano.

DADOS BIOGRÁFIA ES FARA EL SERVICIO DE ASSOCIACIO DE ASPONDADO EN ASPONDADA EN ASPONDADA EN ASPONDADA EN ASPONDADA EN ASPONDADA EN ASPONDADA EN ASPONDADA EN ASPO

A ordem e os dados, intrata recollidar para antigran en a para a constitución de constitución e magnituado Ferma activa a constitución de constitución de Abrambargador Crystallina de Abramba

TO THE

Des JOSEM CONTRACTOR AND A

Nasceu na caria, i de Cachos, de la cachos est a la cachos est

2. Des. CARLOS EFRETE ESTRE JON 17 FORTR 1. F

J. Dec. MANOEL ARCHITICAL PROPERTY OF A PARTY AND A PARTY OF THE PROPERTY OF T

Nasteu no Estado de Sergipe
Faculdada de Direito de Redife. Inc.

Fatado natal. Exerce depois o cara a company de de descripto.

Direito, Chefe de Polícia e Secreta a com dos integrantes de princeto ficia a com dos integrantes de princeto ficia a com qualidade de procurador da Junia.

Ina qualidade de procurador da Junia.

de dissolução do tribunal em 14 de sa company de dissolução do tribunal em 14 de sa company.

4. Des. JOSÉ CAMILLO FERREIRA REBELLO

81-

Nasceu na cidade de Recife, Pernambuco, em julho de 1826. Bacharelou-se em 1848 pela Academia de Direito de seu Estado. Iniciou a vida pública como advogado e depois como membro do Ministério Público*. Exerceu também vários cargos de administração e de eleição. Foi Presidente da Província do Espirito Santo de 17.10.1883 a 16.1.1884. Fez parte do primeiro Tribunal de Justiça deste Estado dissolvido por ato de força de uma Junta Governativa que se apoderou do Governo, nos últimos dias de dezembro de 1891. Dedicou-se, em seguida, à advocacia e ao Magistério Público. Foi Provedor da Santa Casa de Misericórdia do Espírito Santo (1864 - 1867) e era Conselheiro da Imperial ordem da Rosa.

5. Des. EPAMINONDAS DE SOUZA GOUVEIA

Nasceu no Esatado da Bahia em outubro de 1841. Diplomou-se em Direito pela Faculdade de recife, em 1864. Iniciou a vida pública como Promotor Público da Comarca de Taperoá em seu Estado natal. Foi depois Juiz Municipal do Têrmo de Cairú daquela mesma Comarca. Em 1868 transferiu-se para o Espírito Santo exercendo o Ministério Público na Comarca de S. Mateus. Ingressou na Magistratura espírito-santense em março de 1869 como Juiz Municipal e depois Juiz de Direito de Cachoeiro de Itapemirim onde permaneceu até julho de 1874. Em 11.5.1891 foi nomeado Desembargador do Primeiro Tribunal de Justiça do Estado instalado em 4 de julho daquele ano. Deixou essa função com a dissolução do Tribunal verificada em dezembro daquele mesmo ano.

6. Des. AFONSO CLAUDIO DE FREITAS ROZA

Nasceu no Espírito Santo, em 2.8.1859, no lugar Mangaraí, no Município de Cariacica. Formou-se em Direito em 1883 pela Faculdade de Recife. Iniciou a vida pública como Promotor Público da Comarca de Vitória, exercendo em seguida vários outros cargos de administração e de eleição. Foi o primeiro Presidente republicano do Espírito Santo, cargo que exerceu até janeiro de 1890. Reorganizado o Tribunal de Justiça em dezembro de 1891 foi nomeado Desembargador e seu Presidente. Aposentou-se nesta função em 22.10.1920. transferindo-se para o Rio de Janeiro, ali exercendo a advocacia, o magistério superior, dirigindo a Faculdade de Direito do Estado do Rio, cuja cátedra de Direito Romano exerceu até o seu falecimento.

7. Des. LUIZ MANOEL MENDES VELOZO

Natural do Estado da Bahia, cidade de Alagoinhas, onde nasceu em 4.2.1836. diplomou-se em Direito pela Faculdade de Recife, em 1861. Iniciou a vida pública como Juiz Municipal e de Órgãos do Têrmo de Itapicurú naquele Estado e nos de S. João da

4. Des JOSE CAMBLEO PETTALISMA RESTA

Nesseu na cidade de Ne tie, Pernante de Manarel 1846 pela Academa de Decisto de seu Estado de Decisio como membro de Manarel 10 Pública de como membro de Manarel 10 Pública de de ejerção. For Prosidente da 17 de 1847 per parte do primeiro Tribunal de 1970 a 1871 de una funta Covercian a que se apodema de 1871 Dedicou-se, em seguida, Yadvo-ra 1889. Dedicou-se, em segu

S. Des. EPANTINONDASS TOTAL SOCIETY

rem da Nosa.

Masceu no Entralo de Labra em constitutado de labra em constitutada de recife, em 1864 Incasa a vida que constitutado paral. For depois a constitutado marca Em 1866 transferma e para de Camarca de S. Mateus, ingress u na blaga a constitutada e la 1874. Em 11.5 189 doi nome a la constitutada instalado em 4 de alho da constitutada em desembro daquela constitutada em desembro da constitutada em desembro da constitutada em desembro da constitutada em desembro da constitutada em desembro da constitutada em desembro da constitut

6 Det AFONSO CLAUDICAL DE PREFACE DE

Figure 10-se em Direito em 1883 pela Faculda.

Figure 10-se em Direito em 1883 pela Faculda.

Figure 10-se em Direito em 1883 pela Faculda.

Figure 10-se em Direito em 1883 pela Faculda.

Figure 10-se em Direito em 1883 pela Faculda.

Figure 10-se em Direito em 1883 pela Faculda.

Figure 10-se em Direito em 1883 pela Faculda.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10-se em President.

Figure 10

- 7. Des LUIZ MANOEL A L'ALANS PERLAN

Natural de Etrado da Bahia, ciclade de generales un accesa en la plantamente em Direito pela Faculdade de Reconstructura en accesa de Organs do Têrmo de Italia.

Barra e Rio Bonito na Província do Rio de Janeiro. Foi ainda Juiz Municipal em Mearim, no Maranhão. No Espírito Santo exerceu os cargos de Juiz de Direito de Iriritiba e depois Procurador da Soberania, Justiça e Fazenda Pública. Foi nomeado Desembargador da então Côrte de Justiça em 24.12.1891. exerceu a Presidência deste Tribunal em 1895. Aposentou-se nesse cargo em 10.12.1907. faleceu nesta Capital em 28.02.1918.

8. Des. GETÚLIO AUGUSTO DE CARVALHO SERRANO

Nasceu na cidade de Paraíba, hoje João Pessoa, Paraíba, em 10.6.1850. Diplomouse em Direito em 1874 pela Faculdade de recife. Iniciou a vida pública como Promotor de Justiça da Comarca de Borborema no seu Estado, exercendo, em seguida, as funções de Juiz Municipal dos Têrmos de Guarapari, Benevente e Juiz de Direito de Iriritiba no Espírito Santo. Em 1887 era removido para a Comarca de Chaves, no Pará, retornando, no ano seguinte, ao Espírito Santo. Em 24.12.1891 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. Nesse cargo exerceu, como permitia a legislação da época, os cargos de Procurador Geral e Chefe de Polícia. Presidiu o Tribunal em 1909. Aposentou-se em 22.12.1910.

9. Des. ESTEVAM JOSÉ DE SIQUEIRA

Nasceu na cidade de Vassouras, Estado do Rio, em 21.09.1843. Diplomou-se em Direito em 1864 pela Faculdade de S. Paulo. Iniciou a vida pública como Juiz Municipal do Têrmo de Jundiaí exercendo, em seguida, os cargos de Juiz de Direito nas Comarcas de Botocatú, Paraibuna, Itaipava e Caçapava em S. Paulo. No Espírito Santo foi Juiz de Direito na Comarca de S. Mateus, exercendo também as funções de Chefe de Polícia e Procurador Geral. Foi promovido a Desembargador em 11.1.1892. Aposentou-se em 6.7.1902. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 22.5.1919.

10. Des. MANOEL JERÔNIMO GONCALVES

Natural do Estado da Bahia onde nasceu em 5.3.1848. Fez o Curso Jurídico na Faculdade de Recife em 1871. Iniciou a vida pública como Juiz Municipal e depois como Juiz de Direito em seu Estado natal. Transferiu-se para o Espírito Santo em 1889. Ingressou na magistratura espírito-santense como Juiz de Direito da Comarca de Sta. Cruz. Foi promovido a Desembargador em 11.1.1892. Aposentou-se nesse cargo em 28.1.1895.

11. Des. GREGÓRIO MAGNO BORGES DA FONSECA

Nasceu no Estado da Bahia em 18.6.1855. diplomou-se em Direito pela Faculdade de Recife em 1879. Iniciou a vida pública como Promotor de Justiça da Comarca de Benevente, neste Estado. Ingressou na magistratura espírito-santense em 1881, como Juiz

burne Rio Bantio da Pervincia de des estados de la compansión de la compansión Na España Amaraca en 19, 12, 1801, e de la compansión de Justiça en 19, 12, 1801, e de la compansión de la compans

8. Des CETÚLIO AUGUST MAS COMASTATA A AL MAN

Nesceu na cidade de l'a alta tonas em Dineiro em 1874 pela l'a valdada de Dineiro em 1874 pela l'a valdada de Dineiro em 1874 pela l'a valdada de Comarco de Norbosema em Partiga da Comarco de Norbosema em Espírito Sinto. Em 1887 era remayodo para de Justiga do Espírito Sarcio. Em 74 de Procurados Cieral e Chefa de Polasa.

o De Eale, which is the same

Nacceura catado de Vassouro.

Dirento em 1864 pela Faculdado de S. Vas.

da Térmo de jundia exercendo, em a catado de S. Maria

TO DO WYNOR SEED OF SEED AND A SEED

Facuidade de Recute em 1871. Injuran a company de la facuidade de Recute em 1871. Injuran a company de Directo em teu Estado narul. Estado nar

THE MALDALGRICOND OF LEXIT COSTALL AS IN 1887 IN

Nanceu no Estado da Bonta em manda activada de Recite em 1879. Inicion a tado activada que a face a para a la companidade de Benevente, neste fatado, impresson no manda activada a companidade.

Municipal do Têrmo de Itapemirim. Foi promovido a Juiz de Direito em 1892, exercendo a judicatura nas Comarcas de Sta. Cruz e na 1ª. Vara de Vitória. Em 8.7.1902 era promovido a Ministro da então Côrte de Justiça do Estado. Exerceu a Presidência do Tribunal nos anos de 1911 e 1921. Aposentou-se em 27.7.1925.

12. Des. JOSÉ CARDOSO DA CUNHA

Natural do Estado da Bahia. Nasceu em 28.6.1843. Diplomou-se em Direito pela Faculdade de Recife em 1867. Iniciou a vida pública como Promotor de Justiça da Comarca de Ilhéus em seu Estado. Exerceu, em seguida, os cargos de Juiz Municipal e de Órfãos dos Têrmos de Monte-Alto, Viçosa, Caravelas e Santo Amaro no mesmo Estado. Deixando a Bahia foi Juiz de Direito na Comarca de Curitibanos em Sta. Catarina e Piratinis no Amazonas. Em 1893 transferiu-se para o Espírito Santo ingressando na magistratura espírito-santense como Juiz de Direito da Comarca de Benevente e depois na da Capital. Exerceu também o cargo de Chefe de Polícia. Em novembro de 1895 era promovido a Desembargador. Aposentou-se em dezembro de 1897.

13. Des. ANTÔNIO FERREIRA COELHO

Nasceu no Estado de Pernambuco, na cidade de Recife, em 21.9.1860. Formou-se em Direito em 1884 pela Faculdade de seu Estado. Iniciou a vida pública como Promotor de Justiça da Comarca de Macáu, no Rio Grande do Norte. Exerceu, a seguir, os cargos de Juiz Municipal e de Órfãos do Têrmo de Tubarão em Sta. Catarina e Juiz de Direito de Moragogy em Alagoas. Daí removeu-se para a Comarca de Benevente, neste Estado, exercendo, ainda a judicatura nas Comarcas de Viana, Barra S. Mateus e Capital. Foi promovido a Desembargador em julho de 1896. Presidiu, por mais de uma vez, o Tribunal. Aposentou-se em 31.3.1925. faleceu no Rio de Janeiro em 14.6.1933.

14. Des. DANIEL GERMANO DE AGUIAR MONTARROYOS

Nasceu na cidade de Recife, Pernambuco, em 13.10.1834. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de seu Estado natal, em maio de 1862. Iniciou a vida pública no Estado de Sergipe como Promotor de Justiça. Em 1895 transferiu-se para o Espírito Santo. Ingressou na Magistratura espírito-santense como Juiz Municipal e de Órfãos e depois como Juiz de Direito da Comarca da Serra. Em dezembro de 1897 era promovido a Desembargador da então Côrte de Justiça do Estado. Faleceu no exercício dessa função em 3.11.1901.

15. Des. BARCIMIO PAES BARRETO

Nasceu em Recife, Estado de Pernambuco, em 30.1.1853. Diplomou-se em Direito pela Faculdade de seu Estado em novembro e de Órfãos do Têrmo em São José, no Estado de Sta. Catarina, de onde foi removido para a de Itapemirim, neste Estado e em seguida

12 Dec JOSÉ CAPPORTATION OF THE

Natural do Estado da Baiva. Natrea de Unidade de Recife em 1867. Iniciou a vida, de Uneas transcu Estado. Exerceu, em aguida.

Tarinos de Monte. Aito, Viçosa, Caravelas e Caramanas. Em 1897. transcritar e ana o Espín.

Amazonas. Em 1897. transferiu ar cara o Espín.

Sautense como juta de Direito de Comarca de Espín.

Lambino datgade Chefe de Rolleis. Em 1907.

THE PROPERTY OF THE PROPERTY O

Nasceu no Estado de Perumbuco, na lessa de Maceu de Berumbuco, na lessa de Maceu esta 1884 pela Far ulciade de seu Finda.

de Justiga da Comarca de Maceu, no Mo Comarca de Muhicipal e de Ortas do Termo de Tuina de Tuina de Montepal e de Ortas do Termo de Tuina de Tuina de Montepal e de Ortas do Termo de Tuina de Tuina de Tuina de Montepal e qui Alagora. Esta removeu se para de reservendo, ande a judica cara nas Comarca de Visa de Tuina de Tuina de La Comarca de Tuina

IN DESCRIPTION OF THE STATE OF

Pleaceu na cidade de Roccia, Permantino de la 10-102 de la compensa de seu Estado matal, en mandre de la compensa de seu Estado matal, en mandre de la compensa de Justiça. Em 1802 de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de Serra. Em desembro de la compensa de la compensa de Serra. Em desembro de la compensa del compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa del compensa de la compensa del compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa del compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa de la compensa

1. 15. Dec BARCHALONY PRAKAEN

Pele Faculdade desseu Estado em novembros do mario do mario do mario do mario do mario de como

para a da Capital. Em fevereiro de 1892 foi nomeado Juiz da Comarca de Guarapari, promovido, depois para a da Capital. Foi nomeado Ministro da então Côrte de Justiça do Estado em 21.10.1898. Aposentou-se nesse cargo em 28.3.1910.

16. Des. JOÃO MADEIRA FREITAS

Nasceu em Pernambuco, Recife, em 5.2.1866. Formou-se em Direito pela Academia de seu Estado natal em novembro de 1889. Iniciou a vida pública, neste Estado, como Promotor de Justiça da Comarca de Guarapari e depois da de Benevente, hoje Anchieta. Ingressou na Magistratura espírito-santense em 1892 como Juiz de Direito da Comarca de Alfredo Chaves, promovido, depois para a de Sta. Leopoldina. Em 1905 foi nomeado Chefe de Polícia do Estado, cargo que exerceu até 17.12.1907, quando foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça. Aposentou-se nesse cargo em 2.4.1913. Faleceu no Rio de Janeiro em 25.4.1914.

17. Des. MANOEL DOS SANTOS NEVES

Nasceu neste Estado, cidade de S. Mateus, em 12.10.1868. iniciou o Curso Jurídico em Recife e terminou em S. Paulo. Iniciou a vida pública como Juiz Municipal e de Órfãos do Têrmo de Araruama, no Estado do Rio de Janeiro. Ingressou na Magistratura espíritosantense em maio de 1892, como Juiz de Direito da Comarca de S. Mateus. Ali permaneceu durante 14 anos. Em dezembro de 1907 foi promovido a Ministro da então Côrte de Justiça do Estado. Foi Presidente da mesma, durante vários anos em sucessivas eleições. Aposentouse em 15.12.1930. Faleceu no Rio de Janeiro em 28.1.1954.

18. Des. CARLOS FRANCISCO GONÇALVES

Natural do Estado da Bahia. Nasceu em Salvador em 14.2.1870. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Recife em outubro de 1891. Iniciou a vida pública neste Estado como Promotor de Justiça da Comarca de Sta. Cruz. Ingressou na Magistratura espíritosantense como Juiz de Direito da Comarca de Guandú, hoje Afonso Claudio. Foi, em seguida, Juiz nas Comarcas de Sta. Leopoldina, Barra de S. Mateus e Itabaporana. Exerceu também o cargo de Chefe de Polícia do Estado até 7.4.1910 quando foi promovido a Ministro da então Côrte de Justiça, cuja Presidência exerceu em 1911 e em 1914. Aposentou-se em 29.11.1921.

19. Des. FRANCISCO DE PAULO MENDES WANDERLEY

Nasceu em Serinhaen, Pernambuco, em 10.2.1861. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de seu Estado, em 1888. Iniciou a vida pública como Promotor de Justiça da Comarca de Palmares em seu Estado. Exerceu em seguida, o cargo de Procurador Fiscal do

per olde Capital, Em feverend de 1657 p. 1871

IN Deb JOAC . - . C. - A FILE . . -

Nasceu eni Permantbuco, Recife, esta de Santa de

IT. Des MANOSI DA ANTA ICO MAN

Nasceu neste Estado, ciclode de S. M.

em Recife e termana area S. Nado, Intera e
do Térmo de Agaruana, no Estado do Rose
santense em majo de 1892, como Jutz de C.
durante 14 anos. Em destembro de 1907 no
do Estado. Roi Presidente da mesma, durano.
de em 15 12.1930. Falecea no Roi de Jana

18. Des. CARLOS PELAS CACCA CALA, TATA

Natural do Estado da Buhill. Nos estados da Caragos de Reside em nos da como Promotor de Justiça da Caragos satitense como Jula de Direiro da Coma esguda, Juia nas Comarcas de Sta Lougos também o cargo de Chefe de Polícia de Barilla de Cinte de Justiça, cuja Presid:

19. Des. FRANCISCO DE FATA DE LE ANTICA Y COMPANY

Nagotu em Serminaen, Permambera, 1888, Iva.
Faculdade de seu Estado, em 1888, Iva.
Comarca de Palmares erraeu Estado, fina

Município de Agua-Prêta no mesmo Estado. Mudou-se para Minas Gerais e exerceu naquele Estado o cargo de Promotor nas Comarcas de Pouso Alegre e Ouro Fino. No Estado do Rio foi, também, Juiz Municipal e de Direito na Comarca de Maricá. Ingressou na Magistratura espírito-santense como Juiz de Direito da Comarca de Guandú, hoje Afonso Cláudio e em seguida nas Comarcas de Alfredo Chaves, Serra, Linhares, Sta. Leopoldina e Capital. Em 24.12.1910 foi promovido a Desembargador. Presidiu o Tribunal em 1917. Aposentou-se em 5.4.1921.

20. Des. ANÉSIO AUGUSTO DE CARVALHO SERRANO

Nasceu na cidade de Paraíba, hoje João Pessoa, Estado da Paraíba, em 31.03.1850. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de | recife em novembro de 1873. Iniciou a vida pública como Promotor de Justiça da Comarca de Ingá e, em seguida, a de Campina Grande em seu Estado natal. Mudando-se para Pernambuco, exerceu ali o cargo de Juiz Municipal e de Órfãos da Comarca de Borborema. Foi também Delegado Estadual exercendo, em seguida, os cargos de Conselheiro Municipal, Procurador Fiscal e Diretor da Caixa Econômica. Ingressou na Magistratura espírito-santense em 1896 como Juiz de Direito da Comarca de Piúma que instalou em fevereiro daquele ano. Exerceu em seguida, a judicatura nas Comarcas de Guarapari e S. Mateus. Em 5.1.1912 foi promovido a Desembargador. Aposentou-se nesse cargo em 3.2.1917. Faleceu nesta Capital em Julho desse ano.

21. Des. LOURENÇO DE MORAIS FREITAS BARBOSA

Nasceu em Recife, Pernambuco, em 23.7.1867. Formou-se em Direito pela Faculdade de seu Estado. Iniciou a vida pública como Juiz Municipal e de Órfãos do Têrmo de Boa-Vista naquele Estado. Transferindo-se para o Espírito Santo, ingressou no Ministério Público Estadual como Promotor de Justiça da Comarca de Calçado. Nomeado Juiz de Direito, exerceu a judicatura na Comarca de Rio Novo de onde se transferiu em seguida, para a de Itapemirim. Em abril de 1913 era promovido a Desembargador. Exerceu a Presidência do Tribunal em 1919 a 1924, ano em que se aposentou. Faleceu na cidade de C. Itapemirim em 23.03.58.

22. Des. LEVINO AUGUSTO DE HOLANDA CHACON

Natural do Estado de Pernambuco. Formou-se em Direito pela Faculdade de Recife. Iniciou a vida pública como Advogado e em seguida como Promotor Público da Comarca de Pão de Assucar no Estado de Alagoas. Vindo para o Espírito Santo ingressou na Magistratura do Estado em 19.2.1907 como Juiz de Direito da Comarca de Alegre. Foi promovido, em seguida, para a Comarca de Sta. Leopoldina. Aceitando a nomeação de Chefe de Polícia, como permitia a legislação do tempo, transferiu-se para a Capital do

Muntamo de Agua-Préta no mesmo tistado. Seu en se y a comenca entra esta nacesa en maguele Estado o cargo de Prostorer nas Curso en le importablemente en la Estado do Kio fot, também, Jun Mendapal entra en mana en espúrto-sintense como luir de mana en espúrto-sintense como luir de mana en espúrto em reguida nas Comantes en en estado de mas como la estado de entra reguida nas Comantes en en espúrto de entra reguida nas Comantes en en espúrto de entra reguida nas Comantes en en espúrto de entra reguida nas Comantes en en espúrto de entra reguida nas Comantes en en espúrto de entra reguida nas Comantes en entra en en espúrto de entra reguida nas comantes en entra facilitar de entra entra entra en entra

to be Amesicaugusto of Latvality seed to

Facharetou-se em Direito pela éta tildade de la constanta de la como Promotor de jastiga da Constanta de la como Promotor de jastiga da Constanta de la como Promotor de jastiga da Constanta de la constanta

1 21. Del LOURENÇO DE MORTINA PARTICIONARIO POR

22, Day, LEVINO AUGUSTO PER PARTE A PARTE A

Estado, ficando em disponibilidade. Em 11.11.1920 era promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça. Aí permaneceu até 13.8.1926 quando requereu a sua aposentadoria.

23. Des. JOSÉ ESPÍNDULA BATALHA RIBEIRO

Nasceu nesta Capital em 2.3.1869. Bacharelou-se em Direito em 1892 pela Faculdade de Direito de São Paulo. Iniciou a sua vida pública como Promotor de Justiça da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim. Ingressou na Magistratura espírito-santense em fevereiro de 1896 como Juiz de Direito daquela mesma Comarca. Promovido para uma das Varas da Comarca da Capital, aí permaneceu até 1.10.1921 quando foi elevado a Desembargador. Nesse cargo exerceu como permitia a legislação do tempo, o cargo de Procurador Geral do Estado por mais de uma vez. Foi também Corregedor Geral da Justiça e presidiu o Tribunal no biênio de 1928-30. Aposentou-se em 1.4.1930. Faleceu nesta Capital em 2.11.1942.

24. Des. GENUINO AGUIDO DE ANDRADE

Nasceu na cidade de Recife, Pernambuco, em 5.2.1865. Formou-se em Direito pela Faculdade de seu Estado em 1894. Iniciou a vida pública neste Estado como Promotor de Justiça da Comarca de Alto-Guandú, hoje Afonso Cláudio, em 1895. Ingressou na Magistratura espírito-santense em dezembro de 1896 como Juiz de Direito da Comarca de Sta. Leopoldina. Foi promovido depois para uma das Varas da Capital. Em 14.6.1922 era nomeado Desembargador. Faleceu no exercício desse cargo em 8.1.1926.

25. Des. JOSIAS BATISTA MARTINS SOARES

Nasceu na cidade de Vila Nova, Estado de Sergipe, em 27.7.1874. Bacharelou-se em Direito em 1895 tendo iniciado o Curso na Faculdade de Direito da Bahia e terminado na de Recife. Iniciou a vida pública neste Estado como Promotor de Justiça da Comarca de Piúma. Ingressou na Magistratura vitalícia em setembro de 1897 como Juiz de Direito da Comarca de Benevente, hoje Anchieta. Foi, anos depois, promovido para a Comarca de Sta. Leopoldina. Em janeiro de 1925 foi promovido a Desembargador. Nesse cargo exerceu, como facultava a legislação da época, as funções de Procurador Geral do Estado por mais de uma vez. aposentou-se em 5.41926. faleceu nesta capital em 8.5.1945.

26. Des. JOSÉ ANTÔNIO LOPES RIBEIRO

Nasceu em Salvador, Estado da Bahia, em 19.9.1868. Formou-se em Direito pela Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro em 1897. Iniciou a vida pública como Promotor Público da Comarca de Bom Sucesso e depois na de Pouso Alegre, ambas no Estado de Minas Gerais. Em 1907 transferiu-se para o Espírito Santo ingressando no Ministério Público do Estado na Comarca de Alegre. Ingressou na Magistratura vitalícia

do Estado em 1908 como Juiz de Direito da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim. Em 1924 era transferido para uma das Varas da Capital do Estado. Nesse cargo exerceu, com permitia a legislação do tempo, o cargo de Secretário do Interior no Governo Florentino Ávidos. Em 1925 foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça voltando, em seguida às funções de Secretário de Estado. Aposentou-se em fevereiro de 1929. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 16.02.1958.

27. Des. HENRIQUE O'REILLY DE SOUZA

Nasceu em 02.10.1871 na cidade de São Pedro de Itabapoana, Espírito Santo. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1894. Iniciou a vida pública como Professor de Geografia no Liceu de Artes e Ofícios no Estado de São Paulo. Foi depois Delegado de Polícia no Rio de Janeiro. Retornando ao Espírito Santo, foi Promotor Público da Comarca de Itabapoana e da de Guarapari, sendo em seguida nomeado Chefe de Polícia do Estado. Ingressando na Política elegeu-se Deputado Estadual. Voltou porém à Magistratura vitalícia em janeiro de 1909 como Juiz de Direito da Comarca de Linhares. Exerceu ainda a judicatura nas Comarcas de Sta. Leopoldina e numa das Varas da Comarca da Capital. Foi promovido a Desembargador em julho de 1925. Aposentou-se como Presidente do Tribunal em 16 de dezembro daquele mesmo ano. Faleceu no Rio de Janeiro em 18.12.1927.

28. Des. CRISTIANO VIEIRA DE ANDRADE

Nasceu na cidade de Rio Banco, Estado de Minas, em 31.7.1860. Diplomou-se em Direito em 1886 pela Faculdade de Direito de São Paulo. Iniciou a vida pública como Advogado em sua cidade natal. Transferiu-se depois para o Espírito Santo onde ingressou no Ministério Público como Promotor da Comarca de Itapemirim. Exerceu idêntica função nas de Cachoeiro de Itapemirim, Itabapoana e Capital. Exerceu em seguida, cargos de eleição como o de Presidente do Conselho Municipal do Município de Itabapoana e Deputado Estadual em 1891. ingressou na Magistratura vitalícia do Estado em 1892 como Juiz de Direito da Comarca de Rio Pardo, hoje Iúna. Exerceu também a judicatura nas Comarcas de Sta. Júlia, hoje Ibiraçú, Guarapari, Afonso Cláudio e Sta. Leopoldina. Em janeiro de 1926 era promovido a Desembargador. Exerceu a Presidência do Tribunal em 1931. Aposentou-se em janeiro de 1932, retornando às atividades políticas, como Deputado à Assembléia Legislativa do Estado cuja Presidência exerceu em 1936. Faleceu nesta Capital em 27.5.1938.

29. Des. OSCAR FARIAS SANTOS

Nasceu no Estado do Espírito Santo, na cidade de São Mateus, em 4.7.1879. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade Livre da cidade do Rio de Janeiro. Iniciou a vida

cra transferido para uma das intra de Capaca.

a legislação do tempo, o cargo de Caractários.

1925 foi promovido a Desembargador de Tudo de Secretário de Estado Aposento o se en a la Secretário de Estado Aposento o se en a la Secretário de La Secretário de Estado.

ALDOR HENRIQUES AND THE STATE OF

Naxeu em 02.10.1871 na cidade

tja inneliat-se em Direnta pela Faculdade do in

tomo Professoi de Geografia na taceu de An s

tomo Professoi de Geografia na taceu de An s

tomo Professoi de Geografia na taceu de An s

tomarca de Irabapoana e da se Giustapa.

da firmarca de Irabapoana e da se Giustapa.

to Estado. Impressando na Politica elege.

Mingistrasura vitalícia em janeiro de 190% e a

exerceu amda a judicatara nas firmarcas de

da firmatal. Foi promovido a Desembarga.

resi terre do Tribunal em 10 de dezembro de 1917.

28 Des CRISTIANO UNE PER LA PER LA PERCENTIA

Nusceu na cidade de Ru, Renco, Fera;

Sureito em 1886 pela Facuidade de Direira.

Auvogado em sua cidade nata. Transferiusa:

Su Ministério Público como l'rumotor da Con el mandi. Cachoeiro de Itapenium, trabapcasa.

elesgas como o de Presidente da Conveti. A sureira de como puntado Estadual em 1891, impressor na Marca de Direito da Comarca de Nio Parde da com reas de Sta. Júlia, hoje faraça. Guerra a sureira de 1926 era promovide a L'esemba.

1931 Aposentina-se em janeiro de 1932, renca.

a Astemblésa Legislativa "e Estado aja Prata la marca.

IN DECORON AND A SERVICES

Nasicu no datado do Esparao Sa esta de la Sacrita de la Sa

pública como Promotor de Justiça em sua cidade natal. Ingressou na Magistratura vitalícia do Estado em 25.2.1911, como Juiz de Direito da Comarca de Rio Pardo, hoje Iúna. Exerceu, em seguida, a judicatura nas Comarcas de Pau Gigante hoje Ibiraçú, e Sta. Leopoldina. Em janeiro de 1926 era promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça. Exerceu a sua Presidência no biênio 1932-33. Aposentou-se em 3.3.1936. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 29.5.1937 aos 58 anos.

30. Des. CARLOS XAVIER PAIS BARRETO

Nasceu na cidade de Recife, Pernambuco, em 12.11.1881. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de seu Estado. Iniciou a vida pública como Promotor de Justiça na Comarca de Rio Formoso e depois na de Recife. Transferindo-se para o Espírito Santo, aqui ingressou no Ministério Público como Promotor de Justiça de Afonso Cláudio. Exerceu, em seguida, os cargos de Procurador-Geral, Secretário de Estado, Consultor Jurídico além de outros do Magistério. Ingressou na Magistratura vitalícia do Estado em novembro de 1911 como Juiz de Direito da Comarca de Afonso Cláudio exercendo, em seguida, a judicatura em várias outras. Em abril de 1926 era promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça, cujos destinos dirigiu, como seu Presidente, em 1936. Aposentou-se nesse cargo em 5.8.1938. Foi um dos fundadores da Faculdade de Direito do Estado e seu primeiro Prof. de Direito Penal.

31. Des. CASSIANO CARDOSO CARTELO

Nasceu na cidade de Serra, Espírito Santo, em 26 de março de 1882. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade da Bahia em 1906. Iniciou a vida pública ainda estudante, como Professor de inglês do Colégio Spencer na capital baiana. Concluído o Curso Jurídico retornou ao seu Estado natal onde exerceu os cargos de Promotor Público, Procurador Fiscal da Municipalidade da Capital, Prefeito Municipal, Diretor de Segurança Pública e Secretário do Interior, além de cargos de eleição como o de Deputado à Assembléia Legislativa. Ingressou na Magistratura vitalícia do Estado em novembro de 1911, como Juiz de Direito, exercendo ainda a judicatura em várias outras Comarcas. Em agosto de 1926 foi promovido a Desembargador. Faleceu, inesperadamente, em 24.1.1933, no exercício da função judicante.

32. Des. AUGUSTO AFONSO BOTELHO

Nasceu no município de Olinda, Distrito de Beberibe, Estado de Pernambuco, em 6.1.1886. Bacharelou-se em Direito em dezembro de 1908, pela Faculdade de seu Estado natal. Iniciou a vida pública como Suplente de Juiz Municipal da 2ª. Vara da Comarca de Recife. Transferiu-se em 1910 para o Estado do Espírito Santo, ingressando no Ministério Público, como Promotor da Comarca de Rio Pardo, hoje Iúna. Em fevereiro de 1913 foi

10. Det CARLOS X-VILLE (BAS DAFF).

Fine uldade de Direir, a de seu Estado Invaso de la seguididade de Direir, a de seu Estado Invaso de la seguididade de Direir, a de seu Estado Invaso de la seguididade de Direiro Público como Estado Estado Estado de la seguididade de Practicador-Cieral de tratador Direiro de Practicador-Cieral de tratador Direiro de Direiro de Direiro da Comesa de Manara de la seguididade de Direiro de Comesa de Manara de Direiro de Direiro de Direiro de Direiro de Salabada

31. Des CASSIANE - AMODEO CHETTINE

em Diresto pela Facuidade da Batino en la finante a la como Professor de ingles do Colegia Special de la finante a la finante a la finante a la finante a la finante a la finante a la finante a la finante a la finante de la fin

32. Des. AUGUST a del gibrare l'Estate.

nomeado Juiz de Direito da Comarca de Marechal Hermes então pertencente ao Espírito Santo. Com a passagem da jurisdição da Comarca de Rio Pardo, exercendo, em seguida, a judicatura em outras Comarcas, inclusive a da Capital, numa de suas Varas. Em fevereiro de 1929 era promovido a Desembargador. No Tribunal exerceu a Presidência do biênio 1937-38. Fez parte do Tribunal Eleitoral, cuja Presidência exerceu. Aposentou-se em 26.1.1948. Faleceu em 05/12/63.

33. Des. JOSÉ DE BARROS WANDERLEY

Nasceu na cidade de Palmares, Estado de Pernambuco, em 27.04.1891. Bacharelouse pela Faculdade de Direito de Recife em seu Estado natal. Iniciou a vida pública como Advogado. Transferindo-se para o Espírito Santo, aqui ingressou na Magistratura vitalícia na Comarca de Alegre. Removeu-se depois para a de Cachoeiro de Itapemirim. Removido para uma das Varas da Comarca da Capital teve que ficar em disponibilidade dada a incompatibilidade, por parentesco, com Serventuários da Justiça desta Comarca. Em 19.3.1926 era promovido ai cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, cujos destinos dirigiu no biênio 1930-31. Aposentou-se em 26.1.1948. Foi Professor de Direito Judiciário Civil da Faculdade de Direito do Estado.

34. Des. JOÃO MANOEL DE CARVALHO

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 9.6.1886. Bacharelou-se em 1911 pela Faculdade de Direito de sua cidade natal. Iniciou a vida pública como Secretário do Governo do Espírito Santo. Exerceu depois os cargos de Delegado Auxiliar de Polícia e outros do Magistério. Ingressou na Magistratura vitalícia do Estado em 1916 como Juiz de Direito da Comarca de Alegre. Exerceu também a judicatura nas Comarcas de Domingos Martins, Sta. Leopoldina e Capital, na 2ª. Vara. Em 1930, com a vitória do Movimento Revolucionário desse ano, fez parte da Junta Governativa exercendo depois as funções de Secretário da Educação. Em janeiro de 1931 era promovido a Desembargador. No Tribunal de Justiça foi eleito sucessivamente Corregedor-Feral, Vice-Presidente e afinal Presidente em 1952. Fez parte do Tribunal Regional Eleitoral cuja Presidência exerceu. Aposentou-se em junho de 1955. Faleceu em 25/11/65.

35. Des. JOSÉ VICENTE DE SÁ

Nasceu na cidade de Estância, Estado de Sergipe, em 05.04.1886. Bacharelou-se em dezembro de 1909 pela Faculdade de Direito de Recife. Iniciou a vida pública neste Estado como Promotor Público da Comarca de Viana de onde foi promovido, em 1914, para a Capital. Ingressou na Magistratura do Estado em 1916 como Juiz de Direito da Comarca de São Mateus. Desta foi removido para a de Itapemirim onde permaneceu até 1929, quando foi removido para uma das Varas da Comarca da Capital. Em março de

Sauto Com à passegrem da jurisanção da Comarca de Marte. El merca de la comarca de Marte. El merca de la comarca de Marte. El merca de la comarca de la comarca de la comarca de la comarca de 1929 em promovido a Desembrigadon Nei de la comarca de 1937-38. Fea parte do Tribunal El froral, cara F. Mencia el merca de 1937-38. Fea parte do Tribunal El froral, cara F. Mencia el merca de 1937-38. Fea parte do Tribunal El froral, cara F. Mencia el merca de 1937-38. Fea parte do Tribunal El froral, cara F. Mencia el merca de 1937-38. Fea parte do Tribunal El froral, cara fe mencia el merca de 1937-38. Fea parte do Tribunal El froral, cara fe mencia el mencio el mencia el mencio el menci

13. Des JOSÉ DE BABRO : WAS DIRECT

Nescesa residiade de Palmares, Estados a caracidade de Caracidade de Palmares, Estados a caracidade de Direito de Recife em seu a santa matera antidade de Direito de Recife em seu a santa matera de Alegre. Removeu-se depois para a la Lita samura. Il transcribitado para amá das Varas da Comarca da Capital tera antidade aprendente de Capital de caracidade, por parentesco, com Serva a la la caracidade de Capital de Capital de caracidade de Capital de caracidade de Capital de caracidade de Capital de Capital de caracidade de Capital de Capital de caracidade de Capital de Capital de caracidade de Capital de Capital de caracidade de Capital de Capital de caracidade de Capital de Capital de caracidade de Capital de Capital de caracidade de Capital de Capit

M. Des. JOÃO MANICA - ECLASTA COS

Faculdade de Direita de sua cidade natal. I en la sua parte de Direita de sua cidade natal. I en la sua parte de Direita de sua cidade natal. I en la sua parte de Direita de sua cidade natal. I en la sua parte de Direita de Baptino Santo. Exerceu depois de la sua casa de la

JS. Des. JOSÉ TRADA TORE

Figure de cidade de Estáticia, Estado de Conferma de Conferma de 1909 pela faculdade de Direita de Conferma de 1909 pela faculdade de Direita de Conferma de Confe

1931 era promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça. Fez também em 1946 a Corregedoria-Geral da Justiça. Fez também parte do Tribunal Regional Eleitoral cuja Presidência exerceu. Foi professor de Direito Civil da Faculdade de Direito do Estado. Aposentou-se em 26.04.1956. Faleceu no Rio de Janeiro em 29.3.58.

36. Des. WALDEMAR PEREIRA

Nasceu na cidade de Salvador, Bahia, em 13.05.1886. Bacharelou-se em 1908 pela Faculdade de Direito de seu Estado. Iniciou a vida pública como Procurador da República no Estado de Goiás. Em 1913 transferiu-se para o Espírito Santo ingressando no Ministério Público do Estado como Promotor da Comarca de Rio Pardo, hoje Iúna. Foi nomeado juiz de Direito, em 1920, com exercício na Comarca de Calçado. Em 28.1.1923 exercia a judicatura numa das Varas desta Capital, quando foi promovido ao cargo de Desembargador. Foi eleito Presidente do Tribunal para o biênio 1943-44. Rejeitou, em 1945, a sua nomeação para Interventor Federal do Estado. Faleceu nesta Capital em 24.6.1947, em pleno exercício do cargo.

37. Des. DANTON BASTOS

Nasceu em São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro, em 29.11.1889. Bacharelou-se em Direito em 1913, pela Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro. Iniciou a vida pública ainda estudante, como funcionário da Imprensa Nacional, naquela cidade. Formado em Direito, ingressou no Ministério Público espírito-santense como Promotor de Justiça da Comarca de Colatina e depois na da Capital. Exerceu depois as funções de Consultor Jurídico do Estado, Procurador-Geral e Prefeito da Capital. Ingressou na Magistratura vitalícia do Espírito Santo em março de 1922 como Juiz de Direito da Comarca de Anchieta. Exerceu também a judicatura nas Comarcas de Alfredo Chaves, Sta. Teresa, Itabapoana, Cachoeiro de Itapemirim e numa das Varas desta Capital. Em fevereiro de 1933 era promovido ao cargo de Desembargador. No Tribunal exerceu, por duas vêzes a Presidência (1946 e 1956). Representou o Tribunal, juntamente com o Des. Rômulo Finamore na 1ª. Conferência Nacional de Desembargadores, reunida em julho de 1943 na cidade do Rio de Janeiro. Fez parte do Tribunal Regional Eleitoral, cuja Presidência exerceu. Aposentou-se em novembro de 1959. Faleceu em 01 de abril de 1974.

38. Des. GILSON VIEIRA DE MENDONÇA

Nasceu na cidade de São João Napomuceno, Estado de Minas, em 24.6.1887. Bacharelou-se em Direito em São Paulo, em dezembro de 1913. Iniciou a vida pública como Tabelião de Notas e Escrivão do Judicial da Comarca de seu nascimento. Foi depois Juiz Municipal do Têrmo de Guaraná, da Comarca de Mar de Espanha, naquele mesmo Estado. Em 1920 transferiu-se para o Espírito Santo onde exerceu os cargos de Delegado

St. Des. W. M. SMAR PERFOR

Faculdade de Direito de seu Estado, Inc., e la administração de Conés. Em 1913 transfer a seu Estado, Inc., e la administração de Emido de Conés. Em 1913 transfer a seu estado foi a seu estado como Promotor da la seu estado seu estado seu estado em 1920, com exercício a seu em 1920, com exercício a seu em 1920, com exercício a seu em estado em 1920, com exercício a seu em estado em 1920, com exercício a seu em estado em 1920, com exercício a seu em estado em estado em 1920, com exercício a seu em estado em 1920, com exercício a seu em estado em 1920, com exercício a seu em estado em estado em 1920, com exercício a seu em estado em 1920, com exercício a seu em estado em estado em 1920, com exercício a seu em estado em 1920, com exercício a seu em estado em 1920, com exercício a seu em estado em e

37. Dec D. P. F.NVB - STOR

Nistorii em São Fidélis. Estacio de Faculdade de vide pública ainda estradaris, como fue vide pública ainda estradaris, como fue en la faculdade de vide pública ainda estradaris, como fue en la faculdade de formado em Direito, ingressou no Mans en la facilita de Consultor Jurídico do Estado. Pros en la facilita de Espiento Servica en la facilita de Espiento Servica en la facilita de Espiento Servica en la facilita de Espiento Servica en la facilita de Espiento Servica en la facilita de Espiento Servica en la facilita de Espiento de Itapemitica en la producido de Itapemitica en la producido de Itapemitica en la facilita de Localidade do Rio de Janeiro. Fez parte en la facilita de Rio de Janeiro. Fez parte en la facilita de Rio de Janeiro. Fez parte en la facilita de Rio de Janeiro. Fez parte en la facilita de la Rio de Janeiro. Fez parte en la facilita de la Rio de Janeiro. Fez parte en la facilita de la Rio de Janeiro. Fez parte en la facilita de la Rio de Janeiro. Fez parte en la facilita de la Rio de Janeiro. Fez parte en la facilita de la Rio de Janeiro. Fez parte en la facilita de la Rio de Janeiro. Fez parte en la facilita de la Rio de Janeiro. Fez parte en la facilita de la Rio de Janeiro. Fez parte en la facilita de la Rio de Janeiro. Fez parte en la facilita de la Rio de Janeiro. Fez parte en la facilita de la Rio de Janeiro. Fez parte en la facilita de la Rio de Janeiro. Fez parte en la facilita de la Rio de Janeiro. Fez parte en la facilita de la Rio de Janeiro. Fez parte en la facilita de la Rio de Janeiro. Fez parte en la facilita de la Rio de Janeiro. Fez parte en la facilita de la Rio de Janeiro.

38. Des GILSON WEIDE DESMINATION OF

Nanceu na cidade de São Jab 11 anti-ce a 1 a de la decharelou-se em Dureito em São Paulo, apri-ce de la como Tabelhão de Norus e Escrivão do Jab 11 de la manara para a 1 a de la juis Municipal do Termo de Curaraná, da 1 anti-ce a 1 a de la juis Municipal do Termo de Curaraná, da 1 anti-ce a 1 a de la juis Sando. Em 1920 transferiu de para o Esplica Sando a para a 1 a de la juis de l

Auxiliar de Polícia e Delegado Geral. Ingressou na Magistratura vitalícia do Estado em setembro de 1923 como Juiz de Direito da Comarca de Sta. Teresa. Em junho do ano seguinte requereu e obteve a sua avulsão. Em seguida exerceu, o cargo de Procurador Geral do Estado. Em julho de 1934 era nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça como representante da classe do Ministério Público. No Tribunal foi eleito sucessivamente Corregedor, Vice-Presidente e afinal Presidente para o biênio 1950-52. Na Interventoria do Des. Otávio Lemgruber exerceu as funções de Secretário do Interior e Justiça. Fez parte do Tribunal Regional do Estado cuja Presidência chegou a exercer. Aposentou-se em 29.1.1957. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 2.11.1958.

39. Des. OTÁVIO DE CARVALHO LEMGRUBER

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 21.1.1892. Formou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de sua cidade natal, em dezembro de 1916. Iniciou a vida pública neste Estado como Promotor de Justiça da Comarca de Guandú, hoje Afonso Cláudio, em 1917. Exerceu, em seguida, os cargos de Prefeito Municipal de Sta. Leopoldina em 1918. Promotor Público da Capital em 1920 e Delegado Geral de Polícia em 1921. Ingressou na Magistratura vitalícia do Estado em março de 1922 como Juiz de Direito da Comarca de Afonso Cláudio. Exerceu depois a judicatura nas Comarcas de Alegre, Cachoeiro de Itapemirim e numa das Varas da Capital. Foi promovido a Desembargador em junho de 1934. No Tribunal foi Corregedor-Geral da Justiça e depois Presidente no biênio de 1948-49. Em 1945 foi nomeado Interventor Federal do Estado pelo então Presidente Ministro José Linhares. Foi o primeiro Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado. Aposentou-se em 19.11.1952, no exercício do cargo de Desembargador.

40. Des. RAYMUNDO JOSE GUTERRES VALLE

Nasceu na cidade de S. Luiz, Estado do Maranhão, em 30.5.1891. Formou-se pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro em dezembro de 1914. Iniciou a vida pública neste Estado como Promotor Público da Comarca de Itapemirim, exercendo, em seguida, as funções de Delegado Auxiliar de Polícia na Capital. Ingressou na Magistratura do Estado em setembro de 1921 como Juiz de Direito da Comarca de S. Mateus. Exerceu também a judicatura nas Comarcas de Domingos Martins e São Pedro de Itabapoana. Em 1930 foi nomeado, como permitia a legislação da época, Consultor Jurídico do Estado, cargo que deixou em Maio de 1931, para voltar à Magistratura. Foi promovido a Desembargador em maio de 1936. Faleceu no exercício do cargo em 22.10.1939.

41. Des. RÔMULO FINAMORE

Nasceu na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, neste Estado, em 3.5.1899. Diplomouse em Direito pela Faculdade Livre da cidade do Rio de Janeiro em 1919. Iniciou a vida pública em 1920 como Promotor Público da Comarca de Benevente, hoje Anchieta.

As what de Polícia e Delegado Ceral, lugas and a Silva resiliara de sevembro de 1923 como Juiz de Direiro da la para de Silva de

39 Des OTÁVIO DE CALLA TRATALMENTA SE

Nasceu na cidade do Riu, de Janesto e 1974 e 1982 de la lancita de la lancita de Cièncias lunidicas e Sociate de la cidade ano a como la lancita de Cièncias lunidicas e Sociate de la cidade ano a cidade ano a cidade ano a la lancita de la lancita de la lancita de Afonso Cifudio. Esca de la cidade de Afonso Cifudio. Esca de la cidade de Afonso Cifudio. Esca de la cidade de la cidade de la la cidade de cidade de cidade

4C Des RAYMUNDO ROTE TO TEPPES VALUE

Faculdade Livre de Direito do Rio de lanerro en entre entre en entre en entre en entre en entre en entre en entre en entre en ent

4 L. Des. ROML 'A BLANDER

Nesceutta cidade de Cachoeim de Itagano anten la 1800 de 1800

Ingressou na Magistratura do Estado em junho de 1926 como Juiz de Direito da Comarca de Rio Pardo, hoje Iúna. Exerceu a judicatura também na Comarca de Sta. Leopoldina. Em outubro de 1938 era promovido a desembargador. No Tribunal de Justiça foi eleito sucessivamente Corregedor-Geral em 1949. Fez também parte do Tribunal Regional Eleitoral do Estado cuja Presidência exerceu. Representou o Tribunal de Justiça na 1ª. Conferência Nacional de Desembargadores, reunida no Rio de Janeiro em julho de 1943, juntamente com o seu colega Des. Danton Bastos. É Professor da cadeira de Direito Judiciário Civil da Faculdade de Direito do Estado. Aposentou-se como Desembargador em 4.4.1957. Faleceu em 16 de majo de 1970.

42. Des. ERNESTO DA SILVA GUIMARÃES

Nasceu na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, em 2.3.1897. Formou-se em Direito pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais de sua cidade natal, em 1919. Iniciou a vida pública, ainda estudante, como Sub-Oficial do Registro de Imóveis do 3º. Distrito do Rio de Janeiro. Formado, transferiu-se para o Estado do Espírito Santo em 1923. Exerceu, no Estado, os cargos de Solicitador de Terras, Promotor Público e Consultor Jurídico. Ingressou na magistratura vitalícia do Estado em novembro de 1924 como Juiz de Direito da Comarca de Anchieta. Exerceu também a judicatura nas Comarcas de Calçado, Colatina e Capital numa de suas Varas. Foi promovido a Desembargador em janeiro de 1946. No tribunal de Justiça foi eleito sucessivamente Vice-Presidente, em 1952 e Presidente em 1953. Fez parte do Tribunal Regional Eleitoral do Estado cuja Presidência exerceu. Foi Professor de Direito Civil da Faculdade de Direito do Estado. Aposentou-se em 23.4.1957. Faleceu nesta Capital em 3.9.1960.

43. Des. LOURIVAL DE ALMEIDA

Nasceu na cidade de Guarapari, Espírito Santo em 9.5.1899. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro em março de 1920. Iniciou a vida pública como advogado exercendo depois a Promotoria Pública da Comarca de Afonso Cláudio até a sua eleição para o cargo de Prefeito daquele Município. Deixando as atividades políticas ingressou em Novembro de 1924 na Magistratura vitalícia do Estado como Juiz de Direito daquela mesma Comarca. Exerceu, em seguida, a Magistratura nas Comarcas de Sta. Tereza, João Pessoa, hoje Mimoso do Sul, C. de Itapemirim e numa das Varas da Capital. Foi promovido a Desembargador da Justiça. Aposentou-se em Junho de 1950, para dedicar-se a Advocacia e a Política.

FIG. (pág. 57) - Desembargador EURÍPEDES QUEIROZ DO VALLE, festejado cronista e historiador, foi o primeiro a escrever a história do Poder Judiciário do Espírito Santo, atualizada nesta edição.

Ingression na Magnetacura de Latais. Il cardia de la Cardia del Cardia de la Cardia del Cardia de la Cardia de la Cardia de la Cardia de la Cardia de la Cardia de la Cardia de la Cardia de la Cardia de la Cardia del Cardia de la Cardia de la Cardia de la Cardia de la Cardia de la Cardia de la Cardia de la Cardia de la Cardia de la Cardia del

42. Des ERNESTETT - SHIVALE ANAS, J. J.

Nacceu na ciclade de Niteroù, Estato, sa ser an antica de cicada de Cierca pela Faculdade Livre de Cierca de la cicada de Cierca de Cierca de la cicada de citada en actuada en

43. Des LOURIO CLECAT METEA

Nasceu na intade de Cuarresan legas de la companya de la companya de la companya de la cualdade de Ciáncia para de la companya

FIO. (p4p. 57) - Desembargador EURRES - 8 LACELES - 20 19 24 for Lie as petro sand a historiador, foi o primeno a escrever a la cuiva de la la secreta de la cuiva de la cuiva de la cuiva attrada neste edição.

44. Des. EURÍPEDES QUEIROZ DO VALLE

Nasceu na cidade de Anchieta, Espírito Santo, em 28.01.1897. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade da Bahia em 1918. Iniciou a vida pública como Advogado e depois como Juiz Municipal do Têrmo de Santarem, Comarca de Taperoá, naquele Estado. Em 1921 retornou ao seu Estado Natal. Em 1923 ingressou no Ministério Público exercendo a Promotoria nas Comarcas de Rio Pardo e Colatina. Em marco de 1924 era nomeado Chefe de Polícia do Estado cujo cargo exerceu até novembro daquele mesmo ano quando foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Colatina. Exerceu a judicatura, depois, nas Comarcas de Cachoeiro de Itapemirim e Capital numa das suas varas. Em julho de 1950 era promovido a Desembargador. No Tribunal foi eleito sucessivamente Corregedor-Geral em 1950, Vice-Presidente em 1952 e Presidente em 1953 para voltar a Corregedoria-Geral novamente em 1954. Fez parte do Tribunal Regional Eleitoral cuja Presidência exerceu em 1961. E Professor de Direito Judiciário Penal da Faculdade de Direito do Estado. Representou o Tribunal de Justiça juntamente com o seu colega Des. Crystallino de Abreu, no 2º Congresso Nacional de Desembargadores reunido em Salvador, Bahia, em maio de 1962. Fez parte da 2ª Turma do Tribunal de Justiça. Sua vida é vivida nesta história. Aposentou-se 21/06/1966.

45. Des. JOSÉ CUPERTINO DE CASTRO FILHO

Nasceu na cidade de São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro, em 31.07.1895. Formouse em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do seu Estado natal. Iniciou a vida pública como Promotor Público da Comarca de Afonso Cláudio, removendo-se, em seguida, para a de Itapemirim. Exerceu ainda no Estado o cargo de Delegado Regional de Polícia. Ingressou na Magistratura do Estado como Juiz de Direito da Comarca de Ibiraçu, em setembro de 1929. Exerceu ainda a Judicatura nas Comarcas de Pau-Gigante, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Capital numa de suas varas. Foi promovido a Desembargador em 1952. No Tribunal de Justiça exerceu, sucessivamente os cargos de Vice-Presidente em 1954, Presidente em 1955 e Corregedor-Geral em 1956. Fez parte do Tribunal Regional Eleitoral cuja Presidência exerceu em 1955. Aposentou-se em outubro de 1957. Faleceu em 26 de outubro de 1965.

46. Des. VICENTE CAETANO

Nasceu em 31.3.1889 no Distrito de Barra do Calçado, Município de Calçado neste Estado. Bacharelou-se em Direito em 1919 pela Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro. Iniciou a vida pública como advogado na Comarca de Itabapoana. Exerceu em seguida, vários cargos de funções públicos entre os quais os de Interventor no Município de S. Mateus, em 1921. Prefeito Municipal de Alegre em 1923. Procurador na Fazenda Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, em 1938, chefe do Serviço Jurídico do Estado em

(4. Dvs. Fill P. DES

Nasceu na cidade de Anchieta, i spirit de la lacula de la laculade de Buhivern 1918, has a de la laculade de Buhivern 1918, has a de la laculade de Buhivern 1918, has a de la laculade de Estade Pistas. En 1923 a de la laculade de Estade Comarcas de Pro Pardo é Colesta de Palcia de Estado cupo cargo exerceu ate de mendo fun de Direito de la comarca de coia de manacas de Cachoeiro de la confrim e Caprillade de la laculada de La laculada de laculada de la laculada de la laculada de laculada de la laculada de laculada de laculada de laculada de la laculada de laculada de laculada de laculada de laculada de laculada de laculada de la

45. Des JOSE CUPRETISTE DE LUCE ENGLETE

46. Des. VICENT LEAN.

Nasceu em 31,3.1889 no Dastrino de Brancha de la compassa de la compassa em Dureno em 1919 para la compassa de la necla de la compassa de la necla pública compassa de la necla pública em seguida, vários cargos de la necla pública em 1921. Preferto Numicipal de Carchaeiro de Irapenitira, em 1921.

1944, Procurador-Geral também em 1944, Diretor da Caixa Econômica Federal em 1945 e novamente Procurador-Geral do Estado em 1945, além de funções do magistério secundário em vários estabelecimentos de ensino oficial do Estado. Foi nomeado Desembargador em 1952 como representante da classe do Ministério Público. No Tribunal foi eleito Corregedor-Geral em 1953 e Vice-Presidente em 1954. Fez também parte do Tribunal Regional Eleitoral da classe dos Desembargadores. Aposentou-se em 5.5.1959. Faleceu em 24 de agosto de 1977.

47. Des. IRINEU JOSÉ DE FARIAS

Nasceu na cidade de Salvador, Bahia, em 15.12.1887. Bacharelou-se em 1919 pela Faculdade de Direito de seu Estado. Iniciou a vida pública como Professor normalista em Salvador. Transferiu-se, depois, para o Estado. Ingressou na Magistratura vitalícia do Espírito Santo em Julho de 1929 como Juiz de Direito da Comarca de Anchieta. Exerceu também a judicatura nas Comarcas de Itabapoana, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Capital numa de suas Varas. Em Novembro de 1952 era promovido a Desembargador. Em Julho de 1955 requeria e obtinha a sua aposentadoria dado o seu estado de saúde. Faleceu dois meses após, no Rio de Janeiro.

48. Des. AYRTON MARTINS LEMOS

Nasceu na cidade de Rio de Janeiro em 7.3.1897. Era filho de Isaac da Silva Lemos (engenheiro-militar) e Débora Martins Lemos. Bacharelou-se em 1916, pela Faculdade Livre de Direito, da sua cidade natal. Iniciou a vida pública no Estado de Sta. Catarina onde exerceu as funções de Promotor Público das Comarcas de Tubarão, São Bento, Canoinhas e Joinvile. Foi ainda Delegado de Polícia na Capital daquele Estado. Transferindo-se para o Espírito Santo, exerceu aqui a Promotoria Pública nas Comarcas de São Mateus, Afonso Cláudio, Calçado, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim onde exerceu, também, o cargo de Delegado Regional de Polícia. Ingressou na magistratura do Estado em fevereiro de 1927 como Juiz de Direito da Comarca de Rio Pardo, hoje Iúna. Exerceu em seguida a judicatura nas Comarcas de Afonso Cláudio, Itapemirim, Mimoso do Sul, Cachoeiro de Itapemirim e da Capital numa de suas Varas. Em 1932 pediu a sua avulsão, para voltar à Judicatura em outubro de 1936. Em julho de 1955, era nomeado Desembargador. Exerceu, no Tribunal, a Presidência, no ano de 1957. Integrou, também, o Tribunal Regional Eleitoral cuja Presidência exerceu em 1959. Pertenceu a 1ª Turma do Tribunal. Aposentouse em 14 de julho de 1966. Morreu no Rio de Janeiro, a 25.5.1967.

49. Des. JOSÉ TEIXEIRA FIRME

Nasceu na cidade de Cariacica, neste Estado, em 30.12.1895. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da cidade do Rio de Janeiro. Iniciou a vida pública como advogado. Foi depois Promotor Público e Prefeito Municipal de seu

novamente l'rocurador (lei il do Est.

em vârios estabelecimientos de ensir f.

172 como representante do chase. A

de clásat dos Desen l'acardate. Apos.

1977

to Design to the life by

Figure de la chaire de maraile.
Figurelade de Dirento de a la Sitadi.
Salvador Trapaferir et depart, prais
Santo em Julho de 1929 como Justin.
a judicatura nas l'ornarens de frabepo.
numa de suas Varas. En Novembro Jamina de suas varas. En Novembro Jamina de suas Romana et sua que est.

Nacen na cidade de Rin de Janea

Livie de Drestro, da sua cidade mat

norde exerueu as fonções de Prima a

morrhas e Jouville For tinda Ital

l'ansterindo-se para o Espeira servir es

são Mateus, Afons Claude, Labrada

em fevereiro de 192 como fute de Ego

em seguida a judic nura vas Comaras

achoeiro de laspemerm e da Capada

achoeiro de laspemerm e da Capada

servent, no Tribunal, i Presidência, parente, il

serveral, no Tribunal, i Presidência es

eletroral cuja Presidência escreta.

49, Dec Royce and STEAT STEAT FIRST

Nusceu na calade de Cariacia a ...
Ciducias funtificas - Portais pela fincidad.
a virta pública com ... avegado. Fou des.

Município natal. Ingressou na Magistratura vitalícia do Estado em agosto de 1929 como Juiz de Direito da Comarca de Alfredo Chaves. Exerceu ainda a judicatura nas Comarcas de Mimoso do Sul e Capital numa de suas varas. Foi promovido a Desembargador, tendo exercido o cargo de Corregedor-Geral. Aposentou-se por motivo de saúde, em 8.2.1958. 50. Des. MANOEL XAVIER PAIS BARRETO FILHO

Nasceu na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco, em 8.10.1906. Bacharelouse em 1929 pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Iniciou a vida pública como Procurador do Patronato Jurídico de Condenados naquela mesma cidade. No Espírito Santo, foi Promotor Público nas Comarcas de Sta. Teresa e Capital. Ingressou na Magistratura do Estado em setembro de 1933 como Juiz de Direito da Comarca de São Mateus. Exerceu também a judicatura nas Comarcas de Itaguaçu, Domingos Martins, Guarapari, Alegre, Cachoeiro de Itapemirim e Capital numa de suas Varas. Foi promovido a Desembargador em maio de 1956. Foi eleito Vice-Presidente em 1957 e Presidente em 1958. Foi, ainda professor de Direito Civil da Faculdade de Direito do Estado cuja direção exerceu em 1962. Respondeu pela Reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo. Participou do Tribunal Regional Eleitoral cuja Presidência exerceu. Pertenceu à 1ª Turma do Tribunal. Aposentou-se em 6 de agosto de 1963. Faleceu em 10/10/1991.

51. Des. JOSÉ FORTUNATO RIBEIRO

Nasceu na cidade de São Pedro de Itabapoana, Espírito Santo, em 9.3.1897. Formouse em Direito pela Faculdade do Estado do Rio de Janeiro em 1929. Iniciou a vida pública, ainda estudante, como Professor secundário. Formado, dedicou-se à advocacia. Tem exercido vários cargos e funções públicas entre os quais os de Inspetor Federal de Ensino, Prefeito Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Suplente de Senador e Secretário do Interior em 1955. Ingressou na Magistratura vitalícia do Estado em abril de 1957 como Desembargador, representando a classe dos Advogados. No Tribunal foi eleito Presidente para o ano judiciário de 1959. Faz parte do Tribunal Regional Eleitoral cuja Presidência exerceu. Pertenceu à 2ª Turma do Tribunal de Justiça. Aposentou-se em 10 de agosto de 1966. Faleceu em 01 de dezembro de 1979.

52. Des. NILTON THEVANARD

Nasceu na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais em 24.3.1908. Bacharelou-se em dezembro de pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Iniciou a vida pública, ainda estudante, como funcionário da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Exerceu, em seguida, outros cargos e funções entre os quais os de Procurador da Fazenda Estadual e outros do Magistério Secundário. Fez parte do Ministério Público Estadual como Promotor de Justiça nas Comarcas de Iúna, Pau-Gigante e Capital. Ingressou na Magistratura do Espírito Santo em Dezembro de 1938 com Juiz de Direito da Comarca de Afonso Cláudio. Exerceu ainda

Municipio potal, lagressou na Magistratura vica par maria a maria a maria a maria de Oliverto da Cemarca de Affredo Chaves, tasta por male a maria a maria de Minicio do Sul e Capital muna de suas varia de montra de maria de maria de maria de maria de maria de maria de maria de maria de corregedos Cieral. Apassa de maria de ma

Nasceu na richade de Betrolina, Estadorde II., no estador de Sectrolina, Estadorde II., no estador de Parionario Juridio.

Febbra eguno Procurados de Parionario Juridio.

Fo Espírite Sahio, foi Bromocor Público nas Caracas.

In Magintariora do Estado em setembro de IVI.

Marionario Alegie, Cacho em de las semirim e Caracas.

Estadores Alegie, Cacho em de las semirim e Caracas.

EDesembargador em maio de 1955. Foi electo.

1953. Foi, ainda professor de Direuto Civil da Faracas.

Estadores em 1962. Respondeu pela Renoria do ainver a caracas.

Fartielpou do Pribunal Responda em de agosto de agosto de Fartielpou do Arional Aposentous se cara ó de agosto de Fartielpou de Aposentous se cara ó de agosto de Fartielpou de Aposentous se cara ó de agosto de Fartielpou de Aposentous se cara ó de agosto de Fartielpou de Aposentous se cara ó de agosto de Fartielpou de Aposentous se cara ó de agosto de Fartielpou de Aposentous se cara ó de agosto de Fartielpou de Aposentous se cara ó de agosto de Fartielpou de Aposentous se cara ó de agosto de Fartielpou de Aposentous se cara ó de agosto de Fartielpou de Aposentous se cara ó de agosto de Fartielpou de Aposentous se cara ó de agosto de Fartielpou de Aposentous se cara ó de agosto de Fartielpou de Aposentous se cara ó de agosto de Fartielpou de Fartielpou de Aposentous se cara ó de agosto de Fartielpou de Fartielpou de Aposentous se cara ó de agosto de Fartielpou de Fartiel

St. Des. JOSÉ PORTA PAR BRIDA COL

Noceu na ciclade de São I edro de Itabu e na actual de la sancia de Sancia de Sancia de Sancia de Sancia de Carado do Estado de Sancia de la serio de la serio de Carado de Carado de Esperante. A serio de la serio de La serio d

52, Des. NILTO - 1 TOV NOTE

Masceu na cidade de Ouro Preto, Mara, de la casa de la

a judicatura nas Comarcas de Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, numa de suas Varas. Em 1957 era promovido a Desembargador. No Tribunal foi eleito em 1960, seu Presidente. Fez parte do Tribunal Regional Eleitoral da classe dos Desembargadores. Foi professor de Ciências das Finanças na Faculdade de Direito do Estado. Pertenceu, no Tribunal, à 1ª Turma julgadora. Aposentou-se em 29/12/1966. Faleceu em 23/10/78.

53. Des. EPAMINONDAS AMARAL

Nasceu neste Estado, na Fazenda Parque Alegre, Município de Fundão, em 30.12.1904. Bacharelou-se em 1929 pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Iniciou a vida pública ainda estudante, como funcionário do Departamento de Saúde Pública do Estado. Formado, foi nomeado Promotor Público exercendo o Ministério, nas Comarcas de Sta. Teresa e Itapemirim. Em fevereiro de 1931 ingressava na Magistratura do Estado como Juiz Substituto. Promovido a Juiz de Direito, exerceu a Judicatura nas Comarcas de Iúna, São Francisco, Alegre e Vitória, em uma de suas Varas. Em julho de 1955 era promovido a Desembargador. No Tribunal foi eleito sucessivamente em 1961. Integrou o Tribunal Regional Eleitoral como representante da classe dos Desembargadores. Fazia parte da 3ª Turma julgadora, quando se aposentou, em 11/12/73.

54. Des. GUMERCINDO DE SOUZA MENDES

Nasceu na cidade de Rio de Janeiro, em 05.08.1893. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade Livre daquela Capital. Iniciou a vida pública como Juiz Municipal do Têrmo de Bocaiúva, Minas Gerais. Em 1922 transferiu-se para o Espírito Santo, dedicando-se à advocacia e ao jornalismo, dirigindo o Diário da Manhã, então órgão oficial do Estado. Ingressou na Magistratura do Estado em novembro de 1924 como Juiz de Direito da Comarca de Afonso Cláudio. Exerceu a judicatura em várias Comarcas, chegando de promoção em promoção, à da Capital. Em novembro de 1957 era promovido a Desembargador. No Tribunal foi eleito Corregedor-Geral para o ano judiciário de 1960. Aposentou-se em maio desse mesmo ano.

55. Des. DERMEVAL LYRIO

Nasceu na cidade de Vitória, Espírito Santo, em 26.5.1896. Bacharelou-se em 1919 pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Iniciou a vida pública como Promotor de Justiça da Comarca de Manhuassú, em Minas Gerais. Foi depois Delegado de Polícia nos Municípios de Patos, Muriaé e palmas naquele mesmo Estado. Voltando ao Espírito Santo, dirigiu a Prefeitura do Município de Baixo Guandú. Ingressou na Magistratura vitalícia do Espírito Santo em abril de 1934, como Juiz Substituto. Em 1938 era promovido a Juiz de Direito da Comarca de São Mateus. Exerceu ainda a judicatura nas Comarcas de Afonso Cláudio, Moniz Freire, Baixo Guandú, Colatina e Capital numa de suas Varas. Em Fevereiro

de 1950 era promovido a Desembargador. No Tribunal foi eleito sucessivamente Corregedor-Geral em 1960, Vice-Presidente em 1961 e Presidente em 1962. Pertence, no Tribunal, à 2ª Turma Julgadora. Aposentou-se em 30/05/66. Faleceu em 21/1/72.

56. Des. ALFREDO CABRAL

Nasceu na cidade de Vitória, Espírito Santo, em 15.3.1907. Bacharelou-se em Direito em 1931 pela Universidade do Rio de Janeiro. Iniciou a vida pública, ainda estudante, como funcionário da Estada de Ferro Vitória Minas e depois como Contador-Geral da Inspetoria dos Municípios. Formado exerceu vários cargos e funções públicas entre os quais os de Ministério Público como Promotor de Justiça além dos de Prefeito Municipal de Moniz Freire, Diretor da Divisão de Orçamento, Assistente Jurídico e Diretor do Departamento das Municipalidades, Sub-Procurador Geral e Secretário de Estado como titular de várias Secretarias. Ingressou na magistratura do Estado como Desembargador, em 19.6.1959, representando a classe do Ministério Público. No Tribunal exerceu as funções de Corregedor-Geral para as quais foi eleito em 1961 e a de Vice-Presidente em 1962. Foi Presidente do Tribunal, em 1963. Pertenceu à 2ª Turma Julgadora. Aposentou-se em 03/12/74. Faleceu em 03/10/77.

57. Des. CARLOS SOARES PINTO ABOUDIB

Nasceu na cidade de Alfredo Chaves, Estado do Espírito Santo, em 10.11.1913. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade Nacional da Universidade do Rio de Janeiro. Iniciou a vida Pública, ainda estudante, como Funcionário da Prefeitura Municipal de Vitória e depois como auxiliar do Departamento Nacional do Café na mesma cidade. Depois de formado foi nomeado Promotor Público exercendo o Ministério nas Comarcas de Colatina, Anchieta e Sta. Teresa. Ingressou na Magistratura do Estado como Juiz Substituto. Foi promovido a Juiz de Direito em 19.1.1949, exercendo então a judicatura nas Comarcas de Barra de São Francisco, Baixo-Guandú, Castelo e Vitória, numa de suas Varas. Em dezembro de 1959 foi promovido a Desembargador. No Tribunal, foi eleito Corregedor-Geral em 1962; Vice-Presidente (1963) e Presidente por dois períodos (1964 e 1976). Pertenceu à 3ª Turma julgadora. Aposentou-se em 30/08/79. Faleceu em 20/11/1994.

58. Des. MEROVEU PEREIRA CARDOSO JUNIOR

Nasceu no lugar "Alto Calçado", Município de Calçado, neste Estado, em 21.4.1907. Formou-se em Direito em 1935 pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado. Iniciou a vida pública, ainda estudante, como funcionário do Gabinete de Identificação e Técnica Policial do Espírito Santo. Depois de formado exerceu o cargo de Prefeito Municipal de Muqui. Fez parte do Ministério Público estadual exercendo a Promotoria nas Comarcas

de 1950 era promovido a Devembargados No. 1, a como a 1950, gono e que forma de la 1960, Vice-Presidente em 1961 e forma prigadora. Apore, icas se em 300 director de la 1951.

52. Des CARLOS SOARE PENTAL PROCESA

58, Don MEROYEU PEREBANA ALLEN SA JULISTONIE

Plusceu no lugar "Aluo Cakçado". Muranganara qua sendida a mananara em Direito em 1935 pela Facal nata de mananara de mananara em Direito em 1935 pela Facal nata de mananara

de Moniz Freire, Guaçui e Alegre. Ingressou na Magistratura do Estado como Juiz Municipal em maio de Substituto. Foi promovido a Juiz de Direito em abril de 1946. Exerceu a judicatura nas Comarcas de Barra de São Francisco, Muniz Freire, Calçado, Guarapari, Domingos Martins, Baixo-Guandú e Capital. Foi promovido a Desembargador em maio de 1960. No Tribunal foi eleito Corregedor-Geral em 1963 - Vice-Presidente em 1964 e Presidente em 1965. Aposentou-se em 14/7/66. Faleceu em 18/10/83.

59. Des. AYRES XAVIER DA PENHA

Nasceu na cidade de Castelo, Espírito Santo, em 4.6.1905. Bacharelou-se em Direito em 1930 pela Faculdade Nacional da Universidade do Rio de Janeiro. Iniciou a vida pública, ainda estudante, como funcionário do Ginásio do Espírito Santo. Formado, foi nomeado, em seguida, Delegado Auxiliar de Polícia da Capital. Ingressou depois no Ministério Público exercendo a função de Promotor nas Comarcas de Afonso Cláudio, S. Mateus e Domingos Martins. Em abril de 1940 era nomeado Juiz Municipal. Ingressou na Magistratura vitalícia no Estado como Juiz Substituto em 1946. Foi promovido a Juiz de Direito em maio de 1947, exercendo a judicatura nas Comarcas de Afonso Cláudio, Barra de São Francisco, Mimoso do Sul, Cachoeiro de Itapemirim e 3ª Vara da Capital. Em dezembro de 1960 era promovido a Desembargador. Foi Professor da Introdução à Ciência do Direito da Faculdade de Direito da Universidade do Estado. Pertenceu à 3ª Turma julgadora do Tribunal. Foi eleito Corregedor-Geral da Justiça em 19/12/63. Vice-Presidente em 17/12/64. Presidente em 16/12/65. Faleceu em 29/06/67.

60. Des. CRYSTALLINO DE ABREU CASTRO

Nasceu na cidade de Abre-Campo, Minas Gerais, em 26.11.1913. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Belo Horizonte, seu Estado natal, em 1936. Iniciou a vida pública no Espírito Santo como advogado e Professor de Ensino Secundário em diversos Estabelecimentos de Ensino Oficial. Ingressou na Magistratura vitalícia do Estado em março de 1946 como Juiz Substituto. Em fevereiro de 1948 era promovido a Juiz de Direito, exercendo a judicatura nas Comarcas de Barra de São Francisco, São Mateus, Alfredo Chaves, Guarapari, Afonso Cláudio, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Vitória. Foi promovido a Desembargador em dezembro de 1960. Representou o Tribunal juntamente com o seu colega Eurípedes Queiroz do Valle, no 2º Congresso Nacional de Desembargadores reunido em Salvador, Bahia, em maio de 1962. Foi professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade do Estado. Foi eleito Corregedor-Geral da Justiça; Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Presidente por duas vezes. Aposentou-se em 26/11/1983.

de Monts Freue, Conquie Alegre, Ingrando na chagadas a la companya de un malo de Substituto, étal promovato a los que la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya

59. Des. AYREN A. WIER DATES ...

Nasceuna ridade de Castelo, Espirante em 1930 pela Faculdade Macional da Museuma cinadade Macional da Museuma cinadade Macional da Museuma cinadade Macional da Museuma cinadade Macional da Museuma da Museuma da Museuma en Breguda, Delegado da Museuma en Breguda, Delegado da Mateuma e Demingos Martins. Em abril de 1947, exercenda de 1947, exercenda de São Francisco, Mimoso do Sul, and antica em maio de 1947, exercenda de São Francisco, Mimoso do Sul, and antica em maio de 1960 era promovidada frenca a macional de 1960 era promovidada frenca a macional de 1960 era promovidada frenca a macional de 1960 era promovidada frenca a macional de 1960 era promovidada frenca a macional de 1960 era promovidada frenca a macional de 1960 era promovidada frenca a macional de 1960 era promovidada frenca a macional de 1960 era promovidada frenca a macional de 1960 era promovidada frenca a macional de 1960 era promovidada frenca a macional de 1960 era promovidada frenca a macional de 1960 era promovidada frenca a macional de macional de 1960 era promovidada frenca a macional de macional de 1960 era promovidada frenca a macional de macional de 1960 era promovidada frenca a macional de macional d

60. Dea CHYSTALL INC. THE FIRE ASSETS.

Pasceu na chiade de Abre-Chana de la lingua de Abre-Chana de la lingua avida pública no Espírito Sano de la lingua avida pública no Espírito Sano de la lingua de Estabelecimentos de Esta

61. Des. VICENTE VASCONCELLOS

Nascido no município de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, em 29 de maio de 1905. O Desembargador Vicente Vasconcellos é filho de Manoel Ribeiro do Nascimento Vasconcellos e D. Isabel Ribeiro do Nascimento Vasconcellos. É casado com D. Silvia de Abreu Vasconcellos. Fez seus estudos primários em Campos e Sta. Maria Madalena, Rio de janeiro e Secundários no Instituto Lafayete e Liceu Humberto Campos, Rio. Diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Espírito Santo. Jornalista, poeta, advogado, o Desembargador Vicente exerceu também as funções de Fiscal da Fazenda Estadual, Escrivão do Crime, Júri e Execuções Criminais na Comarca de Cachoeiro de Itapemirim, Diretor-Geral do Departamento das Municipalidades e Promotor Público. Ingressou na Magistratura, por promoção, Juiz de Direito de 1ª., 2ª., e 3ª. Entrâncias, exercendo a judicatura nas Comarcas de Conceição da Barra, Aracruz, São Mateus, Afonso Cláudio, Alegre, Cachoeiro de Itapemirim e Vitória. Foi promovido a Desembargador em 27/6/66 ocupando as funções de Corregedor-Geral da Justiça, Vice-Presidente e Presidente do Tribunal de Justiça. Aposentou-se em 17/6/75. Faleceu em 05/09/1990.

62. Des. CÍCERO ALVES

Nascido em 29.04.1910 em Porciúncula, no Estado do Rio de Janeiro, filho de José Paulino Alves e de D. Thereza Carolina Pereira Alves, Desembargador Cícero Alves foi casado com D. Delimira Hastenreiter Alves e do casal nasceram os filhos: Tereza Alves Pereira, Marcus Túllius Alves, Ronaldo Alves e Vinícius Alves. Consorciou-se depois com D. Maria Helena Espíndula Alves. Fez os estudos primários em Muriaé - Minas Gerais, e secundários no Colégio Salesiano Sta. Rosa, em Niterói. O Curso Jurídico ele o concluiu na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1932. Advogou na Comarca de Moniz Freire da qual se transferiu em 1936 para a Comarca de Alegre. Exerceu o cargo de Presidente do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal, desempenhou dois mandatos eletivos como deputado Estadual - 1947 - e Deputado Federal - 1952, tendo sido líder da maioria na Assembléia Legislativa e ocupado a Governadoria do Estado. Foi, sucessivamente secretário do Interior e Justiça, Diretor da Cia. Vale do Rio Doce e, por fim. Procurador-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, quando ingressou na magistratura, pela classe dos advogados, integrando o Egrégio Tribunal de Justica. Corregedor-Geral da Justica e Presidente do Egrégio Tribunal de Justica, o Des. Cicero Alves foi ainda Corregedor da Justica Eleitoral, Vice-Presidente e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral no período de 1979. Exerceu, também, o Magistério tendo sido Professor da Cadeira de Finanças e Direito Tributário do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Foi agraciado, em sessão solene no Egrégio Tribunal de Justiça com o "COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO" em 1985. Aposentou-se em 14/2/80. Faleceu em 3/9/1985.

61. Dec. VICENTI' VA- dec PRESENT

Piuscudo no município de Campor, no Firma de Para de P

62. Des. CICES 1175

Aproximicu-se em 14/2/80. Falectau em 3/0, 108 à Sociais de Universidade Foderal de Expirito Latin de ambateal a company de la company Professor da Cadeira de Finanças e Utreiro Formação de Caració de Laboración de Cadeira de Cadeira de Cadeira de Cadeira de Finanças e Utreiro Formação de Cadeira de Cadeira de Finanças e Utreiro Formação de Cadeira de Cadeira de Finanças e Utreiro Formação de Cadeira de Finanças e Utreiro Formação de Finanças e Utreiro Formação de Finanças e Utreiro Formação de Finanças e Utreiro Formação de Finanças e Utreiro Formação de Finanças e Utreiro Formação de Finanças e Utreiro Formação de Finanças e Utreiro Formação de Finanças e Utreiro Formaçõe de Finanças e Utreiro Formaçõe de Finanças e Utreiro Formaçõe de Finanças e Utreiro Formaçõe de Finanças e Utreiro Formaçõe de Finanças e Utreiro Formaçõe de Finanças e Utreiro Formaçõe de Finanças e Utreiro Formaçõe de Finanças e Utreiro Formaçõe de Finanças e Utreiro Formaçõe de Finanças e Utreiro Formaçõe de Finanças e Utreiro Formaçõe de Finanças e Utreiro Formaçõe de Finanças e Utreiro Formaçõe de Finanças e Utreiro Formaçõe de Finanças e Utreiro Formaçõe de Finança e Tributed Regional Eletronal no periodo de 107% de notes, também a la companya de Okcaro Alves for ainda Corregedor da Juste, il in ed. Mosechen, il in illumente de he aga, Corregedur-Geral da Justiça e Presidente de Entége de la completa de la Frederica. agressou na magistratura, pela chiase des ados placare, il transcribe in him. Procurados Oeral do Departamento Nacional de la mesa de la comparta qui colo accesivamente secretário do Interior e Justiça de las pasara base a las la casa con duis mandaton eletivos como deputado Estadual (1997) e Estado el como de putado Estado de 1997 e Estado de 1997 e de Presidente do Conselho Administrativo na Faculdade de Direiro da Universidade de Carte Jana esta en seem danos no Colégio Salestano Sta. Rosa em mon a Albara e a maria e a en el como en el como en el como el co D. Maria Melena Espindida estves. Ferror estude permite en 1900 de de Meria ferrance. Pereira, Mureus Tollius Alves, Romahlo Alvesa V vec. 12 detect V 1 - 10 and est a registrate to casado cam D. Delimita Hauenbiter Abea e de vessão, a strata estada de termina isto-Fruitino Alves e de D. Thereza Carclina Pereira d'Esta Pietania de l'artifacta. Ni statoti Mascide em 29.04 1910 em Porciènaula de la radada de gara casta a con passi-

63. Des. WALDEMAR MENDES DE ANDRADE

Natural do Estado do Rio de Janeiro, nasceu o Desembargador Waldemar Mendes de Andrade,, em Natividade de Carangola, no dia 22 de abril de 1912, filho de Custódio Mendes de Andrade e Francisca dos Santos Mendes. Casou-se com D. Mercedes Miguês de Andrade e do casal nasceram os filhos: Walary (falecida), Waldemar Mendes de Andrade Filho, Mary Ann Mendes Gualandi, Maria Francisca Mendes de Mattos, José Roberti Miguês e Afonso Henrique Miguês Mendes. Fez seus estudos primários no Grupo Escolar de Natividade de Carangola e secundários em Guaçuí, Vitória, Alegre e Cachoeiro de Itapemirim. Diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Niterói, Rio de Janeiro. Foi contador, Professor de História Geral e História do Brasil do Colégio Oficial "MONIZ FREIRE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM". Deputado Estadual em 1947, líder da Maioria, co-autor e relator da Constituição Estadual de 26.7.1947. Presidente da Assembléia Legislativa e Governador do Estado na 2ª, quinzena de dezembro de 1947. Secretário Estadual de Justiça em 1979. Professor de Direito Processual Civil na Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim, o Desembargador Waldemar Mendes de Andrade antes de ser eleito para o Egrégio Tribunal de Justiça pela classe dos advogados, exerceu essa profissão por 44 anos. É membro da Academia Espírito-Santense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico. Na sua vida intelectual destacam-se trabalhados e leis publicados em folhetos nos Anais da Assembléia Legislativa, na Academia de Letras além de haver se destacado como jornalista, publicando crônicas e comentários em colunas periódicas no "Correio do Sul", de Cachoeiro de Itapemirim. Em 1985, recebeu, em sessão solene do Egrégio Tribunal de Justiça, a comenda do "COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO", por seus destacados serviços prestados ao Poder Judiciário do Estado. Aposentou-se e 22/4/ 82.

64. Des. CARLOS TEIXEIRA DE CAMPOS

Nasceu em Bom Jesus do Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro, no dia 6 de março de 1908. Residiu, porém, desde a infância ao limiar da adolescência, em São José do Calçado, sendo esta, pois, sua terra adotiva. É filho de Antônio Carlos de Oliveira Campos e de Carlinda Camargo Teixeira Campos. É casado com a Prof. Cheine Massad Teixeira de Campos, tendo nascido desta união os seguintes filhos: Maria Guilhermina Campos Barreto, casada, advogada, residente em Salvador, Bahia; Antônio Carlos Massad Campos, Engenheiro Civil, casado, morador em Macaé; Vânia Massad Campos Buaiz, formada em Direito, casada, exercendo, a magistratura no Estado; Carlos Teixeira de Campos Jr. Engenheiro Civil, casado, e Carlos Antônio Massad Campos, solteiro, sendo estudante na UFES.

O Des. Carlos de Campos fez o curso primário na Cidade de Calçado, tendo estudado, anos depois no Ginásio Leopoldinense, Minas Gerais, de 1921 a 1924, ocasião em que interrompeu os estudos, por motivo imperioso, para concluí-lo, já em 1931, em Vitória, para ingresso, naquela oportunidade, na faculdade de Direito do Espírito Santo. Antes,

OF Des. WALDEMAN A SALESTON CONSTRUCTION

Por seus destacados serviços prestados de los destados de la prestados de la companya de la comp soletie do Partigio Inbund de Justiça, a cos e de a "COLE" INDAME PRESENTA PARE periodicas no "Correto do Sul", de Caclassa, a la appara de la la companya de Caclassa, la compa do lastituto i Butórico e Geográfico, Par a la la prese que la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del la companya de la compan exerceu essa professio pla 44 anos, il menati, il da Amagana II de la Maria della companya della Faculdade de Direito de Caclmeiro de Raya de maria de la sera de la casa de l de 1947. Segretário Estadual de Justiga en la Malera de Malera de La Carta de Estaduel em 1947, fider da Matema, cosare, " a la basega fina en la casa en partir de la casa de la Nitteros. Rio de Janeiro. For contados. Transactor de para la ferra a la ferra a la ferra a la ferra a la ferra a la ferra a la ferra a la ferra della ferra della ferra de la ferra de la ferra de la ferra de la ferra de la ferra della ferra della ferra della ferra della ferra della ferra della ferra della ferra della ferra della ferra della ferra della ferra della ferra della ferra della ferra della ferra della ferra della ferra della ferra della de Natividade de Catangola e secuna se a ser sus a ser en esta de la companya e companya Miguês e Aformo Henrique Miguês Merror de Androde e do cusul page eram os fillios in this the state of the second page and th Mendes de Andrade e Francisco des Samo de Caracia de La Caracia de de Amirade, em Katavidade de Carangele e en 11. En 11. En 11. Matural de Emado de Ruo de James e managamente de la companya de l

64. Des. CARLON TO PARIS A DELLA SANTAS

Association from Jesus do Italyago and a transportation of the Sociation sendo esta, poin, sua terra adoma a de Carlinda Garango Telecira Campas.

Catapos, rendo nascido desta umido os servirantes de casada, advogada, rendente em Sala a superinte Civil, casa is morador em tó Engenlagico Civil, casa is morador em tó Engenlagico Civil, casado e Carlos Antós a fagorina a fagorina casada, casada, exercendo a magnituda.

Suos depoir no Ginúsio Le apoldines a la coma de anales de la coma de anales de la coma de anales de compara de estudos, por motivo anales de la coma de anales de la compara de anales de compara de anales de la compara de anales de la compara de anales de la compara d

porém, exercera, em Rio Pardo, hoje Iúna, o cargo de Delegado de Polícia, bem como, transitoriamente, a Secretaria da Prefeitura da Prefeitura Municipal. Em março de 1930, passa a trabalhar, como Fiscak de rendas, no setor da Fazenda Estadual do Espírito Santo, com sede em Manhumirim, Minas. Alí permaneceu, até que, em outubro, com o advento da Revolução de 30, teve seu regresso à Secretaria da Fazenda, em Vitoria, onde funcionou, como Escrituário, durante cinco anos, quando teve ensejo de fazer o seu Curso Superior concluído em 1935.

Iniciou advocacia em 1936, em Cachoeiro de Itapemirim, com residência em Castelo, tendo fundado, nesta última Cidade, o, hoje, Colégio Estadual "JOÃO BLEY", de que fôra, por vários anos, Diretor e Professor de Português e Latim, em concomitância com o exercício da Promotoria Pública, para a fora nomeado, já em 1939.

Ingressou, por concurso, na Magistratura, neste Estado, no ano de 1949, quando foi, primeiramente Juiz Substituto e, em seguida, Juiz de Direito, titular das seguintes Comarcas: Conceição da Barra, Sta. Teresa, Afonso Cláudio, Colatina e Vitória. Promovido a Desembargador em 1963, passa então, a exercer, respectivamente, em 1966, 1967 e 1968, a Corregedoria, a Vice e a Presidência Regional. Participou, neste último posto, em Nova Friburgo, do Conselho dos tribos do País.

No Magistrado Superior, desde a antiga Faculdade de Direito até a UFES lecionou as seguintes disciplinas: Direito de Família e Sucessões, Instituições de Direito Privado, bem como Direito das Obrigações, no período de 1964 a 1979, quando se aposentou, sendo agraciado, em solenidade, com a Medalha de Professor Emérito.

No âmbito literário, figurou entre os fundadores, em 1932 do tradicional "GRÊMIO LITERÁRIO RUY BARBOSA". Também, na atividade publicitária, colaborou, desde longa data, em jornais e revistas. Possui os títulos de cidadão de Afonso Cláudio, Iúna; de Sta. Teresa e, ainda, o de Benemérito de Castelo, documento este, conferido por ocasião dos festejos comemorativos do trigésimo aniversário do Colégio "JOÃO BLEY". É detentor, como Acadêmico, do Certificado de Mérito Literário, concedido pela Diretoria da Federação das Academias de Letras do Brasil. É membro da Academia Espírito-Santense de Letras, sucedendo ao saudoso e eminente escritor, Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto-Cadeira cujo patrono é o inolvidável Pe. Marcelino Duarte. Carlos de Campos é membro, outrossim, do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Pela Resolução nº 6, do Egrégio Tribunal de Justiça, recebeu, ao lado de eminentes colegas, também aposentados, o competente Diploma, com o respectivo "COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO", entregue, em solenidade pelo Tribunal Pleno. Aposentou-se em 11.5.1978. Faleceu em 26/11/1996.

65. Des. JOSÉ MORCEF FILHO

Nascido no dia 29 de dezembro de 1914, no município de Eunápolis, Minas Gerais. Filho de José Morcef e S. Sabina de Barros Morcef, casado com D. Sara Portugal Morcef e do casal, nasceram os filhos: Dr. Fernando Antônio de Portugal Morcef, médico cardiologista, e Dra. Rita de Cássia Morcef Vidaurre. Fez o seu curso primário em Eunápolis, o secundário

perem, exercera, em Rio Bardo, hos linna, o de la como la como como facetaria da Freferiaria de facetaria da Freferiaria de facetaria da Freferiaria de facetaria da Freferiaria de facetaria de facetaria facetaria facetaria facetaria de la Como Carte seu escue seu regresso à Secretaria de facetaria de la como escritanda de 10, teve seu regresso à Secretaria de facetaria de la como escritanda de 10, teve seu regresso à Secretaria de facetaria de la como de 10, teve seu regresso à Secretaria de la como de 10, teve seu regresso à Secretaria de la como de 10, teve seu regresso à Secretaria de la como de 10, teve seu regresso à Secretaria de la como de 10, teve seu regresso à Secretaria de la como de 10, teve seu regresso à Secretaria de la como de 10, teve seu regresso à Secretaria de 10, teve seu regresso à Secretaria de 10, teve seu regresso à Secretaria de 10, teve seu regresso à Secretaria de 10, teve seu regresso à Secretaria de 10, teve seu regresso à Secretaria de 10, teve seu regresso à Secretaria de 10, teve seu regresso à Secretaria de 10, teve seu regresso à Secretaria de 10, teve seu regresso à Secretaria de 10, teve seu regresso à Secretaria de 10, teve seu regresso à Secretaria de 10, teve seu regresso à Secretaria de 10, teve seu regresso de

Intrinu advocaçia em 1936, em Cachoeter estape de la companya de la compositiona Cidade, o, hote, Cabase estador la casa de la compositiona Director e Professor de Partugue.

Ingressou, por concurso, na Magistratur... nes el sido e de la concurso, na Magistratur... nes el sido e de la concurso, na Magistratur... nes el sido e de la concurso e en seguida, luiz de concurso da Barra, Sta. Teresa, Afonso e de Concursa da Barra, Sta. Teresa, Afonso e de Concursa da 1963, passa entad, a exerca e especialmente de la concursa de Contesedoria, a Vice e a Previdência Regional france por estado e de Conselho des arbos do País

No Magnitodo Superior, desde a antiga de la como de la como de Família e de como Direito des Obrigações, no período de la como Direito des Obrigações, no período de la como Direito des Obrigações, no período de la como d

Auta, em jornais crevistra. Possul » títudos de castelo feste jos ragitemutativas de trigésimo aniversi de castelo como Academias de Letras do lítusil. É membre de castelo de Castelo de Castelo de Castelo de Castelo de Castelo de Castelo de Castelo de Castelo de Castelo de Castelo de Castelo de Castelo de Castelo de Mérito I possul de Letras do lítusil. É membre de castelo de castel

65. Dea JOSÉ MORRITA A PAIN-

Najcido no dia 29 de detembro de 1914.
Fillos de José Morcol a S. Salvan de Barros Mossay.
Jo casal, nasceram os filhos: De Fernando Any a ser a

no Ginásio de Carangola e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Niterói. Exerceu o Ministério Público, na Comarca de Mimoso do Sul e após, em 16 de fevereiro de 1948 foi por concurso público, nomeado Juiz Substituto. Promovido por merecimento assumiu a Comarca de Mimoso do Sul em 27 de julho de 1949, sendo removido, a pedido, para a Comarca de Castelo, em 19.2.53. Promovido para a Comarca de Alegre em 2.5.58, e removido para a Comarca de Cachoeiro de Itapemirim, em 30.11.60. Promovido, por merecimento para a Comarca de Vitória, assumiu o seu exercício em 01.4.63, exercendo a função até 11.6.66, quando foi promovido por merecimento ao cargo de Desembargador. Foi, por duas vezes, eleito Corregedor-Geral da Justiça, Vice-Presidente e Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça. Além de sua função judicante o Desembargador Morcef exerceu o Magistério, como Professor Adjunto da Cadeira de Direito Comercial do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Foi agraciado com o "COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO" que lhe foi entregue em sessão solene no Egrégio Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Aposentou-se em 27/2/81.

66. Des. HALLEY PINHEIRO MONTEIRO

Nascido em 18 de maio de 1910, na cidade de Alegre, deste Estado. Filho de Quintanilho Pinto Monteiro e D. Dalila Pinheiro Monteiro. Fez o seu curso de humanidade no Ginásio Municipal de Alegre e Ginásio do Espírito Santo - Vitória. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Niterói, com 23 anos. Iniciou sua vida pública advogando durante 14 anos na Comarca de Alegre. Foi professor de Matemática, Física, Cosmografia e História da Civilização no Colégio Pedro Palácio, hoje Liceu "Moniz Freire", em Cachoeiro de Itapemirim. Foi Diretor no Ginásio de Alegre. Ingressou na Magistratura do Estado em 1947. Durante a sua judicatura na Comarca de Linhares, fundou e dirigiu o Ginásio Afrânio Peixoto. Foi Corregedor, Vice-Presidente e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral. Foi também Corregedor, Vice-Presidente e Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, por duas vezes. Comendador da Ordem do Mérito Judiciário Militar, no grau de "Distinção", comenda concedida pelo Superior Tribunal Militar, além de ser ainda agraciado com o "COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO" que lhe foi entregue em sessão solene do Egrégio Tribunal de Justiça.

Casado com D. Emma Grandi Monteiro, tendo deste matrimônio quatro filhos. Dr. Antônio Fabiano Grandi Monteiro, Engenheiro Civil; Dra. Marília Grandi Monteiro Morgado Horta, bacharel em Direito; Dra. Márcia Grandi Monteiro de Tancredo, arquiteta e urbanista e Dalla Maria Grandi Monteiro Peixoto, arquiteta. Aposentou-se em 19-211981. Faleceu em 07/01/1988.

67. Des. JOSÉ VIEIRA COELHO

Nasceu na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo em 21 de agosto de 1912, filho de Sabino José Coelho e D. Aquilina Vieira Coelho e do casal houve

de Direiro de Nuerou Exercetto Ministra apos en 1948 foi promovido por mercefinento assumito a variate.

1949, sendo removido, a pedido para a variate.

1948, cendo removido, a pedido para a variate.

1948, cendo removido, a pedido para a variate.

1948, cendo removido, a pedido para a variate.

1949, sendo removido, a pedido para a variate.

1949, sendo removido, a pedido para a variate.

1948, cendo removido, a pedido para a variate.

1948, cendo removido, a pedido para a variate.

1949, sendo removido, a pedido para a variate.

1940, sendo removido, a pedido para a variate.

1940, sendo removido, a pedido para a variate.

1940, sendo removido, a pedido para a variate.

1940, sendo removido, a pedido para a variate.

1940, sendo removido, a pedido para a variate.

1940, sendo removido, a pedido para a variate.

1940, sendo removido, a pedido para a variate.

1940, sendo removido, a pedido para a variate.

1940, sendo removido, a pedido para a variate.

1940, sendo removido, a pedido para a variate.

1940, sendo removido, a pedido para a variate.

1940, sendo removido, a pedido para a variate.

1940, sendo removido, a pedido para a variate.

1940, sendo removido removido para a variate.

1940, sendo removido a pedido para a variate.

1940, sendo removido para a variate.

1940, sendo removido removido a variate.

1940, sendo removido removido a variate.

1940, sendo removido removido a variate.

1940, sendo removido removido a variate.

1940, sendo removido removido a variate.

1940, sendo removido removido a variate.

1940, sendo removido removido a variate.

1940, sendo removido removido a variate.

1940, sendo removido removido a variate.

1940, sendo removido removido a variate.

1940, sendo removido removido a variate.

1940, sendo removido removido a variate.

1940, sen

66. Des. HALLI Y PRABITEO MA STARTA

Naticido em 18 de mato de 101 m casada a Managa a modimentiblo Pinto Mordento e L' Cabillat as a Managa a Managa a modimento Municipa, le Alegre e Canasa a ser a ser a ma Construe de Alegre. Foi professo a casa a casa a ma casa a ma Construe de Alegre. Foi professo a ma Construe de Alegre. Foi professo a ma Cara a ma Construe a sua judicatura na Cara Afritado Perseto Poi Corregedor, Vica a ma festa do Estado do Espárta, Santo, esta a materia do Estado do Espárta, Santo, esta a ma judicatura de ma cara a ma cara

Antibuto Fabinho Crandi Monteiro, Engente and J. Ferritoria I. Monteiro, Engente and J. Ferritoria I. J. Fer

67. Des. JOSE VIEW AND CHARLE

Nasceural cidade de Cachoerro de l'apparation de la partir de la partir de la partir de la partir de la partir de Subirro José Cacimento de la partir dela partir de la partir de la partir de la partir de la partir de la partir de la partir de la partir de la partir de la partir dela partir de la partir della partir

três filhos: Maria José Coelho Machado, Carmem Lúcia Coelho e Marilza Lofego Coelho Vaccari. Iniciou seus estudos primários no Grupo Escolar Bernardino Monteiro, de Cachoeiro de Itapemirim e com a fundação do Colégio "PEDRO PALACIOS" aí terminou o primário iniciando o curso secundário até a terceira série, quando se transferiu para o Ginásio do Espírito Santo, completando seus estudos em 1931. em 3 de dezembro de 1936. bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. A sua vida pública foi intensa, plena de atividades. Em 1937 foi Assistente Jurídico do Departamento Estadual, com a função de minutar todos os contratos celebrados com o Estado; Advogado Geral do Estado, Promotor Público na Capital e Procurador Geral da Justiça, em substituição. Professor do Colégio Americano de Vitória e no Colégio de São José do Calçado, quando em 1949 inscreveu-se simultaneamente, nos concursos para Professor Catedrático da Língua Portuguesa do Colégio e Escola Normal Pedro II e Juiz de Direito Substituto, alcançando o primeiro lugar neste último, sendo logo nomeado e designado Juiz na Comarca de Linhares. Em 1950, foi promovido a Juiz de Direito da Comarca de São José do Calçado, depois removido para a Comarca de Alfredo Chaves. Em 1955 foi promovido, por merecimento, para a Comarca de Barra de São Francisco, de 2ª Entrância, removido para a Comarca de Colatina e, em 1959, promovido para a Comarca da Capital, de 3ª Entrância. Em 1964 foi promovido a Desembargador e, no Tribunal de Justiça foi, por duas vezes, Corregedor-Geral da Justiça, Vice-Presidente e eleito Presidente em 1972. Exerceu ainda, a Corregedoria Geral, a Vice-Presidência e a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral. Aposentou-se em 1982, quando eleito para a Presidência da Primeira Câmara Criminal. Membro, por diversas vezes, do Conselho da magistratura. Professor emérito, foi catedrático da cadeira de Finanças Públicas da Faculdade de Ciências Econômicas e depois titular da Cadeira de Processo Civil da Faculdade de Direito do Espírito Santo, hoje, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da UFES. Por seus relevantes serviços, foi agraciado, em sessão solene do Egrégio Tribunal de Justiça com o "COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO", tendo sido escolhido orador oficial, em nome de todos os homenageados. Faleceu em 26/01/1991.

68. Des. MOACYR DE FIGUEIREDO CÔRTES

Nasceu em Além Paraíba, Minas Gerais, no dia 11 de outubro de 1908, filho de Joaquim Herculano de Figueiredo Côrtes e Celina Villas-Boas Côrtes. Casado com D. Amélia Caldomazzi Côrtes. Fez o Desembargador Moacyr Côrtes o seu curso primário no Grupo Escolar de sua terra natal e ainda aí, no Ginásio Além Paraíba completou o curso secundário. Em 1932, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, vindo para o Espírito Santo no mesmo ano e iniciando a sua advocacia na Comarca de Mimoso do Sul. Foi Delegado de Polícia em Vitória, depois Juiz Substituto, sendo promovido a Juiz Municipal. Ainda nesse último cargo fez concurso para Juiz de Direito Substituto em 1946, sendo em 1948 promovido a Juiz de Direito da Comarca de Barra de São Francisco. Judicou nas Comarcas de Aracruz, Anchieta, Alegre, Afonso Cláudio, Cachoeiro de Itapemirim, e por fim, em 1960, em Vitória, Capital do Estado. Em

homenageadou Palepeu em 46/01/1991. DO MERTEO JUDICIARIO: tendo sido escribera a gara matria se a mare de para que serviços, foi agraciado, em sessão solene do epicação finhame ne fora em april dos se Esplitto Sante, hoje, Centre de Ciências Judianne : a cranta el Cifi a Dia sa crada en ac-Frondmicas o depots titular de Cadetre de Proposo (2017) - Frond de de Termano de Professor emérito, foi carediático da cadetra de 👉 🚈 🖟 Pure 👚 🙃 👾 👉 💃 🖰 🚈 📜 Primeira Chimara Crimanal, Membro, por des ses recentationes de la la contragación de Tribunal Regional Eleitoral, Aposenton-se enal 1000 parter also caracter at a fine a fine and em 1972, Exerceu altsda, a Corregedoria Geo. 1984, 1987, 198 Junios for, per dum vezes, Corregedus-Geral in party and the first and in the second in the second da Cepital, de 3º Entrancia. Em 1964 foi pressos " la Day estada estada en la la com-2º Entrância, removido para a Comarca de Celaresto, uso del tras estas como con estas caracteras. Em 1955 fol promovide, per merecumento, panas a una cara activa a cita ca el maria a ca Comerca de São José do Calçado, depóis remismos em em elembro de la freignica, el e designado Juiz na Comarca de Linhama. Esta de la comarca de Linhama. de Sito José do Calçado, quando em 1946 no em presenta en entre como no en esta en en-com o Estado; Advegado Gessi do Estados Epitoros - El la cial a la capacida e un la furido e do Departamento Estados, como fues, se en casa a caracter de pel the Rio de janeiro. A sua vida publica foruntena, presencia su relability pella la populari de la la compania del compania del compania de la compania del la compania de la compania de la compania de la compania de la compania del la compa bachwielou ie em Ciencius Jurida sa e Sociale, is a se se de la constant de la la pera de Canada do Espleito Saruti, completando sesa en que en altra en la caracteria del la caracteria de la caracte perfunctio iniciando o curso secundário pre a propertir que a partidar en el propertir de la partido de la partidar en el propertir de la partidar en el pr Varietate Iniciou seus estudos primarios as a la filla de des albas de al al-

68. Des. MOACYR DE FOR FIRST DAY CORPTS

Nasceu eta Adem Paradra, Minas Genon agranta de Nasceu eta Adem Paradra, Minas Genon agranta Merculano de Figuerredo Côrtes e Ades en Ades en Amelia Coldomara Côrtes. Fer o Desembarga en Crupo Escolar de sua terre nar de anada et. a secundário. Em 1931, bacharelou-se em Direiro ana en Comarca de Mimoso do Su. Foi Delegado de actual de Mimoso do Su. Foi Delegado de sendo promovido a Juta Musucipal. Aindo cara sendo promovido a Juta Musucipal. Aindo cara de Sao Brancisco. Judicou nas Comarca de Sao Brancisco. Judicou nas Comarca de Sao Brancisco. Judicou nas Comarca de Sao Brancisco. Judicou nas Comarca de Sao Brancisco. Judicou nas Comarca de Sao Brancisco. Judicou nas Comarca de Sao Brancisco. Judicou nas Comarca de Sao Brancisco de Brancisco. Judicou nas Comarca de Sao Brancisco de Bran

1966 foi promovido a Desembargador, tendo exercido os cargos de Corregedor-Geral de Justiça (1971), Vice-Presidente (1972) e Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça (1973). Foi também Corregedor Geral e Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleiforal. Aposentouse em 5/12/78. Faleceu em Vitória no dia 27 de março de 1979.

69. Des. EDISON QUEIROZ DO VALLE

Nasceu em 3 de dezembro de 1910, em Tucano, Estado da Bahia, filho do Dr. Clarindo Cyro de Valle e de D. Etelvina Queiroz do Valle. O Desembargador Edison foi casado com D. Camila de Abreu do Valle com quem teve quatro filhos. Dra. Etelvina, Dra. Vânia, Dr. Edison Júnior e Maria de Lourdes. Fez o curso primário no Instituto Bahiano de Ensino e Escola Possidônio Dias Coelho, em Salvador; o curso secundário no Ginásio Estadual da Bahia, bacharelando-se pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1936. Iniciou sua vida pública no Estado do Espírito Santo em 1937 como Promotor Público na Comarca de Moniz Freire e, posteriormente, nas Comarcas de Mimoso do Sul, São José do Calçado e Cachoeiro de Itapemirim. Professor de História do Brasil no Liceu "Muniz Freire" de Cachoeiro de Itapemirim. Ingressou depois, por concurso, na Magistratura Espiritossantense em 17 de abril de 1946 como Juiz de Direito Substituto. Promovido a Juiz de Direito de 1ª Entrância, em 18 de abril de 1949, designado para a Comarca de Aracruz e depois removido para as Comarcas de Moniz Freire, Alfredo Chaves e Muqui. Como Juiz de 2ª Entrância, exerceu as funções nas Comarcas de Afonso Cláudio e Mimoso do Sul, sendo promovido, por merecimento, em 17 de dezembro de 1960, para a Comarca de Vitória, de 3ª Entrância. Em 10 de agosto de 1967 foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça. Foi professor da Cadeira de Direito Processual Penal na Faculdade de Direito, hoje, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Membro do Tribunal Regional Eleitoral, o Desembargado Edison Queiroz do Valle faleceu, tragicamente, colhido por um acidente brutal, a 2 de julho de 1972.

70. Des. MÁRIO DA SILVA NUNES

Nascido em Vitória, no dia 25 de dezembro de 1919 filho de Delphino da Silva Nunes e de D. Esperança Más Nunes o Des. Mário da Silva casado com D. Lúcia Castelani Nunes, e teve o casal um filho, Dr. Carlos Alberto Castelani Nunes, advogado e funcionário da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo. Fez o seu curso de Humanidade no Ginásio Espírito Santo e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1935. Exerceu a advocacia na Comarca de São Mateus, de 1936 a 1938 e de 1941 a 1946, tendo ingressado na magistratura espiritossantense em 1947, como Juiz de Direito Substituto. Promovido a Juiz de Direito da 1ª Entrância em 1949, iniciando sua carreira na Comarca de São Mateus. Em virtude de suas promoções para a 2ª e 3ª Entrâncias, judicou nas Comarcas de Guarapari, Afonso Cláudio, Colatina e Vitória. Promovido, por merecimento, a Desembargador em 1972, exerceu as funções de membro do Tribunal Regional Eleitoral,

1966 foi promovido a Desembagedo de la companya (1971), Vice-Presidente (1971)

69. Dea, EDISON J. PERCENDER CO.

por um acidente brasal, a? de juil-Regional Elettoral, of Describurgado is asserted from the second to the second to the Juridicus e Sociais da Universidade France de de de de de de de la confessione da Cadelra de Directo Frocessual Per Control of Control Comarcas de Moraix Freitre, Autredo Casa, a sel agus, Cosa, para de la casa d ern 18 de abell de 1949, designado par i anril de 1946 como Juir de Direito Sule marche de la confe itapendido. Ingressou depais, por concar a financia de la concar a financia del concar a financia de la concar a financia del concar a financia de la concar a financia del concar a financia de la concar a financia del concar a financia de la conc Bohia, bacharefande ac pela faculcina. Escola Possidónio Días Coelho, etc. Successor de la compagnación de la E. Camila de Abreu de Vidle com que Cyto de Valle e de D. Ereivina Queuc. Nascou em 3 de dezembro de 1910 a a una altatação de acompanion de acomp

70, Des. MARTINE DE ARTICLES

Nacido em Vitória, no dis 2º

Nones e de D. Esperança Misa Numes.

Numes, e teve o casal um fills "Dr Cast.

da Universudade Federal do Casado an .

Cantasio Espírito Santo e da Parel.

1935. Exerceu a advocacia na Comas.

rendo ingressado na magistratura espir.

Promovido a juiz de Direito da 1º Estal.

de São Mateus. Em virtude de suas tr.

Cornarcas de Guerapari, Afor Cidac.

9 Desembargador em 1977, exerceu as

pela classe dos juízes. Em 1973 foi eleito Corregedor-Geral da Justiça, em 1974 Vice-Presidente e em 1975 Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça. Foi Juiz de Menores da Capital, cuja função exerceu durante seis anos - de 1966 a 1972 - tendo participado de diversos Congressos Nacionais de Juízes de Menores nas capitais brasileiras. Faleceu em Vitória no dia 19 de abril de 1976.

71. Des. VICTOR HUGO CUPERTINO DE CASTRO

Nasceu o Desembargador Victor Hugo Cupertino de Castro em Castelo, Espírito Santo, em 15 de março de 1923, filho do Desembargador José Cupertino de Castro Filho e D. Iracema Fernandes Cupertino. É casado com D. Marlene Jacob Cupertino e do casal nasceram os filhos: Regina Celi, Sergio, Marcos e Rejane. Iniciou seus estudos primários no "Grupo Escolar" de Colatina, transferindo-se, depois, para o Grupo Escolar "Bernardino Monteiro" de Cachoeiro de Itapemirim. Seu curso secundário iniciou-se no Liceu Moniz Freire de Cachoeiro, concluído no Instituto Lafayete, do Rio de Janeiro. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo. Iniciou sua carreira no Ministério Público, em 1949, tendo sido Promotor na Comarca de Barra de São Francisco, de lá se transferindo para Colatina e, finalmente Baixo Guandú. Após se submeter a concurso público, ingressou na magistratura em 1952, iniciando sua carreira na Comarca de Cachoeiro de Itapemirim, como Juiz de Direito Substituto. Após ter percorrido, nessa função, várias Comarcas, foi promovido a Juiz de 1ª Entrância em agosto de 1955, assumindo seu exercício na Comarca de Mantenópolis, de onde foi removido para a Comarca de Santa Teresa e, por promoção, à 2ª Entrância para a Comarca de Baixo Guandú, removendo-se depois, para Cachoeiro de Itapemirim. Promovido a Juiz de 3ª Entrância, judicou, de início, em Colatina, em 1955, removendo-se para a Capital de Vitória, tendo sido Juiz Titular de várias Varas. Em dezembro de 1973, foi promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, tendo sido eleito seu Presidente para o biênio 1980/1981. Foi professor das cadeiras de Teoria do Estado e Direito Penal (Parte Geral); exerceu o magistério durante 13 anos na Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim. O Desembargador Victor Hugo Cupertino de Castro tem publicado na Revista do Tribunal de Justiça, vários trabalhos jurídicos. Em sessão solene do Egrégio Tribunal de Justiça, foi agraciado com o "COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO". Aposentou-se em 22/03/1993.

72. Des. GERALDO CORREIA LIMA

Nascido a 23 de maio de 1930, nesta Capital de Vitória, na Vila Rubim, o Desembargador Geraldo Correia Lima é filho de João Correia Lima e D. Francisca Rocha Lima. Casado com D. Maria Hortência Durão Lima e do casal nasceram as filhas: Dra. Francisca Correia Lima Gusmão e Dra. Rachel Durão Correia Lima, ambas diplomadas em Ciências Jurídicas e Sociais. Fez o curso primário no Grupo Escolar "Alberto de Almeida" e o secundário na Academia de Comércio de Vitória, onde se diplomou ainda em Contador.

pela lane des juites. Em 1971 de rieno i la graga de partir de la francisco de la graga de

71. Des. VICTOR HUGGIG TO THE PAST TO SEE

Apparent our seem 22/03/1993 do Egregio Tribunal de Justiça, foi agmi intro estra como 18 cm est 11 a cm 18 cm. publicado na Kevista do Tribunal de lustiga, com en ladore que en la decidade de la companya de Cachosino de Itapemina. O Describação do 1 de doporto de la constante de la co The state County emergen a magnetic sale of the state of the state of the prismovido so cargo de Desemburgador do la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya de la companya de la compa Caparal de Vitora, rendo sulo Jun Titula de la Sara Francia de Vitora, rendo sulo Jun Titula de la Sara Francia de Vitora, rendo sulo Jun Titula de la Sara Francia de Vitora, rendo sulo Jun Titula de la Sara Francia de Vitora, rendo sulo Jun Titula de la Sara Francia de Vitora, rendo sulo Jun Titula de la Sara Francia de Vitora, rendo sulo Jun Titula de la Sara Francia de Vitora, rendo sulo Jun Titula de la Sara Francia de Vitora, rendo sulo Jun Titula de la Sara Francia de Vitora, rendo sulo Jun Titula de la Sara Francia de Vitora, rendo sulo Jun Titula a manufea de Bajao Quandil, semonendo se dapa. Transi alla mande production de la Principula em agusto de 1954, associando se en esta en anticurado sun certiena no Cameros de Cacamatos de Cacama Barso Catallelli, Aprisse submiring a simentification of the property of the second se na Chaparca de Barra de São Espacaçõe, de la serior de los estables de la productiva de la compansa del compansa de la compansa de la compansa del compansa de la compansa Esparito Santo Indonesta carector at Mines Montepro, de Cachoeiro de lasperarios, rem que la que la estada en no Chupo Escolar de Colarcia, remaferiralimina de seas de seas de la colarcia de Colarcia, remaferiralimina de seas de masceram of filhos. Regina Latt, Sergio. Ma D. Perrama Fernandes Cupertino, É casado em 11 Maria de la casa de facts, 216 15 de março de 1923, éthos do Doss al casa e partir es a casa de l Nasceu o Desembargados Varios Prantos y manara a construir de servi-

Nascido a 23 de maio de 1930 ne.

Desembargador Geraldo Correta ama é ilha is
Limas. Casado com D. Maria hiortèric a D.

Francisca Cortreia Lima Cusada e Dia Roci.

Cada cia fundicas e Sociais. Per occusa par

conecuration o na Academia de Comércio de casa par

Bacharelou-se em Direito, no ano de 1955, pela Faculdade de Direito do Estado do Espírito Santo. Trabalhador incansável, rapaz pobre, durante todo o seu período de estudante foi escrevente e contador. Exerceu a advocacia e a Promotoria Pública de 1957 a 1975. Como membro do Ministério Público foi Procurador Regional da República e Procurador-Geral da Justiça. Foi nomeado Desembargador, pelo quinto constitucional, escolhido em lista tríplice no ano de 1975. Como Desembargador, foi Corregedor, Vice-Presidente e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral. No biênio 1982/83 exerceu a Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça. Fundou em 1958 a Associação do Ministério Público, sendo o seu 1º Secretário e Sócio Honorário da Associação do Ministério Público Brasileira, agraciado com o diploma de "Honra ao Mérito". Em 1983 a Associação Brasileira de Magistrados lhe conferiu a comenda "Mérito da Magistratura - Serviços Distintos" e, em 1985 foi agraciado com o "COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO" pelo Egrégio Tribunal de Justica, em sessão solene. É cidadão honorário de Anchieta, Apiacá, Boa Esperança, Bom Jesus do Norte, Conceição de Castelo, Dores do Rio Preto, Cachoeiro de Itapemirim, Itarana e Mucurici. Recebeu o título de "Amigos do Exército" em 1983. Atualmente é o Presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo, eleito para o biênio de 1984/85. Aposentou-se em 23/05/ 2000.

73. Des. SEBASTIÃO TEIXEIRA SOBREIRA

Nascido na cidade de Alegre-ES, a 26 de novembro de 1918, o Desembargador Sebastião Teixeira Sobreira é filho de João Teixeira Quintão e D. Rachel Teixeira Sobreira. É casado com D. Maria José de Campos Sobreira, e do casal nasceu a filha Zelina Sobreira Gomes. Fez seu curso primário na Escola Pública de Celina, município de Alegre e o secundário no Ginásio Municipal de Alegre, hoje Colégio Estadual "Aristeu Aguiar". Formou-se em 1947 em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro, iniciando sua vida profissional como advogado na Comarca de Alfredo Chaves, depois Alegre, Guaçuí, Cachoeiro de Itapemirim, Iconha e Anchieta. Ingressou na magistratura, aprovado em concurso para o cargo de Juiz de Direito Titular das Comarcas de Mantenópolis, Nova Venécia, Iúna, Anchieta, Muqui, Vila Velha, Linhares, Mimoso do Sul e Vitória. Como Juiz da Capital, exerceu a função de Diretor do Forum "Moniz Freire", dando-lhe nova feição material, aparelhando-o com instalações condignas e Coordenador da Campanha do Bem-Estar do Menor. Ainda como Juiz da Capital foi eleito Juiz de Direito Substituto de Desembargador e, por fim, promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça. Organizado por excelência, dinâmico, sóbrio e espírito devotado às realizações de interesse social, o Desembargador Sebastião Teixeira Sobreira exerceu por três (3) períodos o mandato de Presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo, colocando-a em lugar de merecido destaque em todo o País. Na Vice-Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça, no biênio 80/81, reiniciou a publicação anual da Revista do Tribunal e divulgou, trimestralmente, a sua Jurisprudência, que são solicitadas, por magistrados e advogados de outros Estados do País. Seu acendrado

Mugastados do Espática de mena elempaga en la companya de la compa quija qe "Vinjibos qorpsi, coti», em 13/47 - i i i ipor i is inc. para inc. a i ibi i i i i i i i i i i i i i de Castela, Dores do Rio Preto, Caci asimpira presenta en para para preferancia. E ridadão bonorário de Anchieta Area - E e E e e e k l. comenda Merito da Magrettolara describa alemania de la seguinación de la Magrettolara de la comenda de "Homang Meuro" Em 1983 a American Consiliva I american Proe Socio Monurario da Associação do Minima de Edição Carte de Antidado de Associação do Minima de Edição Carte de Associação do Minima de Edição Carte de Associação do Minima de Astronomia de Astrono de Jastiga, Pundou em 1958 a Associação de Capação (C.) do Tribunal Regional Element No biene. 1980 No service and 1990 an triplice no ano de 1975. Carso Desembra, la seguina a la francia que la companya del companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya de la companya de la compan de Jasaba, Pol nomendo Desembergados, como que um mas como el como de la como esembro do Mirostério Público foi Pao se es deseguent de la para la segue esta esta esta esta esta esta esta e Santol Trabalhador incursável, rupar que en limitar en pari que la recita. En la libración el Bacharekou-se em Direita, no orio de da mina de libradado preferencia de escara e filosocia-

71. Des SEBAST TO TOTAL PORTER.

Paff. Na Vice-Presidência do Egrégua y qual financia en la companya de financia e la companya de financia e la companya en la companya de financia e la companya en la comp Magistradus do Espítico Sunes, color estrator y and management of present Sobreite guerreu por très (3) pende a man a de que le company a espirito devotado às malizações de mana esta despira de la company Desembingador do Inbonal de Justiça de la casa de la ca Coordénation de Campanita de Bernar de la companya de la companya de Direito Substituto de Desarra de la companya de Direito Substituto de Desarra de la companya de Direito Substituto de Desarra de la companya de Direito Substituto de Desarra de la companya de Direito Substituto de Desarra de la companya de La companya Freire", durado-the nova frição mais a diagram a mais a la companya de la company do Sul e Vitória. Como Jura de Caparelle para la caparelle de Caparell de Mantanópola, Nova vanecia, anna mana antica a para partir de la compania del compania del compania de la compania del compania del compania de la compania del compania d na magistratura, aprovado em concussopas estre pere a qui este el file il que el Chaves; depois Alegre, Graçuf, Carloux and a supergrave control of a subsequence do Rio de Janutro, insciando sua vida primera e la como por como de la como d secundario no Omasio Municipel de Su es la Casa, de la casa de la casa formanas em 1947 em Ciencias Juniosa, en esta política de Casa Corres. Fer seu carsa primário na Es E casado coas D. Maria José de Campo Sebastião Teixeira Sobreira é filho de Justa 🛫 📡 🛒 💮

amor à causa do Menor, principalmente do Menor Carente, é exemplo a ser imitado por todos os menoristas e para mensurar o seu valor, basta que se registrem as suas atividades, participando, com louvor, de quase todos os Encontros Nacionais da Família e do Menor. Foi eleito Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça para o biênio 1984/85 e vem realizando uma obra digna de seu devotamento e seus dotes de grande administrador, máxime da coisa pública. Merecidamente, destacam-se no seu "Curriculum", as seguintes honrarias: Medalha do Mérito Militar, conferido pelo Superior Tribunal Militar, em 1983; medalha do Sesquicentenário do Poder Legislativo do Espírito Santo de Grande Oficial do Mérito "Domingos Martins"; "COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO", conferido pelo Egrégio Tribunal de Justiça, em sessão solene; comendador da Ordem Estadual do Mérito Jerônimo Monteiro, medalha da Ordem de Tibúrcio, conferida pelo 38º Batalhão de Infantaria de Vila Velha - 1985 - cidadão honorário de Vitória e Muqui. É professor adjunto de Direito Processual Penal do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da UFES. Assumiu o Governo do Estado do Espírito Santo no dia 25 de julho de 1985, em substituição ao governador Gérson Camata, como Presidente do Tribunal de Justiça. Aposentou-se 01/08/1988.

B. ..

74. Des. ANTÔNIO TÁPIAS DE VASCONCELLOS

Nascido em 6 de setembro de 1908, em Ibituba, município de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo, o Desembargador Antônio Tápias de Vasconcellos é filho de Antônio Tápias de Mattos e Izabel Ferreira de Vasconcellos. Casado com D. Dalila Haddad Tápias; do casal nasceram os filhos, Gesy, Geisa, Gláucia, Glícia, Giselda, Gislene, Géssia e Antônio. Fez seus estudos primários em Ibituba e secundários no Ginásio São Vicente de Paula, Vitória, Estado do Espírito Santo. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Niterói, Rio de Janeiro, tendo colado grau em 28 de dezembro de 1939. Foi professor Primário no Distrito de Ibituba, Professor do Ginásio e Escola Normal de Afonso Cláudio e Delegado do Recenseamento Municipal. Vereador à Câmara Municipal de Afonso Cláudio, onde advogou por muitos anos. Submeteu-se a concurso para o cargo de Juiz de Direito Substituto, ingressando na magistratura espiritossantense em 11.08.56. Foi Juiz de Direito em várias Comarcas do Estado, de 1ª, 2ª e 3ª. Entrâncias. Juiz do Tribunal Regional Eleitoral, e Juiz de Direito Substituto do Desembargador e, por fim, eleito Desembargador Efetivo em 07/5/76. Em sessão solene do Egrégio Tribunal de Justiça foi agraciado com o "COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO", por seus relevantes serviços à Justiça do Espírito Santo. Faleceu em 03/01/1992.

75. Des. HELIO GUALBERTO VASCONCELLOS

Natual de Sabino Pessoa, onde nasceu a 19.2.1929, filho de Edson Vasconcellos e Maria da Penha Gualberto Vasconcellos, o Des. Hélio Gualberto Vasconcellos fez os estudos primários em sua cidade natal, tendo iniciado o curso secundário no Ginásio Municipal de Alegre, concluindo-o no Liceu Muniz Freire, em Cachoeiro de Itapemirim, no ano de

Interes a cause de Manos, perma apalmente do Maria de Santes de Manos de menutistas e para menaurar e sen vasa a para menaurar e sen vasa a para menaurar e sen vasa a para menaurar e sen vasa a para menaurar e sen vasa a para menaurar e sen a melento Presidente do Egrégio Imbural de Jara, a para menaura e sen a manor diguna de seu devotamento e sen a mesa publica. Meneraldo Milicar, con ferado pelo Supe.

Presidado Merito Milicar, con ferado pelo Supe.

Comungos Martinu", "COLAR DO MERTE

Tribanal de Justica, em sessiti solerre, o menda.

Monteira, medalha da Critem de Tiburcio, comonda.

Vila Milas-1985 - gidada o honorario de justa.

Processual Penal do Centro de Ciencias juría.

O Estado do Espárito Sunto no cia 25 de juba.

Oferion Camana, como Presidente do Tiburo.

74. Des ANTONIO TAPLAS SELVAS ANTONIO

Parlaceu em OAAAA 1992. DO MERITO IUDICIARIO", por seus se en antes de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya de la companya de la companya de la companya de l ero (1)1/2/76. Em resido solene do Egrégio Libre de la Sala de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del la companya de la com e Jugade Direita Substituto do Desembagado de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la em várim Comingras do Estado, de 1º, 2º e 3º, 1m. see se fora discussione de la comingra de la c Subsittuite, ingressando na magistratura esperante esperante de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya del companya de la company Was agression bor multiple industrial and the second secon Delagado de Recenseamento Municipal. Veresa en la marcada en partido en la marcada en Printerio no Digrito de Ibituba. Professor do Carara - Facolo France - ray en en en en-Niceról, No de Janeiro, tendo colado grau em como ase a como a la laboración de la professione Wy fing, Estado do Espítito, Santo. Pecharales, en el Frederica de Francis en El California de Espítito. Fer seutre extudos primáticos em folimba e seu mantina esta a como a la literación de la companión de la compa In cost - woman of filter, Gree, Grees, Glauces, Corres, Carles, Carles Tack a de Matter o brabel Ferraine de Pasconcella y acusa. de, Espaira Sindo, o Desembargador America (p. 1862). The contraction of the contraction Mascido em 6 de setembrade 1908, em la la la lata de 1909 de la lata de lata de lata de lata de lata de la lata delata de lata delata delata de lata de lata delata de

A P. Des. MELLO GUALBERTA LA AZON TELLO

1948, após passagem pelo Colégio Americano de Vitória e pelo Colégio de Muqui. Casado com a senhora Nilda Moreira Vasconcellos, o casal tem quatro filhos: João Gualberto, Luciano, Rita de Cássia e Maria Tereza. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Espírito Santo, tendo concluído o curso no ano de 1953. Advogou na Comarca de Cachoeiro de Itapemirim, tendo ingressado na magistratura, por concurso, em agosto de 1957. Exerceu a judicatura nas Comarcas de Mucurici, Iúna, Itapemirim e Guaçuí, sendo promovido para a Comarca de Colatina, então de 2ª Entrância no ano de 1965. Promovido a Juiz de 3ª Entrância em 18/05/78 foi Juiz da Vara Criminal de Vila Velha e da 3ª. Vara Cível de Vitória. Em 1974 passou a exercer as funções de Juiz Substituto de Desembargador em 1978, tomando posse a 8 de junho daquele ano. Exerceu no Tribunal de Justiça, as funções de Corregedor-Geral da Justiça no biênio 1980/81. Professor de Direito Processual Civil na Universidade Federal do Espírito Santo desde 1972, tendo sido professor da Cadeira de Introdução ao Estudo de Direito, nas Faculdades de Direito de Colatina e Vila Velha. Corregedor-Geral Eleitoral, Vice-Presidente e atualmente Presidente do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral. Quando na Presidência da Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo, foi agraciado com a medalha do Mérito Judiciário, conferido pela Associação dos Magistrados Brasileiros e novamente agraciado com o "COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO" que lhe foi entregue em sessão solene do Egrégio Tribunal de Justiça do Espírito Santo. É cidadão honorário de Vitória, por deliberação da Câmara de Vereadores. Aposentou-se em 01/09/1989.

76. Des. HOMERO MAFRA

Nascido no Estado de Minas Gerais, em Itanhandu, no dia 22 de maio de 1923, filho de Sebastião de Oliveira Mafra e Ana Vieira Mafra, o Desembargador Homero Mafra casou-se com D. Myriam Junger Mafra, nascendo do casal os filhos: Dr. Homero Junger Mafra, José Guilherme Junger Mafra e Flávia Maria Junger Mafra. Fez o seu curso primário no Grupo Escolar de Itanhandu e, ainda na mesma cidade, no Ginásio Sul Mineiro, concluiu o curso secundário. Bacharelou-se em 1952, dedicando-se à advocacia durante quatro anos e, paralelamente, exercia atividades como jornalista dos Diários Associados. Iniciou sua carreira de magistrado neste Estado em 1956, sendo o primeiro classificado no concurso a que se submetera. Passou, como Juiz Titular de 1ª Entrância, pelas Comarcas de Mucurici, São José do Calçado e Domingos Martins, de 2ª. Entrância por Ecoporanga, Barra de São Francisco, Linhares e Colatina; finalmente promovido para Vitória, de 3ª Entrância. Em 1974, passou a integrar o Tribunal de Justiça como Juiz Substituto de Desembargador, depois, promovido a titular, permanecendo neste cargo até março de 1983, quando se aposentou. Ao longo de sua atividade judicante, o Des. Homero Mafra dedicou-se também ao magistério, tendo lecionado Português e Inglês no Colégio de Calçado e em outros estabelecimentos de ensino de segundo grau. Professor, por concurso, de Literatura Portuguesa, lecionou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Colatina. Ingressou

por deliberação da Câmara de Veresa de presenta a presenta a la composição de Câmara de Veresa de la composição de Câmara de Veresa de la composição de Câmara de Veresa de la composição de Câmara de Veresa de la composição de Câmara de Veresa de la composição de Câmara de Veresa de la composição de Câmara de Veresa de la composição de Câmara de Veresa de la composição de Câmara de Veresa de la composição de Câmara de Veresa de la composição de Câmara de Veresa de la composição de Câmara de Veresa de la composição de Câmara de Veresa de la composição de Câmara de Veresa de la composição de Câmara de Veresa de la composição de la solene do Egrégio Tribunal de Justica de La calda de l Marito Judiciáno, conferido pela April April April des pragas de la la companya de la conferido pela April de presente de la companya de la conferido pela April des pragas de la conferido pela April de la conferido de la conferido pela April de la conferido de la conferido pela April de la conferido de la conferido pela April de la conferido del conferido de la conferido del la conferido de la conferido de la conferido de la conferido de la conferido de la conferido del la conferido del la conferido del la conferido de la conferido de la conferido del la conferido del Associação dos Magistrados do Estaca de Apaleo a necada e a la la coma en esta en esta en esta en esta en esta attralmente Presidente do Egrégio Tra ana S. gland bas ten a la grant, que a sero e a cade Direito de Colettas e Vila Veira, a ser a des Cientes e a con esca e casa e a casa de constante de Direito de Colettas e Vila Veira, a ser a casa de constante de Colettas de Colettas e Vila Veira, a ser a casa de Cientes de Coletta 1972, tendo sido professos da Gadam, de constato, for se a securio. Il anno que con con constante Professor de Diretto Processual Casa por Uparacida a la casa de la casa de la no Tribunal de Justiça, os fraspos, os da capacita casa. Substituto de Desembargador en 15 % tomanda passo a la caracteria de Lacaracteria de Desembargador en 15 %, tomanda passo a la caracteria de Lacaracteria de L Vila Velha e do 3º, Vara Civel de Varion Lancidat para en la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la co no ing de 1965 Promovido a Junicie Je tanto a mentralia. La combinación de companyo Bapengring Cuagus, sendo promovido per a al las santacio de ampre 1, 1937, 3º 10/2022 concutati, em agosto de 1957. Exercent a picha me el sent de la partir dela partir de la partir de la partir de la partir de la partir dela partir de la partir de la partir de la partir de la partir dela partir de la partir dela partir de la partir dela partir dela partir dela partir dela partir del la partir de Advagou na Connatca de Caubeestoure l'ausgent au le sellement que le petition que en pela Faculdade de L'Arcard do Esperaro que el comprese que puede que el comprese de la comprese del comprese de la comprese del comprese de la comprese del comprese del comprese de la comprese de la comprese del comprese del comprese de la comprese de la comprese del comprese de la comprese de la comprese de la comprese de la comprese de la comprese de la comprese de la comprese de la comprese del comprese de la comprese del comprese Luciano, Rita de Cássas e Maria Tera a fina despera de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya de la companya de la compa com a senhora Milos Moserra Vascones des presentationes de presentation de 1948, apos passagem pele Colegio sense a se una visca de per de la

76 Day Fundamental Cha.

Purcuguesa, lectoriou na Faculdado de 1817 e a.g. francia de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la compan estabelecimentos de ensino de seguen - gram marra a que os para para estabelecimentos de ensino de seguen - gram marra a que su como de seguente de se go auginemo, tendo lecionado Paragresa e tagana o la caraca de para el caraca e que appositions. An longe de sua attividade presentare al lese transfer en planta que pose a citate depose, promovido a titulat, permanas arma nesse a manda presidente de la compania del compania del compania de la compania del la compania de la compania de la compania de la compania de la compania de la compania de la compania de la compania de la compania de la compania de la compania de la compania del la compania de la compania del la compan 1974, passou a integrat o Tubunal de La riga a para la casa de la ciga a para la casa de la casa de la ciga a para la casa de la casa de la ciga a para la casa de la casa de la ciga a para la casa de la casa de la ciga a para la casa de la casa de la ciga a para la casa de la casa de la ciga a para la casa de la casa de la ciga a para la casa de la casa de la ciga a para la casa de la casa de la ciga a para la casa de la casa de la ciga a para la casa de la casa de la ciga a para la casa del la casa de la casa de la casa de la casa de la casa de la casa de la casa de la casa de la casa de la casa de la casa del la casa de la casa de la casa dela casa de la casa de la casa de la casa de la casa de la casa d Francisco, Linhares e Colatina; dimenta a rejustrativa i productione de la colatina del colatina de la colatina de la colatina del colatina de la colatina del la colatina del la colatina de la colatina de la colatina del la colatina de la colatina del la colatina d Sto Jaje do Calçado e Domingos Martier e e Trans antenanta a ser a granta granta granta de la calcada a que se submetera. Passou, como los finas e you this publica para face e se e indian con-anos e, paralelamente, exercia ativac ales casa, seas esta de en una esta esta casa. o curso secundário. Bacharelou-se eta 1861 a solar, disese a cosa a cosa e con a con pre-Matra, José Guilherme Jonger Mafra: Have Miran are Line & ... CRIOU-se com D. Myriam Junger Misson de president and him and president and him and a president and a second - Nascido no Estado de Minas Carras, en considera a consedera a consedera a consedera a consedera a consedera a

na Universidade Federal do Espírito Santo como professor adjunto da cadeira de Direito Civil do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, ocupando ainda o cargo de membro do Conselho de Ensino e Pesquisa. Jurista emérito, além de suas sentenças e votos que refletem a sua invejável cultura é autor de trabalhos de doutrina e pesquisas no campo do Direito. Foi Corregedor, Vice-Presidente e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral. Moço ainda, o Desembargador Homero Mafra faleceu no dia 21 de dezembro de 1984, sem atingir a muitas almas, nem lhes dar a plenitude de alegria moral e intelectual, privilégio de sua personalidade; mas apagou, tranquilamente, a sua lâmpada.

77. Des. ROMULO SALLES DE SÁ

Nasceu na sede do município de Muqui, Espírito Santo, no dia 30 de novembro de 1923, filho de Carlos Gomes de Sá e D. Dinorah Salles de Sá. É casado com D. Maria Penha Cabral de Sá e do casal nasceram os filhos: Rômulo Cabral de Sá, engenheiro civil, Carlos Theophilo Cabral de Sá, universitário, Maria Bernardete Cabral de Sá Dal Col, bacharel em direito e Maria de Fátima Cabral de Sá, universitária. Fez os estudos primários no Ginásio São Vicente de Paula e secundários no Ginásio do Espírito Santo e Colégio Americano de Vitória. Bacharel em Direito pela antiga Faculdade Pública, por concurso em que foi classificado em primeiro lugar. Posteriormente, em 1956, classificou-se em concurso para a magistratura, tendo sido Juiz de Direito em várias Comarcas do interior até ser promovido para Comarca da Capital, quando em 1979, foi eleito para as funções de Juiz de Direito Substituto de Desembargador e, finalmente, promovido por merecimento, ao cargo de Desembargador. Foi eleito Corregedor da Justiça Eleitoral, Vice-Presidente e, por fim, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça. Professor de Direito Civil do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. O Desembargador Rômulo é, além de magistrado, Professor, conferenciasta, escritor e Membro da Academia Espiritossantense de Letras, titular da Cadeira nº 35 e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Publicou vários trabalhos, destacando-se: "Pobres Crianças do Brasil" (versos); "Registro de Juventude" (versos, conferências e palestras) e "Jerônimo Monteiro o Amigo", além de excelentes decisões publicadas na Revista do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Agraciado com o "Colar do Mérito Judiciário" em sessão solene do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Aposentou-se em 23/02/1994.

78. Des. ANTÔNIO JOSÉ RUA

Nascido no distrito de Celina, município de Alegre em 27 de dezembro de 1915, o Desembargador Antônio José Rua é filho de Francisco José Rua e Filomena Conceição Rua. Casado com D. Elça Leal Rua, o casal tem três filhos: Dr. Fernando Antônio de Oliveira Rua, médico; Maria Luzia Vas Loureiro, contadora, e Dra. Sandra Maria Rua Batista, advogada. Fez o seu curso primário na Escola Pública de Celina e o secundário em

For Universidade Federal de Espírico Santo como esporante al actual de Ciencias forfeleas a Socialidade de Ciencias forfeleas a Socialidade de caractería de Conselho de Engine e Pasquisa, jurista emérgio de de servicio en actual de caractería de autor de trabulhos de la caractería de actual de la caractería de autor de trabulhos de la caractería de actual de actua

77. Des. ROMULA SAR PETER SA

23,02/1994 sendo rolene do Egrégio Tribunal de Justiça actor da tapará que a Sal como procesora e confustiça do Estado do Espírito Santo. Agrico for no una la elemento en cue un serior esta esta sel esta Monteiro o Amigol, siem de excelentes deci ser parler con en Forma de publicad de do Brasil" (verses); "Registro de Javenande" (e promovatorio mana qui mora el carbamare a Ceográfico do Espítito Santo. Publicou vitra perificia a cidente e en entre especiale especiale de la companione de la comp da Academia Espiritossantense de Letras, tradición de la filo de la properción de la companya de properción de Desembayeador Rómulo é, alem de magastrado y a volta outra son a la carrente e sécurio. par film, Presidente do Egrégio Tinbumil de Justã, a master de Diamara astronada de la comno range de Desemburgados Pos eleito Corregest at the lateriga Papara in a pertial a sistem ge-Jura de Direito Substituto de Describargações e fresérios da para que mase no recipio de are ser promovido para Comucea da Capirol, quali il pri il pri il di pri il pri il pri il pri il pri il pri il containing para a magistratura, tendo sido full de dia activida invesa in linio de la circilia. ene que los classificado em princiro lugas e un elemento y una el Americano de Vitória: Bachatel em Direate rela a aga e aga le se il comegnato e ante a no Ginásio São Mesnite de Paula e secundár e servici do Esc. bacharel em digato e Maria de Fáthae Cabr d. 3 ba aquivi racion. 1000 Cartos Theophilo Cabral de Sá, universitático (176), por qui use a la life a 1777 a 1. Pentra Cabral de Sá e do casal dascerato os fiel as 10% catacidado en 15% como pertra en caracidade. 1973, thho de Carlos Gemes de Sá e.D. Direcere delles de la Påla**sceu musede do m**umed**plo de M**auja. Propurso la smarra en un subdivisione dinserve.

78 Des ANTONE MARENUA

Mascido no distrito de Celua, municias de Averce cas l'actualment de Celua, municias de Averce cas l'actualment de Celua, de C

Cachoeiro de Itapemirim no Liceu "Moniz Freire". Diplomou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Niterói em 1938, iniciando sua advocacia na Comarca de Castelo. Ingressou na magistratura no ano de 1949 e dela se afastou, por avulsão em 1951, para retornar à sua banca de advogado, dedicando-se com zelo, não só à advocacia mas, ainda, ao magistrado, assumindo a direção do Colégio Estadual e Escola Normal "João Bley", de Castelo. Chefe do Serviço Jurídico da UFES, o Desembargador Antônio Rua reverteu à magistratura em 1966, judicando, em primeira entrância nas comarcas de Sta. Leopoldina, Domingos Martins, Barra de São Francisco, Guarapari e Vitória. Foi eleito Juiz de Direito Substituto de Desembargador em 1974, e em 1979 passou a integrar o Colegiado do Tribunal de Justiça. No biênio de 1982/83 exerceu o cargo de Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e no exercício de 1984 Corregedor e Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral. Aposentou-se em 16 de agosto de 1984 decorrente de enfermidade que o impossibilitou de continuar prestando seus relevantes serviços à magistratura. Na sessão plenária de julgamento de sua aposentadoria, seus colegas lhe prestaram significativa homenagem, lamentando, por todas as formas a perda de uma convivência e a cassação de uma atividade da mais alta relevância. O Egrégio Tribunal de Justiça, conferiu-lhe, por seus relevantes serviços à magistratura, "O COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO". Aposentou-se em 10/08/84. Faleceu em 01/01/1989.

79. Des. OSLY DA SILVA FERREIRA

Nascido em Itaguaçu, Espírito Santo, no dia 14 de abril de 1930, o Des. Osly da Silva Ferreira é filho de Arlindo Milagres Ferreira é filho de Arlindo Milagres Ferreira e D. Demecília da Silva Ferreira. Casado com D. Marlene de Souza Ferreira, do casal nasceram os filhos: Maria Cristina, Karla Maria, Regina Lúcia e Ilka. Fez o seu curso primário no Grupo Escolar "Prof. Nunes" de Baixo Guandu e o secundário no Colégio Estadual do Espírito Santo, em Vitória. Diplomou-se em 1953 em Técnico em Contabilidade, pela Escola Técnica de Contabilidade Capixaba. Bacharelou-se em Direito em 1955, pela Faculdade de Direito do Estado do Espírito Santo. Antes de exercer a advocacia de 1954 a 1960, o Desembargador Osly exerceu o cargo de Oficial Administrativo do Serviço Público, de 1949 a 1954. Ingressou na magistratura em 24 de outubro de 1960, tendo judicado nas comarcas de Ecoporanga, Aracruz, Barra de São Francisco, Itapemirim, Colatina, Cariacica e Vitória. Quando titular da 3ª Vara Cível, foi indicado para compor o Egrégio Tribunal Eleitoral, na classe dos Juízes de Direito. Foi eleito Juiz de Direito Substituto de Desembargador e, logo após, promovido, por merecimento para este cargo, em 1980. No biênio 1981/83 exerceu as funções de Corregedor-Geral da Justiça. É membro do Tribunal Regional Eleitoral, classe dos Desembargadores, exercendo os cargos de Vice-Presidente e Corregedor. Em sessão solene do Egrégio Tribunal de Justiça foi o Desembargador Osly agraciado com o "COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO". Aposentou-se em 16/03/2000.

Apprecation are on Tables English bumenagem, lementando, por mala. Regional Eletional Apparentments of the massacratical and an energy forms at a par-Colegiado do Tribunal de justiça. Se se construente a como en la c Juiz de Diteiro Substituto de Desentra y antanta fina. Leopoldina, Domingos Fraction, britis periodicina, period reverteu à magistratura em l'Apo, sur service de promete a companya de la gente de la companya del companya del companya de la Bley", de Castelo. Chefe do Serviço e e na un de Tris e en enconçue e a magazina aunda, so magistrada, assurbindo a pre e e e codese en la calla da el maria e la para retornar à sua banca de edvogule de envegale de envegale de envegale de envegale de envegale de envegale de Castelo, Ingressou na magistratura masa a la 1888 gine a regima e regimente e especie e e que a pela Faculdade di Cureno de Nue.

Market Committee and the second

agraciado com o COLAR DO MEJOTE de la Seguida de la como a a Corregados. Em sessão seleme de figura a como adata de actual de Regional Eleitoral, classe des Desembanca, para y account and a variable variable. bieno 1981/83 eperceuns funçous de legent a reconstration que l'experience le Execulargador e, logo após, promover Eleitoral, na classe dos juges de la companya de la e-Victoria. Quando titulas da 34 Varia - en las estrados en entrangen en entrangen en entrangen en entrangen en comarcas de Ecoporanga, Arneruz, F.z. de 1949 a 1954, Ingressou ou magis, r a 1960, o Desembargador Osty exercision of China and a second a second and a second and a second and a second and a second and a second and a second and a second and a second and a second a second and a second and a second and a second and a second and Faculdade de Direito do Finado de Esta a pareda a mais a academa a la pareda de la companione de Caracteria de Car Escala Técnica de Controlhdade days per que la travers de la control de la grada. Grupa Bscalat "Prot. Numes" de Bar a de mar de la de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya de la com as filthor: Maria Chadina, south Man Edva Ferretra é fisho de Arimdo Mr. Plaseida e o fragnaça, Fapirato

80. Des. JOB PIMENTEL

Nasceu a 1º de janeiro de 1928, em Vitória, Espírito Santo, filho de Francisco Pimentel e D. Adelina Pimentel. O Des. Job Pimentel é casado com D. Margarida Lena Pimentel e do casal nasceu o filho Marcos Pimentel. Fez seus estudos primários no Colégio Americano de Vitória e o secundário no Americano e Colégio Marconi, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Fez o Curso Superior de Engenharia até o 3º ano e bacharelou-se em Direito na Faculdade de Direito do Espírito Santo. Turma de 1954. Foi Professor de Matemática no Curso Superior, Conselheiro da COAP, nomeado pelo Presidente da República João Café Filho. Ingressou na magistratura do Espírito Santo em 17.2.59 havendo judicado nas comarcas de Mantenópolis, Mimoso do Sul, Baixo Guandu, Colatina e Vitória. Membro do Tribunal Regional Eleitoral, na classe dos juízes, por dois biênios. Foi ainda Diretor do Forum de Vitória por três anos. Promovido a Desembargador em 20/2/81 é, atualmente, membro da 2ª Câmara Cível. O Desembargador Job Pimentel, além de possuir uma sólida cultura humanística é respeitado por suas decisões como magistrado. Em sessão solene do Egrégio Tribunal de Justiça, foi agraciado com o "COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO". Aposentou-se em 23/05/1993.

81. Des. ANNIBAL DE ATHAYDE LIMA

Nasceu o Desembargador ANNÍBAL DE ATHAYDE LIMA em Vitória, E. Santo, no dia 1º de junho de 1917, filho de Ubaldo José de Lima e D. Augusta Luiza de Athayde Lima. Casou-se com D. Theophila Fonseca de Rezende Athayde Lima e do casou nasceu o filho Dr. Annibal de Rezende Lima, advogado. Frequentou no seu curso primário às Escolas: "Esternato Prof^a. Júlia Pena" e "Colégio Americano". O curso secundário foi feito no Ginásio Espírito Santo, hoje "Colégio Estadual". Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, turma de 1940. Jornalista, técnico de administração, o Des. Anníbal possui ainda os cursos de pós-graduação, em Técnica em Ensino Superior e Metodologia do Ensino Superior, todos promovidos pela Universidade Federal do Espírito Santo. Foi Promotor de Justiça em São José do Calçado, Alfredo Chaves, Procurador da Justica, Corregedor do Ministério Público, Membro do Conselho Penitenciário, Procurador Substituto da República, Procurador Regional Eleitoral e Procurador-Geral da Justica, do Estado, Desembargador do Tribunal de Justica pela classe do Ministério Público, é, atualmente, Presidente da 1ª Câmara Criminal, e Juiz-Suplente, do Tribunal Regional Eleitoral (classe dos Desembargadores). Além de se dedicar ao Ministério Público e à Magistratura o Des. Anníbal de Athayde Lima jamais abandonou sua vocação pelo Magistério, exercendo funções de Professor de Direito, como Membro do Conselho Universitário da UFES. Vice-Diretor e Direitor da antiga Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, Chefe da Comissão Permanente da Integração Curricular - Diretor da UFES e professor titular de Sociologia Aplicada do Direito do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Foi Prefeito Municipal de Mimoso

Nesteus IV de janearo de 1928, em Municipal de Adelina Punentel. O Descub Pimentel e actualmante de Casal-nasteu o filho hiartos Funentel Ferrer actualmente de Casal-nasteu o filho hiartos Funentel Ferrer actualmente de Engelina de Ameridano de Engelina de Casas. Ferro Curso Superior de Engelina de Covil nonceau.

Curso Superior, Conselheiro da COVII nonceau.

Filho. Ingressou nú magacratora da Fepira de Cominario de Mantenópolis, Monose do Sol fil.

Cominarios de Mantenópolis, Monose do Sol fil.

Fortun de Vitória por erés anos. Promovido a actual de Asala de Asala de La Camara Cível. O Describatada de actualmente de respeitado por suas de actualmente de La Camara Cível. O Describatada de actualmente de La Sol filmante de Justica, foi agus ciado e actualmente de Justica de Asala de Justica de Justica de Asala de Justica de Justica de Justica de Justica de Just

81. Dec ANNIBALIST OF AND STOCK

Director do Centro de Citercus jurído aos forma o reservor en en el como de la como de Citercus jurído aos formas de como de Citercus jurído aos formas de como de Citercus jurído aos formas de como de Citercus jurído aos formas de como de Citercus jurído aos formas de como de c Econômicas de Universidade Fusieral do Fusira una un assavar de un arresta musica en e-Conselho Universitatio de UFES. Vice-Barel en l'arrive aparatique de la la carela essue voe ação polotivique erio, exercendo funça en entra entra bisa en entra entra entra entra entra entra entra ao Ministério Público da Magistratura o Destante de medicamente que este del cado con our dense, do Tirburgal Regional Elestor decision and activate and activate and activate and activate and activate and activate and activate activate and activate ac Llasve do Ministério Público, é, stualmente, dissúal está a liberal en el mente esta Frequesdor-Geral da justiço, do Escado, Escado, escado e seda en acestral de la confesional della confesional della confesional della confesional della confesional della confesional della confesional della confesional della confesional della confesional della confesional della confesional della confesional della confesiona della confesional della confesional della confesional della confe Conselho Periturcifico, Procurador Superhan de Gegeberal, en esta en como esta esta esta Altredo Chaves, Procurador da Justiça. Caras el el la transciona de la Necesidad de Shuversidade Redetal do Espírito Sarato, Les Portes de La Partir de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya de la companya de la company em Técnica em Ensino Superior - Metodol grando en la partir de la partir de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya del companya de la companya de la companya del companya ion natures, révenino de normanas que, o fixes de mai un antituda e un antitude en como en el como de recopela Faceldade de Diretto da Universidada es justos, per as justos a duas des 1977 Spirito Santo, boje "Calegio Estadual" is Tartitativa va eta " an interior a grande a grande a companya Lateraryo Prof. Julia Pena" e "Colegio Americano" in pracaginario a celebrario del Colegio Americano. Lama Coopal-se com D. Theophila Fonse C. 2-16 . The Pens die Chill and delicities and a second contraction. no dia 1º de junho de 1917, filho de Ubaldino de la la sera facilità sera como estillagi. Musceu o Desembargador AMNIBALLE EL LAS PELLAS ANTIRES DE LA SARA do Sul, no interventório do Des. Otávio de Carvalho Lemgruber, em 1945. Foi ainda redator da "Vida Capixaba" e colaborou em diversos jornais de Vitória e Rio de Janeiro. É membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, da Associação Espírito-Santense de Imprensa e da Associação do Ministério Público (sócio honorário). Em sessão solene do Egrégio Tribunal de Justiça, foi agraciado com o "COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO". Aposentou-se em 01/06/1987.

83. Des. EWERLY GRADI RIBEIRO

Nasceu o Des. Ewerly Gradi Ribeiro em Cachoeiro de Itapemirim, E. Santo, no dia 11 de dezembro de 1930. Filho de Claudionor Ribeiro e D. Hercília Gradi Ribeiro. Casouse com D. Rita Stabauer Ribeiro e do seu casamento nasceram os filhos: Mário Cesar Stabauer Ribeiro, Carlos Henrique Stabauer Ribeiro e Gláucio Stabauer Ribeiro. Fez o curso primário no Grupo Escolar "Bernardino Monteiro" e o secundário no Colégio Estadual "Moniz Freire" e Colégio "São Pedro", todos em Cachoeiro de Itapemirim. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Espírito Santo, Vitória turma 1958, e também técnico em Contabilidade, formando-se pela Escola Técnica de Comércio de Cachoeiro de Itapemirim. Foi em sua terra natal Diretor da Secretaria da Câmara Municipal, Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal, Professor fundador da Faculdade de Direito, Diretor Executivo Sta. Casa de Misericórdia. Ingressou na Magistratura em 19 de abril de 1965, tendo judicado nas Comarcas de Conceição da Barra, Alfredo Chaves, Muqui, Ecoporanga, São Mateus, Itapemirim, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica e Vitória. Foi Diretor do Fórum de todas elas e da Capital. Como magistrado de 1ª entrância, foi Juiz do Tribunal Regional Eleitoral. Foi promovido a Desembargador em 29 de setembro de 1982, sendo, atualmente, membro da 1ª. Câmara Criminal. Em sessão Solene do Egrégio Tribunal Pleno, foi agraciado com o "COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO" por seus relevantes serviços à Magistratura. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça no biênio 1996/1997. Aposentou-se em 11/12/2000.

83. Des. HILTON SILY

Nasceu em Vitória, E. Santo, no dia 24 de janeiro de 1922. É o Des. Hilton Sily, filho de Chicre Sily e D. Rosa Sabra Sily. Casou-se com D. Maria Ermelinda Sily e o casal teve quatro filhos: Maria Inez Calmon Sily Loyola, Denize Calmon Sily Bitar, Hilton Sily Junior e Ewerton Calmon Sily. Fez os estudos primários no Grupo Escolar "Nestor Gomes" de Castelo e os secundários no Colégio Estadual e Escola Normal "João Bley", em Castelo, completando-os no Colégio "Jurema" - Praia de Botafogo, Rio de Janeiro onde fez o Curso Clássico. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, turma de 1951. Exerceu a advocacia durante seis (6) anos na cidade de S. Paulo, Comarca da Capital do Estado do mesmo nome, e, concomitantemente, o Magistério, lecionando nos Colégios "Fernão Dias", "São Paulo", as disciplinas: Português, Literatura, Filosofia, Sociologia e História Geral do Brasil. Veio para O Espírito Santo em 1958 e ingressou, por concurso

do Sul, qui mervenschin de Les Fr.

de "Vide Captixeba" exidabatou en

de Instituto Flistoiri, e e sengretico e

finprensa e du Associat no do Minadol, e e e

Egrégio Tribunal de 1051, e, for agracia.

Aposentori-se em 01.06/1987

83. Des. PW-FITTLE ACCEPTER

A Nascento Des Ewelly Cond. 24 5 2 Canada 2 Cana

Stabauer Ribeiro, Carto, Fierring e S.
Stabauer Ribeiro, Carto, Fierring e S.
Wohlt Freire" e Colego, Sco Bedio
em Cibroras juridicas e Sociats pri
comma 1958, e também récnico en t.
Camercio de Cachoeure de tapenar.
Camera Municipal, Assessor Juriti
Faculdade de Direiro, Fueror en
Ragistratura em 19 de abril de 196
Barra, Aktedo Chaves, Wirgu, Ec. 422
Re trapemirum, Carractica e Virtura en
magistrado de 1º erarúncia fol lu
Crambal Em sessão Solene do Egrégio
Nifrito JUDIC JÁRIO" per seux ma

SECTION OF PROPERTY AND

Nazceu em Vitória, E. Satiro.

Ge Chiere Silv e D. Rosa Satira Silv.

quatro filhos: Maria Luer Calmana Silv.

e Ewerton Calman Silv. Ferres esta.

Castelo e os securalários en Colégio. "Junema."

Camplerando-os no Colégio. "Junema."

Calmaters. Formour se em Direito pela sacia.

1951, Exerceu a advacaca durante sacia.

Capital do Estado do mestra nome.

Calégios. Ferrido Dias., "São Pauli.

Calégios. Ferrido Dias., "São Pauli.

Calégios Cerpi do Brasil. velo : ""

na Magistratura em outubro do mesmo ano, tendo judicado nas Comarcas de Ecoporanga, São Mateus, Domingos Martins, Mucurici, Barra de São Francisco, Castelo, Guarapari, Colatina, Vila Velha e Vitória. Foi promovido a Desembargador em 22/3/1983. O Des. Hilton Sily lecionou na Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim a disciplina de Introdução ao Estudo do Direito por vários anos, e penalista, literato e jurista. Seus trabalhos, como Magistrado, estão publicados na Revista do Tribunal. Em sessão solene do Egrégio Tribunal Pleno foi o Des. Hilton Sily agraciado com o "COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO" por seus relevantes serviços à Justiça do Estado. Foi Corregedor Geral da Justiça. Faleceu em 02/02/2001.

84. Des. RENATO DE MATTOS

Nasceu o Desembargador RENATO DE MATTOS em Aimorés, Minas Gerais, em 21 de fevereiro de 1933, filho de Augusto Eugênio de Mattos e Ocarlina da Silva Mattos. Fez o seu curso primário em sua terra natal no Grupo Escolar de Aimorés, e o secundário no Colégio Anchieta, em Belo Horizonte e em 1958 bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito do Espírito Santo. Ingressou na vida pública em 1954, como funcionário concursado da Prefeitura de Vitória, onde exerceu cargos de relevo. Fez o Curso de Administração Municipal e de Organização de Métodos de Relações Públicas, promovido pela Fundação Getúlio Vargas. Prestou concurso para a magistratura e tomou posse no cargo de Juiz de Direito Substituto em 27 de abril de 1965, tendo judicado em primeira entrância, nas Comarcas de Nova Venécia, Mucurici, São Mateus, Conceição da Barra, Linhares, Anchieta, Guarapari, Vila Velha e Vitória. Como Juiz de Direito foi membro do Tribunal Regional Eleitoral por indicação unânime do Tribunal de Justiça. Em 1983 foi promovido por merecimento, a Desembargador. Em sessão solene 25do Egrégio Tribunal Pleno, foi agraciado com o "COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO". Magistrado íntegro, estudioso, compridor de suas árduas funções de julgador, o Des. Renato de Mattos, é merecedor da admiração e estima de seus colegas. Eleito Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, para o Biênio 1998/1999, não completou o mandato com o falecimento ocorrido em 07/05/1998.

85. Des. SYLVIO PÉLLICO DE OLIVEIRA NEVES

Em 27 de julho de 1926 nasceu o Desembargador Sylvio Péllico de Oliveira Neves em Sta. Leopoldina, E. Santo. É filho de Getúlio Neves e D. Doralice de Oliveira Neves. Casado com D. Olga de Oliveira Neves e do casal nasceram os filhos: Paulo Cesar, Sylvio Rogério, Carlos Augusto e Christiane. Fez o curso primário no Colégio Pe. Anchieta e Gomes Cardin, Vitória, e o secundário no Ginásio do Espírito Santo. Concluiu o curso de Contador na Academia de Comércio de Vitória. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Espírito Santo em 1955, advogando até 1962, e, paralelamente, lecionava Inglês no Colégio Estadual do Espírito Santo, no Ginásio Maria

São Mateus, Dorbingos Martens, Mucuriei, Barre de Sacitativa de Coladina, Vilia e Vitória. Foi promovido a secundat, e incidendade de Direito a secundade de Sacidade estão publicados na Reverta do Tanta de Secundade de Miteriorio do Estado de Sacidade de

84 Des RENATO DAMITIOS

ear (9/05/1998. de lustica para la Banta 1998/1999, não comulet en amaridos. Por esta esta esta demerecedor de adminação e estima de seus coles... Spito Propinte de la la libraria. estudiose, transfilida, de suas árdusa funções de paparent a casa de ma ver de man e Plend, for sgraciado com o "COLAR DO MERITO IUTRICIARIO" NA La saledo terra a promovido por merecimento, a Desembargados. Por var an solve e a conspensa and do Tribunal Regional Eleitoral por Indicação anal same do Rabració e los contratores de la contrata del contrata de la contrata de la contrata del contrata de la contrata del contrata de la contrata del contrata de la contrata de la contrata del contrata del contrata de la contrata del cont Barra, Laharen, Anchiera, Guarapari, Vila Verlant Vironni Cara e in control of the rembaprimetta entigocia, que Comercas de Nova V. nocas, Microsola, o nos en el conseguenta. posse no cargo de Juix de Ductro Subscituto en 17 se mil de 18 de promovido pela Fundação Octólio Vargas. Pre monto promo presentado de la composição de la c to Cureo de Administração Municipal e de Crg de de prode Misendo de prode Son de la constante como fundonirio concursado da Prefeitura de Villar conde rena a contra de villa de la concursado da Prefeitura de Villar conde rena de villa de la concursado da Prefeitura de Villar conde rena de villa Sociale, pela Faculdade de Diretto do Espirir Anno Espiriro Agrano anterio de la companio del companio de la companio del companio de la companio della companio de la companio della comp Pez o seu chaso primário cap sua terra natal na Circa de la las de las de las de la las de la las de la las de la las de la las de la las de la las de las de la las de la las dellas de las de las dellas de las de las dellas dellas de las dellas 21 de fevereigo de 1933, filho de Augusto Eugénic de Masos e anda a la companya del companya de la companya de la companya del companya de la Nasteu's Desembergador RENATO DE LIVATO DE LA TODA COMPANSA DE LA COMPANSA DEL COMPANSA DE LA COMPANSA DE LA COMPANSA DEL COMPANSA DE LA COMPANSA DEL COMPANSA DE LA COMPANSA DE LA COMPANSA DEL COMPANSA DE LA COMPANSA DE LA COMPANSA DE LA COMPANSA DE LA COMPANSA DE LA COMPANSA DE LA COMPANSA DE LA COMPANSA DE LA COMPANSA DE LA COMPANSA DE LA COMPANSA DE LA COMPANSA DE LA COMPANSA DEL COMPANSA DE LA COMPANSA D

85. Dea STLVIO PELLICO DE LANTERE SENTE

Ein 27 de julho de 1926 nasceu o Dese alea sada. Sylvia Pela apara de sera Sta. Leopoldina, E. Santo. É filho de Cara. Taves a Di Dare a la como Casado góm D. Olga de Chiveira Neves e de analuaisce am os má a primario no Cardos Augusta e Christiana. Fez dese primario no Cardos de Comes Cardos, Vidária, e o secundário no Circlasa na Estrata analuais. Comes Cardos na Acadomia de Comércio de Vina declara do Social pela faculdade de Direiro do Estrato. De en 17 aparaleiamente, lecionave lugits no Colégio est.

Ortiz e no Instituto Brasil - Estados Unidos de Vitória. Em 1962 ingressou na magistratura, judicando nas comarcas de Mantenópolis, Itapemirim, Castelo, Guarapari, Guaçuí, Colatina, Barra de São Francisco e Vitória. Promovido a Desembargador em 1984, quando Juiz da 1ª Vara Cível de Vitória, integrando, hoje, a 2ª Câmara Cível. O Desembargador Sylvio Péllico de Oliveira Neves dedicou grande parte de sua vida pública ao magistério, tendo sido inclusive Diretor da Escola Normal "João XXIII" de Barra de São Francisco e Escola Washington Pinheiro Meireles, de Itapemirim. Como Juiz foi Presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo. Em sessão solene do Egrégio Tribunal Pleno, fora agraciado com o "COLAR DO MÉRITO JUDICIÁRIO", juntamente com os demais membros desta Corte de Justiça, em abril de 1985. Corregedor Geral da Justiça, aposentouse em 25/04/1996 e faleceu em 11/06/2001.

86. JOSÉ CUPERTINO LEITE DE ALMEIDA Desembargador Aposentado

DADOS BIOGRÁFICOS:

Nascido em Afonso Cláudio (ES), em 26.06.1926.

Bacharel em Direito, exerceu a profissão de advogado por muitos anos.

Foi Promotor Público, Vereador à Câmara Municipal de Vitória, Deputado Estadual, Procurador do Estado (aposentado), Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Municípios, chefe da Defensoria Pública, Procurador Geral do Estado, Secretário da Administração e Desembargador do Tribunal de Justiça, aposentado em 1996.

Professor licenciado da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim e exprofessor da Faculdade de Direito de Vila Velha. Foi radialista, atuando por vários anos na Rádio Espírito santo e jornalista, com passagens por "A Gazeta", "Folha Capixaba" e "A Tribuna", onde chegou a Redator-Chefe e Diretor (duas vezes).

Adepto do futebol, atuou na equipe infantil do "Treze de Maio" e na juvenil do "Centenário F.C.", o primeiro no centro da cidade de Vitória e o segundo na Praia do canto. Foi presidente do "Recreio F.C.", da Praia do Suá e secretário do "Vitória Futebol Clube" e da Federação Desportiva Espiritossantense. Foi um dos fundadores da "Liga Suburbana de Futebol", posteriormente transformada em Segunda Divisão da FDE.

No Egrégio Tribunal, exerceu o cargo de Vice-Presidente e integrou a 1ª e 2ª Câmaras Criminais, o Conselho da Magistratura e várias bancas examinadoras de concursos para Juiz Substituto. Exerceu, ainda, a Vice-Presidência do Tribunal Regional Eleitoral. Atualmente, está no 2º ano do Curso de Psicanálise Clínica da Sociedade Latino-Americana de Psicanálise Clínica. Aposentou-se em 05/08/1996.

87.DESEMBARGADOR WALTER GUSTAVO NAUMANN

- Filiação: Germano Naumann Filho e Rosa Mielke Naumann

- Data de nascimento: 11 de julho de 1.931, na cidade de Colatina - ES

- Data do casamento: 13 de junho de 1.952 com Arilda Rossi Naiunann

- Filhos: Rosângela Naumann Zanotelli

Rubens Fernando Rossi Naumann

Rosana Naumann Margotto

Walber Luiz Rossi Naumann

Walter Gustavo Naumann Júnior e

Isabella Rossi Naumann Chaves

DADOS ESCOLARES

- Curso Primário: Grupo Escolar Bartovino Costa, hoje Grupo Escolar Aristides Freire, em Colatina.
- Curso Ginasial: Colégio Estadual Conde de Linhares, em Colatina.
- Curso Científico: Colégio Americano de Vitória.
- Curso Superior: Direito, na Faculdade de Direito do Estado do Espírito Santo, em Vitória
- Bacharelando de 1.955.

DADOS PROFISSIONAIS

Auxiliar do Cartório da Contadoria de Colatina

De 13/12/45 a 13/06/56;

Advocacia

De 14/06/56 a 26/10/64

Nomeado Promotor Ad Hoc em 26/12/62 na Vara de Crime, Júri e Execuções Criminais de Colatina;

Ingresso na Magistratura

Nomeado por decreto de 20/10/64, publicado em 21/10/64 Compromisso e exercício em 26/10/64;

Designado como Juiz Substituto para ter exercício nas Comarcas de Barra de São Francisco e Ecoporanga e em 30/10/64 assumiu exercício;

Designado para responder Pela Comarca de Mantenópolis em 18/03/65;

Designado por decreto de 02/05/65, publicado em 03/05/65 para a Comarca de Santa Teresa;

Designado em 16/09/65 para exercício na Comarca de Itaguaçú;

Designado em 02/12/65 para exercício na Comarca de Barra de São Francisco;

Designado em 19/04/66 para exercício na 2ª Vara de Colatina;

Em 17/08/66 assumiu a 1ª Vara como Adjunto e continuando respondendo pela 2ª Vara de Colatina como Substituto;

STABLE MEARGADOR WALLE STRUCKS MATERIAL

Pillagae, Germano Naumann Filho e Rosa Maria e Maria a.

- Data de nascimento: Il de julho de l'Stl, na chade de la la mini-

-Data do casamento: 13 de junho de 1,953 com 21148 house Quincipie.

- Filhos: Rosangela Maumann Zanotein

Rubers Fernando Rossi Naumann

Russaa Maumming Margotto

Weibe: Luit Rossi Maumann

Walter Oustavo Naumerm Junior e

Materille Rosel Naumann Chaves

DADOWESCOLARES

Colering. - Curso Printario: Grupo Escular Bartovino Coura, paga til agranda agranga en agran, en

- Curso Ginanial: Coldgio Estadual Conde de Linfostes, en di suntan.

Curso Científico: Colegio Americano de Verina.

- Curso Superior Dicelto, na faculdade de Mara e la Base anda Lagua a ser a rata a rata.

- Racharelando de 1.955.

DADOS PROFESSIONAIS

De 13/12/45 a 13/06/56; Auxiliar de Carrório de Contedoria de Colamina

Advocacia

De 14/06/56 # 26/10/64

de (datima; Nomeado Promotor Ad Hodem 26/12/62 na marde Christian agree of the financial

Ingresso na Maghinatura

26/10/64; Nomeado por decreto de 20/10/69, publicasi - as 1/5/1/64 sinas autos acutos se se

e heoporanga e om 10/10/64 assumiu exercica. Designado como Juit Substituto para ter exerción por el comar astro el como de el como d

Deugnado para responder Pela Comurca de Maria no. 3 de 1972 de 1972

Bestgrindo por decreto de 02/05/65, publimant a matrifició graca a finadar qui e junto s

Designado em Adionido para exercício na Cuentra de Haguação

Designado qua Officideó para exercício na Caso se, ade Para de se a casa casa.

Designado em 19/01/66 para exercício na 2º Vinciario "Johanna".

Courting como Subirtituto. Em 17/08/66 usiminis a 1º Vera como Adjueno em a anesando respensar actual de la collectione Promovido por antigüidade para o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Mantenópolis de 1ª entrância por decreto de 11/10/66, aprovado com voto de louvor por seus trabalhos conforme processo n° 790;

Designado para a Comarca de Ibiraçú em 06/06/67;

Promovido por antigüidade da 1ª entrância para a Comarca de Ecoporanga de 2ª entrância em 03/10/69;

Promovido a pedido para a 2ª Vara de Barra de São Francisco, conforme decreto publicado no D.O. de 09/04/70;

Assumiu o cargo de Juiz Substituto da Capital em 03/05/74;

Designado em 15/03/78 pelo oficio 519/78 para exercer funções de Diretor do Fórum de Vila Velha;

Designado por oficio 167/82 de 10/02/82 para exercer as funções de Distribuidor de Vitória, Comarca da Capital;

Designado por ofício nº 1670/82 de 08/10/82 para exercer as funções de Diretor do Fórum de Vitória, Comarca da Capital;

Em 15/08/83, em Sessão Ordinária do Conselho da Magistratura foi-lhe concedido à unanimidade voto de louvor pelo excelente trabalho desenvolvido frente ao Fórum de Vitória;

Foi convocado através do ofício nº 43/84, de 03/02/84, para funcionar como vogal da 2ª Câmara Criminal em substituição ao Des. Osly da Silva Ferreira;

Promovido através do ato n°E - N°01/88, publicado em 09/11/88 por merecimento ao cargo de Desembargador. Assumiu em 05/12/88.

Faleceu em 14.5.91.

88. JOSÉ DE OLIVEIRA ROZA

Data de nascimento: 09.11.1924 Local: São José do Calçado ES

Filiação: Joacintho de Oliveira Celestino e Mathilde de Oliveira Roza

Esposa: Néa Martins de Oliveira

Filhos: Regina Celia Oliveira Silva, Jose Martins de Oliveira e Rozenea Martins de Oliveira

Profissão: Desembargador

ESCOLARIDADE

Cursou o primeiro grau no Grupo Escolar "Manoel Franco" e Escola Pública da "Fazenda Velha", em São José do Calçado.

Segundo Grau na Academia de Comércio de Vitória e curso técnico em Contabilidade da Academia de Comércio de Vitória.

Cursos de Curta Duração: Jornalismo, Administração Pública e Técnica de Corretagem. Superior: Curso de Direito na Universidade Federal do Estado do Espírito Santo.

A STATE OF THE STA

Promovido por antiguidade es. (*)
em 03/10/69;

Assumba o cargo de Juiz adestroso da ana ana ana Designado em 15/03/76 pelo micio.

Vila Velha;

Designado por oficio 16 AS2 de 16 ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | ASS | AS

Designado por officio nº 1670/82 er .

Se Vitória, Comar - da Capital,
Em 15/08/63, em Sessão Ordinár
unanhundade voto de toure ripelo .

Vitória;

For convocado através de activion 11.
Camara Criminal em satetunição ... 1
Fromovido através de atoln'El NYC.
de Desembargador Assimus em 05.9
Faleceu em 14.5 91

Dara de nasa imento: 09 11 1924
Locali São José do Calgado ES
Filiação: Joacintho de Ohyena Cel.
Esposa: Nes Marrino de Ohyena
Filisos: Regina Celh: Oliveira Silva I.,
Profissão: Desembargador

ESCOLARIDADE

Veilhall, em São José do Calçado.
Segundo Opau na Academia de Canti.
Academia de Comércio na Varien.
Cursos de Curta Duração. Jornalisa.
Superior Curso de Dureito na Unica.

ATTVIDADES SOCIAIS

Sócio Fundador nº 11 do Instituto de Sociologia

Fundador da Escola Normal da cidade de Mucurici-ES

Fundador do Colégio de Aracruz

Vice-Presidente da Cruz Vermelha no Estado do Espírito Santo

Cargos administrativos na AMAGES - Associação dos Magistrados do Estado do Esp. Santo

Portador da Comenda Vasco Fernandes Coutinho, outorgada pela PM

Medalha de Honra ao Mérito outorgada pela faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim

Cidadão honorário de vários municípios, inclusive Vitória-ES

Portador da Comenda "Dom Pedro I" outorgada pelo Grande Oriente do Brasil

Detentor do Grau 33 da Maçonaria

Presidente do Consistório Maçônico nº 05 do ES

Membro Fundador de várias Lojas Maçônicas no ES

Membro Fundador de vários Centros Espíritas no Es

LIVROS PUBLICADOS

"FATOS E FENÔMENOS ESPÍRITAS" - 1998

"PENSAMENTOS" - 1998

"MENSAGENS DO AMOR CRISTÃO" - 1997

"ENSAIO SOBRE A HISTÓRIA DA MAÇONARIA" - 1998

Todos com as rendas revertidas para instituições de caridade espíritas e maçônicas.

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Lavrador de 10 aos 18 anos de idade

Garçom durante 2 anos em Bom Jesus do Itabapoana

Balconista nas Casas Pernambucanas, durante 8 anos e nas Casas Cola, durante um ano Securitário nas funções de corretor a supervisor, das Cias. Sul América e Nacional de Seguros de Vida, por 13 anos.

Advogado autônomo durante 8 anos

Juiz de Direito concursado em 1965, judicando nas Comarca de Itaguaçu, Aracruz, Anchieta, Mucurici, Nova Venécia, Afonso Cláudio, Linhares, Castelo, Colatina, Cariacica, Serra e nas 2ªs. Varas Criminal e Cível de Vitória, Juiz Auditor Militar por 5 anos

Desembargador em

Vice-Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça

CONCURSOS

Em 1974 para o I. B. G. E.

Em 1950 para o Banco do Brasil

Em 1963 para o Ministério Público

Em 1964 para a Magistratura Capixaba.

ATTRIOADES SOCIAIS

Sourch Fundador nº 1 Jako Instructor de Sourches Fun ador da Escola Normal da Adado de Casa Fundador do Colegio de Aracras Vuestives de Cala Cata Vermelia, arabita de la

Vice-Verificate da Cam Vermelia antista lo la Casa i de Santa gal.
Carga administrativos na AMACES A como la Militario.

Caduciae honorario de vários especiples, malo e Portudos da Comenda "Dom Pedes", contragal Deternos do Cirati 33 da Magonia a. Presiden e do Constatório Magonia e a? Obdos -Membro Fundados de vários Lojas Magónicas. Membro Fundados de vários Lojas Magónicas.

UN ACS PUBLICADOS

ATT. STADES PROFISSIONALS

One, ar disjubite Lunce em Boni lestes de su para disputante dispu

Nice-Printidente do Egrépio Tributal de Jace :

CONCURSOS

Em 1/50 para od. B. C. E. Em 1/50 para o Banco do Brazil Em 1/63 para o Ministério l'Abbreo Em 1/63 para o Magistrama d'aptrama.

MAGISTÉRIO

Lecionou "Organização Política e Social" na escola de Comércio Capixaba e na cidade de Castelo.

"Estatística" no Colégio de Aracruz.

"Moral e Cívica" na Escola Maria Ortiz em Anchieta.

"Sociologia do Direito" na Faculdade de Cachoeiro de Itapemirim.

"Direito do Trabalho, Civil e Processo Penal" na UFES.

Faleceu em 03/02/1999.

89. NORTON DE SOUZA PIMENTA

O Desembargador NORTON DE SOUZA PIMENTA nasceu no dia 07 de abril de 1929, no distrito de Presidente Pena, Município de Carlos Chagas/MG, filho de MANOEL DE SOUZA PIMENTA E ALZIRA NEUMANN PIMENTA.

Antes de ter completado um ano de idade, seus pais foram residir no Distrito de Ponta de Areia, no Município de Caravelas/BA e foi ali que passou a sua infância, onde aprendeu as primeiras letras.

Terminado o curso primário, matriculou-se, em 1939, no Colégio São José, na cidade de Teófilo Otoni/MG, onde cursou até a segunda série do curso ginasial, transferindo-se, depois, para o Colégio Americano de Vitória, onde concluiu os cursos ginasial e clássico, tendo ingressado na, então, Faculdade de Direito do Espírito Santo, colando grau como Bacharel na turma de 1957.

Casado com VANILDA PIM PIMENTA, de cujo matrimônio advieram seis filhos: Rita de Cássia, Lita, Manoel, Cristóvão, Luciano e Renata Maria.

Antes mesmo de concluir o curso de direito, como solicitador, estabeleceu-se com banca de advogado na cidade de Linhares/ES, onde exerceu a advocacia até 1969.

A par de suas atividades advocatícias, dedicou-se ao magistério e à política, como Professor e Diretor dos Colégios Afrânio Peixoto e Colégio Estadual Emir de Macedo Gomes.

Eleito vereador, pela então UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN), para a Câmara Municipal de Linhares, exerceu seu mandato nas legislaturas de 1962 a 1966, tendo sido Presidente daquela Câmara em três legislaturas seguidas. Sobrevindo a Revolução de 1964, com o estabelecimento do bipartidarismo, emigrou para a ARENA.

Findo o seu mandato, por opção, submeteu-se a concurso público de provas e títulos para a magistratura estadual, e, tendo sido aprovado, não mais participou de atividades políticas, na expectativa de ser nomeado.

Ingressou na Magistratura em 22 de fevereiro de 1969, exercendo a judicatura nas Comarcas de Mantenópolis, São Gabriel da Palha, Guarapari, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, e, na Capital, em Vila Velha e Vitória, ressaltando-se que todas as suas promoções

MAGISTRINO

Lectional "Organiza, to bolificate Society of the Country of the C

"Estatistica" no Colegio de America. "Moral e Cívica" na Escola Marca Original de la linea.

"Sociologia do Direito" na faculdades as a susse da la "Direito do Trabalho, Civil e Processa de la seria

Falexever 03/02/1999

89, NORTON DE KALLA POMENTA

O Desembargador NORTON DESOS A COMPANDA DESOS A COMPANDA DESOS A COMPANDA DE SOUZA PRIMENTA E AL ZIRA NELLA CONZA PRIMENTA E AL ZIRA NELLA CONZA PRIMENTA E AL ZIRA NELLA CONZA PRIMENTA E AL ZIRA NELLA CONZA PRIMENTA E AL ZIRA NELLA CONZA PRIMENTA E AL ZIRA NELLA CONZA PRIMENTA E AL ZIRA NELLA CONZA PRIMENTA E AL ZIRA NELLA CONZA PRIMENTA DE CONTRA PRIMENTA DE CONZA PRIMENTA DE CONTRA PRIMENTA

Terminado o curso primario, matura Teódilo OtonithdO, un le cursou a depois, parti o Calégno Americany a rendo ingressado res, então, faculcana Bacharel na ruma de 1957. Casado com VANILDA Plis I IM.

Casado com VANILDA PILLEINO Casado com Casado com VANILDA PILLEINO Casado com VANILDA PILLEINO Casado com Casa

Findo o seu mindato, por opção se a magnituda estadada de tendo sida de applicações de ser nomendo.

Conductes the Mantendopolis, Sao Commission and San Conductes the Mantendopolis, Sao Commission and San Conductes the Mantendopolis, Sao Conductes the Mantendopolis, Sao Conductes the San Capital, can Wila Well.

se deram por merecimento.

Foram formadores de sua estrutura funcional destacados magistrados, tais como SEBASTIÃO TEIXEIRA SOBREIRA, WALDIR VITTRAL, HOMERO MAFRA, AUGUSTO CALMON NOGUEIRA DA GAMA e ADALTO DIAS TRISTÃO.

Exerceu o Magistério Superior na Faculdade de Direito de Colatina, onde foi titular da cadeira de Teoria Geral do Processo, de 1970 a 1982, lecionando, depois, Processo Civil, na Escola da Magistratura deste Estado.

Foi convocado por diversas vezes para compor o Egrégio Tribunal, como substituto de Desembargadores como Annibal de Athaide Lima, devido à sua aposentadoria, e Geraldo Corrêa Lima, afastado, temporariamente, em face de sua eleição para a Presidência da AMAGES.

Em 27 de junho de 1991, após ter integrado 3 (três) vezes consecutivas a lista tríplice por merecimento, foi nomeado com ineditismo, por imperativo constitucional, Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça.

No biênio 96\97, exerceu a função de Corregedor-Geral de Justiça, imprimindo uma administração moderna e informatizada. Em sua gestão, foi criado o primeiro Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça, bem como o inédito Código de Normas e Procedimentos, além da realização da marca significativa de 52 correições nas diversas comarcas do Estado.

Em 1998, foi eleito Presidente do TRE/ES, realizando a primeira eleição geral no advento do procedimento eleitoral informatizado, com pleno êxito.

Aos 07 de abril de 1999, por força de preceito constitucional, completando 70 (setenta) anos de idade, foi aposentado compulsoriamente.

DADOS COMPLEMENTARES

Integrou o Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, por quatro anos.

90. . JOSÉ MATHIAS DE ALMEIDA NETO

O Desembargador JOSÉ MATHIAS DE ALMEIDA NETO passou a integrar a 2ª instância da carreira de magistrado deste Estado, no decorrer de março de 1993, por merecimento. Natural de Euclides da Cunha - BA.

Nascido em 25 de setembro de 1928.

Filho de: Joaquim Mathias de Almeida e Amélia Pinheiro de Almeida, agropecuaristas. Curso primário: Grupo Escolar Fausto Cardoso, na cidade de Simão Dias -Sergipe.

Ginasial: Ginásio Santanópolis - Feira de Santana e Ginásio Ipiranga - Salvador - BA.

Curso Clássico no Colégio Carneiro Ribeiro - Salvador - BA.

Formado em Direito pela antiga Faculdade de Direito do Espírito Santo, turma de 1956. Advogou nas comarcas de Vitória e Itapemirim, em 1959, ingressou no Ministério Público, por concurso em 1963, também por concurso, quando obteve a 2ª colocação na Magistratura. Foi Juiz Substituto, na Capital, atuando em todas as Comarcas do Estado e Juiz Titular das

Comarcas de Iúna, Alfredo Chaves, Iconha, Ecoporanga, Nova Venécia, Linhares, e na Capital, Juiz da 1ª Vara de Cariacica, 2ª Vara Criminal de Vitória, Auditoria da Justiça Militar, Titular da 1ª Vara Cível e o primeiro Juiz de Entrância Especial, promovido para a 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Estadual. Em março do ano em curso, promovido por merecimento a Desembargador, compondo a Colenda Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça. Casou-se com Ecy Sad Mathias, de cuja união nasceu o filho, Dr. Eurico Sad Mathias, advogado militante nesse Estado.

Frequentou vários cursos, sendo portador de inúmeros diplomas. Integrou o Egrégio Tribunal Eleitoral por dois biênios, na Classe dos Juízes de Direito. Exerceu, desde sua fundação, vários cargos na AMAGES. Faleceu em 28/08/1994.

92. LUCIO VASCONCELLOS DE OLIVEIRA

1. DADOS PESSOAIS

NOME: LUCIO VASCONCELLOS DE OLIVEIRA
FILIAÇÃO: Gustavo Dias de Oliveira e Maria Luiza Vasconcellos de Oliveira
LOCAL DE NASCIMENTO: Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro
DATA DE NASCIMENTO: 26 de novembro de 1937
ESTADO CIVIL: Casado com Maria Theresa Costa de Oliveira
FILHOS: 04 (quatro).

2. CURSOS SUPERIORES

- Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ;
- Licenciatura Plena em Curso de História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Petrópolis, RJ;
- Pós-Graduado em Direito Civil e Processual Civil, e em Direito do Estado, pela Universidade Gama Filho, RJ, em convênio com a Escola da Magistratura do Espírito Santo.

3. ATTVIDADES SOCIAIS E PROFISSIONAIS

- Advogado no Estado do Rio de Janeiro, com sede em Petrópolis;
- Vereador, durante três legislaturas, junto à Câmara Municipal de Petrópolis;
- Secretário de Educação e Cultura do Município de Petropólis;
- Secretário de Governo (Geral) do Município de Petrópolis;
- Assessor Jurídico do Município de Petrópolis;
- Membro do Lions Club de Petrópolis e do Elos Club de Petrópolis (Fundador);
- Membro do Conselho Municipal de Cultura, de Petrópolis;

Capital, Joss de 1º Vera de Cartacter. 1º Terrando de la capital, Joss de 1º Vera de Cartacter. 1º Terrando de 1º Vera de Cartacter. 1º Terrando de 1º Vera de Cartacter. 1º Terrando de 1º Vera de Feitos de Fazendo Estado o Les mais la capital de la capit

Frequentou vários cursos, sendo de la companya de l

92, LUCIO VASC GINAL LEGIS FAST - 1938

I. DADOS PESSOAIS

2. CURSOS SUPERIORES

- Buchurel em Diretto pela Faculcisco.
 Nireedi, RI;
- Licenclatura Plena em Quiso de fil en partir de la compara de Católica de Petróp
- Post-Graduado em Direito Civil e tra mergar a máj a mante a tra de la fina a que a funda en la filho, Ri, em carrer es acoma rea en la filho en carrer es acoma en la filho en la filho en carrer es acoma en la filho en la filho en carrer es acoma en la filho en la filh

DAMED.

3. ATIVIDADES SOCIAIS E PROPISSIONAIS

- Advagado no Estado do Rio de Jura par, para sede e 1917 de para
- Verendog durante três legislaturas, outras a tras a Vincial de la companya de l
- Segretario de Educação e Cultura Maria que de firma a
- Secretárió de Ocyerno (Geral) de la misma de ama income. Extracioner landicio de Marticipia de la mastra de ama income.
- *Fileseisor Jurídico do Manisípio de Petropolis.

 *Membro do Lions Club de Petropolis a la Sila de la Transa (1999) e la Membro do Lions Club de Petropolis a la Sila de la Transa (1999).

- 1º Presidente do Diretório Central de Estudantes da Universidade Católica de Petrópolis;
- Diretor Cultural do Diretório Acadêmico Santo Tomás de Aquino da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Petrópolis;
- Membro do Conselho Fiscal da Fundação Octacílio Gualberto da Faculdade de Medicina de Petrópolis;
- Membro do Conselho Fiscal da Associação dos Magistrados do Espírito Santo;
- Membro correspondente da Academia Valenciana de Letras, RJ;
- Presidente do Movimento Brasileiro de Alfabetização Mobral, no Município de Petrópolis;
- Secretário da Escola de Engenharia Industrial da Universidade Católica de Petrópolis.

4. ATTVIDADES NO MAGISTÉRIO SUPERIOR

- Professor de Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis;
- Professor de Direito Processual Civil na Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo (EMES).

5. ATIVIDADES NO MAGISTÉRIO DE 2º GRAU

- Professor, por concurso de provas e títulos do ex-Estado da Guanabara, de História, nomeado pelo Decreto "P", n.º 1.492, de 16.05.74, registro de professor nº F.238-RJ;
- Professor do Estado do Rio de Janeiro (Cenip) e em Escolas Particulares (Instituto Carlos Alberto Werneck, Colégio São José, Ginásio Comercial Pedro II, Ginásio dos Meninos Cantores de Petrópolis, Cepes-Vestibulares) e no Liceu Municipal Cordolino Ambrósio, de Petrópolis.

6. ATTVIDADES ESPORTIVAS

- Fundador e Presidente do Centro Excursionista Petropolitano, em 1958, clube que congrega os adeptos do esporte diferente, o montanhismo.

7. TROFÉU

- Coruja, em Educação e Cultura, oferecido pelo Sindicato dos Professores de Petrópolis, FITEE.

8. COMISSÕES

- Membro da Comissão Nacional e da Comissão Municipal que tratou da transladação dos restos mortais da Princesa Isabel e do Conde D'Eu para o mausoléu da Catedral de Petrópolis.
 MEDALHAS COM DIPLOMA
- Medalha do SANEADOR DO RIO DE JANEIRO, comemorativa do centenário do nascimento de Oswaldo Cruz, conferida pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde (Portaria n.º 250, de 06.07.1972);
- Medalha do LIBERTADOR DO ACRE, comemorativa do nascimento de Plácido de Castro, conferida pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação e Cultura e pelo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Decreto n.º 71355, de 10.11.1972, do Senhor Presidente da República);
- Colar do Mérito Judiciário conferido pelo Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

- IT Presidence do Directório Central de Estada, en el segundo de la segunda de la companión d
- Director Cultural do Directório Académico barra mesa mesa actual esta actual de la papa de Universidade Cacólica de Perrópola.
- Membro do Conselho Fiscal da Associação dos Magas para a transfer a res-
- Membro convegiondente da Academia Valeza navas il escar Pil
- Presidente do Movimento Brasleiro de Alfala de la Santa Maria de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya
- Secretimo da Escola de Engenharia Industria (* 1774 a 1965 1771 1772 a 1965

4, ATTVIDADES NO MACISTÉRIO SUPERIO!

- Professor de Digeiro Civil na Faculdade de Digeiro de la compressor de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya del co
- . Professor de Dueino Processual Civil na Escola da Maria parte de Santa da Maria de Carallela d

5. A FIVIDADES NO MAGISTERIO DE 2º CACA.

Professor por coacurao de provase ditulos do este en la fartima alama, a fartima que a pela Decreto "P", n.º 1,492, de 16.05.74, eguantado obstancia a fartima a fartima que a pela Decreto "P", n.º 1,492, de 16.05.74, eguantado obstancia a fartima a fartima de la farti

Professor do Estado do Rão de Janeiro (Cerup) e um Estados y una acter de actual velocida. Alberto Werneck, Colegio Seo José, Our esto Contenación na flactuaiste aceit acual e actual de la fereopola. Cepes-Vestibulares) e no Licea Maria (Casadalia actual en la francia de la factual

6. ATIVIDADES ESPORTIVAS

- Fundador e Presidente do Centro Escuracina de como casa de la ca

7, TROPFU

- Corula, em Educação e Caltura, oferecido pelo maistras e traditiones esta combinar que esta de la composição e

A COMISSONS

- Membro da Comissão Nacional e da Con issis de madrial la comerción de mentas da Princesa fisibel e do Conde Da mentas manares de manda de membro da Disputação De MEDALHAS COM DIPLOMA.

 9. MEDALHAS COM DIPLOMA.
- Medalha do SANEADOR DO RIO DE A COMENTA SE LOS SESSENTIMENTOS DE COMENTA DE LOS SESSENTIMENTOS DE COMENTA DE LOS SESSENTIMENTOS DE COMENTA DE LA CASO, de 06.07.1972);

10. DIPLOMA

- De Menção Honrosa, em Educação, conferido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro;
- AMIGO da Polícia Militar do Espírito Santo.

11. CIDADÃO HONORÁRIO

Dos municípios de São Gabriel da Palha, Pedro Canàrio, Cariacica, Serra e Nova venécia.

12. MAGISTRATURA

- Juiz de Direito, ingressando na carreira da magistratura do Estado do Espírito Santo em 12.11.1980;
- Juiz Eleitoral em diversas Comarcas do Estado do Espírito Santo;
- Como Juiz de Direito, funcionou nas seguintes Comarcas:

Juiz Substituto: Alegre, Aracruz, Apiacá, Baixo Guandú, Barra de São Francisco, Bom Jesus do Norte, Cariacica, Castelo, Conceição da Barra, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Dores do Rio Preto, Ecoporanga, Guaçuí, Iconha, Itapemirim, Mantenópolis, Mimoso do Sul, Montanha, Mucurici, Muqui, Pancas, Pedro Canário, Presidente Kennedy, Santa Leopoldina, Santa Tereza, São Gabriel da Palha, São José do Calçado, Viana,

Juiz Titular: São Gabriel da Palha, Rio Novo do Sul, Guarapari, Colatina, Vila Velha, 1ª Vara Criminal de Vitória, 5ª Vara Cível de Vitória.

Promovido para a Entrância Especial, em 15.12.93, por merecimento, à unanimidade, para a 2ª Vara de Família de Vitória, requerendo remoção para a 5ª Vara Cível.

Promovido ao cargo de Desembargador, por merecimento, em sessão do Tribunal Pleno do dia 10.02.94, ato nº 021, publicado no Diário do Poder Judiciário do dia 17.02.94. Tomou posse em Sessão Solene no dia 03.03.1994.

Esteve em exercício, como Juiz convocado, no Tribunal de Justiça, em substituição, pela primeira vez, por indicação do Eminente Des. Ewerly Grandi Ribeiro, tendo sido indicado por mais três vezes em substituição ao mesmo Desembargador, tendo substituído, também, o Eminente Desembargador Geraldo Correia Lima por uma vez.

Foi Juiz Auxiliar do Desembargador Renato de Mattos, quando no exercício do Cargo de Corregedor Geral da Justiça.

Membro da 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça.

Suplente do Corregedor Geral da Justiça - 1996/1997.

Presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (AMAGES) - Biênio - 1996/1997.

Membro do Conselho Fiscal da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Falecido em 07/12/1999.

10, DIPLOMA

Dr Menção Harris a en filiate.

AMIGO da Parch, Majago La Espara-

II. CIDADÃO HONORARIO

Dus municipate de São Cabriel de Armaion and actual and actual and actual actua

12. MAGISTRATURA

Jusz de Direito, ingressis lo na ca, en l'angressi la santa de la ca, en l'angressi la ca

Junz Eleitoral era diversas Com un anna anna anna anna anna
 Como luit de Linedo, Juncionomana anna anna anna anna anna

Promovido ao cargo de Desembargo I. 1900 esta para a la caracteria de la c

Sause em exercicos, como juir conservidor a la como della como de la como de la como de la como de la como de la como del

Fin Juit Anxibat on Determination of Proceedings of Proceedings of the Contegedot Octob do Justica.

Membro da 201 amara cipro de bara.

Suplente de Corregedor Oriol de Louis

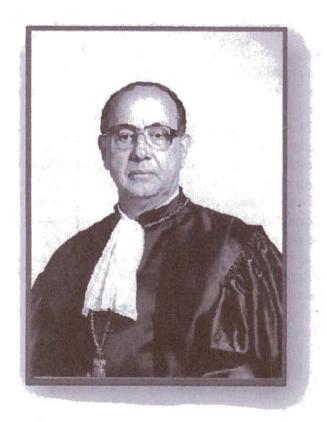
Presidente da Associação de Magazar a que a ser

TÍTULO VI

DESEMBARGADORES COMPONENTES DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, PELA ORDEM DE ANTIGUIDADE ANO 2001

LITTON

DESEMBARGADO A SER A COMPANION DE COMPANION



Des. José Eduardo Grandi Ribeiro

Desembargador de abbinora de ligado Estado de Estado d

Las Acres 1 de

O Desembargador José Eduardo Grandi Ribeiro nasceu em 12 de junho de 1932 em Cachoeiro de Itapemirim/ES, é casado com Maria Angélica Rocha Ribeiro e tem 3 filhos: Claudia Ribeiro Mendes Fonseca, Kátia Ribeiro Altoé e José Eduardo Grandi Ribeiro Filho.

É Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Espirito Santo, em Vitória/ES. Atuou como Juiz Substituto 1965 a 1966 e Juiz de Direito Primeira Entrância de 1966 a 1971, tendo sido promovido por merecimento para a Comarca de Muniz Freire, em 11/11/66, e removido para as Comarcas de Alfredo Chaves e Iconha. Como Juiz de Direito de Segunda Entrância, de 1966 a 1971, foi promovido, por antigüidade, para a Comarca de Mucurici, em 10/09/71, e removido para as Comarcas de Barra de São Francisco, Linhares,

Guaçuí.

Foi Assessor da Presidência do Tribunal de Justiça de 1971 a 1973, durante a Presidência do Desembargador Halley Pinheiro Monteiro, em 1971, a Presidência do Desembargador José Vieira Coelho, em 1972 e a Presidência do Desembargador Moacyr de Figueiredo Cortes, em 1973.

Entre 1974 e 1979, foi Juiz de Direito de Terceira Entrância, onde obteve promoção por merecimento para a Comarca da Capital, em 15/10/74, além de ser removido para a Primeira Vara Cível de Vila Velha, Primeira e Terceira Varas Criminais de Vitória.

Foi Juiz Auxiliar do Desembargador Cicero Alves, quando no exercício do cargo de Corregedor Geral da Justiça e Juiz de Direito Substituto de Desembargador em 1979.

Foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça do Espirito Santo, pelo critério de merecimento em 26/03/1981.

Exerceu as funções de Corregedor Geral da Justiça, biênio 1983/1985, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espirito Santo, de 11/10/1988 a 09/02/1990, sendo reeleito para o biênio 10/02/1990 a 09/02/1992, e Presidente do Tribunal de Justiça do Espirito Santo, no biênio 1992/1993. Atual presidente da 3ª Câmara Cível e faz parte do 2º Grupo de Câmaras Cíveis Reunidas.

) A

Hiho.	of the state of th		
Clandia	Effetta Mendes Feogras, Zétia Ribeir A. 10 c. 10. 10.		75 7 JE 1
Cachne	ro de frapela idan/ES é casado com Marcone, com a selector		
O Della	nbargador for Educado Grandi Riberto de en en en en-	9	1

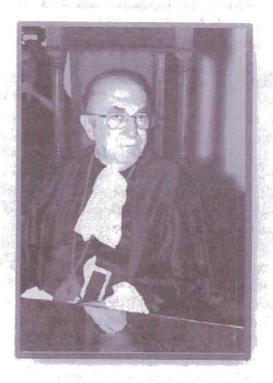
Atudo Lomo Just Substituto 1965 a 1966 e Justica i instituto de Managardo 1965 a 1966 e Justica i instituto de Managardo 1965 a 1966 e Justica i instituto de Managardo para as Comarcas de Alfredo Character de 1966 a 1971, for pronava de managardo de Managardo de 1966 a 1971, for pronava de managardo de managardo de 1966 a 1971, for pronava de managardo d

Poi Assessor da Presidencia do Imbunal de la reça de 1972 de 1

Eurie 1974 e 1979, foi Just de L'arraco de Terce sa l'accusa on meiricimento para a Canarca da Capatal, can 15/10 a l'ara in con vira de Vira Verla Verla Verla Verla Verla de Deiremburgador Ocero Alberta de la Jurie Auxiliar de Deiremburgador Ocero Alberta de la Carregedor Geral de Jurie, a e Julia de Directo Super.

m. rechmento em Zo/Da/1981.

Exerceu as fingues de Corregeour Geral da palaça, la mante de para de la companya de la companya de Espérito Sento, de 17/16 abbre 17% de 19/19 de la companya de Digita de Digi



Des. Arione Vasconcelos Ribeiro

Desembargados de ambienta la entratado distante de agrandada a

Des. Ances Value of space

Nascido em 31 de agosto de 1933, no município de Mimoso do Sul, Espírito Santo, o Desembargador Arione é filho de Fortunato Ribeiro e Julieta Fortunato Ribeiro. Do casamento com Ângela Maria Perciano Ribeiro, nasceram Ana Paula, Luís Eduardo e Cláudia, que lhe deram os netos Ana Carolina, Rodrigo, Brunela e Ronaldo.

Fez o curso primário no antigo Grupo Escolar "Monteiro da Silva" - Mimoso do Sul - de 1940 a 1945 e o curso secundário no Colégio Escola Normal "Monsenhor Elias Tommasi", de 1946 a 1949. Em 1950 ingressou na Escola Técnica de Comércio "Monsenhor Elias Tommasi" para fazer o colegial, concluindo o estudo em 1952. Freqüentou o Tiro de Guerra de Mimoso do Sul em 1952 para prestar o serviço militar e realizou o Curso de Direito na Faculdade de Direito do Espírito Santo - hoje Universidade Federal do Espírito Santo - , colando grau em 08 de dezembro de 1957.

Iniciou sua advocacia como solicitador (hoje estagiário), estreando no Tribunal do Júri em 18 de março de 1955 e desde então passou a viver, principalmente, da advocacia até sua posse no cargo de Juiz Substituto em 29 de abril de 1964.

Exerceu a advocacia geral nas Comarcas de Mimoso do Sul, Muqui, Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim, neste Estado e nas Comarcas de Bom Jesus do Itapaboana e Campos, no Estado do Rio de Janeiro. Foi Procurador Geral do Município de Muqui em 1958 e Procurador Geral do Município de Mimoso do Sul no período de 1958 a 1961.

Iniciou como datilógrafo copista no Cartório 2º Ofício de Mimoso do Sul-ES aos nove anos de idade, cujo titular era o saudoso escrivão Ary Siqueira em maio de 1944. Foi também Escrevente Auxiliar do Cartório do 2º Ofício da Comarca de Castelo-ES, cujo titular era o seu tio Aarão Jorge Júnior.

Após concurso de provas e títulos, foi nomeado JUIZ SUBSTITUTO em 29 de abril de 1964, tendo exercido suas funções nas Comarcas de Iúna, Alegre, Linhares e Colatina. Foi promovido Juiz de Direito de 1ª Entrância em 19 de abril de 1965, atuando nas Comarcas de Muniz Freire e Domingos Martins; de 2ª Entrância em 08 de maio de 1967 nas Comarcas de Afonso Cláudio e Castelo; de 3ª Entrância em 08 de dezembro de 1971 nas Comarcas de Colatina - 1ª Vara Capital - 4ª Vara Cível de Vitória.

Promovido a Desembargador pelo critério de antigüidade em 03 de abril de 1981, tendo tomado posse do 30 do mesmo mês e ano. Compôs a 2ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado. Compôs, ainda o Conselho da Magistratura do Egrégio Tribunal de Justiça nos biênios de 1982/1983, 1985/1987e 1995 a 1997.

Exerceu as funções de Corregedor Geral da Justiça, eleito em sessão do Egrégio Tribunal Pleno, realizada em 05 de dezembro de 1985 para o biênio de 1986/1987, tendo, deixado o cargo em 1º de fevereiro de 1988. Foi Juiz Eleitoral de maio de 1964 a junho de 1979; Suplente de Juiz na classe de desembargador do Tribunal Regional Eleitoral-ES, no período de 1984/85; Vice-Presidente e Corregedor Regional do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo no período de 1989/1992 e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral em 1992. Atualmente compõe o Tribunal Pleno, o Conselho da Magistratura, a Egrégia Primeira Câmara Cível da qual é Presidente e o Grupo de Câmaras Cíveis Reunidas.

103

Desembargador Arione é filha de fortunale da via a judicia la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya de la c

For a curso primatrio no entrigo Oraço Escala de la coma de la la coma de la composição de 1946 a 1946. Em 1950 ingressou na Escala de la compassión de 1946 a 1946. Em 1950 ingressou na Escala de la compassión de la compassión de la complexa de conclumdo o estada de la compassión de Mamosa do Sul em 1952 para prestat o server de la compassión de la compassión de Mamosa do Sul em 1952 para prestat o server de la compassión de la

fraction sus advocacia constructivate en 1883 e de la casada en 1812 e en 1825 e desde então passe e desde então passe e d

Exerceu a advocacia geral ras Comune, e la Maraga de el Straga, en para actualmenta de Itapemirin, neste fastado e na la mara al Mara a subdería que a Campos, na Estado do Rio de Janesro, fiol Procasa de Caspana a la margar de la la califacia procurado. Ceral de Maragado de Misas de la surgenasa de de de a fata de la Caspana de

Induciola como datalógrafo copasta no Cardon. Mes encelvis en entidos en altra en al

Após conçurso de proves enfulos, fos nomes a como a

Promovido a Dasembargador polo critério en esta nade en 20 na entrata de comunido posse do 30 do mesmo rieste ano. Como en el cinida de la serva france el compos, ainda en la como france el como el

nal Pleno, registado em OS de desembrade 1988 de junta de matera de 1988 de importante de juli márciasse de desembargado em 19 de fevereiro de 1988 fanjunta de matera de márciasse de desembargado em 1984/85; Vice-Presidente e Cortegedo de 1980/3 de 1991. Atualmente compôs o Tributai i de matera de matera Camitra Civel da qual a Presidente.



Des. Antonio José Miguel Feu Rosa

Desembargador do Tribarestar analysis do Estado do Frigoriso Atresp

Des. Antonio son Minnel Fer Kara

O Desembargador Antônio José Miguel Feu rosa nasceu no dia 25 de fevereiro de 1934, em Vitória/ES. É filho de Pedro Feu Rosa e Leonor Miguel Feu Rosa.

É formado pela Faculdade de Direito Federal do Espirito Santo, tendo colado grau de Bacharel em Direito em 08/12/1956.

Atualmente, é professor aposentado de Direito Público da Universidade Federal do Espirito Santo.

Foi Procurador do Estado de 1977 a 1979.

Nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Espirito Santo, tendo tomado posse a 24 de junho de 1982.

Foi Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de 1990 a 1992 e Presidente do também Tribunal Regional Eleitoral de 1992 a 1994.

Exerceu a Presidência do Tribunal de Justiça do Espirito Santo do ano de 1994 a 1995.

Deputado Estadual eleito para as legislaturas de 1958/1962 e 1963/1967 e Deputado Federal para as legislaturas de 1967/1971 e 1979/1983.

Eleito Conselheiro da OAB - Seção do Espirito Santo - para o biênio de 1975/1977, tendo exercido tais funções, sendo reeleito para o biênio de 1977/1979.

Como Deputado Federal, foi Membro da Comissão de Relações Exteriores, da Comissão de Justiça, da Comissão de Defesa do Consumidor e Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Recebeu o grau de Comendador da Ordem do Mérito do Tribunal Superior do Trabalho e Títulos de Cidadão de inúmeros Municípios. É autor de 9 livros editados.

Atual presidente da 1ª Câmara Criminal e membro da Câmara Criminal Reunida.

104

O Describaryador Antônic José Miquei Beo y (1974) as Antônic Bede (1974) as Antônic Billion de Pede, Feur (1985) c

Aruainvente, é puntessor aposentado de Otreit de la companya de la companya de para el Santo.

En Procurador do Estado de 1977 i 1979.

Mornerado Desembargados do Informil de Junto, de america Martine a martina. 24 de junho de 1932.

Foe Corregedor do Tribunai Regional Elegonal de 1992 a 1994 Tribunai Regional Elefroral de 1992 a 1994

Exerce o a Presidencia do Tribunal de Justiça al Pego de la companya de l'espata de l'espata de l'espata al legislaturas de l'espata as legislaturas de 1967/1971 e 1979/1983

Sietro Conselheiro da OAB - Seção do Espada - a composições, sendo reeleiro para o branco do 100 de

vicino Degutado Federal, foi Mambro da Constillado de Selas, en la composición de Selas de Comissão de Defesa do Constillado de la constillado de Constillad

Receives o grau de Comendados da Ordem do Messo de la como de la c



Des. Geraldo Corrêa da Silva

Desembargador de la valar del carro a se di carro.
do la carro arrata

June 1 miles in

O Desembargador Geraldo Corrêa da Silva, nascido em 25 de julho de 1932 em Córrego de Santa Luzia, Distrito de Celina, Município de Alegre-ES, casou-se com Norma Arlete Ambos Corrêa da Silva, com quem tem 05 filhos, Sandra, Débora, Geraldo, Max e Lisandro. Atuou como Escrevente do Cartório do 2º Ofício da Comarca de Alegre.

No ano de 1953 prestou exame de suficiência, perante a banca examinadora do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, sendo aprovado e obtendo o registro definitivo no

MEC.

Em 1954 prestou concurso para a Cadeira de Latim neste Estado, logrando o 2º lugar. Ocupou a cadeira no Colégio "Conde de Linhares", na Escola Técnica de Comércio de Colatina e lecionou a disciplina de latim e outras matérias, em colégios do Município de Cachoeiro de Itapemirim, tais como: Liceu Muniz Freire, Estabelecimento de Ensino "Alfredo Herkenhoff" e Ginásio "Jesus Cristo Rei".

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória em 1958.

Ministrou cursos para vestibular de Direito.

Foi Diretor de Educação do Município de Cachoeiro de Itapemirim.

Diretor Comercial do Jornal "A Folha do Dia" e um dos fundadores da Faculdade de Direito daquela Cidade.

Em 1964 prestou concurso para a Magistratura, obtendo o 4º lugar na classificação e atuando nas Comarcas de Iúna, Mucurici, Afonso Cláudio, Itaguaçu, Iconha e Cachoeiro de Itapemirim. Promovido por antigüidade para Mantenópolis, removeu-se para Alfredo Chaves. Promovido por merecimento para São Mateus, comarca de 2º entrância. Removeu-se para Linhares e depois para a Comarca de Alegre.

Foi o Presidente da Comissão de Organização e Fundação da FAFIA em 1971, em

funcionamento há 26 anos como autarquia municipal.

Promovido, por antigüidade, para juiz substituto da Capital, em 1974. Removeu-se para 1ª Vara Criminal de Vila Velha e depois para a Vara dos Feitos da Fazenda Pública Estadual, ali judicando por 14 anos até a indicação para Desembargador.

Em todas as Comarcas do interior foi Diretor do Fórum e também Juiz Eleitoral.

Nesta Capital, desempenhou a função de Juiz Eleitoral por 04 anos, passando a integrar o Egrégio Tribunal Regional Eleitoral por 03 anos.

Foi ainda Diretor do Fórum na Capital por 02 anos e indicado como Desembargador nas Câmaras e Tribunal Pleno em substituição aos Desembargadores: Victor Hugo Cupertino de Castro, Rômulo Salles de Sá e Renato de Mattos.

Promovido a Desembargador titular, tomou posse no dia 12 de março de 1992. Eleito Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral para o biênio 1996/1997.

Eleito, por unanimidade, Corregedor-Geral da Justiça para o biênio 1998/1999. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça no biênio 2000/2001.

O Desembargador Geraldo Corres de Suve de Santa Luzas, Distrito de Ceima Mumerpo Amber Corres de Silva, com quema am Os tilo Atubu coma Escrevente do Carres de de Carr

Affredo Herkenhoff & Ofnasio "Jesus Griston?"

Em 1959 printeu concusso pagen Cauleurade de la concusso de Cauleurade de la concusso de Cauleurade

Oraciondo em Otreiro pela Facoldade.

Ministanicomos pera vestrindo, de Diode.

Fai Direttir de Educação do Municipio. 1972.

Direttir de Educação do Municipio. 1972.

Direttir Comercial do Jornal de Polha de la media de la media.

de Diretto datigada Cidade Em 1964 prestou concurar para a Magnerial de la servicio de la caracida del caracida de la caracida de la caracida del caracida de la caracida del la caracida de la caracida

de Itarcaphine Promovido por antiglaciado par discoursignal.

Chaves Promovido por mere amento para Sac A.

Registra Linhares e deposa para.

Boi o Presidence da Comistão de Organizado.

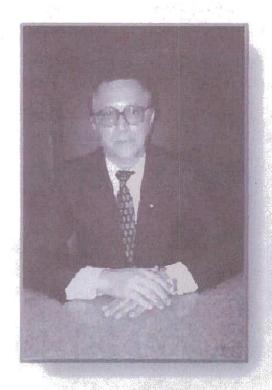
tonesso mento in 16 mos como atenquesta.

Em t xlas ge Comarcas do interior for the following a property of the following a following the second of the following the foll

Listo Vice-Presidente e Corregedor (n. 1887). 1887

1308/Jno.k

Staticy per imaginate de Corregation (1997)



Des. Alemer Ferraz Moulin



Desembarga dos do la accasa a la justa de do Fasta de do las accasa la mes

O Desembargador Alemer Ferraz Moulin é natural de Alegre/ES, nascido em 21 de janeiro de 1941, e é casado com Suely Fernandes Jabour Moulin, com quem tem três filhos: Alemer Jabour Moulin, Eduardo Jabour Moulin e Flávio Jabour Moulin.

É Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Prestou concurso de provas e títulos e assumiu suas funções de Juiz Substituto deste Estado no dia 13 de abril de 1973. Após judicar por várias Comarcas, foi promovido para Mantenópolis, como Juiz de Primeira Entrância e, posteriormente, promovido para Iúna, como Juiz de Segunda Entrância e Quarta Vara Criminal de Cachoeiro de Itapemirim, como Juiz de Terceira Entrância.

Promovido à Entrância Especial da Capital em 24 de junho de 1993, chegou a Desembargador do Tribunal de Justiça, neste mesmo ano.

Foi eleito por duas vezes Vice-Presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo, tendo exercido a Presidência da Entidade no biênio 94/95.

É Vice-Presidente Regional do Instituto dos Magistrados Brasileiros (IMB) e Procurador reeleito do Tribunal Eleitoral Maçônico do Espírito Santo, Presidente da Segunda Câmara Criminal.

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral no biênio 2000/2001.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ES
BIBLIOTECA
DES. HOMERO MAFRA

O Describurgador Alemer Ferral Mounte e astro de Alego de la companya de 1991, e é casado com Sindy Ferrandes de la referidada de la companya de la companya Moulin, Eduardo fabour Meni il defino de astro de la companya de la compan

E Bacharel em Direito peia Universidade Feder (1991 g. 1991)

Pressou concurso de pravas e studos e assumente a formas e ante Salva I su Estado no dia 13 de abril de 1973. Após judente par varias Carasa e abractera sido y ante Mantenópolis, como Juiz de Primeira Entrancia e mosternamente a ante de april de como Juiz de Segunda Entrancia e Quarca Varia i antenda de Carasa e al Carasa de Carasa de La Las antendas como Juiz de Terceira Entrancia.

Promovido à Entefincia Especial de Capital de Dana la la companya de la companya

Foi eletto por dum veges "Ace-Presidente da Assesança de la aguação de la Errada de Entidade da Estada estada en 18.

E Vice Presidente Regional do Instituto dos Magnetados Papas en comencia en actual en actual en actual en actual de Internal Magnetado Lapara de actual establecado en en en en el mental Criminal.

Freedomes do Tribunal Regional Elemental en Space 200, 977 (200



Des. Adalto Dias Tristão

O Desembargador Adalto Dias Tristão nasceu em 19/11/1947 - Afonso Claudio/ES. Casouse com Rosalina Campana Tristão, com quem tem 03 filhos: Rodrigo, Rômulo e Rubens. Fez o Curso de Direito na Universidade do Espírito Santo, em Vitória (1967/1972).

Atuou como Escrevente no Cartório do Segundo Ofício de Vitória (antigo Cartório Lycurgo Resende).

Foi aprovado em concurso, em primeiro lugar, para o cargo de Taquígrafo do Egrégio Tribunal de Justiça, onde atuou na função de 1966 a 1972. Após concluir o Curso de Direito da UFES, exonerou-se do Egrégio Tribunal, passando a atuar como advogado autônomo de 1972 a 1978, principalmente na Comarca da Capital e no norte do Estado.

Foi procurador da Prefeitura Municipal de Pancas durante 4 anos.

Após advogar durante mais de 5 anos, prestou concurso para a Magistratura em 1978, quando obteve a primeira colocação. Como Magistrado, atuou nas Comarcas de Mucurici, Anchieta, Nova Venécia, Baixo Guandú, Aracruz, Linhares, São Mateus, Guarapari, Alfredo Chaves e Iconha, inclusive presidindo eleições em várias Comarcas. Judicou na Comarca da Capital há cerca de 10 anos, onde atuou na Serra, Cariacica, Vila Velha e Vitória.

Foi promovido para a Entrância Especial e para o Egrégio Tribunal, por merecimento.

É professor de Processo Penal no Centro de Ensino Superior de Vila Velha desde 1984 e professor de Prática Penal na Escola da Associação dos Magistrados do Espírito Santo.

Fez curso de pós-graduação em Direito Civil e Processo Civil, ministrado pela Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro.

Corregedor Geral da Justiça no biênio 2000/2001.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ES

BIBLIOTECA

DES. HOMERO MAFRA

Collegent ingader Adulto Dias deseavante in the Anna sector Rosa Ina Campana Trendo com que in the Campana Trendo com que in the Campana Lancerstriade do Ligar Campana Campana Lancerstriade do Ligar Campana

Authorithm Estrevense and Private de Segan de 1915 et 1917 et 1917 et 1917 et 1917. Reveniger

Triburbai de Justiça, onde arcon na função de la compansión de Justiça, onde arcon na função de la compansión de Justiça, onde arcon na função de la compansión de la CFES, exometourse do Egrégio Tr. 100 de la compansión de 1972 a 1978, principalmente e a compansión de la compan

Est proculador da Prefestora Municipal de l'investi antación e a l'in-

Service to Osudo gars a Britisheia Especial e roum in the public to the control

gign, female **de Processo Penal no Contr**o de Pila de la compresa la Associación de Pr**ésica Penal** ne lassocia da Associación de la congra del la contra de la constante del constante de la constante del la constante de la constante de la constante del la constante del la constante de la constante del la constante del la constante del la constante del la constante del la constante del la constante del la constante del la const

Free Lustade pos-graduação em Orietra Civileiro de la productiva de la compansa de Petro do Rio de Jameiro.

in or seed at Oaral da Justina perhabata 2000 a s



Des. Maurilio Almeida Abreu

BIBLICITERA
DES. HOMERO MAFRA

Desembargado, ste Tribrorabile for trae do Estado do Aspidiso Saco a

O Desembargador Maurilio Almeida de Abreu, nasceu no dia 07 de setembro de 1943, em Aracaju - Sergipe, é filho de Jesuíno Maioli Pereira de Abreu e Silva e Geralda Almeida de Abreu e é casado com Adeci Pereira de Abreu.

...

Se tornou Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Sergipe, em 1967.

Atuou como Promotor Substituto, foi professor do Colégio Silvio Romero, e advogou militarmente durante 5 (cinco) anos, com escritório à Rua Geru, todas as atividades exercidas em Aracaju - Sergipe.

Aprovado em concurso público de provas e títulos, assumiu o cargo de Juiz Substituto em 1973, ingressando na Magistratura Capixaba. Como Juiz Titular, exerceu o cargo nas comarcas de Mucurici, Itaquaçu, Aracruz, Linhares, Colatina (Vara de Família), Cariacica (Vara de Família) e Vitória (Sexta Vara Cível), pelo período de 11 anos.

Membro efetivo do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, na classe destinada aos Juízes Monocráticos.

Foi promovido à Entrância Especial, assumindo a Auditoria Militar, quando, em decorrência de remoção, retornou à Sexta Vara Cível.

Aos 03 de fevereiro de 1984, no estilo unânime e pelo critério de antigüidade, foi promovido ao cargo de Desembargador, em conformidade com a decisão do Colendo Tribunal Pleno, o que se dera pelo Ato nº 20/94, publicado no Órgão Oficial aos 08 de fevereiro de 1994. Atual presidente da 2ª Câmara Cível e memBro da 1ª Câmara Cível Reunida.

O.Dercaphagador Maurilio Almeida le Abreu.

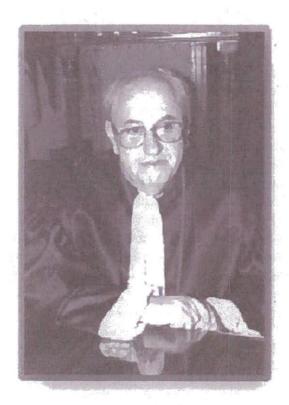
Arbeaju - Sergipe, e filhio de Jesulno Matoli Sara de Asara de Asara de Abrea e é casado com Adeci ferena de Van

Se toraten Bachikel em Direito pela Università, e alla cara centralia

*Look como Pinnotos Substituta, for priviess : Ex Calego and para a printificamiente distante 5 (canco) anos, com canada a five a em per printificamiente distante 5 (canco) anos, com canada a five a em per printificamiente distante 5 (canco) anos, com canada a five a em per printificamiente distante 5 (canco) anos, com canada a five a em per printificamiente distante printificamiente distante printificamiente distante printificamiente distante printificamiente distante printificamiente distante printificamiente distante printificamiente distante printificamiente distante printificamiente distante printificamiente distante distante printificamiente distante printificamiente distante royado sericoneurao público de provas e nos estamas a porta a 1973, ingresignado na Magistratura Capitale. Ci em tora de la comarcas de Mucurer, Iraquaçu, Araa ruz, Ladicares. The angle of the comarcas de Familia) e Vitória (Sexta Vara Civelling).

Membra electivo do Egregio Tributas Regiona de asala en ciasa servicio e Morbocráticos.

For promovido albrajdacia Especial, assuminacia — "emparajante ano compresente de remograto, optornou à Sexta Vara Civel."



Des. Frederico Guilherme Pimentel

O Desembargador Frederico Guilherme Pimentel nasceu no dia 07 de dezembro de 1.941, em São Mateus/ES, é filho de Guilherme Pimentel e Yeda Guilherme Pimentel e é casado com Luiza Schaider Pimentel, com quem tem 4 (quatro) filhos: Larissa, Frederico, Dione e Roberta.

Fez seu curso de Direito na Faculdade de Direito de Vitória, entre os anos 1.960 e 1.964.

Durante os anos de 1.963 e 1.964, foi Escrevente Auxiliar do Cartório "Nelson Pessôa Monteiro", do Terceiro Ofício de Vitória.

Foi advogado Militante durante nove anos, especialmente na área de Direito do Trabalho e Direito Agrário.

Assessorou Juridicamente a Federação de Agricultura do Espírito Santo de 1967 a 1973, participou como Orientador Jurídico da formação de vários Sindicatos Rurais do Estado, apresentou e obteve aprovação das teses "Enquadramento Sindical Rural" e "Previdência Social Rural" no Congresso Nacional do Café, realizado nesta capital em 1967, é autor do capítulo "Legislação Trabalhista e Contratos Agrários" da monografia "Manual do Proprietário Rural", editada pala Federação de Agricultura do Estado, Presidente de uma das Câmaras Processantes e Coordenador Geral da Comissão Permanente de Inquéritos Administrativos do Estado (COPIA) de 1971 a 1973.

Aprovado em 1972 em concursos públicos para os cargos de Procurador da Fazenda Nacional e Juiz do Trabalho (MG). Aprovado na primeira prova no concurso de Juiz de Trabalho do Estado de São Paulo, interrompeu sua participação no mesmo mês que, coincidentemente, prestou provas para o ingresso na Magistratura do Estado do Espírito Santo.

Como Professor da Escola da Magistratura do Espírito Santo (EMES) leciona Direito Civil,

abordando a Parte Geral, Direito da Coisas e Direito de Família.

Participou de diversos cursos e seminários patrocinados pelo Egrégio Tribunal de Justiça e Associação dos Magistrados, onde também foi Diretor por duas vezes.

Foi Juiz Eleitoral, em diversas Comarcas onde judicou, presidiu a Quinta Junta Apuradora de Vitória, em 1986, e atuou como Juiz Eleitoral de Vitória a partir de 01 de abril de 1991.

Assumindo o cargo de Juiz Substituto em 25 de janeiro de 1973, atuou nas Comarcas de Ecoporanga, Mantenópolis, Domingos Martins, Mimoso do Sul, Afonso Claudio, Santa Leopoldina, Itaguaçu, Muqui, Alegre, Guaçuí, São José do Calçado, Iúna, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, São Gabriel da Palha, Pancas, Barra de São Francisco, Cariacica e Vitória. Quando foi promovido, por merecimento, em 20/05/1974, para Primeira Entrância, assumiu a Comarca de Mantenópolis. Em 31/08/1974, foi removido, a pedido, para Comarca de São Gabriel da Palha. Promovido por merecimento para a Segunda Entrância, em 26/11/ 1977, judicou na Comarca de Nova Venécia. Removido a pedido para a Comarca de São Mateus em 31/08/1979. Promovido por antigüidade para o cargo de Juiz de Direito Substituto da Comarca da Capital em 03/03/1983. Removido a pedido para a Sexta Vara Criminal de Vitória em 14/10/1983. Removido a pedido para a Segunda Vara de Família de Vitória em 05/ 12/1985 e promovido, por merecimento, em 21/10/1993, para a Sétima Vara Civel de Vitória, de Entrância Especial.

Foi promovido a Desembargador, por antigüidade, em 16 de fevereiro de 1994.

Presidente da 4ª Câmara Cível e membro do Conselho da Magistratura., fazendo parte do 2º Grupo de Câmaras Cíveis Reunidas.

Fez seu curso de Direito no Laculia. Long Schelder Pupervel, com premi para la seguina de la compara la emploMateus/ES & filter le Lunther el le mar en mon le la grande en el O Desembargador Riedor at halfor an interpretation of the property of

" LINGING Agrillo. Managao", do Tercaro Ott. de Veran

broade (COPIA) to 19 / a 197 / Processentes e Coordenador Geral do Campiana de supra a la partir de la partir de la confermación de la conf Rutal, erleada palo Federação de Agranda de capítulo "Leguiação Trabadhasta e Contrata", America Albande e granta Artuma e e a contrata de la contrata de contrata de la contrata del contrata de la contrata de la contrata del contrata de la contrata del contrata de la contrata de la contrata del contrata de la contrata de la contrata de la contrata de la contrata de la contrata de la contrata de la contrata de la contrata del contrata del contrata de la contrata del Social Rural" no Congresso Macional di Califfred de la casa de la casa de 174 " objection to obtave aprovação dos tosos dos altra acida das acidas de la companion de la compa participou como Crientadra jurida o de la casa e a ser a casa e c Assessorou Juridicamente a rederaç e de la casa qua do il a casa de como que en casa de la casa de como que en casa de casa de la casa de casa de la casa de c

pressure proving parts of ingressional Magnetic and production of the contraction of the Estado de São Paulo, Internompeu sua cara dos estados sua estada e Jeix de Trabalho (MC). Aprovadoros per a coma a como e de a como Aprovado em 1972 eta zora asservibil maren erana, en esta en entre entre en esta

coundando a Parte Oxcid, Driento da Costa da La Caracia. Cumo Professor de Parcharla Magnet de la la para de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya del companya de la comp

For Just Elettoral, em dizentas Com se a cara de la secución de la caracidade en la caracidade de la caracidade de la caracidad de la caracida Associação dos Magustrados, profestamento de contra en entra en entra en pargerbon de diversos entras e súas ma

In Entracte Especial.

assurde a Comarca de Mente repole. Presento presento de la companya de la comarca de Mente repole. Presento de la comarca de Mente repole. Presento de la comarca de la comarca de Mente repole. Presento de la comarca de la comarca de Mente repole. Presento de la comarca de la comarca de Mente repole. Presento de la comarca del la comarca del la comarca de la comarca de la comarca de la comarca de la comarca de la comarca de la comarca del la comarca del la comarca del la comarca del la comarca del la comarca del la comarca del la comarca del l Virgeraum, Colatina São Cabriel da il a mara mara a la company de la com Scoporanga, Mantendarlis Dominger 1 (19 a.) 18 d. ; 1 (19 a.) de Vitória, em 1986, e umon como junt la como en el circa a como de la como d

Virona et a 14/10/1985. Kerna side a per maria de la permana de la perma Materieu 21/08/1979 Prominibates and a second secon 1977, pudicou na Camarca de New Yara en Prance en en en en en en en en en de São Ciabriel da Palha Promovido per a como para para a como de se a como que a como que a como que a como como de se a como de se a como de

4. Campaide Camaria Cive. Accardan. roi promovleta a Flescricha, rador per a compressión en compressió



Des. Manoel Alves Rabelo

Sesembargaes de Shungae do Esta la captada la que O Desembargador Manoel Alves Rabelo nasceu no dia 23 de maio de 1947, em São Geraldo, Minas Gerais. É casado com Margareth Zago Rabelo e tem 3 filhos: Gustavo Zago Rabelo, Emanuelle Zago Rabelo e Roberta Zago Rabelo.

É Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo, onde também cursou Ciências Físicas e Biológicas, além de ser Licenciado pleno em Direito e Legislação pela mesma Universidade.

Fez curso de Pós-graduação "Lato Sensu" em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, Pós-graduação "Lato Sensu" em Direito do Estado pela Universidade Federal do Espírito Santo e, atualmente, faz Mestrado, em fase de conclusão, em Direito do Estado e Processo, pela Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro.

É professor concursado da Universidade Federal do Espírito Santo, nas cadeiras de Direito Administrativo e constitucional, além de ser professor dos cursos de Pós-graduação da CONSULTIME, na Área de Direito do Estado e professor da Escola de Magistratura do Estado do Espírito Santo, na cadeira de Direito Administrativo.

Escreveu monografias sobre diversos temas, entre eles "Responsabilidade Civil do Estado e Denunciação à Lide", "Responsabilidade Tributária dos Gerentes e Administrativos de Empresas", "Empresas Governamentais e a Obrigação de Licitar" e "Democratização, Descentralização e Participação Social na Prestação Jurisdicional: Novas Tendências para Solução de Conflitos".

Atualmente, é Desembargador com assento na Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e membro do Conselho da Magistratura.

serie (West)



Des. Welington da Costa Citty

			Mary and a Ca	
Name of the second				
			2	
	The garage of the second			
IB P P =		21		

O Desembargador WELINGTON DA COSTA CITTY nasceu em 26 de fevereiro de 1934 em Barra de Itapemirim, Espírito Santo. É filho de Miguel Citty e Permínia da Costa Citty e casado com Marlene Pimentel Citty. Desta união nasceram quatro filhos - Tadeu, Sávio, Rita e Kátia -, os quais lhe deram sete netos.

Iniciou seu curso primário no grupo Escolar José Marcelino, em Barra de Itapemirim/ES e o concluiu na Escola Padre Anchieta - Jucutuquara - Vitória/ES. Seu curso ginasial foi concluído no Colégio Salesiano de Vitória, de onde saiu para cursar a Faculdade de Direito do Espírito

Santo, hoje Universidade Federal do Espírito Santo.

Começou a trabalhar oficialmente no dia 04 de março de 1950, na Administração do Porto de Vitória - que depois foi chamada de CODESA - como oficce boy, ficando até 03 de julho de 1950, quando saiu para ocupar o cargo de estafeta no Departamento de Correios e Telégrafos, antigo DCT. Em 1955, prestou concurso para o cargo de telegrafista de carreira da mesma empresa e logrou aprovação. Além disso, exerceu vários cargos de suma importância, dentre muitos o de Chefe da 1ª Seção na área de processamento da empresa. Foi inspetor Regional da 2ª Seção-Região Sul do Estado, e em 1962 chefiou a Agência de Correios e Telégrafos de Cachoeiro de Itapemirim-ES, permanecendo no cargo até 07 de outubro de 1968.

Após aprovação brilhante no Concurso do Ministério Público, ingressou na carreira em 8 de outubro de 1968, prestando relevantes serviços como Promotor Substituto e Promotor Titular em várias Comarcas. Como Promotor Substituto esteve em Mantenópolis, Barra de São Francisco, Ecoporanga, Nova Venécia, Mimoso do Sul, Muqui, Tribunal do Júri de Cariacica, Alfredo Chaves, Vila Velha, Mucurici, Alegre, Iconha e Aracruz, sendo que, por quatro vezes, foi designado

para atuar no Tribunal do Júri da Comarca da Capital.

Foi promovido a Promotor de 1ª Entrância pelo Decreto Nº 287-P de 22/05/70 por antigüidade para a Comarca de Conceição da Barra, Itaguaçu, Anchieta, Santa Tereza, Santa Leopoldina e

Alegre.

Obteve promoção para a 2ª Entrância, por merecimento, em 08 de maio de 1974, sendo designado para a Comarca de Iúna, com remoções para as seguintes Comarcas: Promotor Substituto da Capital, da Serra e Cariacica. No dia 18 de março de 1983 foi nomeado para exercer o cargo de Chefe de Gabinete da Procuradoria Geral da Justiça, permanecendo até o dia 6 de dezembro de 1984, quando foi novamente promovido por merecimento como titular da Comarca da Capital para o cargo de Procurador de Justiça. De março a dezembro de 1989 respondeu pela Corregedoria de Justiça.

Foi conduzido e nomeado para o cargo de Procurador Geral de Justiça em 15 de março de 1991, afastando-se em 12 de fevereiro de 1993. Foi reconduzido ao mesmo cargo em 18 de março

de 1993, tomando posse em 22 de março de 1993.

Em data de 03 de março de 1994, formulou pedido de exoneração do parquet Estadual, vez que, por indicação da classe e dos eminentes Desembargadores do Tribunal de Justiça foi nomeado pelo Governador da época para ocupar a vaga do 5º Constitucional pertencente ao Ministério Público, na função de Desembargador. Em 4 de dezembro de 1997 foi eleito pelo Egrégio Tribunal Pleno, por unanimidade para exercer o cargo de Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, com posse em 29 de dezembro de 1997. Em 8 de dezembro de 1997 foi eleito pelos Magistrados, Vice-Presidente da AMAGES - Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo.

Com o falecimento do Presidente do Tribunal de Justiça, foi escolhido, à unanimidade pelos Desembargadores, para presidir o Tribunal durante o biênio 1998/1999 e, em 4 de junho de 1998 tomou posse no cargo de PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Atual membro da 2ª Câmara criminal e membro das Cāmaras Criminais

Reunidas.

Kikin -, on quan the deman sets mentcarado cum Madour Praemel Clan Desta um 11. em thefia de Repemble, Espirito Carie. E filles de l'Agranda de la comme del comme de la comme de la comme del comme de la comme del comme de la comme de la comme de la comme de la comme de la comme del comme de la comme de la comme de la comme de la comme del comme de la comme de la comme de la comme de la comme del comme de la comme de la comme del comme del comme del comme del comme de la comme de la comme de la comme del comme O DESCRIPTION WELLS CHON LA CUE LA COMPANION DELA COMPANION DE LA COMPANION DE LA COMPANION DE LA COMPANION DE

Santo, Itala Universitade Federal du Espírito Santo. Conseçou a trabulhat aficulmente no dia Os Je cio Calegio Salladano de Vitoria, de antie suu para en a caracteria de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del la companya del la companya de la companya concluir sa bigola Paris Andaera s pentagoni de acaste de acaste lingua equipado principio no supo Escolar line Milliana

Sectio-Regim, find de Estado, e em 1962 cheflou e Aguardo de Catalado. Fe an empresa e legroti aprovação. Aleni disso, exercae ana terma de proces anas de characterista. andiga DCT Em 1955, prestou concurso para a concurso para a concurso de serge tora concurso de 1950, quantile mate para occupan d'assign de caracter en sequencier se de con-

Brophrango, blava Vendola, Munoso do Sal, Maga, rabana de les estados de la como de la c Warles Committee Como Promotor Substituto extery and Sandra Speke 1 and 1 has been esembro de 1966, presentado edevantes serviços como la calar a subsequenta a mais Após estapação balhante no Cora uno do Mara para la tras tragasso. de lesternituado, permanacerdo no cargo mé CV 4- mentras de 1964.

para a Contura de Concrição da Braza, leaguação, Anada a la alta de que destre de la factiona de la contra del contra de la contra del la contra de Fui pronuevido a Promotor de l'Emenacia per Chera de 1814. pare muar no Tribanal do Járe de Corretta de Cep.

- de lustica. Spara o carro de Procuisdos de Juedya. De março a casa destrata (Se de prepara misso en la casa a casa. de 1964, quando sel novamente promovido por mentra entra concidirata de la concidirata del concidirata del concidirata de la concidirata de la concidirata de la concidirata de la concidirata de la concidirata de la concidirata de la concidirata del concidirata del concidirata del concidirata del concidirata del concidirata del concidirata del concidirata del concidirata del concidirata d de Chefe de Oubrasse de Procuedosto Cerulida Justi, permante e di anna di anna de dedu Capital, de Serra e Cariseica. No eta 18 de mary de 1721 de designed of John a Companie de Tuira, com remoções para la agrança de la companie de la casa de la companie de la casa de Obiese promoção para a 2º binarência, por mesa sacessa sa Alegie:

de 1903, transprio poste en 22 du merço de 1911 198 L Manuardo-se em La de fevereiro de 1993 Foi cardinado e nuíncado para o cargo de Pratir das Guar sa John, Como a John,

do Estato Santa cheto peles Magnitudia, Vice Presidente da Al Emilio de Emilio Sond, com posse en 19 de de Plean, por unamerskilder para exerter o cerve d Paplaco, na hungao da Describingados, cin 4 de big. Coursedor du época para contra a vaga de la conferencia de la contra del la contra del l que, por indicaçõe de ser e de emborros base abora en esta finare en Ein dein, de OJ de aninço do 1994, formatou para la contrata que a

E-WALLED IN ESPRITO SAMILL Mass prembro de la Caraca de menda de conservado camon boust instanto de PRE-IDENTI (# 1) Descriptions para pression of the med for such a second second Com a missible do Presidente de Trionnal de para que a



Des. Paulo Nicola Copolillo

O Desembargador Paulo Nicola Copolillo nasceu no dia 14 de junho de 1935, em Vitória/ ES.

É graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo.

Foi advogado militante no Estado do Espírito Santo por 10 anos, de 1959 a 1969.

Ingressou na Magistratura do Espírito Santo em 14 de fevereiro de 1969 e, como magistrado, atuou em várias Comarcas do Estado.

É graduado em Medicina Legal e Psiquiatria Forense pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Medicina Legal pelo Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto, também no Rio de Janeiro.

Fez o curso de Medicina na Escola de Medicina da Santa Casa de Misericórdia, no período de 1968 a 1973.

É professor especialista em tóxicos e entorpecentes, tendo proferidas diversas palestras sobre esses assuntos nos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

Atuou como residente da Turma Recursal do Juizado Especial de Pequenas Causas de Vitória e Vila Velha.

Foi promovido, por antigüidade, ao cargo de Desembargador no dia 17 de fevereiro de 1994, tomado posse em 03 de março do mesmo ano.

Membro do Conselho da magistratura e da 2ª Câmara Criminal e das CãMaras Criminais Reunidas

O Dracimbargador Paul e Nicola Copolali e recentario del managemente del Fiscola Copolali e recentario del managemente del man

E graduado em Dueiro pela Faculdade de fara a ser a caracidade de la fara Santo.

For advogado militante no Estado do Espírit. The profit of the late of the lat

Ingressou na Magairanna de Espis de Siante accelerar de la consecución de accelerar de Estado.

Fer o curso de Medicina na Frecia de Medicina. Estado las con Marcon de considera 1973.

E professor especialista etc. (Oxidos e enterario de par pendaviagnes de partir de la section de la companio del companio de la companio del companio de la companio del la companio de la companio del la companio de la companio de la companio de la companio de la companio de la companio de la companio de la companio de la companio de la companio de la companio de la companio de la companio de la companio del la companio de la companio de la companio de la companio de la companio de la companio de la companio del la c

Foi promovido, por ancignidade, ao cargo do mess.

Membro de Conselho da magatratusa é do d'a la acaditata para a la acaditata de la conselho de magatratusa é do dia conselho de magatratusa é do dia conselho de magatratusa é do dia conselho de magatratusa é do dia conselho de magatratusa é do dia conselho de magatratusa é do dia conselho de magatratusa é do dia conselho de magatratusa é do dia conselho de magatratusa é do dia conselho de magatratusa é do dia conselho de magatratusa é do dia conselho de magatratusa é do dia conselho de magatratusa é do dia conselho de magatratusa é do dia conselho de magatratusa é do dia conselho de magatratusa é do dia conselho de magatratusa é do dia conselho de magatratusa é do dia conselho de magatratusa de magatratusa de dia conselho de magatratusa de dia conselho de magatratusa de dia conselho dia conselho dia conselh



Des. Pedro Valls Feu Rosa

Formado em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo;

Juiz de Direito, com exercício nas Comarcas de Muqui, Barra de São Francisco, Cariacica, Vila Velha e Vitória;

Juiz Instalador do Primeiro " Juizado de Pequenas Causas " do Espírito Santo;

Desembargador do Tribunal de Justiça do Espírito Santo;

Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, biênio 2000/2001;

Membro da Comissão Nacional de Informatização do Excelso Supremo Tribunal Federal (Comissão INFOJUS);

Professor da Escola de Magistratura do Estado do Espírito Santo;

Membro fundador da Escola de Direito Comunitário do Mercosul;

Formação em Direito Comunitário pela Escola Nacional de Magistratura da França;

Idealizador dos projetos "Justiça Volante" e "Justiça Sobre Rodas";

Programador de computadores, autor de diversos "softwares" dedicados à área jurídica, cedidos gratuitamente a diversos Tribunais do Brasil;

Palestrante convidado sobre o tema "The Eletronic Judge", uma família de "softwares" de sua autoria, na "Marschall University" e "West Virginia University", nos EUA;

Palestrante convidado na Universidade de Birmingham, no Reino Unido, sobre o tema "Judiciário e Inteligência Artificial";

Palestrante convidado na La Trobe University, na Austrália, sobre o tema "The Eletronic Judge";

Autor de livros sobre Direito Comunitário, Civil e Processo Civil;

Presidente da Comissão de Construção da nova sede do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

Vice Presidente do Egrégio tribunal de Justiça no biênio 2000/2001.

June de Lerento, cem averale e pas Comprese, e e e el virginio Velha e Vitória;

June line absolute da Primeiro " Juntado de Perganas

Deservantge lor do Tribunal de livruça do Escriti.

Vigar l'esidente de Tribuna de bança de Esperando de balancia. Il con-

Menterio de Comissão Nacional de Information de la Establidad (Comissão (NFOJUS))

Protessur da Escola de Magistra en do Estadore en a tro Sono

Membro fundados da Escria de chreito Comirar y activir de la fista de la compania de la fista de la fi

senizador dos projetos "lestiça Volante" e 13-1

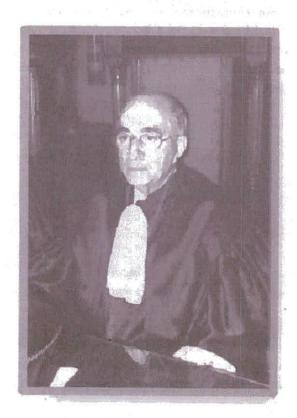
Piegeamado: de computadores, autor de la 1250, albumas de Brass.

Pales transfer convidado socite o termin "The File considentiga", in the superior and "Marschall University" of Mars A. Street Consideration of the superior and the superior an

, Lat at de hynox sobre Directo Comunición ... iv

Presidente di Comissio de Construção da Construção da Comission de Construção da Comission de Construção da Constr

Vice Premiente do Egiégio : Damai de las



Des. Nivaldo Xavier Valinho

	PARTIES NAME:		
		×	
7 m			
1,89 L (113)			
er selv if the			

O Desembargador Nivaldo Xavier Valinho nasceu no dia 13 de maio de 1935, no município de Bom Jesus do Itabapoana, Rio de Janeiro. É filho de João Valinho e Maria Madalena Xavier Valinho e é casado com Terezinha de Almeida Valinho, tendo 3 filhos: Maurício, Maria das Graças e Raquel.

Foi promovido a Desembargador em 21 de novembro de 1994.

Atualmente, é o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, Presidente das Câmaras Cíveis e Criminais e Membro do Conselho do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

Ingressou na Magistratura do Espírito Santo em 24 de outubro de 1976, através de concurso de provas e títulos, obtendo o primeiro lugar na classificação geral

Como Juiz Substituto judicou nas Comarcas de Mucurici, Guarapari, Anchieta, Alfredo Chaves, Iconha, Mimoso do Sul, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Iúna e Itapemirim

Atuou como Juiz Titular nas Comarcas de Conceição da Barra, São José do Calçado, Nova Venécia, Itapemirim, Alegre, Cachoeiro de Itapemirim e Vitória.

Juiz Assessor da Presidência do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (1986/1987) e Juiz Assessor da Corregedoria Geral de Justiça do Espírito Santo (1991/1992).

Atuou como Membro do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, na Classe dos Juízes em 1994.

Foi o 1º Presidente da Comissão Estadual de Adoção Internacional do Estado do Espírito Santo - CEJAI/ES.

Lecionou para o Segundo Grau, as matérias de Legislação Aplicada, História Econômica e Administração do Brasil e Direito Usual

No Curso Superior, como titular da Cadeira de Direito Civil IV da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim, lecionou Direito Civil IV, além de ter sido Professor e Diretor Pedagógico da Escola da Magistratura do Espírito Santo.

Como Advogado, atuou por três anos nas Comarcas do Norte Fluminense e Sul Capixaba.

Cursou o Primeiro Grau no Grupo Escolar "Pereira Passos" e o Segundo Grau no Colégio Rio Branco, ambos em Bom Jesus do Itabapoana. É Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense, localizada em Niterói, Rio de Janeiro.

Antes de ingressar na Magistratura, foi funcionário concursado do IBGE no Estado do Rio de Janeiro.

É Membro Titular do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo, e da Academia Bonjesuense de Letras, em Bom Jesus do Itabapoana, Rio de Janeiro.

É Cidadão Honorário dos Municípios de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e São José do Calçado.

Membro do Conselho da Magistratura, da 3ª Câmara Cível e do 2º Grupo de Câmaras Cíveis Reunidas.

© Desembargader (Mr. 2). Kavi.

Aunicipio de Bom justico de la traposa.

Ladalena-Karrier Valino de él mado.

Maurício, Maria das Gração e Kaqued.

Forgmondo ede a Desembar, ador en

Ammenta, OVLE Presidente de la compara e Cambinaise e le mbro do Caracipo do Tra

Ingressou na Magratorna do Espira.

Chaves, Johnha, Mimos and Sul Cache and All Sul

Nigoti como Juiz Frudas or Comarcas, a para la descrita de la Juga de La Juga

Avidou come: Membro do Tinbamal Sagas a ser ana calcara en actual de publicario 1994.

Espídio Santo - CEJAUES

Lucionoù pera o Segundo Grass, as maré mere Logida, en la compaña e Administração do Brassi e Direito Circ. e

*Director Prelagigico da Escot de Magas en la como Policia actual de Magas en la como Policia de Como Advogado, atuan por três actual de la como de la com

Carryaba

Antes de ingressor na Mar stratura,

Rio de Janeiro.

Bottembro Titular de Justi, de Histório (n. 1872). Borgemense de Lettas, eta Pera Jesus do Mario, de Caladão Honorario dos Mariospiros

To Caligndo.

Membro do Caracaro, la Magazara. Civera Beunidas.



Des. Sergio Bizzotto Pessôa de Mendonça

O Desembargador Sergio Bizzotto Pessôa de Mendonça, nasceu em 30 de outubro de 1946, na cidade de Belo Horizonte. É filho de Urquiza Pessôa de Mendonça e Gioconda Bizzotto Pessôa de Mendonça.

É Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais formado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, na turma de 1970.

Cursou o 2º Grau no Colégio Estadual de Belo Horizonte - MG e o 1º Grau na Escola de 1º Grau Montes Claros - MG.

Fez o curso de Russo na Escola de Traduções e Intérpretes de Minas Gerais, o curso de Língua Alemã durante 3 anos (não concluído) e o curso de Piano durante 4 anos (não concluído).

Exerceu advocacia em 1971 e foi Membro do Ministério Público, no período de 1972 a 1973, em Vitória / E.S.

Foi Juiz de Direito na Comarca de Mutum - M.G. em 1974. Ingressou na Magistratura do Espírito Santo em 30/12/1994 tendo atuado nas Comarcas de Mucurici, Domingos Martins, Iúna, Linhares e Vitória. Foi promovido a Desembargador por merecimento em 1996.

Foi professor da Faculdade de Direito de Colatina no período de 1979 a 1981 - cadeira: Direito Penal II - , Professor do Curso de Pós Graduação da CONSULTIME, em Vitória no ano de 1996 - Cadeira: Penal e Processo Penal - , professor do Curso da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (AMAGES) - Cadeira: Direito Penal - e professor da Faculdade de Direito de Vitória - Cadeira: Direito Penal.

Escreveu e publicou os livros: Rua da Conceição, Micarense e Pontal - Rona Editora - B.H. - MG - 1992, Sereia do Pó (Romance) - AG - GRIF Editora Ltda - Vitória - ES - 1995, e Artigo Sobre Alphonsus Guimaraens e o Simbolismo no Brasil - Publicado no Diário da Tarde de Belo Horizonte - MG.

Fez as Seguintes pesquisas: Aplicação do Princípio "In Dubio Pro Reo ", Protesto por Novo Júri no Direito Brasileiro, Estudo Sobre o Artigo 514 do Código de Processo Penal, Revelia e Prescrição Penal, Pena de Prisão, Tipicidade no Direito Penal.

Atual membro da 1ª Câmara Criminal e das Câmaras Criminais Reunidas.

Atua como Ouvidor Judiciário do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.



Des. Alvaro Bourguignon

Describargader ou Taibu mat a machado Estado a « Establica Portra

fyr and an old a

O Desembargador Álvaro Manoel Rosindo Bourguignon é Mestre em Direito, formado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Com a nota obtida na defesa da tese de mestrado, por ter sido em grau máximo (10 - dez - com distinção e louvor), conseguiu que a banca examinadora atribuísse ao examinando todos os créditos (25 créditos) necessários à defesa de tese em doutoramento.

Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo e exerceu atividades docentes em nível superior na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na Universidade Federal do Espírito Santo, na EMATRA - Escola da Magistratura do Trabalho do Espírito Santo e na AMAGES, Associação dos Magistrados do Espírito Santo.

Têm trabalhos publicados na área de Direito Civil, Processual Civil, Tributário e nas Revistas de Processo e da RPGE - Revista da Procuradoria Geral do Estado, da qual é fundador. É Membro integrante de bancas de concursos públicos para professor da UFES - Universidade Federal do Espírito Santo, Procurador do Estado e Exame de Ordem - OAB/ES.

Foi advogado e Procurador do Estado e atualmente exerce a função de Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça do Espírito Santo; Professor Assistente-Mestre, concursado, do Curso de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo; Professor do Curso de Pós-Graduação da CONSULTIME - Instituto de Ensino, e Professor da Escola da Magistratura do Espírito Santo - AMAGES.

Atual membro da 2º Câmara Cível e do 1º Grupo de Câmaras Cíveis Reuinidas.

Plane ficta Universidade Catolice de Sale France de Sale France de Sale France de Sale France de Sale france de Sale France de Sale france de

Formos in em Direito pela Universidade Fede (1871-1871).

douentes em rivel superior na Pontino.

Universidade Federal de Expiriro Santo, in. 1971 (1860).

de Pontido do Espiriro Sento e na / MACES / 1971 (1871).

Tem tribuilhos putalicados no fares de Direiros.

Con Produciran e da RPOra de Researa da Proconocia do la como dela como de la como de la como de la como de la como de la como

For advogado e Procurada da Estado e atuala de lastica da Espieno Sar de Lurgo de Direito da Universadado Federal de Estado de Sar Francisco da CONSULTIME Instituto



Des. Annibal de Rezende Lima

O Desembargador Annibal de Rezende Lima é capixaba de São José do Calçado, nascido a 24/04/1949, filho de Annibal de Athayde Lima e Theophila Fonseca de Rezende Athayde Lima, e casado com Cynthia Pinheiro da Silveira de Rezende Lima, de cujo matrimônio nasceram os filhos Júnia e Guilherme.

É diplomado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), turma de 1972. É detentor do prêmio CARLOS XAVIER PÃES BARRETO, conferido ao melhor aluno da 4ª Cadeira de Direito Civil (1972), conforme ato da Congregação da referida Faculdade. Tem como atividades profissionais efetivas: Advogado militante, Procurador do Estado do Espírito Santo - aprovado em concurso público de provas e títulos - e Professor do Departamento de Direito, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) - aprovado em concurso público de provas e títulos.

Foi Juiz do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo (TRE-ES), ocupando vaga destinada à classe dos advogados. Foi Procurador-Chefe da Procuradoria de Contratos e Obrigações e da Procuradoria Geral do Estado. Foi Membro do Conselho da Procuradoria Geral do Estado, Presidente da Associação dos Procuradores do Estado do Espírito Santo (1993), Conselheiro (suplente) da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção do Espírito Santo - e Membro da Junta de Recursos da Previdência Social no Estado do Espírito Santo.

Foi Membro da banca julgadora de títulos do concurso para provimento do cargo de ASSISTENTE JURÍDICO, hoje PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; e Membro da banca examinadora para admissão de PROFESSOR do Departamento de Direito, da Universidade Federal do Espírito Santo.

Foi Presidente da banca examinadora da prova de Noções Direito, para provimento do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO do quadro permanente do Serviço Civil do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo, sob os auspícios da Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos, cabendo-lhe, inclusive, a elaboração das questões; e Presidente da banca examinadora do concurso para provimento do cargo de ASSESSOR DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS CORRENTES, do quadro permanente do Serviço Civil do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo, sob os auspícios da Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos, além de haver elaborado o respectivo programa.

Foi Professor do Departamento de Direito, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), aprovado em concurso público de provas e títulos; e Professor de Direito do Centro Superior de Ciências Sociais de Vila Velha (hoje, conhecido por "Universidade de Vila Velha" - UVV) - 1976/1978.

Atual membro da 1ª Câmara Cível e do 1º Grupo de Câmaras Cíveis Reuinidas.

2. C. Desembergador A. ar bal de Bezende I.

2. 20/04/1949, fulho de A. arbal de Afraya e arr

Lima, a casado com C. ar cha Presideo de alca de arresta de filma fár a e Culhe-me.

(UFES), turms de 19 a se detencer de l'accessor de l'acces

Con pala do Egrágio Tribanal Regional Españo de la compando vaga destinada i clas o dos acidos o compando vaga destinada i clas o dos acidos o do compando vaga destinada i clas o dos acidos o do Contratos e Obrigações e da Procursada do la Procursadoria Genal do Estado, Presidente do Estánio Santo (1993). Conseineiro da Contrato do Españo Santo e Membro da Españo do Españo Santo e Membro da Españo do Españo Santo e Membro da Españo do Españo Santo e Membro da Españo do Españo Santo.

Cargo de ASBISTENTE ADMINISTRAL

Abrier Executivo do Estado de Estitute Sar

Altiquistração e dos Manusos do mara e, a

Presidente da hanca examinadora do cua

Da ASSUNTOS ALMENTSTRATIVOS

Civil do Poder Executivo de hatado do

Facilido da Administração de la Recurso

Facilido da Administração de Recurso

programa.

For Professor do Departaces and Construction (UFES), approvado em concurso pública.

Centro Supernor de Ciencias documbide Villa.

Ada Velha" LIV V.) - V76.1078.

Attist membrody . Climata Civel e



Des. Amim Abiguenem



Desembargador Amim Abiguenem nasceu em 15/05/1934. É filho de Assad Abiguenem e Sahide Depes Abiguenem. Com a mulher, Ângela Maria Cola Abiguenem, teve a filha Ana Paola Cola Abiguenem Teixeira e o neto Lucas Abiguenem Teixeira.

Cursou o 1º Grau no Colégio São Vicente de Paulo - Petrópolis/RJ e o 2º Grau no Colégio São José - Rio de Janeiro. Formou-se em Direito pela Universidade do Espírito Santo em 1961. Como professor do ensino médio atuou na cadeira de matemática do Colégio Pedro Palácio, em Cachoeiro de Itapemirim; e foi coordenador, Vice-Diretor e Diretor do Colégio Estadual Muniz Freire, em Cachoeiro de Itapemirim. Como professor do ensino superior, atuou na área de Direito Comercial da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim e professor de Direito Processual Civil da Universidade de Vila Velha. Também participou de diversos Seminários e Congressos de todos os ramos de Direito.

Ingressou ma Magistratura em 12/06/73, tendo tomado posse com Juiz Substituto em 13/06/73. Designado para judiciar nas Comarcas de Alfredo Chaves, Iconha, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Vila Velha, Ecoporanga, Itaguaçu, Iúna, Guarapari, Ibiraçu, com jurisdição estendida às Comarcas de Santa Teresa e Itaguaçu, e novamente Vila Velha.

Promovido por merecimento em 14/10/74 para a Comarca de Conceição da Barra, tendo também judicado em Muniz Freire, Muqui, com jurisdição estendida a Mimoso do Sul, Nova Venécia, São Mateus, Itapemirim e Castelo.

Indicado Juiz efetivo do TRE/ES - Classe dos Juízes de Direito em sessão plenária do TJ/ES de 25/06/92, tendo tomado posse, prestado o compromisso e assumido em 03//08/92. Foi promovido por antiguidade para a 3ª Vara de Família de Vitória, de Entrância Especial em 03/11/93.

Reconduzido para o 2º Biênio em sessão plenária de 30/06/94, realizada pelo TJ/ES, tendo sido terminado em 04/08/96. Designado para compor a Presidência do Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais por dois anos, a partir de 04/09/96. Convocado para substituir o Des. Norton de Souza Pimenta no período de 18 a 20/12/98.

Tomou posse como Desembargador Membro do Egrégio Tribunal de Justiça em solenidade especial no dia 03/05/99.

Atual membro da 4ª Câmara Cível e do 2º Grupo de Câmaras Cíveis Reuinidas.

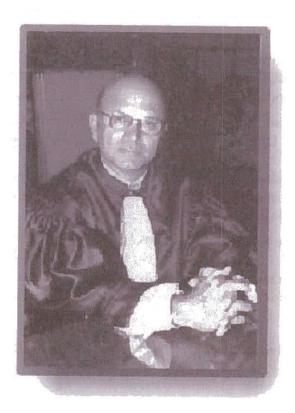
angan sa merupakan kebana dalam berasah berasah berasah berasah berasah berasah berasah berasah berasah berasa Menjadi

April 1 Sept.

And the second of the second o

A TO THE THE STATE OF THE STATE

The Control of Break of Control



Des. Jorge Goes Coutinho

Describargate of Santages define gas do Esta tu on Fapa France as Juiz de Direito JORGE GOES COUTINHO, nascido em Vila Velha, em 26 de Outubro de 1947, filho de ANTENOR COUTINHO e de JUDITH GOES COUTINHO. Tem dois filhos: REINIER PESTANA COUTINHO e LUCAS MARTINELLI GOES COUTINHO. Casado, atualmente, com SUELI MARTINELLI RIBEIRO.

Formado em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo. Cursou o 1º grau na Escola Singular de Ponta da Fruta, e nas Escolas "Silvio Rocío e "Gomes Cardim.

Cursou 2º grau na Escola Técnica Federal do Espírito Santo e no Colégio Nossa Senhora da Penha - Marista.

Iniciou suas atividades aos 18 anos, como Escriturário do Banco do Estado do Espírito Santo, onde exerceu a atividade de bancário até 1976. Exerceu a advocacia de 1972 a 1976.

Ingressou na Magistratura estadual em junho de 1976, sendo titular das Comarcas de Montanha, Pancas, Santa Tereza, Santa Leopoldina, São Mateus, Cariacica, Vila Velha e Vitória, tendo sido Diretor do Fórum e Juiz Eleitoral em todas.

Professor Universitário na Faculdade de Direito de Colatina e na Universidade de Vila Velha - UVV, onde ministrou as matérias de Direito Processual Penal e Processual Civil.

É cidadão honorário de Pancas, Vitória, Cariacica e Santa Leopoldina. Recebeu a comanda "Ordem do Mérito Domingos Martins", conferida pela Augusta Assembléia Legislativa do Espírito Santo.

Exerce a Presidência da Associação dos Magistrados do Espírito Santo no mandato 1998/2000, já tendo exercido outros cargos de Diretoria.

Pós-graduado em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Gama Filho, RJ, em Convênio com a Escola da Magistratura do Espírito Santo.

Atual membro da 2ª Câmara Cível e do 1º Grupo de Câmaras Cíveis Reuinidas.

Los de Direito JONGE CALLO COUTIAN.

1947. Elles de ANTERCIR COUTIAN.

Bilgres RÉPHIES PENTALIA (L. 1970NE).

Casado, appalmente con paril LI MAE.

Formado em Direiro pela Univers o e Escola Singular de Pones de Fruca e

Curson 1º grauna Escola Frenca varient conversion de l'enfuir Manue.

fraction seas attivitiade : acs 18 : a.m., the management of the management of the conde exerces is principale de Faut and a season of the management of the conde exerces is principale de Faut and a season of the conde exerces is principale de Faut and a season of the conde exerces is principaled de Faut and a season of the conde exer

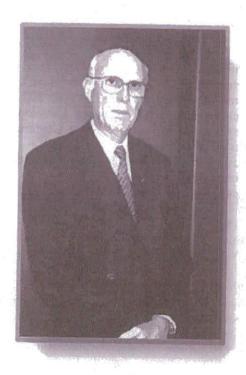
fogressen na Magari erra estada.

de friontamba, Pancaa, Sanca ferera, Sanca La calcula de la la calcula de la calcula de la calcula de la calcula de Diversi and Caraca de la calcula d

Findadão honoreas, Je Pancas, Minhieres, Peringeras, P

Exerce a President, and Association of the natural and a secretary of the second of th

Kallat, membre da P. Comire. Closes 11. 11. 11. 11. 11. 11. 11. 11.



Des. Romulo Taddei

Describargae and integral and and a long and a long and a separate and a long a long and a long and a long and a long and a long and a long and a long and a long and a long and a long and a long and a long a long and a long and a long and a long and a long and a long and a long and a long a long and a long and a long a long a long a long a long a long a long a long a long a long a long a long

Desembargador ROMULO TADDEI Nascido em Cachoeiro de Itapemirim, filho de Germano Taddei e Maria Bondariam Taddei. Casou-se com Angela Maria Vellozo Taddei, com quem teve 02 (dois) filhos. Romulo Taddei Filho e Gil Vellozo Taddei, ambos graduados em Direito.

Cursou o 1º grau no Colégio Cristo Rei e no Grupo Escolar Bernardo Monteiro, em Cachoeiro de Itapemirim. Fez o 2º grau na Escola técnica de Comércio de Cachoeiro de Itapemirim,

formando-se em Técnico em Contabilidade.

Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo em 1968.

Exerceu o cago de Contador do Ministério das Minas e Energia, em Brasília DF.

Funcionário Público Estadual, exercendo as funções de Agente Fiscal - Fiscal de Rendas e Técnico em Tributação - todos junto a Secretaria de Estado da Fazenda do ES. Exerceu o cargo de Conselheiro do Conselho Estadual de Recursos Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda, por 02 (dois) mandatos consecutivos.

Exerceu o cargo de Chefe Geral do Serviço de Emplacamento de Veículos da Capital,

quando pertencente a Secretaria da Fazenda do ES.

Membro efetivo da Association Internacional Fiscal de Direito Tributário com sede em

Lousane - Suiça.

Ex-Advogado Militante no Estado durante vários anos. Ingressou na Magistratura do Espírito santo em 05 de setembro de 1977, após aprovação em Concurso Público de provas e títulos, obtendo 12º (décimo segundo) lugar entre mais de 200 candidatos.

Judicou nas comarcas de Iconha, Itapemirim, Castelo e Cachoeiro de Itapemirim como Juiz Substituto. Exerceu o cargo de Juiz Titular nas Comarcas de Mucurici, Santa Leopoldina e

Santa Teresa, todas de 1ª Entrância.

Exerceu o cargo de Juiz de Direito Titular na Comarcas de Ecoporanga e Afonso Cláudio, ambas de 2ª Entrância.

Exerceu o cargo de Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Linhares. Exerceu o cargo de Juiz de Direito Titular, atuando na 2ª Vara Criminal, Vara de Família e 4ª Vara Cível de Vila Velha.

Exerceu o cargo de Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal.

Exerceu o cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara de Família e 3ª Vara Cível de Vitória, ambas de Entrância Especial.

Exerceu as funções de Juiz Eleitoral em todas as Comarcas onde Judicou.

Exerceu as funções de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral - Classe dos Juízes durante 02

(dois) biênios concessivos.

Foi convocado a exercer as funções de Desembargador Substituto em várias oportunidades. Foi promovido por antigüidade ao cargo de Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça, em abril de 2000, passando a integrar a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça.

Cidadão Honorário de Vitória - Espírito Santo. Cidadão Honorário de Vila Velha - Espírito Santo.

Cidadão Honorário de Santa Leopoldina - Espírito Santo.

Diploma de Amigo do Ex-Combatente. Diploma da Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra.

Comenda "Ordem Tiburcio" 38º (trigésimo oitavo) Batalhão de Infantaria do Exército

Brasileiro.

Comenda "Newton Braga" Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim - Espírito Santo.

Comenda "Gente Que Brilha" Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim - Espírito Santo.

Comenda "José Carlos cola" Câmara Municipal de Vila Velha - Espírito Santo. Comenda "Professor Gilberto Galvêas" Centro de Ensino Superior de Vila Velha

Comenda "Professor Gilberto Galvêas" Centro de Ensino Superior de Vila Velha - Espírito Santo.

Comenda "Personalidade do Ano" Câmara Municipal de Vila Velha - Espírito Santo.

Colar de Mérito judiciário - Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

Atual membro da 3ª Câmara Cível e do 2º Grupo de Câmaras Cíveis Reuinidas.

390

Hantal Egyppe, todhe de 1º univancia sand en OS de serundro, le 1911, apiù en colondo 1.2º (decimo segunio) husar et tra fodiçan tancomantas le leunha, lanena smaine - Suiça, Membro-eletivo de Avery istran finación de l'acción de quando genenceme a Secretaria do forma - 10 Exercen o cargo de Cinera Derajan mana a il mana del carrella del carr Estenda, por Q1 (dou) mand it is conservative. Functionatelo Público Estadual, exercenda la concresa de agran l'actuelo em Triquenças l'esdes junto l'actual Conscilher de Conscilher El adual. exerces o cago de Contador de Managado da Managado de Managado de Contador de Managado de Managado de Contador de Managado de Contador de Managado de Contador de Managado de Contador de S#10 cm 1966. Gradiotusse em Direit spels Faculdaste in ... ferransido-se em Técnico em Contabilidade Desembargancie ROMULO I A DILINARA Facilitée e Maria Bordentain Tailles, Casa rece 02 (dota) filhos. Semila Taidest Fills Curson o III crau no Coleção Cristo Rel

Simbar de 2º Frathancie.

Exerceu o cargo de Jus de Prem Tian 3º

Exerceu e cargo de Jun de Circulo fiquino.

Çi Vara Circli de Vila Velba.

Foi convecado a exerca e hagáse e estado promovido por tantigliadade se sate e favo de 2000, pomer é a exerca o taleiro de 2000, pomer é a exerca o taleiro. Espara e Caladão Monorário de Atória - Espara Caladão Monorário de la velha - Espara e Caladão Monorário de la velha - Espara e Caladão Monorário de la velha - Espara e Caladão Monorário de la velha - Espara e Caladão Monorário de la velha - Espara e Caladão Monorário de la velha - Espara e Caladão Monorário de la velha - Espara e Caladão Monorário de la velha - Espara e Caladão Monorário de la velha - Espara e Caladão Monorário de la velha - Espara e Caladão Monorário de la velha - Espara e Caladão Monorário de la velha - Espara e Caladão Monorário de la velha e Espara e Caladão Monorário de la velha e Espara e Caladão Monorário de la velha e Espara e Caladão Monorário de la velha e Espara e Espara e Caladão Monorário de la velha e Espara e Espara e Caladão Monorário de la velha e Espara

Caladão Rionorino de las Acha - Especiales Coladão Plonorino de Arma Leopoldes.

Urplana de Armas do Calambateno.

Superçor de Carama.

Contends Orders Towners 188 to an and a grant

Conventin "News - Er ga" Notebra Conventin "Gena Que Bajha" Press Conventin "Inst C. dan da" Carao Conventin "France er villaerer vialore

Contenda Terror at la 4 Ano 1.1 Colar de Ménos parataires Tritanal Anost membro de 3" (mero Civer e)



Des. Sergio Luiz Teixeira Gama

Nascido em 24 de julho de 1946, em Alegre (ES), filho de Laerth Paiva Gama e Maria Celita Teixeira Gama. Casou-se com Patrícia Abiguenem Abib Gama, com quem teve duas filhas, Paula Abib Gama e Flávia Abib Gama.

Cursou o primeiro grau no Grupo Escolar Professor Lélis e o segundo grau no Colégio Estadual Aristeu Aguiar, em 1967, em Alegre.

Graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em 1971, onde fez parte da turma "Ademar Martins".

Exerceu o cargo de Escriturário no Touring Club do Brasil (de 01/06 a 15/12/78) e no Banco do Comércio e Indústria de São Paulo (de 19/12 a 18/12/70). Foi professor de Educação Moral e Cívica do Colégio Estadual Aristeu Aguiar de Alegre, em 1973.

Foi nomeado Promotor Substituto em 24 de setembro de 1974. Promoveu-se pelo critério de merecimento ao cargo de Promotor de Justiça de 1ª Entrância, em 21 de novembro do ano seguinte. Em junho de 1978, foi promovido ao cargo de Promotor de 2ª Entrância, pelo critério de merecimento, e em novembro de 1983, foi promovido ao cargo de Promotor de 3ª Entrância, pelo critério de antigüidade.

Foi promovido, pelo critério de merecimento, ao cargo de Procurador de Justiça, em 8 de agosto de 1991. Como membro do Ministério Público, foi Promotor de Justiça nas comarcas de Conceição do Castelo, Itaguaçu, São Gabriel da Palha, Santa Tereza, Nova Venécia, Itapemirim, Guaçuí. Trabalhou nas seguintes Varas: 1º Criminal e 4º Cível de Cariacica, 4º Criminal e 6º Cível de Vitória, 4º Cível de Vila Velha.

No Ministério Público Estadual, exerceu o cargo de 1º Tesoureiro (1987/89) do Conselho Fiscal da Diretoria da Associação Espírito Santense do Ministério Público. Desse Conselho, foi membro (1989/1991) e suplente (biênio seguinte). Membro nato do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público.

Foi eleito Corregedor Geral do Ministério Público (Biênio 1995/97). Foi presidente da banca Examinadora do Concurso Público de títulos de provas para ingresso no Ministério Público, realizado em 1996. No concurso realizado em 1998, foi membro dessa mesma Banca, sendo avaliador da disciplina de Direito Penal.

Atual membro da 1ª Câmara Criminal e Câmaras Criminais Reuinidas.

Nascido em 24 de joino de 1946, em Algorio de 1946, em Algorio de jordo de la communicación de la communicación de jordo

Carbon of prime to grave no Grave Fact to the second and a second second Appare to Apparatum 1907, em Alega

Canadurusse em Direito reda Universidado de destado espera espera especial de la companión de

Foi promovido, pelo cratério de merceiro de la Francia de la Francia de 1941; Como merabro do Astano de la Francia de Conceição do Castelo, Itaguega de Lavidad de Conceição do Castelo, Itaguega de Lavidad de Conceição do Castelo, Itaguega de la Francia de Conceição do Castelo, Itaguega de Lavidad de Conceição do Castelo, Itaguega de Lavidad de Vidora de Lavidad de Constituido de

Facal da Direccina da Associação Espírita Santaga e transcentina de 18 de acestra da Para de 18 de acestra da Para de Cara da

Far eleiko Corregedor Gend do Mangara (1) de la companya do Constante Público de la companya do Constante Público de la companya de la compan

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo



Des. Arnaldo Santos Souza

Nascido em 1 de novembro de 1942, no município de Guarapari, Estado do Espírito Santo, casado com Maria de Lourdes Boina Souza, foi promovido a Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo em 11/12/2000 e empossado em 28 do mesmo mês e ano.

Diplomado em BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS, turma 1969, pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES

Em nível de Pós-Graduação latu sensu frequentou os cursos de METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR, ministrado pela Universidade Católica de Minas Gerais; DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL, ministrado pela Universidade Gama Filho, em parceria com a Escola da Magistratura do Espírito Santo; DIREITO DO ESTADO, ministrado pela Universidade Gama Filho, em parceria com a Escola da Magistratura do Espírito Santo;

Atualmente vem cursando a Pós-Graduação latu sensu de DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL, que vem sendo ministrado pela Universidade Gama Filho, em parceria com a Escola da Magistratura do Espírito Santo e Língua Francesa - 3º estágio - da ALLIANCE FRANÇAISE DE VITORIA;

Histórico profissional. Iniciou-se profissionalmente na Secretaria de Estado da Agricultura, passando pelos bancos Comércio e Indústria de São Paulo e Itaú. Foi Procurador da Prefeitura Municipal de Guarapari, Professor de Direito Constitucional e Direito Processual Civil da Faculdade de Direito de Colatina, membro da turma cível do Colégio Recursal do Juizado Especial do Estado do Espírito Santo, Juiz Corregedor da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo, Juiz de Direito Substituto da magistratura do Estado do Espírito Santo, aprovado em segundo lugar, em concurso público de provas e títulos realizado em 1974. Atuou como tal nas Comarcas de Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Itapemirim, Linhares, Cariacica. Juiz de Direito de primeira entrância, promovido por antigüidade, em 1975, para a Comarca de Mantenópolis. Removido, após, no mesmo ano, para a Comarca de Ibiraçu. Juiz de Direito de segunda entrância, promovido por antigüidade, em 1979, para a Comarca de Ecoporanga. Removido, a pedido, em 1980, para Comarca de Linhares. Juiz de Direito de terceira entrância, promovido por merecimento, em 1983, para a 2ª Vara Cível de Linhares. Removido, após, a pedido, em 1990, para a Comarca de Guarapari. Juiz de Direito de entrância especial, promovido por antigüidade, em 1994, para a 1ª Vara Cível de Vitória, Comarca da Capital e Desembargador desde 28.12.2000, promovido por merecimento em sessão plenária do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo realizada em 11.12.2000.

Vinculação a entidades:

Membro da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - Delegacia do Estado do Espírito Santo;

Sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo desde 9 de junho de 1993. Atual membro da 1º Câmara Cível e do 1º Grupo de Câmaras Cíveis Reuinidas.

Nacado em 1 de novembre le 194. Nacado com Marce de Lonado, Boros Spr<mark>egio Urbund de j</mark>oraço de Ferado únis. Oremo mês e ano

Diplomado en EAS FIAREL EM CLE COMO ANTON A COMO ANTON A COMO ANTON A COMO ANTON A COMO A COM

Em rivel de Pés Gradusçao latuses e la completa del completa de la completa del completa de la c

PROCESSUAL CIVIL, que ven rendo mana la praceria com a Becola da Magne stura de la com a Becola da Magne stura de la compansa del compansa de la compansa del compansa de la compansa del compansa de la compansa del compansa de la compansa de la compansa de la compansa de la compansa de la compansa de la compansa de la compansa del compansa del compansa del compansa de la compansa del

Extado do Espárito Santo realizaca e y 1 becoming but merecunento on serve and the contraction Vara Civel de Vitória, Comarca da constitución de l Juin de Direito de entrância especial processor de la constante Directo de tercuira entrata ta, proteccado por su reconstituidad. de Ecoporança, Removido, a pedido, est antical de la la constanta de la consta Direito de regunda entráncia, prontes do como como confirma de Mantenópolis. Removido, após, me masse esta en actual de the Director de primetra entrancia, propositionale account a sentil a fit ac-Comarcas de Cachoeiro de Importables, " a de la como malugas, em concurso público de provas e silvito se se a foras " Marcaro Substituto da magistrafura do Lacere de Farera. Lacer Corregedus da Corregediaria Geral de justica a con le contra a uned do Colegio Recursal do Juinado Processir de la colegio a Bareitu Processus) Civil da Faculda- Maria de Cala Freetrador da Preferensi Mandelpal de 12 mars pallemana a como menor en la la manda Agricultura, paulando peles bancos Corres de la missa Historica profitment. Initial assertation and the second

Vinculoção a entalaces:

Membro da Associação do Paramanto. Explicito Sarato,

again do Insquito. Casa neo can ogracia de la constante de la

TÍTULO VII

CORREGEDORIA
GERAL DA JUSTIÇA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ES
EL HUTECA
DES. HOMERO MAFRA

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DADOS

Através da legislação, dispomos de dados sobre a Corregedoria de Justiça a partir da Lei 1710, de 5 de fevereiro de 1928, quando criou o Conselho Disciplinar, no art. 25, estabelecen o que o Corregedor seria eleito na sessão que eleger o Prosidente. Daí, pelo Decreto-Lei 11.66, de 2 de abril de 1940 foi extinto o "logar de Corregedor", passando as correições a serem feitas por um Desembargador eleito pelo Tribunal. As atribuições do Corregedor foram previstas no art. 201. Em 26 de janeiro de 1946, veio o Decreto-Lei nº 16.051, quando estabeleceu, no art. 7º, letra "a", que a Corregedoria seria "órgão de colaboração da Justiça", juntamente com o Ministério Público, Ordem dos Advogados, Conselho Penitenciário e Polícia Civil, prevendo no art. 52 a forma de eleição do corregedor e, nos artigos 221 ao 250, tratando das correições de um modo geral. A Lei nº 1.999, de 2 de abril de 1964, estabeleceu a nova Organização Judiciária, passando a Corregedoria como órgão do Poder Judiciário e indicando, no Cap. VII, art. 170 ao 177, a competência do corregedor. Esta organização teve vigência até 20 de dezembro de 1968, quando surgiu a Lei 2.369, e no art. 14, III, aponta a Corregedoria Geral da Justiça como órgão do Poder Judiciário e, no art. 160 ao 167, § único, a competência do Corregedor. Por fim, a Lei 3.507, de 24 de dezembro de 1982, na Presidência do Des. Antônio José Miguel Feu Rosa, foi sancionada pelo Governador Eurico Rezende, em vigor, dispondo sobre a Organização e Divisão Judiciária do Estado; no art. 36 diz que a Corregedoria Geral da Justiça é órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa em todo Estado, sendo exercida por um Desembargador com o título de Corregedor Geral da Justiça, eleito pelo mesmo processo e prazo igual ao do Presidente, contendo disposições inerentes à sua atividade nos arts. 36, § único, 182, § único, 97, § 4º e 196, 186, § 1º, 14, § único, 186, § 1º, 118 e 37.

Dispomos de dados sobre o exercício da Corregedoria no biênio 1929-1930, desempenhado pelo Desembargador José Espíndula Batalha Ribeiro. Posteriormente, só encontramos dados a partir de 1946 até a presente data com os seguintes ocupantes da Corregedoria e respectivos períodos:

CORREGEDORES

Situação mais antiga da Corregedoria: Decreto-Lei nº 16051 - 26.01.1946 Corregedoria Geral da Justiça como órgão auxiliar do Tribunal de Justiça.

GGZO CORRE LIMA

ANO	CORREGEDOR
1.929/1.930	DES. JOSÉ ESPÍNDULA BATALHA RIBEIRO (1º Correg.)
1.946/1.947	DES. ROMULO FINAMORE
1.948	DES. OTÁVIO DE CARVALHO LEMGRUBER
1.949	DES. JOSÉ VICENTE SÁ
1.950	DES. LOURIVAL DE ALMEIDA - até junho/50
	DES. EURIPEDES QUEIROZ DO VALLE - a partir de junho
1.951	DES. JOÃO MANOEL DE CARVALHO
1.952	DES. EURIPEDES QUEIROZ DO VALLE
1.953/1.954	DES. VICENTE CAETANO
1.955	DES. EURĮPEDES QUEIROZ DO VALLE
1.956	DES. JOSÉ CUPERTINO DE CASTRO
1.957	DES. JOSÉ TEIXEIRA FIRME
1.958	DES. VICENTE CAETANO
1.959	DES. EPAMINONDAS AMARAL
1.960	DES. GUMERCINDO DE SOUZA MENDES - até maio/60
	DES. DEMERVAL LYRIO - a partir de maio/60
1.961	DES. ALFREDO CABRAL
1.962	DES. CARLOS SOARES PINTO ABOUDIB
1.963	DES. MEROVEU PEREIRA CARDOSO JUNIOR
1.964	DES. AYRES XAVIER DA PENHA
1.965	DES. CRYSTALLINO DE ABREU CASTRO
1.966	DES. CARLOS TEIXEIRA DE CAMPOS
1.967	DES. JOSÉ MORCEF FILHO
1.968	DES. VICENTE VASCONCELOS
	DES. HELLEY PINHEIRO MONTEIRO
1.969 1.970	DES. JOSÉ VIEIRA COELHO
1.971	DES. MOACYR DE FIGUEREDO CORTES
1.972	DES. CÍCERO ALVES
1.973	DES. MÁRIO DA SILVA NUNES
1.974	DES. ALFREDO CABRAL
1.975	DES. CRYSTALLINO DE ABREU CASTRO
1.974 1.975 1.976 1.977	DES. CARLOS TEIXEIRA CAMPOS
1.977	DES. JOSÉ MORCEF FILHO
1.978	DES. JOSÉ VIEIRA COELHO
1.979	DES. CÍCERO ALVES
1.980/1.981	DES. HÉLIO GUALBERTO VASCONCELLOS
1.982/1.983	DES. OSLY DA SILVA FERREIRA
1.984/1.985	DES. JOSÉ EDUARDO GRANDI RIBEIRO
1.986/1.987	DES. ARIONE VASCONCELOS RIBEIRO
1.988/1.989	DES. EWERLY GRANDI RIBEIRO
1.990/1.991	DES. HILTON SILY
1.992/1.993	DES. RENATO MATTOS
1.994/1.995	DES. SYLVIO PÉLLICO DE OLIVEIRA - até out./95
1.774/1.773	DES. GERALDO CORRÊA DA SILVA - de outubro a dezembro/95
1.996/1.997	DES. NORTON DE SOUZA PIMENTA
1.998/1.999	DES. GERALDO CORRÊA DA SILVA
2000/2001	DES. ADALTO DIAS TRISTÃO
2002/2003	Des Maurilio Almeida de Abreu
2004 12005	Des. Frederico Guilherme Pimentel
2006/2007	Des. Marroll alux Rabelo
200 21 2009	Des. Romulo Tadder
AND THE RESERVE OF THE PARTY OF	OPERATOR STATEMENT NOTES

APÊNDICE

Control de la companya della companya de la companya de la companya della company

a transfer to the American State of the Stat

Vincelly A

MINISTÉRIO PÚBLICO

Não se pode negar que o Ministério Público tem uma importantíssima função na sociedade, sobretudo no Poder Judiciário.

Assim como a magistratura o Ministério Público possui caracteres especiais que o distinguem de qualquer outra instituição: a unidade, a indivisibilidade, a hierarquia e a independência.

Assim como o advogado, o Ministério Público se integra na Organização Judiciária, cujo império se baseia exclusivamente na independência moral.

O Ministério Público é representado junto ao Poder Judiciário, nas duas instâncias. Assim, para cada Juiz há um Promotor de Justiça e na instância superior o representante do Ministério Público é denominado Procurador-Geral da Justiça.

O primeiro Procurador Geral da Justiça do Espírito Santo - em 1884, eleito por seus pares no Tribunal de Justiça, - foi o Desembargador José Camillo Ferreira Rebello.

Eis a relação de todos os Procuradores Gerais da Justiça, no Estado, a partir de 1910:

PROCURADORES-GERAIS DA JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Dr. José Camillo Ferreira Rebello - 1884 (eleito por seus pares, à época da instalação do primeiro Tribunal de Justiça do Espírito Santo)

Dr. Manoel Clodoaldo Linhares	-	1910 1913
Dr. Manuel Xavier Paes Barreto		1914 a 1915 - Interirno
Dr. Henrique O'Reilly de Souza		19/01/1916
Dr. Carlos Xavier Paes Barreto	-	13/02/1916
Dr. Carlos Francisco Gonçalves		04/04/1916
Des. Afonso Cláudio		21/12/1916
Dr. José Bernardino Alves Junior		09/05/1917
Dr. Levino Augusto de Hollanda Chacon	-	19/08/1918
Dr. Aristeu Borges de Aguiar	-	02/01/1920
Dr. Levino Augusto de Hollanda Chacon	12	10/08/1920
Dr. José Espíndula Batalha Ribeiro		09/12/1920
Dr. José Espíndula Batalha Ribeiro	-	04/05/1921
Dr. Josias Baptista Martins Soares		25/02/1922
Dr. Josias Baptista Martins Soares		08/01/1923
Dr. Manoel Lopes Pimenta		08/08/1923
Dr. Ubaldo Ramalhete Maia		08/02/24 a 23/05/24 - interino
Dr. Josias Baptista Martins Soares		24/05/24 a 01/07/24 - interino
Dr. Carlos Xavier Paes Barreto		
Dr. Ubaldo Ramalhete Maia	(5)	02/07/24 a 02/08/24 - interino
Dir Obardo Marriamete Mara	-	02/08/24 a 02/10/24 - interino

WIND STATE

Não se pode legar jue o la sociedade, sobretudo no Poder (1997)

Asidm como e magas entas.

distinguens de qualquer pura me,

midependincir

Assim como asvogado. 17.

Assim, para cada fun mi um Promis.

lo Ministério l'ubleto é des anni est.

Oprimento Pristata General Company Com

Ele a reloção de traca de la como

1010

PROCURADORES CERTAIN IN THE STATE OF THE STA

Dr. José Cine de Ferreira R. perr do primetro Tribunal de Jr. 100a d. 1

do primetro Tribunal de Jr. 11/47.

Di Mancel Cir. Vando Linhars Di Manuel Xavier Paus Variet.

Di Hegitque C'Carl y de Sou ;

Dr. Carlos X - vr. 1 P. es Barreta

Des. Afranse Classific

Dr. Jusé Bemardane Alves J. m.

Dr. Levino Augerroute Holland

Dr. Aristeu belges de Aguar Dr. Levino Augusta de Halland

Dr. José Espirabelo Rangli Morte

Dr José Espindula Paradira Farma

Dr. Joshus Buptist a Martinia Scott

Dr. Josies Baptuta Martinis 30-72

Dr Mannel Lopes Pinwota

On Ubaldo Ramalliere Mari

De Josi**te Bapel**sta Mermis Sea

Dx Carlos Xavier Paes Barrer: Dr Ubaldo Ramulfacte Mari

Dr. Josias Baptista Martins Soares		02/10/24 a 05/07/26
Dr. Mirabeau da Rocha Pimentel		06/10/26 a 05/11/27 - efetivo
Dr. Aloísio Aderito de Menezes	-	06/11/27 a 28/05/28~ efetivo
Dr. Manoel Lopes Pimenta	-	29/05/28 a 01/06/28 - interino
Dr. Aloísio Aderito de Menezes	-	01/06/28 a 01/07/28
Dr. Joaquim Pereira da Costa	-	17/11/28
Dr. Manoel Lopes Pimenta		06/03/29
Dr. Danton Bastos		04/05/29 a 13/07/29
Dr. Aristoteles da Silba Santos	*	13/06/29
Dr. Danton Bastos	-	13/07/29
Dr. Carlos Gomes de Sá	-	25/04/30
Dr. Edgard O'Reilly de Souza		25/03/31
Dr. Gilson Vieira de Mendonça	-	01/05/31
Dr. Edgard O'Reilly de Souza		22/04/32
Dr. Gilberto Sobral Barcellos	-	31/10/33
Dr. Gilson Vieira de Mendonça	-	31/11/33
Dr. Gilberto Sobral Barcellos	-	07/04/34
Dr. Edgard O'Reilly de Souza		22/04/35
Dr. José Pedro Fernandes Aboudib	-	1942
Dr. José Pedro Fernandes Aboudib		1943
Dr. José Rodrigues Sette	*	24/02/44
Dr. Vicente Caetano		01/11/44 a 26/02/46
Dr. Henrique Augusto Wanderley	-	27/02/46 a 19/10/46
Dr. Antônio Pereira Lima		24/10/46 a 16/03/48
Dr. Vicente Caetano	-	19/03/48 a 30/08/51
Dr. Alfredo Cabral	-	02/09/51 a 03/01/52
Dr. José Rodrigues Sette	-	04/01/52 a 29/01/55
Dr. Antônio Pereira Lima	-	01/02/55 a 21/06/57
Dr. Álvaro Alves Bourguignon		22/06/57 a 04/01/59
Dr. Manoel Moreira Camargo		04/01/59 a 27/01/59
Dr. Erasto Dias da Silva		27/01/59 a 30/01/59
Dr. Odilon Castelo Borges		03/02/59 a 25/03/59
Dr. Alfredo Cabral		25/03/59 a 19/06/59
Dr. Odilon Castelo Borges		19/06/59 a 14/07/62
Dr. Hélio Leal		10/07/62 a 07/02/66
Dr. Geraldo Correia Lima		05/02/66 a 20/03/68
Dr. Abimar Pereira dos Santos		20/03/68 a 25/10/69
Dr. Maurício de Oliveira	-	28/10/69 a 16/03/71
Dr. Carlos Guilherme de Carvalho		16/03/71 a 03/12/74
Dr. João Valdetaro Netto	*	03/12/74 a 15/03/75
Dr. Nilson Favaro Bermudes		18/03/75 a 01/04/75
		20/05/15 801/07/15

[14] Siss Baptista Martina Source.

Le Mirabeau da Rocha Pimentel.

Le Alotsio Adarito de Meneres

Le Manoel Lopes Pimenta

De Alottio Aderito de Meneres Les Josephin Pereira da Costa

Cir Manoel Lopus Punenta

Dr. Danton Bestos Dr. Aristoteles da Silba Sant se

Dr. Danten Bastos

De Carlete Gomes de Sa De Edgard O'Reilly de Soura

Dr. Gilbon Vieira de Mendença

Dr Edgard O'Really de Souza Dr Gilberto Sobrai Barcellos

Dr. Gilberto Sobral Barcellos

Dr. Edgurd O'Reilly de Souta

Dr. José Pedro Fornandes Aboudite

Dr Joxé Pedro Fernandes Abough

De José Rodrigues Settr

Dr Viceree Cectano

De Hemique Augusto Wanderley

List, Antidizio Persire I. (ma.)

De Vicente Caeranc

Lit Alfredo Cabrel

Dr. José Rodrigues Sette

Dr. Alvero Alves Bourguignen

Dr. Mancel Moreire Canargo

Dr. Erasto Dian du Silva

Di. Odilori Cassela Borges -

Dr Alffedo Cabral

De Odilon Onstelo Borges

Dr. Helic Leal

Dr. Oereldo Corresa Lima

D. Abismar Persina dos Santos

D'a Mauricio de Otiveus

Dr. Carlos Quilhetrue de Carvall...

b, base give A

THE REPORT OF THE

TERMINA

OF I will be to the

1

Dr Nikson Payaro Bermide:

Dr. Wolghano Barbosa	- 01/04/75 a 15/03/79
Dr. Annibal de Athayde Lima	- 16/03/79 a 04/06/81
Dr. Fernando Assis Ribeiro	- 18/06/81 a 12/03/83
Dr. Antônio Benedito Amâncio Pereira	- 15/03/83 a 16/03/87
Dr. João Valdetaro Neto	- 17/03/87 a 14/03/91
Dr. Wellington da Costa Citty	- 15/03/91 a 15/03/93
annual transport of the control of t	Recondução 03/03/94
Dr. Elcy de Souza	- 02/05/94 a 23/04/96
NOW DESIGNATION OF THE PROPERTY OF THE PROPERT	Recondução 01/05/98
Dr. José Adalberto Dazzi	- 02/05/98 a 01/05/00
Dr. José Maria de Oliveira	 02/05/00 até a presente data.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL FUNDAÇÃO DOS CURSOS JURÍDICOS

Não se pode falar na Ordem dos Advogados do Brasil sem nos referirmos à Fundação dos Cursos Jurídicos que, desde a sua origem, repercutiu sobre o destino deste País, traduzindo através da ação de seus bacharéis - sejam eles juristas puros, advogados ou políticos - a irresistível vocação nacional para construção de uma grande sociedade.

A propósito do Sequicentenário dos Cursos Jurídicos - 1827 a 1977 - o Professor Djacir Menezes, proferiu conferência no Conselho Federal de Cultura, de cujo trabalho de grande mérito, registrando esse acontecimento notável, extraímos o seguinte texto:

"O Projeto de Criação dos Cursos Jurídicos de que foi relator Martim Francisco Ribeiro de Andrada na Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, em 19 de agosto de 1823, abria o artigo 1º com este solecismo comovente:

"Haverão duas universidades, uma na cidade de S. Paulo e outra na de Olinda, nas quais se ensinarão todas as ciências e belas letras."

A formação dos juristas e dos advogados em geral tem, por isso mesmo, um alto sentido para a vida do País e está a exigir grande atenção pela educação jurídica, de modo que possam eles desempanhar de forma satisfatória a função que lhes cabe e que tem conotação mais profundas no ensino do Direito de nossas Escolas.

Merece aqui ser referido o esforço sem esmorecimento da Ordem dos Advogados do Brasil.

Em um mundo marcado pela violência e pela mudança dos valores tradicionais, e

Dr. Manihal de Athayde Luna
Dr. Fernando Assa Ribero
Dr. Antônio Benedico Anáto a la la Dr. João Vakletaro. Sero

The Wellington da Carra Citty

De Eley de Soura

Dr. José Maria de Oliveira

ORDEM DOS ALM DOMANTA MA SEALTE

FUNDAÇÃO DO A CONSESS PORTOCOS

dos Cursos jurídicos que, desde a un actual, con esta actual de se contra de

Discit Meneres, protein conference and a second sec

Idheim de Andrada na Assembléia (***)

[823, abria o artigo 1º com este soletion (**)

nas quais se endinarão todas as clêm as a destros destros.

A formação dos juritas e des esta a esta desta a partie em partie de esta mode do finis e esta desta de entre a partie de partie de partie de la par

Mercocalquiser retendo o enoto de la carte

Bin un mundo marco to todo

até pela negação dos valores essenciais da pessoa humana, a Ordem dos Advogados vem se constituindo numa afirmação de fidelidade às ordens e aos objetivos perseguidos pelos que não se exaure nunca, o de pugnar pelo império do Direito, que não é incompatível

com a evolução e o progresso das instituições políticas.

A advocacia é, sem dúvida, uma das mais nobres profissões liberais, um incontestável "MUNUS" público, em que segundo Angel Ossório, o famoso autor de "El alma de la Toga", a paixão da verdade deve predominar acima de tudo porque "atrás de cada interesse há também uma paixão, acomodando-se melhor suas armas no arsenal da psicologia que nos Códigos. O amor, o ódio, o ciúme, a avareza, a quimera, o arrebatamento, a sede de autoridade, a franqueza, a preocupação ou o desenfado, a resignação ou o protesto, a variedade infinita de caracteres, a alma humana, enfim, eis aquilo com que tem de lidar o advogado".

ALGUMAS REALIZAÇÕES NO BIÊNIO 2000-2001 Presidência Des. Geraldo Corrêa da Silva

 Comemoração dos quinhentos anos do descobrimento do Brasil com instalação de pedestais e peças em granito, com os mapas do Brasil e do Estado. Inscrição da letra do Hino Nacional, símbolo da Justiça;

2. Recuperação de dois quadros de pintura representando a Justiça antiga e a moderna;

3. Introdução de dois quadros com motivos sacros, comemorativos dos dois mil anos do nascimento de Jesus Cristo;

4. Disponibilidade da Jurisprudência do Tribunal na Internet, com atualização diária, a partir de abril de 2000;

Instalação e funcionamento da Ouvidoria Judiciária;

6. Modernização da Biblioteca do Tribunal;

7. Aposição do busto do Des. Renato de Mattos, patrono do Prédio do Tribunal de Justiça;

8. Inauguração do Espaço Cultural, com exposições quinzenais;

- 9. Criação e Inauguração do Memorial e Museu do Poder Judiciário;
- 10. Apoio às iniciativas da Escola de Magistratura durante o Biênio;

Informatização do Diário da Justiça.

12. Informatização do Poder Judiciário, a começar com a instalação de micro-servidor (CPD) em oito comarcas com maior número de varas.

13. Instalação de terminais no Tribunal de Justiça e em diversas Comarcas para

acompanhamento de processos.

14. Construção de Fóruns das Comarcas: Águia Branca, São José do Calçado, Montanha, Linhares e novas instalações com reforma do prédio de Cariacica.



Estado do Espírito Santo Poder Judiciário Tribunal de Justiça

Ar. Desembargador Homero Maha, s/n" -Finscada do Suá - Vitória/1.S Cep.: 294050-906 - Tel.: (27) 3334-2000 Site: www.tt.es.gov.br